

ASV ACF CNF

3 2 8 0 / 8 2

|| / ||

ASV/SNI		T A L A M E S T R E		ACE nº 0113 77																
P R O T O C O L O	Documento	Recorte de Jornal, de 14 Jan 77 ✓			Dossiê nº Referência															
	Data	20 Jan 77																		
	Origem	A Tarde																		
	Assunto	- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - THEREZINHA GODOY																		
Distribuição	SC-1		CH GAB		SSAA															
	SS 15/17	SS 16/19	SS 18	SSCI SSAIB In Cor Sec SC-3	Tes Alm Sery Gerais															
Integração	Data 20 JAN 1977 Chefe ASV																			
P R O V I D Ê N C I A S	ACE Nº 03280/82																			
	Tomar Conhecimento	Falar com a Chefia	Anotar	Processar	Aprofundar															
	Estudar	Difundir	Arquivar	Montar Infão	Integrar															
	1- Em 19 Jan 77 - Expedido TL Nº 0127/300/ASV/77 ✓ Destruído																			
	2- Em 19 Jan 77 - Expedido PB 002/300/ASV/77 de 19 Jan 6/007/37 ✓ Destruído																			
	3- Em 26 Jan 77 - Jo ST 116 com REL INV nº 003/300/ASV/77 ✓																			
	4- Em 01 Fev 77 - Preenchida a TPA ROSA ✓																			
	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 0 auto; width: 80%;"> <p>Revalidação da Massa "O Mano" - 2.ª Fase</p> <table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 30%;">O presente</td> <td>Ser Destruido</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>ACE deverá</td> <td>Ser Implantado</td> <td><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td>por mais _____ anos</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Rubrica do Chefe do Setor</td> </tr> <tr> <td colspan="3" style="text-align: right;">Ch ST</td> </tr> </table> </div>					O presente	Ser Destruido	<input type="checkbox"/>	ACE deverá	Ser Implantado	<input type="checkbox"/>			por mais _____ anos	Rubrica do Chefe do Setor			Ch ST		
	O presente	Ser Destruido	<input type="checkbox"/>																	
	ACE deverá	Ser Implantado	<input type="checkbox"/>																	
		por mais _____ anos																		
Rubrica do Chefe do Setor																				
Ch ST																				
Providencia Final	Infão nº 003/1116 ASV, de 01/02/77 a RE			DATA: 01/02/77																
	Telex nº	/ / ASV, de	/ / a	ARQ. FINAL																
	Oficio nº	/ / ASV, de	/ / a																	
				SSAIB	S	GAB														

02

Jornal:	A TARDE
edição:	DE 14 JAN 77
Página:	02
Assunto:	CAMPANHA DE DIREITOS HUMANOS

0113

Paulistas da campanha de direitos humanos falam hoje em Salvador

A Dra. Therézinha Godoy Zerbini, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, de São Paulo, e o Dr. Mário Simas, vice-presidente da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, darão hoje, às 17 horas, na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, uma entrevista coletiva à imprensa. Eles são convidados especiais para a solenidade de lançamento da Mensagem Conjunta de diversos setores da população dirigida à comunidade pelo início do ano.

Esta solenidade será realizada hoje, às 20 horas, no auditório do Colégio N. S. das Mercês. A Mensagem Conjunta é assinada por 40 entidades, entre associações de representação de profissionais liberais, diretórios estudantis e grupos de tea-

tro. Firmam também o documento o Abade do Mosteiro de São Bento, D. Timóteo Amoroso Anastácio, os deputados Clodualdo Campos, Egísson Soares e Arleteu Almeida, vereador Marcelo Cordeiro e o ex-deputado Francisco Pinto.

O PROGRAMA

A programação de hoje, no auditório das Mercês, prevê a projeção do filme "Sociedade de Bairro", de Sérgio Fialho, Claudio Guedes e Albino Rubim. Em seguida, haverá um debate com a Dra. Therézinha Godoy Zerbini e outras figuras empenhadas na campanha pelos direitos humanos.

O programa encerra-se com apresentação cênica da Mensagem Conjunta e distribuição do seu texto. Será lançado ainda um calendário de 1977, ilustrado com uma foto da Baixa do Matrotinho.

Jornal: A TARDE

Edição: DE 14 JAN 77

Página: 02

Assunto: CAMPANHA DE DIREITOS HUMANOS

0113

Paulistas da campanha de direitos humanos falam hoje em Salvador

A Dra. Therézinha Godoy Zerbini, presidente do Movimento Feminino pela Anistia, de São Paulo, e o Dr. Mário Simas, vice-presidente da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, darão hoje, às 17 horas, na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, uma entrevista coletiva à imprensa. Eles são convidados especiais para a solenidade de lançamento da Mensagem Conjunta de diversos setores da população dirigida à comunidade pelo início do ano.

Esta solenidade será realizada hoje, às 20 horas, no auditório do Colégio N. S. das Mercês. A Mensagem Conjunta é assinada por 40 entidades, entre associações de representação de profissionais liberais, diretórios estudantis e grupos de tea-

tro. Firmam também o documento o Abade do Mosteiro de São Bento, D. Timóteo Amoroso Anastácio, os deputados Clodoaldo Campos, Egísson Soares e Arleteu Almeida, vereador Marcelo Cordeiro e o ex-deputado Francisco Pinto.

O PROGRAMA

A programação de hoje, no auditório das Mercês, prevê a projeção do filme "Sociedade de Bairro", de Sérgio Fialho, Cláudio Guedes e Albino Rubim. Em seguida, haverá um debate com a Dra. Therézinha Godoy Zerbini e outras figuras empenhadas na campanha pelos direitos humanos.

O programa encerra-se com apresentação cênica da Mensagem Conjunta e distribuição do seu texto. Será lançado ainda um calendário de 1977, ilustrado com uma foto da Baixa do Marotinho.

Salvador-Ba, 26 de Janeiro de 1977

ASV/ST-300

Assunto :-- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA)
- THEREZINHA GODOY ZERBINE
Referência : ACE Nº 0113/ASV/77
Difusão : ST-116
Anexo : Conforme Ítem 4 (quatro).

RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO Nº 003/300/ASV/77

Sobre o assunto, este Setor informa as atividades desenvolvidas pela nominada em SALVADOR/BA.

1. No dia 14 Jan 77, as 16:00 hs, THEREZINHA GODOY ZERBINE promoveu/nas dependências do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia, uma reunião com estudantes e profissionais liberais. / Além da nominada, tomaram parte na mesa, as seguintes pessoas: EDMILSON CARVALHO ALMEIDA - Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia; um rapaz de cor parda, magro, altura média, cabelos crespos e usando óculos (professor ou estudante de arquitetura) e uma moça de cor branca, boa estatura, usando óculos e muito ligada a a THEREZINHA (uma espécie de auxiliar). A platéia era composta de 23 pessoas.

A conferencista iniciou falando que sua aproximação com a BAHIA se deu através de D^a CECI, que apresentou-lhe uma psicóloga - esposa de preso político - que por sua vez apresentou-a a vários religiosos, os quais têm prestado-lhe uma valiosa colaboração. Disse / que foi presa política - por convicção ideológica e que seu marido é cassado.

Prosseguindo salientou que a sua presença na BAHIA tem por finalidade a formação de um grupo pelo Movimento Feminino pela Anistia. Segundo suas palavras: "esse grupo tem que ser de pessoas conscientizadas e dispostas a trabalhar, pois 'ANISTIA' não cai do céu, 'ANISTIA' é uma guerra política". Disse que gostaria de retornar sabendo que deixou um grupo formado de várias classes (um estudante ,

continua.....

(Continuação do Rel. de Investigação nº 003/300/ASV/77, de 26/01

um representante da classe operária, um religioso e uma esposa de preso político), - pessoas conscientizadas e dispostas a desenvolver o movimento na conquista de adeptos.

Salientou que o M.F.P.A. não é um movimento clandestino, / pois foi oficializado pelo Ministro da Justiça e recebeu apoio do MDB, através do Senador FRANCO MONTORO; da CIBB - em 10 Mai 75; da ABI - em Nov 75; da Frente Nacional do Trabalho; da OAB/SP; e de outros órgãos oficiais. Disse também: "nós temos de lutar muito pela 'ANISTIA', lutar com muita estratégia, pois trata-se de um exército/ desarmado contra um armado e desleal". E frisou: "o MFPA é como fermento, ou, como uma bola de neve - tende sempre a crescer, porém / não se pode fazer tudo de uma só vez".

Encerrou a palestra dizendo: "conscientizem-se, já chega de tanta injustiça, são 12 anos de sofrimentos e nós temos de lutar pela 'ANISTIA', para que os exilados voltem ao seu país e também seus filhos - nossos irmãos - voltem a ter sua cidadania, pois estão apatriados, não podem estudar e nem obter nenhum documento". Ao final, pediu que fosse formado ali, logo, o grupo que iria trabalhar na BAHIA - "pois quero estar em contato constante, não só para orientá-los, como também para obter informações".

Observou-se o interesse dos participantes pelo assunto e algumas perguntas foram realizadas. Uma psicóloga pediu para que a conferencista falasse sobre o MFPA em outros países. TEREZINHA, após / sinalizar com um dos olhos, respondeu: "eu acabo de regressar da EUROPA, onde visitei vários países. Tive que sair desse túnel totalmente fechado, onde não se sabe nada, para buscar alguma coisa importante para transmitir a vocês, mas nós somos cidadãos brasileiros e não temos nada com outros países, nós temos que lutar é pela 'ANISTIA' / no BRASIL".

Outra participante perguntou: Porque Movimento Feminino?

Resposta: "simples e unicamente por ter sido formado no Ano
continua.....

(Continuação do Rel. de Investigação nº 003/300/ASV/77, de 26/01)

Internacional da Mulher. O nome não tem nada contra os homens, que, por sinal, têm colaborado mais do que as próprias mulheres".

2. A seguir, no mesmo local, THEREZINHA GODOY ZEMBINE concedeu entrevista coletiva a imprensa. Nesta estiveram presentes cerca de 10 elementos, assim distribuídos: 5 jornalistas, 2 fotógrafos, EDMILSON / CARVALHO ALMEIDA e o rapaz que fez parte da mesa, na reunião anterior.

Na entrevista a imprensa (ver anexo "A"), a nominada tocou, praticamente nos mesmos pontos citados anteriormente. Salientou que o objetivo do MFFA é a luta contra os atos de exceção e a busca da redemocratização do País. E a sua vinda a BAHIA tem por finalidade a criação de um Grupo do Movimento aqui na BAHIA.

Durante a entrevista citou MARIA QUITÉRIA como exemplo da mulher brasileira e disse que os boletins do MFFA tem tiragem bimensal.

Ao encerrar, apelou aos jornalistas para que procurassem conscientizar o povo sobre MFFA, afirmando que os mesmos eram responsáveis, quase que diretamente, pelo esvaziamento do Movimento, pois qualquer reportagem negativa sobre o assunto, só traria o aniquilamento do MFFA. Salientou que: "através da imprensa é que divulgamos e ganhamos adeptos". No final foi distribuído o Boletim do Movimento Feminino pela Anistia - Ano I - Nº 1 (anexo "B").

OBSERVAÇÃO: O agente 036 do ST-300, quando assistia a entrevista, como jornalista, foi abordado por EDMILSON CARVALHO ALMEIDA e por um elemento de cor parda, cabelos crespos, magro, de boa estatura, que fazia parte da mesa na 1ª reunião. Os dois queriam saber para qual jornal trabalhava o agente, inclusive exigindo-lhe credenciais. Houve uma pequena discussão, pois o agente esclareceu que fazia cobertura para o Jornal "GAZETA DE ARACAJU/SE" e como a entrevista era aberta, não havia motivo para tal exigência e, também, que havia começado a trabalhar recentemente, só estando credenciado verbalmen-

Continua.....

(Continuação do Rel. de Investigação nº 003/300/ASV/77, de 26/01)

verbalmente. Porém isso não convenceu os rapazes. O incidente foi levado ao conhecimento da entrevistada, que aceitou e agradeceu a presença do jornalista (?), tendo solicitado -lha que propagasse o movimento em SERGIPE, pois ela já estava iniciando a formação de um grupo naquele estado.

3. Na noite do dia 14 Jan 77, tendo como local o Auditório do Colégio Nossa Senhora das Mercês, sito a Av. Sete de Setembro, 180-A SALVADOR/BA, teve prosseguimento a série de palestras realizadas por / THEREZINHA GODOY ZERBINE, em SALVADOR/BA. O evento contou com a presença de aproximadamente 800 assistentes, entre estudantes e pessoas diversas, que superlotaram o auditório.

As 20:15 hs a nominada chegou ao local conduzida no veículo VW, cor creme, placa AK-7912 - SALVADOR/BA e seguiu, juntamente com a pessoa que estava ao volante, para o interior do colégio. Este veículo esta inscrito no DETRAN/BA, como pertencente a MANOEL JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO, residente a Av. Manoel Dias da Silva, 154 - Apto. 101 - SALVADOR/BA.

As 20:40 hs a reunião teve início com a projeção do filme / "SOCIEDADES DE BAIRRO", (anexo "C") (premiado ou financiado pela Prefeitura Municipal de SALVADOR/BA), tendo SÉRGIO HAJE FIALHO, como um dos responsáveis pela direção. O conteúdo do filme é baseado, exclusivamente, na condição de vida dos moradores dos ALAGADOS e das invasões da BOCA DO RIO, CAXUNDÉ, MAROTINHO, etc.

Após o filme, assumiu a palavra o Sr. EDMILSON CARVALHO ALMEIDA, que anunciou a presença da Dr^a THEREZINHA GODOY ZERBINE. (A platéia recebeu-a em pé e com uma fervorosa salva de palmas) - Presidente do Movimento Feminino pela Anistia. A seguir, EDMILSON passou a palavra a um rapaz de cor parda, cabelos crespos, magro, e de boa estatura (esteve nas duas reuniões da tarde). Tal rapaz anunciou o grupo que foi formado para trabalhar, pelo MFA, aqui na BAHIA. É composto por: Dom TIMOTEO AMOROSO ANASTÁCIO - Abade do Mosteiro de São /

continua.....

(Continuação do Rel. de Investigação nº 003/300/ASV/77, de 26/01)

Bento, ELQUISSON SOARES - Deputado Estadual, MANOEL JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO e uma Senhora de cor branca, cabelos curtos, estatura media na e aparentando 50 anos. Além das pessoas que compunham o grupo, fa ziam parte da mesa o Presidente do Clube dos Engenheiros da Bahia, / THEREZINHA GODOY ZERBINE e EDMILSON CARVALHO ALMEIDA.

Em seguida, THEREZINHA tomou a palavra e disse: "estou ale- gre e satisfeita, como também estou surpresa, pois não esperava encon- trar este auditório tão cheio". Continuando salientou: "sou advogada e tenho uma condição financeira muito boa . Sou esposa de um General do Exército Brasileiro - cassado, para felicidade minha e de meus fi- lhos".

Sobre o Presidente da República disse: " o Presidente GEI - SEL, talvez por falta de tempo, foi falar sobre 'ANISTIA', no JAPÃO, quando de sua visita. Ao ser interrogado sobre 'ANISTIA' no BRASIL, / respondeu com uma resposta de soldado: que não é hora de se falar em 'ANISTIA' no BRASIL". (Risos e aplausos da platéia).

Prosseguindo. THEREZINHA anunciou que iria encerrar a pales- tra e quem desejasse fazer alguma pergunta, poderia faze-la por es- crito. O ST-300 salienta que a explanação da nominada seguiu, de um/ modo geral, a mesma linha das anteriores (ver anexo "A").

Teve então início as perguntas. Um rapaz alto, magro de cor escura, cabelos crespos e longos, aparentando 28 anos de idade, diri- giu, em tom irônico, a seguinte pergunta: "A Senhora falou que a fina- lidade desse movimento é a 'ANISTIA', a derrubada dos atos de exce- ção, etc. Disto todos nós estamos imbuídos, todos nós estamos consci- entes, porém nós queremos sair daqui sabendo como vamos derrubar es- se aparelho opressor, que tanto nos traumatiza e nos agoniza. Nós / queremos saber que tipo de luta vamos utilizar e a senhora não menci- onou. Assim nós vamos sair indecisos, pior do que quando chegamos" / "Eu pergunto a senhora: qual o tipo de luta a empregar para derrubar esse aparelho opressor, a partir do momento que sairmos daqui? (hou- ve fervorosa salva de palmas). (O mencionado rapaz saiu do auditório

continua.....

(Continuação do Rel. de Investigação nº 003/300/ASV/77, de 26/01)

antes do término da reunião - demonstrando-se contrariado).

Resposta de THEREZINHA: "Meu filho, eu fui muito clara, o MFPA luta pela conscientização porém eu não posso dizer é o que voce, ou voces tem que fazer. Nós temos que atuar de acordo com as circunstâncias. Voce pode atuar da maneira que achar melhor, inclusive voce pode ter mais capacidade do que eu e ter idéias melhores que as minhas. Nós precisamos muito de pessoas que tenham capacidade e criatividade". (Houve aplausos)

Um outro rapaz, de cor branca, alto, cabelos longos, levantou-se e disse o seguinte: "Tudo que a senhora falou foi sobre 'ANISTIA', como se ANISTIA fosse o único problema existente em nosso país. Deixou muitas dúvidas em suas declarações. Eu quero que a senhora nos responda: e os problemas sociais, como o dos proletários, com esse / mingado salário mínimo? (palmas)

Resposta de THEREZINHA: "Meu filho o MFPA é como fermento, porém nosso primeiro objetivo é a 'ANISTIA', como já falei anteriormente, nós temos que ir por etapas. É assim que nós raciocinamos, porém se voce tiver um plano melhor, pode por em execução" (aplausos)

Em seguida houve um início de tumulto, pois todos queriam / fazer perguntas ao mesmo tempo. Isto fez com que um rapaz barbudo, muito parecido com o Vereador MARCELO CORDEIRO, intervisse. "Nós estamos aqui para iniciar um trabalho, com a formação de um grupo, e o início de um trabalho não pode vir com todas as coordenadas. As adaptações surgirão com o decorrer dos acontecimentos. Estou notando, / quero crer, que não é por intenção, mas por inexperiência, que estão tumultuando e isto poderá queimar o início de um trabalho tão valioso. Peço portanto, que sejam suspensas as perguntas". (Aplausos)

Mesmo assim surgiram outras perguntas, fazendo com que outro senhor intervisse no mesmo sentido do acima citado.

Em seguida, foi dada a palavra ao Deputado Estadual ELQUISSON SOARES, que dentre outras coisas disse: "Estou aqui como homem / público, representante do povo baiano na Assembléia Legislativa, pa-

continua.....

(Continuação do Rel. de Investigação nº 003/300/ASV/77, de 26/01)

para trazer minha solidariedade e o meu apoio a este movimento, pois não é mais possível esta situação". (Aplausos)

Prosseguindo, falou o Presidente do Clube dos Engenheiros / da Bahia, que demonstrou neutralidade em seu pronunciamento, quanto / ao MFPA.

Retornando a palavra a THEREZINHA GODOY ZERBINE, esta anunciou que iria encerrar os trabalhos devido ao adiantado da hora e tendo em vista a apresentação de uma peça teatral, que iria demonstrar o porquê do MFPA na BAHIA. Encerrando pediu conscientização, trabalho e precaução aos assistentes, para que o movimento não fosse queimado.

A seguir foi encenada a peça teatral, cujo conteúdo versa / sobre o desrespeito aos Direitos Humanos na BAHIA (anexo "D").

OBSERVAÇÃO:

1) Entre os participantes existia uma revolta geral contra / o nosso regime, constatada principalmente, pelos aplausos e nos comentários que circularam durante a reunião, quando falava-se sobre o assunto.

2) Vale salientar, que a maioria dos assistentes apresentava pouca idade, provavelmente eram elementos ligados ao meio estudantil.

3) Antes do início da reunião, foi vendido no interior do / auditório, o Jornal "MOVIMENTO", de nº 80, datado de 10 Jan 77, pelo preço de Cr\$9,00 (nove cruzeiros) - (ANEXO "E").

4) Durante a realização do evento, vários carros permaneceram estacionados em frente, ou, nas proximidades do Colégio N. Senhora das Mercês. Algumas placas desses veículos constam do PB nº 002300/ASV/77, de 19 Jan, difundido para a SSP/BA, cuja resposta ainda não foi recebida.

5) O documento, "Mensagem Conjunta a População", (anexo "D") foi distribuído após o encerramento dos trabalhos.

6) THEREZINHA GODOY ZERBINE nas ocasiões que se referiu ao Presidente GEISEL e ao regime o fez em tom zombeteiro.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA "LUTA CONTRA ATOS DE EXCEÇÃO"

"Qualquer processo de abertura democrática tem que começar pela anistia", declarou ontem, em entrevista coletiva, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, advogada Therezinha Godoy Zerbini, informando que o principal objetivo do movimento é o de lutar contra os atos de exceção e a busca pela redemocratização do País.

Therezinha Godoy Zerbini está em Salvador e ontem à tarde manteve contatos com profissionais liberais e estudantes na sede do Instituto dos Arquitetos da Bahia, ficando definida a instalação na Bahia, de um núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, com uma comissão composta de uma profissional liberal, uma estudante, uma dona de casa e uma mulher de preso político.

Às 20:00 horas, no Colégio das Mercês, Therezinha Zerbini fez um pronunciamento sobre o trabalho do MFPA. Segundo a presidente do MFPA, existem no Brasil atualmente cerca de 300 presos políticos, sendo que o número de exilados também é muito grande. Disse ainda que no período entre 68 e 70 não "se pode dizer que houve abrandamento porque se permite que uma pessoa seja violada, nada impede que 10 ou mais também sejam".

Para Therezinha Zerbini, os

direitos humanos no Brasil estão violentados: "Não temos habeas corpus e há presos políticos e exilados que tem seus filhos nascidos no exterior sem documentação, porque o Governo brasileiro nega este direito, infringindo o parágrafo 6 da Declaração dos Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade".

Ela revelou que o problema é tratado pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, esclarecendo que o MFPA não tem cunho de assistência social. "O que nós pretendemos é a libertação dos exilados, acabando com este regime que intranquiliza a família brasileira". O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia consiste portanto "na luta pela anistia, englobando a luta pelos Direitos Humanos".

"Nós caminhamos dentro da lei do País e não nos cabe fiscalizar os atos de exceção, e sim pedir para que eles acabem de uma vez", disse Therezinha Zerbini, acrescentando que entre os políticos a maior sensibilização ocorreu no MDB, através do seu líder Franco Montoro no Senado, quando em agosto de 75 foi enviado um documento aos líderes do Senado e da Câmara de Deputados.

Entre as entidades que apoiam o MFPA, Therezinha Zerbini

citou a CNBB, o DCE da Universidade de São Paulo, ABI, Frente Nacional do Trabalho e OAB. Atualmente existem núcleos do movimento nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Rio de Janeiro, e nas cidades de Recife e Campinas.

O Movimento Feminino pela Anistia é composto por uma diretoria e um núcleo de 20 mulheres, que procuram atingir às outras através de manifestos. Therezinha Zerbini salientou que a mulher que trabalha sofre dificuldades é mais sensibilizada pelo movimento do que as intelectuais. Sobre a situação da mulher brasileira, ela diz que "a mulher do povo é muito marginalizada porque não tem acesso à cultura, e se não tem acesso à cultura, também não tem acesso econômico".

O MFPA não está ligado ao Movimento de Anistia Internacional e suas bases foram lançadas no ano passado, durante a realização do Ano Internacional da Mulher. A meta principal a ser cumprida é o desenvolvimento, igualdade e a paz. "Nós escolhemos a paz por ser uma necessidade de emergência, nosso trabalho tem de ser criterioso e nós nos pautamos pelo princípio do amor, liberdade e justiça, porque a justiça é anterior às leis".

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA "LUTA CONTRA ATOS DE EXCEÇÃO"

"Qualquer processo de abertura democrática tem que começar pela anistia", declarou ontem, em entrevista coletiva, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, advogada Therezinha Godoy Zerbini, informando que o principal objetivo do movimento é o de lutar contra os atos de exceção e a busca pela redemocratização do País.

Therezinha Godoy Zerbini está em Salvador e ontem à tarde manteve contatos com profissionais liberais e estudantes na sede do Instituto dos Arquitetos da Bahia, ficando definida a instalação na Bahia, de um núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, com uma comissão composta de uma profissional liberal, uma estudante, uma dona de casa e uma mulher de preso político.

Às 20:00 horas, no Colégio das Mercês, Therezinha Zerbini fez um pronunciamento sobre o trabalho do MFPA. Segundo a presidente do MFPA, existem no Brasil atualmente cerca de 300 presos políticos, sendo que o número de exilados também é muito grande. Disse ainda que no período entre 68 e 70 não "se pode dizer que houve abrandamento porque se permite que uma pessoa seja violada, nada impede que 10 ou mais também sejam".

Para Therezinha Zerbini, os

direitos humanos no Brasil estão violentados: "Não temos habeas corpus e há presos políticos e exilados que tem seus filhos nascidos no exterior sem documentação, porque o Governo brasileiro nega este direito, infringindo o parágrafo 6 da Declaração dos Direitos Humanos, onde diz que todo ser humano tem direito à nacionalidade".

Ela revelou que o problema é tratado pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, esclarecendo que o MFPA não tem cunho de assistência social. "O que nós pretendemos é a libertação dos exilados, acabando com este regime que intranquiliza a família brasileira". O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia consiste portanto "na luta pela anistia, englobando a luta pelos Direitos Humanos".

"Nós caminhamos dentro da lei do País e não nos cabe fiscalizar os atos de exceção, e sim pedir para que eles acabem de uma vez", disse Therezinha Zerbini, acrescentando que entre os políticos a maior sensibilização ocorreu no MDB, através do seu líder Franco Montoro no Senado, quando em agosto de 75 foi enviado um documento aos líderes do Senado e da Câmara de Deputados.

Entre as entidades que apoiam o MFPA, Therezinha Zerbini

citou a CNBB, o DCE da Universidade de São Paulo, ABI, Frente Nacional do Trabalho e OAB. Atualmente existem núcleos do movimento nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Rio de Janeiro, e nas cidades de Recife e Campinas.

O Movimento Feminino pela Anistia é composto por uma diretoria e um núcleo de 20 mulheres, que procuram atingir às outras através de manifestos. Therezinha Zerbini salientou que a mulher que trabalha sofre dificuldades é mais sensibilizada pelo movimento do que as intelectuais. Sobre a situação da mulher brasileira, ela diz que "a mulher do povo é muito marginalizada porque não tem acesso à cultura, e se não tem acesso à cultura, também não tem acesso econômico".

O MFPA não está ligado ao Movimento de Anistia Internacional e suas bases foram lançadas no ano passado, durante a realização do Ano Internacional da Mulher. A meta principal a ser cumprida é o desenvolvimento, igualdade e a paz. "Nós escolhemos a paz por ser uma necessidade de emergência, nosso trabalho tem de ser criterioso e nós nos pautamos pelo princípio do amor, liberdade e justiça, porque a justiça é anterior às leis".

A T E N Ç Ã O:

O original deste documento (com 23 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Jornal: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

edição: DE 16/17 JAN 77

Página: 01

Assunto: ENTREVISTA PRESTADA POR THEREZINHA
GODOY ZERBINE SOBRE O MFPA



Segundo Therezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia foi criado para acabar com os atos de exceção e, assim, redemocratizar o país.

Debate sobre anistia susperlota auditório

Cerca de 800 pessoas superlotaram ontem o auditório do Colégio N. S. das Mercês, para participar do debate promovido em torno da importância da anistia para presos políticos, com a presença da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo. Um grupo teatral apresentou uma mensagem conjunta de diversos setores da população, assinada por 40 entidades e

várias personalidades, que faz um balanço dos acontecimentos de 76, como a expulsão do Marotinho, censura à imprensa, entre outros. O Movimento tem como objetivo a redemocratização do país, através da extinção dos atos de exceção e a sua presidente em São Paulo, a advogada Therezinha Godoy Zerbini, veio a Salvador para criar o núcleo da Bahia. (Página 3).

ATENÇÃO:

O original deste documento (com 23 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.



Segundo Therezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia foi criado para acabar com os atos de exceção e, assim, redemocratizar o país.

Debate sobre anistia susperlota auditório

Cerca de 800 pessoas superlotaram ontem o auditório do Colégio N. S. das Mercês, para participar do debate promovido em torno da importância da anistia para presos políticos, com a presença da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo. Um grupo teatral apresentou uma mensagem conjunta de diversos setores da população, assinada por 40 entidades e

várias personalidades, que faz um balanço dos acontecimentos de 76, como a expulsão do Marotinho, censura à imprensa, entre outros. O Movimento tem como objetivo a redemocratização do país, através da extinção dos atos de exceção e a sua presidente em São Paulo, a advogada Therezinha Godoy Zerbini, veio a Salvador para criar o núcleo da Bahia. (Página 3).

Advogada cria núcleo do Movimento pela Anistia

Em entrevista coletiva à imprensa, a advogada Therezinha Godoy Zerbini, presidente do Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, afirmou ser o maior objetivo do movimento a redemocratização do país, através da extinção de atos de exceção, como é o caso dos presos políticos exilados, acabando deste modo, com um "sistema que intranquiliza a família brasileira".

A visita da advogada à Bahia prende-se à criação de um núcleo do movimento em Salvador e, neste sentido, houve ontem uma reunião com as pessoas interessadas, principalmente estudantes universitários, ficando definida a escolha de uma comissão constituída por uma dona de casa, uma profissional liberal, uma estudante e uma mulher de preso político, para iniciar o Movimento pela Anistia na Bahia.

Considerando a existência de presos políticos e exilados como atos arbitrários, a advogada Therezinha Zerbini considera o Movimento Feminino pela Anistia como um passo fundamental para qualquer reabertura democrática, e para a luta em favor dos direitos humanos que, segundo ela, estão sendo "violentados" no Brasil, com a inexistência do habeas corpus e a negação da nacionalidade brasileira para os filhos de exilados.

O Movimento Feminino pela Anistia, de acordo com a sua presidente, nada tem a ver com "feminismo" e foi criado inicialmente em São Paulo, não para fiscalizar os atos de exceção, mas para tentar acabar com esses atos. E, por ser um movimento de posição "bastante delicada", como informou Therezinha, procura estar sempre agindo dentro da lei, sem um cunho de assistência social, mas tentando penetrar nas comunidades e defender os princípios "Amor, Liberdade e Justiça".

Calculando em cerca de 300 o número de presos políticos no Brasil, a advogada acredita na importância do seu trabalho pela anistia e prevê para 77, um ano político muito bom. "Econômicamente o ano vai ser péssimo, caótico; nessas condições forçadamente a classe política e dirigentes do governo vão se aperceber da necessidade da coesão por ideais comuns, já que é mais fácil lutar juntos contra uma situação caótica, que divididos e, con-

sequentemente, enfraquecidos", diz ela.

PENETRAÇÃO DO MOVIMENTO

O movimento liderado por Therezinha Zerbini através da anistia, que ela própria vê como uma maneira de atingir a paz, nasceu em São Paulo, há cerca de um ano e meio. Hoje tem núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Fortaleza, Recife, Paraíba e Bahia (em formação). Sua criação se deve à existência de uma "consciência cívica" e, através de palestras, reuniões e a publicação do "manifesto da Mulher Brasileira," boletim periódico, atinge a 15 mil assinantes, homens e mulheres.

Da diretoria do Movimento em São Paulo, só fazem parte mulheres, assim como dos núcleos nos diversos estados. Mas Therezinha Zerbini acha que na sua luta devem estar unidos os dois sexos, porque, enquanto houver uma só pessoa sofrendo os reflexos do regime de "exceção", não se pode falar em "abrandamento da situação".

Para tratar especificamente dos casos de presos políticos, inclusive dando um apoio com características de assistência social, segundo a advogada, existe em São Paulo a Comissão de Justiça e Paz, mas como pessoa, sem assumir as responsabilidades do cargo, de presidente do Movimento Feminino pela Anistia, ela diz já ter sido procurada por várias famílias de presos e exilados, "sempre fazendo o possível para ajudar ou então, encaminhar à Comissão".

Sobre o número de exilados brasileiros, ela afirma ser muito difícil calcular, porque é "um número muito grande e a arbitrariedade é sempre continua". O Movimento, segundo ela, não tem ligação com movimentos em outros países e, mesmo dentro do Brasil, cada núcleo tem autonomia para agir, porque as condições variam em cada Estado. "O que temos em comum é o ideal de lutar pela anistia e assim tentar defender os direitos humanos".

MULHER MARGINALIZADA

Embora anti-feminista, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia consi-

dera a mulher brasileira marginalizada, sem acesso à cultura e à economia. Para ser atingida pela consciência da seriedade e validade do movimento ela vê com mais abertura a "mulher trabalhadora, muito mais fácil de ser atingida que a intelectual".

Em São Paulo, o Movimento, além da publicação do "Manifesto da Mulher Brasileira", começou este mês uma série de edições bimestrais, que pretende distribuir entre líderes políticos, sindicatos, faculdades e centros comunitários, para difundir cada vez mais os seus objetivos.

Em 1975, os documentos do Movimento foram levados às lideranças do Senado e à Presidência da República e a sua presidente diz que a maior receptividade foi da liderança do MDB, que, através de seu líder, Franco Montoro, apoiou o Movimento e acrescentou que "lutar pela anistia é um dever de todo democrata, uma exigência do bem comum".

MAIS SOLIDARIEDADE E BAHIA

Outras grandes demonstrações de solidariedade com o movimento, conforme declarou Therezinha Zerbini, foram: ato público do Diretório Central dos Estudantes da USP, pela anistia, moção da Associação Brasileira de Imprensa, apoio formal da Frente Nacional do Trabalho (São Paulo) (apoiou em tese da OAB de São Paulo; moção pela anistia durante o VI congresso dos Advogados do Rio Grande do Sul, votação por unanimidade da Câmara Municipal de Campos de Jordão em favor da anistia e outras, "que provam ser a anistia um imperativo de consciência", conforme a advogada.

Na Bahia, já ficou estabelecido que as pessoas que tomaram a liderança do movimento no contato inicial com a presidente de São Paulo estão encarregadas de formar a primeira comissão Therezinha Zerbini diz que "as orientações já foram dadas e continuarão sendo até o núcleo balançar ter condição de trabalhar. Espero muito dos baianos, em quem confio para colaborar na nossa luta".

Ontem a noite, no auditório das Mercês, a presidente do Movimento em São Paulo promoveu um debate para esclarecimentos sobre os seus objetivos e distribuição de uma mensagem aos presentes.

Advogada cria núcleo do Movimento pela Anistia

Em entrevista coletiva à imprensa, a advogada Therezinha Godoy Zerbin, presidente do Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, afirmou ser o maior objetivo do movimento a redemocratização do país, através da extinção de atos de exceção, como é o caso dos presos políticos exilados, acabando deste modo, com um "sistema que intranquiliza a família brasileira".

A visita da advogada à Bahia prende-se à criação de um núcleo do movimento em Salvador e, neste sentido, houve ontem uma reunião com as pessoas interessadas, principalmente estudantes universitários, ficando definida a escolha de uma comissão constituída por uma dona de casa, uma profissional liberal, uma estudante e uma mulher de preso político, para iniciar o Movimento pela Anistia na Bahia.

Considerando a existência de presos políticos e exilados como atos arbitrários, a advogada Therezinha Zerbin considera o Movimento Feminino pela Anistia como um passo fundamental para qualquer reabertura democrática, e para a luta em favor dos direitos humanos que, segundo ela, estão sendo "violentados" no Brasil, com a inexistência do habeas corpus e a negação da nacionalidade brasileira para os filhos de exilados.

O Movimento Feminino pela Anistia, de acordo com a sua presidente, nada tem a ver com "feminismo" e foi criado inicialmente em São Paulo, não para fiscalizar os atos de exceção, mas para tentar acabar com esses atos. E, por ser um movimento de posição "bastante delicada", como informou Therezinha, procura estar sempre agindo dentro da lei, sem um cunho de assistência social, mas tentando penetrar nas comunidades e defender os princípios "Amor, Liberdade e Justiça".

Calculando em cerca de 300 o número de presos políticos no Brasil, a advogada acredita na importância do seu trabalho pela anistia e prevê para 77, um ano político muito bom. "Econômico o ano vai ser péssimo, caótico nessas condições forçosamente a classe política e dirigentes do governo vão se aperceber da necessidade da coesão por ideais comuns, já que é mais fácil lutar juntos contra uma situação caótica, que divididos e, con-

sequentemente, enfraquecidos", diz ela.

PENETRAÇÃO DO MOVIMENTO

O movimento liderado por Therezinha Zerbin através da anistia, que ela própria vê como uma maneira de atingir a paz, nasceu em São Paulo, há cerca de um ano e meio. Hoje tem núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Fortaleza, Recife, Paraíba e Bahia (em formação). Sua criação se deve à existência de uma "consciência cívica" e, através de palestras, reuniões e a publicação do "manifesto da Mulher Brasileira," boletim periódico, atinge a 15 mil assinantes, homens e mulheres.

Da diretoria do Movimento, em São Paulo, só fazem parte mulheres, assim como dos núcleos nos diversos estados. Mas Therezinha Zerbin acha que na sua luta devem estar unidos os dois sexos, porque, enquanto houver uma só pessoa sofrendo os reflexos do regime de "exceção", não se pode falar em "abrandamento da situação".

Para atuar especificamente dos casos de presos políticos, inclusive dando um apoio com características de assistência social, segundo a advogada, existe em São Paulo a Comissão de Justiça e Paz, mas como pessoa, sem assumir a responsabilidade do cargo de presidente do Movimento Feminino pela Anistia, ela diz já ter sido procurada por várias famílias de presos e exilados, "sempre fazendo o possível para ajudar ou então, encaminhar à Comissão".

Sobre o número de exilados brasileiros, ela afirma ser muito difícil calcular, porque é "um número muito grande e a arbitrariedade é sempre contínua". O Movimento, segundo ela, não tem ligação com movimentos em outros países e, mesmo dentro do Brasil, cada núcleo tem autonomia para agir, porque as condições variam em cada Estado. "O que temos em comum é o ideal de lutar pela anistia e assim tentar defender os direitos humanos".

MULHER MARGINALIZADA

Embora anti-feminista, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia consi-

dera a mulher brasileira marginalizada, sem acesso à cultura e à economia. Para ser atingida pela consciência da seriedade e validade do movimento ela vê com mais abertura a "mulher trabalhadora, muito mais fácil de ser atingida que a intelectual".

Em São Paulo, o Movimento, além da publicação do "Manifesto da Mulher Brasileira", começou este mês uma série de edições bimensais, que pretende distribuir entre líderes políticos, sindicatos, faculdades e centros comunitários, para difundir cada vez mais os seus objetivos.

Em 1975, os documentos do Movimento foram levados às lideranças do Senado e à Presidência da República e a sua presidente diz que a maior receptividade foi da liderança do MDB, que, através de seu líder, Franco Montoro, apoiou o Movimento e acrescentou que "lutar pela anistia é um dever de todo democrata, uma exigência do bem comum".

MAIS SOLIDARIEDADE E BAHIA

Outras grandes demonstrações de solidariedade com o movimento, conforme declarou Therezinha Zerbin, foram: ato público do Diretório Central dos Estudantes da USP, pela anistia, moção da Associação Brasileira de Imprensa, apoio formal da Frente Nacional do Trabalho (São Paulo) apoio em tese da OAB de São Paulo; moção pela anistia durante o VI congresso dos Advogados do Rio Grande do Sul, votação por unanimidade da Câmara Municipal de Campos de Jordão em favor da anistia e outras, "que provam ser a anistia um imperativo de consciência", conforme a advogada.

Na Bahia, já ficou estabelecido que as pessoas que temaram a liderança do movimento no contato inicial com a presidente de São Paulo estão encarregadas de formar a primeira comissão Therezinha Zerbin diz que "as orientações já foram dadas e continuarão sendo até o núcleo balano ter condição de trabalhar. Espero muito dos balanços, em quem confio para colaborar na nossa luta".

Ontem a noite, no auditório das Mercês, a presidente do Movimento em São Paulo promoveu um debate para esclarecimentos sobre os seus objetivos e distribuição de uma mensagem aos presentes.

Jornal: A TARDE

Edição: DE 18 JAN 77

Página: 05

Assunto: ENTREVISTA PRESTADA POR THEREZINHA

GODOY ZERBINI SOBRE O MFA

Movimento feminino quer anistia política e fim para os atos de exceção

— Não nos cabe fiscalizar os atos de exceção e sim, por direito, pedir que eles acabem de uma vez. Nós podemos e devemos pedir isso. Esta foi uma das declarações feitas, ontem, pela presidente do Movimento Feminino pela Anistia Terezinha Godoy Zerbini, durante coletiva realizada no Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção da Bahia.

Nesta cidade, onde vem mantendo contatos para criação de mais um núcleo do MFA, Terezinha Zerbini disse, ontem, que a campanha do Movimento Feminino pela Anistia é lutar pela libertação de todos os presos políticos no País, atualmente cerca de 300.

OBJETIVOS DA CAMPANHA

Destacando como um dos maiores objetivos do MFA, a redemocratização do País, que segundo ela, só pode ser conseguida com uma anistia ampla e geral, Terezinha Godoy Zerbini observou que todo o trabalho do MFA está voltado para convencer os não-convencidos e com isso ganhar as consciências em prol dos objetivos do Movimento. E para a presidente do MFA, este ano será muito favorável politicamente, já que de-



Terezinha Zerbini: luta para libertar presos políticos

vido às péssimas condições econômicas, os brasileiros deverão se manter mais unidos para enfrentar a situação. Por isso, ela vê com otimismo uma maior abertura política em 1977. "Nós somos fermento — declarou — agimos como elemento de congregação e atingimos as outras mulheres".

Criado há um ano e meio atrás, o Movimento Feminino pela Anistia possui hoje núcleos nas principais cidades brasileiras. Através de manifestos, o MFA mantém informadas milhares de mulheres.

Movimento feminino quer anistia política e fim para os atos de exceção

— Não nos cabe fiscalizar os atos de exceção e sim, por direito, pedir que eles acabem de uma vez. Nós podemos e devemos pedir isso. Esta foi uma das declarações feitas, ontem, pela presidente do Movimento Feminino pela Anistia Terezinha Godoy Zerbini, durante coletiva realizada no Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção da Bahia.

Nesta cidade, onde vem mantendo contatos para criação de mais um núcleo do MFA, Terezinha Zerbini disse, ontem, que a campanha do Movimento Feminino pela Anistia é lutar pela libertação de todos os presos políticos no País, atualmente cerca de 300.

OBJETIVOS DA CAMPANHA

Destacando como um dos maiores objetivos do MFA, a redemocratização do País, que segundo ela, só pode ser conseguida com uma anistia ampla e geral, Terezinha Godoy Zerbini observou que todo o trabalho do MFA está voltado para convencer os não-convencidos e com isso ganhar as consciências em prol dos objetivos do Movimento. E para a presidente do MFA, este ano será muito favorável politicamente, já que de-



Terezinha Zerbini: luta para libertar presos políticos

vindo às péssimas condições econômicas, os brasileiros deverão se manter mais unidos para enfrentar a situação. Por isso, ela vê com otimismo uma maior abertura política em 1977. "Nós somos fermento — declarou — agimos como elemento de congregação e atingimos as outras mulheres".

Criado há um ano e meio atrás, o Movimento Feminino pela Anistia possui hoje núcleos nas principais cidades brasileiras. Através de manifestos, o MFA mantém informadas milhares de mulheres.

Maria Quitéria

Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Ano I Nº 1

POR QUE A NOSSA LUTA EM FAVOR DA ANISTIA?

Toda a história do Movimento Feminino pela Anistia está num relatório que publicamos na página 3.

Na página 2, estão os políticos e outras autoridades, entre as quais o arcebispo de São Paulo, cardeal Arns, que fizeram pronunciamentos em favor da anistia aos que



foram punidos por atos de exceção. Nosso editorial, em que explicamos as razões dessa luta e por quê demos a este boletim o nome de Maria Quitéria, está na página 2. As adesões ao movimento na página 12. E nas páginas 8 e 9 nossos colaboradores Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho



A NOSSA CAUSA E O SEU SÍMBOLO



Não somos feministas. Somos, sim, pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país.

Em determinado momento, sentimos que era obrigação de todo cidadão brasileiro, que trabalha e produz, levantar uma das mais nobres bandeiras de luta: a Anistia a todos os presos políticos, banidos e privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional ou pelos atos de exceção editados a partir de 1964.

Decidimos que, inicialmente, as mulheres deveriam conduzir essa bandeira, não apenas por ter sido 1975 o seu Ano Internacional, proposto pela Organização das Nações Unidas, mas também porque, historicamente, sempre foram discriminadas por uma legislação que, de forma mais sutil, praticamente alijou-as de uma participação política mais efetiva.

Como sabemos, hoje são milhares as casas de brasileiros que sofrem a ausência de um dos seus membros, atingidos por punições. Muitos tiveram que sair do país para ganhar a vida, uma vez que lhes foi proibido trabalhar e estudar aqui. E todas as famílias que se encontram nessa situação têm apenas uma esperança: a Anistia.

Não nos consideramos donas dessa bandeira. Na verdade, ela não tem donos.

A nossa contribuição para essa luta constituiu-se da coleta de assinaturas (milhares de assinaturas, que encaminhamos ao presidente da República), da promoção de palestras, de entrevistas aos jornais e, por fim, da criação de núcleos do MPFA em diversos Estados. Pretendemos, dessa maneira, levar a nossa mensagem não apenas ao homens e mulheres deste país, como também a toda a opinião pública internacional.

Sabemos que não nos cabe organizar um grande movimento de Anistia. Este surgirá na medida em que órgãos de classe, sindicatos, associações de bairro, organizações estudantis etc. assumam efetivamente esta luta. Entendemos que toda a legislação discriminatória existente no país é uma ameaça permanente, impedindo que as diversas camadas da população defendam os seus direitos.

A nós, no momento, cabe manter a chama acesa, divulgando e explicando o que é Anistia, por quê Anistia, até que ela se torne realidade.

Este é o nosso boletim, no qual prestamos conta do trabalho realizado até o momento. Por que lhe demos o nome de Maria Quitéria? Por ser ela uma mulher que dedicou sua vida à liberdade. Em 1823, em seu uniforme de soldado, lutou lado a lado com os homens do exército de libertação pela Independência do Brasil.

Mulher guerreira, Maria Quitéria iluminará com sua coragem este movimento feminino que tem por arma apenas a força de sua esperança.

Maria Quitéria

Diretor responsável:
Nicolodemus Pessoa.
Editores contribuintes:

Therezinha Godoy Zerbine.
Margarida Naves Fernandes.
Rosa Maria Blanco Mendes.
Arte e Diagramação:
Rui Douglas Cattai
Colaboradores:
Alceu Amoroso Lima,

Barbosa Lima Sobrinho.
Esta publicação é propriedade
do Movimento Feminino
pela Anistia.
Endereço (redação):
rua Caio Prado, 102,
São Paulo.

Composto e impresso nas
oficina, da PAT -
Publicações e Assistência
Técnica Ltda.
Rua Dr. Virgílio de Carvalho
Pinto, 412 - Fone: 853 7461
São Paulo.



Do jornal **Brasil Mulher** (trechos de uma carta enviada pelo vídeo gaúcho do movimento a um jornalista de Porto Alegre):

"Por caminhos tortuosos e obscuros C.M. Assis, em seus princípios anti-democráticos, tenta, em sua coluna, difamar homens como D. Paulo Evaristo Arns, o clero, políticos e o povo brasileiro argumentando, entre outras coisas, que 'Anistia é para que Francisco Julião volte ao Brasil, para reorganizar os agricultores sem terra, que invadem fazendas, que destruíam a produção agrícola do Rio Grande em passado não muito remoto, coisas que ele teme como quem teme a própria História do Brasil'.

Mas como a História não é feita de homens apenas como C.M. Assis, as mulheres da Comissão Gaúcha do Movimento Feminino pela Anistia, prontamente responderam ao "grande pensador" em carta aberta publicada pelo mesmo jornal no dia 8 de outubro, onde ressaltam o apelo do Cardeal Arcebispo de São Paulo — Jom Evaristo Arns de uma "anistia ampla e generosa para os presos políticos de nossa terra como uma atitude de justiça e exatidão, atitude dos verdadeiros cristãos de todos os tempos, atitude que converte, arrebatada, comove, ilumina.

"A luta pela Anistia — sr. C.M. Assis — não é de guerra, é de paz; não é de desordem, é de ordem; não é de violência, é de persuasão; não é de ódio é de amor — de amor ao direito, à paz, à grandeza de nosso país, à felicidade de nosso povo".

Os deputados federais Fernando Coelho (MDB-PE), Jorge Uequed (MDB-RS) e Alcides Franciscato figuram entre os que se integram na campanha por anistia. O embaixador de Pernambuco, por exemplo, lembrou, em almoço no Clube dos Repórteres Políticos do Recife, em março do ano passado, que "a anistia é uma tradição em nossa História política, como fator de pacificação nacional".

O deputado Jorge Uequed conseguiu arrancar aplausos de um plenário quase vazio. Ele fez um discurso entusiasmado, acompanhado de socos na tribuna, propondo uma anistia ampla e total, para restabelecer a tranquilidade da vida do país. Disse o deputado: "Antes da distensão política, antes da reabertura democrática, antes mesmo de ser a legislação de exceção revogada, é preciso que o governo mostre ao país e aos brasileiros sua grandeza".

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em editorial do dia 3 de junho de 1975:

"A Volta do Estado de Direito implica subordinar a questão da subversão à própria lei. O império da lei tem que visar a correção das injustiças, é certo, mas tem que determinar com clareza o que significa violar a legislação. A anistia política deve enquadrar-se nessa perspectiva de observância do consenso em torno de leis democráticas".

Em entrevista à revista **Status**, pouco antes de morrer, o ex-presidente Juscelino Kubitschek afirmou que anistia, na sua opinião, não significava "simplesmente perdoar mas, sim, esquecer. Esquecer para sempre".

A entrevista foi concedida ao repórter Kleber de Almeida.

No ano passado, em sua mensagem de Natal, o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, lamentou que o Congresso Nacional não tivesse ainda promulgado, com a sanção do presidente da República, "uma lei federal concedendo anistia ampla e total aos que foram presos por causa de suas idéias". O cardeal declarou que a anistia é um gesto de profunda sabedoria política. "Cresce a autoridade moral dos governos que a proclamam", acrescentou ele.

Em agosto de 1975, uma comissão do Movimento Feminino pela Anistia esteve em Brasília. Na sua visita ao Senado, foi recebida por Franco Montoro, do MDB, que pronunciou rápido discurso:

— No exercício da liderança do MDB, recebemos de uma comissão de senhoras um apelo dirigido às autoridades do País, em favor da anistia aos que foram atingidos por atos de exceção. São doze mil assinaturas de brasileiras, de diferentes regiões, que apela em favor dessa medida destinada, expressamente, a fortalecer a união e desarmar os espíritos. Na forma do pedido que nos foi formulado, estamos encaminhando o documento ao sr. Ministro da Justiça, para o exame do assunto e a adoção das medidas que forem de sua competência. E, como é de nosso dever, trazemos ao conhecimento do Senado o apelo recebido e as providências tomadas. O respeito aos direitos de todos os homens, assim como o trabalho pela concórdia, a aproximação e a paz da família brasileira, constituem compromisso de todos os democratas e exigência fundamental de bem comum".

HISTÓRICO

A HISTÓRIA DO MFPA



O ano de 1975, foi o Ano Internacional da Mulher. Em março deste ano um grupo de mulheres brasileiras, resolveu se organizar em um movimento em prol da Anistia e da pacificação da família brasileira, movimento este, que recebeu o nome de Movimento Feminino pela Anistia.

Norteadas que estavam pelos princípios propostos pela Conferência do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, a saber: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e imbuidas do espírito de Reconciliação nacional ou seja, a concessão da Anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção. Concretizaram estas mulheres a formação do Movimento à 15 de maio, conforme ata do Livro de Atas e Assembléias do MFPA.

Nascido em São Paulo, o Movimento sempre teve vocação Nacional, por esta razão, outros núcleos foram formados em diversas capitais brasileiras com a ajuda de mulheres que se identificaram com os princípios e fins propostos pelo MFPA.

A seguir enumeramos as realizações do MFPA no seu primeiro ano de vida:

ABRIL:

13 de abril — Lançamento do Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia. Este documento foi elaborado por: Dra. Aldenora de Sá Porto, advogada; Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbine, Acadêmica de Direito; Margarida Pereira Neves Fernandes, Pedagoga; Neusa Cunha Mello Franco, Socióloga; Dra. Therezinha Godoy Zerbine, Advogada; Virgínia Lemos Vasconcelos, Acadêmica de Direito. Nesta oportunidade, foi feita a distribuição dos Manifestos visando o colhimento de assinaturas que seriam apostas abaixo do Manifesto.

Na primeira etapa de nosso trabalho ou seja, de abril a agosto, conseguimos 12.000 assinaturas que deram ensejo para que nós elaborássemos um documento que foi entregue as lideranças do Senado, Câmara e a Presidência da República.

Pedíamos Anistia visando a Pacificação Nacional. Nosso trabalho prossegue, e hoje, estamos com 15.000 assinaturas e outras milhares que estão sendo colhidas em todo território nacional.



MAIO:

15 de maio - Formação de uma Comissão Provisória que daria andamento ao MFFA e se responsabilizaria pelos trabalhos do Movimento e o representaria publicamente. A Comissão Provisória, composta de seis elementos, que ficaram responsáveis pelo Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia, assim ficou constituída: Lila Galvão de Figueiredo, Madre Cristina Sodré Dória, Margarida Naves Fernandes, Therezinha Godoy Zerbine, Virginia Lemos Vasconcelos e Yara Peres Santestevan.

30 de maio - Publicação de uma reportagem sobre o Movimento Feminino pela Anistia, com chamada de capa "Campanha - As mulheres pela Anistia" no semanário Opinião de 30 de maio de 1975. Esta publicação veio nos dar condições de atuação pública. Esta reportagem foi realizada pela jornalista Mirian Ibanez, que sensibilizada pelos ideais da campanha passou a ser sua integrante.

JUNHO:

23 de junho - Discurso proferido pela Dra. Therezinha Godoy Zerbine, integrante da Comissão Provisória do MFFA, na Tribuna Livre da Conferência do Ano Internacional da Mulher, realizada na cidade do México.

24 de junho - Aproveção da recomendação feita pela representante do MFFA e a inserção da mesma recomendação ou seja, o Ponto nº 15 - Anistia, documento este, das "Mulheres Latino Americanas" Reunidas no salão nº 3, debateram as realidades latino americanas, e este documento visava ser incluído como emenda no Plano de Ação Mundial, o que não foi conseguido. Porém, uma tentativa válida e proveitosa. Aprovada a recomendação para mulheres Americanas, grupos de Paz, o grupo que se intitulava "Women of World". O segundo ponto é Anistia, que hoje se faz uma necessidade nos U.S.A.

No decurso deste mês de Junho, foi fortalecido os núcleos do Rio, Belo Horizonte e Minas Gerais. Em Junho é levado para Londrina o Movimento da Anistia. É levado para lá, pela jornalista Liane Mudenberg, que trabalhava no Jornal Panorama. Ela foi atingida por uma lista nossa e veio a São Paulo constatar e saber das origens e qual era a orientação. Era o Estado do Paraná que entrava com sua contribuição.

JULHO:

10 de julho - Entrevista coletiva da Representante do MFFA, Dra. Therezinha Godoy Zerbine, concedida a Imprensa de Porto Alegre, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

11 de julho - Conferência realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre cujo tema foi "A problemática da Mulher Brasileira". Esta conferência foi organizada pelo núcleo do Rio Grande do Sul.

12 de julho - Publicação sucinta da conferência do dia anterior no Jornal do Comércio de Porto Alegre. No mesmo dia foi feita intervenção no Programa de Televisão "Porto Visão".

A Dra. Therezinha Godoy Zerbine, falou sobre o Ano Internacional da Mulher e da posição do Movimento Pedindo Anistia.

18 de julho - Participação no Programa de Televisão na Cidade de São Paulo. Canal 13, Televisão Bandeirantes, Programa "Revista Feminina". Foi feito o mesmo pronunciamento sobre o Ano Internacional da Mulher e o pedido de Anistia.

Neste mesmo dia, publicação no Semanário "Opinião", com o título de "Zerbine e a Anistia". Faz menção a conferência de Porto Alegre.

31 de julho - Enviávamos carta ao Exmo. Sr. Presidente da República, cientificando-o de todo o trabalho do MFFA e, solicitando que ele nos recebesse, para que pudessemos ter um diálogo com o Presidente de todos os brasileiros.

AGOSTO:

4 de agosto - Participação do MFFA, na série de conferências pela Comemoração dos Cursos Jurídicos no Brasil. A primeira da série foi realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e o conferencista foi o Senador Jarbas Passarinho da Arena. Num tópico do seu discurso, ele fala em Concórdia. Aproveitamos a oportunidade e fizemos nossa colocação. Que no Direito, havia o Instituto da Anistia o que ele visava a "Concórdia, a Paz e a União"; e queríamos saber a sua opinião sobre o assunto. Depois de algumas tangiversações, S. Excia. acabou se declarando um Democrata e que se dependesse dele, ele a assinaria ali, naquela hora. Soube por nós, de nossa ida a Brasília a fim de entregarmos o documento às lideranças do Senado, Câmara e Presidência da República, e se prontificou a nos ajudar, como de fato o fez.

8 de agosto - Recebimento de Telegrama enviado a S. Excia o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acusando o recebimento de nossa carta datada de 31 de Julho. Convidando-nos a fazermos exposição diretamente a ele para a referida apreciação. Respondemos de imediato por Telex. Pedíamos que ele nos recebesse.

9 de agosto - Missa pela Anistia. Celebrada na Igreja de São Francisco - Largo de São Francisco, igreja esta, escolhida por ser pegada a mais antiga Escola de Direito do País. Esta missa foi organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito e em conjunto com a Comissão de Justiça e Paz, da Cúria Metropolitana de São Paulo.

12 de agosto - Chegada a Brasília do MFFA. Nesta tarde, constatamos Senadores: Jarbas Passarinho da Arena, Roberto Saturnino do MDB, Leite Chaves do MDB, visando a entrega do documento por nós elaborado.

13 de agosto - Entrega do documento por nós elaborado às lideranças do Senado e Câmara. Nosso documento fazia um apelo a classe política para que a Anistia, fosse para eles um imperativo de consciência. Entregamos cópia a Imprensa, que publicou na íntegra. Publicação do dia 14.

14 de agosto - Fomos recebidas pelo sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Alberto Costa a quem fizemos a entrega do documento.

Nosso documento foi lido da Tribuna do Senado pelo líder do Movimento Democrático Brasileiro e foi complementado por S. Excia. Senador Franco Montoro: "Lutar pela Anistia era um dever de todo o Democrata e uma exigência do bem comum". O Diário do Congresso do dia 15 de agosto faz esta publicação.

25 de agosto - Dia consagrado em homenagem a Duque de Caxias, que se projetou na História do Brasil como o "Pacificador". Os núcleos de Anistia de Porto Alegre, São Paulo, Londrina e Rio homenagearam sua memória levando flores ao seu monumento.

29 de agosto - A Câmara Municipal de Campos de Jordão, votou por unanimidade uma moção de apoio ao Movimento Feminino pela Anistia.

Em agosto fomos procuradas por mulheres de Londrina que trabalhavam coletando assinaturas. Trouxeram o fruto do trabalho realizado. Mostramos a elas a documentação do MFFA para que pudessem ficar esclarecidas e esclarecer o restante do núcleo, sobre todo o trabalho que esta-



va sendo realizado em São Paulo. Ao verificar a falta de divulgação dos trabalhos, propuseram a realização de boletins da Anistia, para maior divulgação do MFFA.

Concordamos com a ideia do boletim e fornecemos todos os dados, documentação para ser feita uma reportagem que mostraria o curso da Campanha da Anistia.

Da ideia de boletim evoluiu para a tirada de um Jornal. E, a partir deste esforço conjunto, juntou-se a dinâmica do grupo de Londrina e o apoio do núcleo de São Paulo. Tudo isto somado deu como resultado o nascimento do jornal Brasil Mulher.

SETEMBRO:

10 de setembro — O núcleo do MFFA do Rio de Janeiro, organizou uma Conferência na Sede da Associação Brasileira de Imprensa.

O tema da mesa redonda seria a Mulher e a Paz. Fizemos parte desta mesa redonda: Dr. Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Rosemarie Muraro e Therezinha Godoy Zerbine. Nesta ocasião, a Campanha da Anistia recebeu a maior contribuição intelectual até agora recebida. Um artigo feito especialmente para a Mesa Redonda sobre Anistia. Dr. Barbosa Lima Sobrinho, também nos fez a honra de dar o nome e também fez um artigo especial para a mesa redonda. Rosemarie também destacou o papel da mulher como força vital e conservadora da vida. E, Therezinha Godoy Zerbine, com seu tema central Anistia, visando a Paz da família brasileira.

Nesta mesma redonda fez uso da palavra o Padre Hilário Mazarollo, em nome da CNBB, dizendo que a CNBB nos apoiava por estar a Anistia dentro das tradições Democráticas e Cristãs do Povo Brasileiro.

Para a mesma Mesa Redonda, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, fez um discurso especial com o título "Em torno da moda dos slogans", que posteriormente foi publicado no Jornal do Brasil do dia 14 de setembro de 1975.

20 de setembro — Foi publicado o artigo do Dr. Alceu de Amoroso Lima no Jornal da Arquidiocese de São Paulo, "O São Paulo" sob o título de Anistia e Reconciliação.

Foi publicado também no Jornal do Brasil do dia 2 de outubro de 1975, com o título, "A Voz de Eva", e teve sua publicação na página de honra do nº 1, do Jornal Brasil Mulher.

Em fins de setembro, também foi publicada uma entrevista do MFFA, na Revista da Universidade do Rio de Janeiro — Revista ECOS — A entrevista trata do assunto do Ano Internacional da Mulher e Anistia.

A chamada do grupo de Londrina, pois a situação estava muito delicada devido a onda de prisões, a Coordenadora Nacional do Movimento de Anistia, foi a Londrina, justamente nesta hora, para dar confiança ao grupo que trabalhava pela Anistia.

25 de setembro — O MFFA, na pessoa de sua Coordenadora, travou conhecimento com as mulheres do núcleo de Londrina: Rose Serra, Edezina Leal, Neuza Cardone. Deu entrevista no fim da tarde na Folha de Londrina. A noite do dia 25 foi reservada para uma visita à Câmara dos Vereadores, onde foi recebida no Gabinete da Presidência, onde se encontravam quase todos os vereadores, da Arena e do MDB.

Achavam-se presentes, simpatizantes do movimento e a imprensa local. Na ocasião, foi relatado aos vereadores todo o trabalho por nós desenvolvido e demos um exemplo de como eles poderiam nos ajudar. Damos como exemplo, a Moção de apoio e solidariedade da Câmara Municipal de Campos de Jordão, que votou por unanimidade esta Moção. E que esperávamos que eles fizessem o mesmo.

A reportagem do jornal Panorama foi feita na Câmara. Nesta mesma noite ao sairmos da Câmara dos Vereadores, nos dirigimos ao Teatro Universitário onde o advogado, Dr. Acir Breda, Conselheiro da OAB — Seção do Paraná, proferia palestra sobre o Direito de Liberdade, dentro do projeto do novo Código do Processo Penal.

Fizemos uma interpelação: Qual seu posicionamento quanto a Anistia?

A resposta foi: Não é o momento político oportuno. Acho que é problema de convencimento dos agentes do Sistema. Respeitamos sua coragem e Fé em lutar pela causa (...)

26 de setembro — Com Edezina Leal, dirigimo-nos a Apucarana onde fizemos contatos.

A tarde do dia 26, visita ao Bispo Don Geraldo Fernandes, que é advogado e disse não desconhecer o Instituto da Anistia. No fim da tarde, no quarto do Hotel, fomos apresentadas a reportagem sobre a Anistia e, que seria a única reportagem viva no número O, do Jornal Brasil Mulher. Fiz a supervisão do artigo por se tratar de assunto de responsabilidade do MFFA, e para o qual fornecemos dados e documentos.

OUTUBRO:

9 de outubro — lançamento do Jornal Brasil Mulher que nasceu dentro da Campanha da Anistia e suas bandeiras seriam Direitos Humanos e Anistia. E, se propunha também a promover a mulher frente a problemática brasileira numa Sociedade em rápidas transformações.

13 de outubro — No encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, organizado por um grupo feminino de São Paulo "Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira" — Setor de São Paulo. Foram enfocados temas: a mulher e a Educação, a mulher e a Saúde, a mulher e o Direito, etc.

A Coordenadora do MFFA, foi indicada para falar pela Curia Metropolitana de São Paulo, por Irmã Stela, que em nome da Cúria co-patrocinava a Semana.

No dia da Mulher e o Direito, vários colegas abordaram temas diversos, coube a Coordenadora do MFFA, enfocar "Os direitos dos Cidadãos" e a necessidade de se reivindicar a aplicação de um Instituto que já faz parte do Direito da nossa terra. "A Anistia". Ele já faz parte da Consciência Cristã e Democrática do Povo Brasileiro.

Observação: Esta Semana foi aproveitada para divulgação e Promoção do Jornal Brasil Mulher e, este foi o marco inicial da sua trajetória.

15 de outubro — Enviamos ofício a Freda Brow, organizadora do Congresso Nacional de Berlim, fazendo sentir a nossa impossibilidade de comparecer por motivos de força maior e colocando em nosso ofício, a nossa proposta, que era a mesma do México — "Anistia" política a todos os presos políticos do Mundo, homens e mulheres.

29 de outubro — A pedido de estudantes da PUC de São Paulo do Curso Básico, a Coordenadora do MFFA, deu um depoimento sobre o Ano Internacional da Mulher, a participação do MFFA e nossa posição "Anistia".

31 de outubro — Participação da Coordenadora do MFFA, no Programa de Televisão do Canal 4 — Clube dos Artistas. O programa era dedicado ao Ano Internacional da Mulher. O convite se deu pela produção do Programa e por ter a Coordenadora do MFFA ter sido uma mulher brasileira a participar em nível de Tribuna, na Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México.

NOVEMBRO:

3 de novembro — Mesa redonda promovida pelo MFFA no Auditório do Colégio Sion, tema — "A Paz



fundamentada na Justiça Particular: Dr. Emanoel de Abreu Dallari, Professora Carmen Junqueira e a Coordenadora do MFFA. (doc. nº 23).

O núcleo do Rio Grande do Sul na impossibilidade de se fazer representar, enviou telegrama, o mesmo acontecendo com o do Rio de Janeiro.

10 de novembro – Semana de Direitos Humanos promovida por 14 Centros Acadêmicos da USP. Coube ao MFFA e à Frente Nacional do Trabalho, abrirem a série de palestras que foram levadas a cabo de 10 a 14 de Novembro, na Igreja dos Dominicanos, em São Paulo.

Durante toda a Semana, foram distribuídos Jornais Brasil Mulher, para divulgação dos artigos de Anistia.

15 de novembro – Participação do MFFA na Sede dos Sindicatos dos Jornalistas, em uma sessão Comemorativa ao Ano Internacional da Mulher, organizado pelo grupo "Mulheres em Questão".

A nossa palestra versou sobre o Ano Internacional, nossa posição nele e o depoimento de nosso trabalho. Resaltamos os Deveres do Cidadão e da necessidade de se exercer os seus Direitos no exercício legítimo e natural, visando a Paz na comunidade nacional.

19 de novembro – Palestra sobre Direitos Humanos em Ribeirão Preto a convite de Estudantes da Universidade local. Foram convidados também Madre Cristina Sodré Dória, Professora Catedrática da PUC – de São Paulo e o Escritor João Antonio. Foram distribuídos Jornais Brasil Mulher.

25 de novembro – Semana de Direitos Humanos em Belo Horizonte – na Sede do DCE da Universidade de Minas Gerais. O tema focalizado pela Coordenadora do MFFA, foi Anistia.

Na ocasião, foram distribuídos Jornais Brasil Mulher, com os nossos artigos sobre Anistia.

DEZEMBRO:

O grupo de Londrina e o de São Paulo haviam combinado que o jornal Brasil Mulher seria tirado em moldes de uma empresa comercial. Fariam parte dele, o grupo inicial dos núcleos de Anistia.

O grupo de São Paulo propôs que o jornal salsse pelo MFFA mas, o grupo de Londrina não concordou preferindo abrir uma sociedade própria.

Os estatutos da Sociedade Brasil Mulher foram calçados nos estatutos do MFFA com pequenas alterações, observando-se os fins a que se propunha.

A reunião da pauta do jornal Brasil Mulher nº 1, foi realizada em São Paulo e o grupo de anistia de São Paulo forneceu trabalhos e artigos para a confecção deste primeiro número. Na página dedicada à Anistia foi publicada a maior contribuição intelectual recebida pelo MFFA: o artigo do Dr. Alceu de Amoroso Lima, "Anistia e Reconciliação", conseguida pelo núcleo do Rio de Janeiro.

23 de dezembro – Estávamos com o Jornal entregue.

24 de dezembro – Por volta do meio dia, segue para Londrina pela Transbrasil, cópia da petição a ser dada entrada no Fórum de Londrina, pedindo registro do Jornal. Foi dado entrada no dia 29/12/1975 – sentença foi prolatada dia 7 de fevereiro de 1976.

O motivo da corrida contra o tempo é que queríamos aproveitar o Encerramento do Ano Internacional da Mulher, dia 28, no Museu de Arte Moderna, domingo às 14:00 horas.

Seria uma festividade organizada pelo Centro da Mulher Brasileira com Sede no Rio, e nós MFFA, compareceríamos a Convite, visto termos núcleos no Rio e ele ser muito atuante e ligado aos grupos locais.

28 de dezembro – O núcleo do Rio, sob a coordenação de Regina Van Der Weid e a já eleita Presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine, a Secretária Geral do MFFA, Margarida Naves Fernandes e uma Conselheira, Catarina Sabóia.

HISTÓRICO

Do ponto de vista trabalharmos no prelo dos murais do MFFA – O Centro da Mulher Brasileira, nos cedeu 2 grandes quadros, e às 14 horas, no começo das festividades, estávamos presentes, vendendo o Jornal Brasil Mulher nº 1, divulgando o nº 0, vendendo nossos cartazes da Anistia e com nossos murais em exposição.

Fizemos presença na hora dos depoimento. E a convite dos grupos femininos do Rio, nós do MFFA, encerramos o dia festivo e marco inicial de uma longa etapa a ser percorrida por todas nós.

15 de dezembro – Institucionalizamos o MFFA, com uma reunião de todas as sócias interessadas. Aprovamos Estatutos, elegemos o Conselho e a respectiva Diretoria que passou a ser assim formada: Presidente: Dra. Therezinha Godoy Zerbine Vice-Presidente: Lila Figueiredo Secretária Geral: Margarida Naves Fernandes Tesoureira: Yara Peres Santestevam

19 de dezembro – Escrevemos uma carta que foi encaminhada a Sua Santidade o Papa Paulo VI.

23 de dezembro – Fizemos uma Nota de Natal do MFFA. Enviamos para as redações dos jornais e rádios de São Paulo.

Soubemos que o Canal 4 – Tupi de São Paulo, transmitiu.

JANEIRO:

O MFFA assumiu a responsabilidade de 2.000 Jornais Brasil Mulher, para colocar. Esta seria nossa tarefa, divulgação e promoção do Jornal, a nível nacional e internacional e para as autoridades Presidência da República, Senado e Câmara.

O núcleo do MFFA no Rio de Janeiro, com a Coordenação de Regina Sodré Van Der Weid, começou um trabalho junto ao Conselho Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo.

FEVEREIRO:

6 de fevereiro – Fizemos um ofício a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), pedindo uma moção de apoio e solidariedade à Campanha da Anistia, e recebemos resposta de seu Digníssimo Presidente – Dr. Prudente de Moraes Neto.

MARÇO:

8 de março – Dia Internacional da Mulher. Todos os grupos de São Paulo, uniram-se para comemorar o Dia Internacional da Mulher no MASP (Museu de Arte de São Paulo).

Os grupos deliberaram que a Presidente do MFFA, coordenaria os trabalhos da mesa.

15 de março – Implantação do MFFA no Nordeste – de grande importância para nós. Escolhemos Fortaleza para Sede do Movimento e como núcleo irradiador.

As 10h. horas da manhã, entrevista para a Televisão Globo, no saguão do Hotel Beira Mar.

Ao meio dia, entrevista na Rádio Uirapuru, do noticiário local – entrevista de 10 minutos.

As 15:00 horas – visitamos o Arcebispo de Fortaleza, Dr. Aluisio Lorscheider.

As 20:00 horas – Conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes – 400



- pessoas presentes. O tema enfocado foi A Mulher na América Latina e Direitos Humanos. (Doc. nº 29).
- 16 de março — As 9:30 da manhã — entrevista no Saguão do Hotel Beira Mar para a Tribuna do Ceará.
Ao meio dia, almoço no Náutico com o pessoal do núcleo do MFPA local.
As dezesseis horas, visita a Secção da Ordem dos Advogados — Secção do Ceará. Como advogada a Presidente do MFPA, falou, propondo que eles nos apoiassem.
- 17 de março — Publicação da entrevista na Tribuna do Ceará.
Partida para o Recife.
As 14 horas, entrevista com Don Helder Câmara, na Sede do Arcebispo.
À noite, contatos com mulheres sensibilizadas pelo MFPA.
- 18 de março — Entrevista no Saguão do Hotel, com o Deputado Marcus Cunha, o Deputado mais votado do MDC de Pernambuco. Foi-lhe entregue o nosso Manifesto e a entrevista da Tribuna do Ceará do dia anterior.
O deputado se comprometeu a ler o nosso Manifesto da Tribuna da Assembléia e pedir que fosse inscrita nos Anais da Assembléia.
Ao meio dia, partida para Paraíba — chegada às 15 horas.
As dezesseis horas — entrevista para o Jornal O Norte e visita a Rádio Arapuan — entrevista que foi para o ar no noticiário da noite.
- 19 de março — Publicação da Entrevista do dia anterior na primeira página. Jornal que é lido em todo o interior do Estado.
Ao meio dia — Almoço no Centro com mulheres do local.
As 14 horas — visita a Don José Maria Pires, Acebispo da Paraíba — estava ausente, deixamos nosos cumprimentos.
A noite, as 20 horas, como houve contratempo com o local cedido para a Conferência da noite em frente a Sede onde seria realizada a Conferência, fizemos pequena palestra a céu aberto e demos abertura ao núcleo do MFPA na Paraíba. O Vereador Derivaldo Mendonça destaca da Tribuna da Câmara Municipal a importância do MFPA, e lê nosso Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia, da Tribuna da Câmara.
- 20 de março — Publicação da intervenção do Vereador Derivaldo Mendonça da Tribuna da Câmara Municipal de João Pessoa.
- 21 de março — Publicação da entrevista que tinha por fim, substituir a Conferência não realizada. O Norte, de Domingo — 21/3/76 —
- 22 de março — Partida para Bahia — Contatos com mulheres sensíveis ao MFPA. Visita ao Acebispo Don Avelar Brandão, que não estava presente, mais deixamos por escrito nossos saúdes e a que nos propunhamos.
- 23 de março — Entrevista ao Jornal da Bahia, marcando nossa presença e passagem pela Bahia.
- 24 de março — Visita a OAB — Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 25 de março — Visita de cortesia e agradecimento à Sede da ABI — Associação Brasileira de Imprensa.
- 27 de março — Foi eleita a Diretoria da Sociedade Brasil Mulher cuja Presidência coube a jornalista Marina D'Andrea.
Desta data em diante a Sociedade Brasil Mulher, passou a reger-se por seus Estatutos Regimentais.
O resultado da venda dos Jornais que ficaram sobre a nossa responsabilidade, foi de Cr\$ 7.590,00 'sete mil, quinhentos e noventa cruzeiros'.
Promovemos o Jornal Nacional e Internacionalmente.
- ABRIL:**
30 de abril — Participamos da Semana de Liberdades Democráticas em São Paulo, realizada na Universidade de São Paulo — USP.
No mesmo dia, o núcleo do MFPA do Rio Grande do Sul, participou da Semana de Liberdade Democráticas na Câmara Municipal de Porto Alegre.
A Presidente do núcleo do Rio Grande do Sul, Lícia Peres, marcou sua presença.
- MAIO:**
Participamos de reuniões em apoio ao Jornal Movimento, quando do encerramento do seu número 45 — que era exclusivamente dedicado à Mulher. Elaboramos uma carta aberta ao Exmo. Senhor Presidente da República, que foi publicada na íntegra pelo Jornal Brasil Mulher.
- JUNHO:**
4 de junho — Ato Público de apoio à Anistia, realizado na Universidade de São Paulo — USP.
Estiveram presentes, outros setores da população.
Na mesma ocasião, recebemos documento de apoio da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro — MDB.
- 16 de junho — O MFPA se fez presente na Câmara Municipal de São Paulo, no dia em que o Senador Teotônio Vilela, falava sobre Liberdade e Democracia.
- 20 de junho — Assembléia da Pastoral Operária, Grupo de Mães, Creches de Mulheres da periferia de São Paulo.
O MFPA, se fez representar e usou a palavra quando aberta aos convidados.

MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA PELA ANISTIA

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que so cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a Anistia, Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este Movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO.



ANISTIA E RECONCILIAÇÃO

Alceu Amoroso Lima



As mulheres não são intrinsecamente melhores ou piores do que os homens. Nem os moços melhores ou piores do que os velhos. Nem as oposições melhores ou piores do que os governos. E no entanto é sobretudo com as mulheres, com os moços e com as oposições que temos de contar, neste nosso mundo moderno, se ainda subsiste alguma esperança de atravessarmos, sem uma terceira guerra mundial, esta passagem de uma civilização baseada na onipotência do capital. Para uma civilização baseada na sua humanização, pela liberdade da política e pela justiça social. Temos de contar com as oposições, a despeito dos espetáculos desalentadores que ultimamente nos têm oferecido, em Portugal, pois a marcha ao absolutismo político não é privilégio, nem da direita nem da esquerda, e sim um vírus corrosivo que ataca atualmente os governos, como sempre contaminou ao longo da história, os detentores do poder. E hoje mais do que em qualquer tempo, dada a profunda transmissão digo transmutação de

valores de que está participando o mundo inteiro, mormente com o poderio militar tremendo de que os governantes desfrutam em face das oposições desarmadas.

Temos de contar com a juventude, embora o exemplo de 1968 em França tenha sido uma decepção, exatamente porque lhe foi dada, de um momento para outro, uma responsabilidade, para a qual não estava devidamente preparada. E se isso ocorreu em França, onde a tradição cultural e mesmo educacional vem de séculos, que diremos entre nós, onde especialmente há doze anos essa juventude, em que afinal estão as forças biologicamente mais vivas da nacionalidade, vem sendo sistematicamente marginalizada, traída e frustrada em suas esperanças e em sua indispensável preparação política para a futura participação no poder.

Temos de contar, acima de tudo, com mulheres, a despeito do que acabamos de assistir nos Estados Unidos, se quisermos realmente que a paz e a liberdade não sejam apenas

metas teóricas ou ideal remotos, e sim instrumentos imediato e eficazes para que essa transmutação de valores, em que toda a humanidade está engajada e nós com ele (pois não somos, nem de modo a poupar o mais possível, à nossa humanidade, a volta a uma nova idade antropogógica.

Foi aquele humilde e formidável João XXIII, ao marcar com seu efêmero pontificado uma data irreversível na história da Igreja, que resumiu, em uma síntese memorável, os três pontos cruciais dos novos tempos em seu aspecto racional e projetivo: a elevação social das classes trabalhadoras; o fim do colonialismo e a promoção do sexo feminino. Esse último ponto é que explica a proclamação deste ano de 1975 como sendo o Ano Internacional da Mulher. Se as mulheres não são, por natureza, melhores ou piores do que os homens, sempre foram tratadas, em todas as grandes civilizações, com inferiores aos homens. E de modo paradoxal, na civilização jurídica por excelência, como ao menos pretendeu ser a civilização romana. A correção dessa anomalia, tanto jurídica como religiosa, moral, econômica e cultural, e que representa ou pelo menos deve representar a finalidade de um ano oficialmente proclamado, com Ano Internacional da Mulher.

Entre nós, dadas as condições históricas, em que nos encontramos, todos sabem o papel que as mulheres representam no início desta última fase política de nossas instituições nacionais. Pois bem, seja qual for o juízo que se tenha a respeito desse papel por elas representado em 1974, cabe-lhes em 1975, uma tarefa ainda mais relevante. Cabe-lhes a restituição ao povo brasileiro, dessa palavra que o Papa Paulo VI, poucos meses atrás, proclamou como sendo a fórmula capaz de trazer ao mundo moderno, se não ficar apenas na palavra, e que mais lhe falta neste momento crucial de sua história. Nesta hora, marcada universalmente pela violência, pelo fanatismo, pelo sectarismo, pelas guerras, crises e revoluções, a palavra redentora é Reconciliação. Assim falou o Santo Padre. Assim deveremos falar em nossa terra, nest e momento histórico em que está em jogo o próprio destino do nosso futuro. Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia. A anistia para os crimes políticos, como encerramento de uma época e como abertura de um novo momento histórico em que em jogo o próprio destino do nosso futuro. Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia. A anistia para os crimes políticos, como encerramento de



uma época e como abertura de um novo momento histórico. Se quisermos preservar a nossa unidade nacional, comecemos pela Anistia. Se quisermos vencer a nossa atual crise econômico-financeira, reflexo da crise universal, Anistia. Se quisermos combater o terrorismo, Anistia. Se quisermos que a condição lamentável do nosso homem de campo se humanize, Anistia. Se quisermos que nosso parque industrial, o maior da América Latina, não seja uma colossal usina de poluição mas um processo de elevação social do operário urbano, Anistia. Se quisermos que o nosso Desenvolvimento seja realmente humano e não apenas

econômico, Anistia. Se quisermos que o nosso futuro seja digno de nossas tradições do passado, na voz de Rui Barbosa, Anistia. Se quisermos que nossas forças armadas sejam herdeiras da lição de Caxias Anistia. Se quisermos que o nosso povo participe realmente do futuro de nossas instituições e não seja apenas instrumento de oligarquias nacionais ou interesses econômicos multinacionais, Anistia. Se quisermos, em suma, defender a nossa independência nacional e preparar a lição de humanismo brasileiro, com que podemos colaborar para a civilização universal, como potência mundial que um dia seremos, recomece-

mos pela Anistia.

Ora, se é verdadeiro como creio, aquele famoso ditado francês, que nos diz "se que femme veut Dieu le veut" pois Deus quer o que as mulheres querem, não vejo então obra mais digna de ser empreendida pelas mulheres brasileiras, nest e não que também lhes pertence, do que a cruzada pela anistia política. Quem sabe até se esse movimento virá trazer, para o Brasil, o nosso primeiro prêmio Nobel, prêmio da paz e da fraternidade, prêmio de Reconciliação de um povo consigo mesmo. Este o apelo que ousa fazer às mulheres brasileiras neste ano Internacional da Mulher.

EM TORNO DA MODA DOS "SLOGANS"

Barbosa Lima Sobrinho

Os slogans também têm moda. Não sei quem os fabrica, nem procuro saber. Possuem vida própria, capaz de excluir a preocupação da paternidade. Basta-lhes a divulgação, que os torna presentes a todos os olhos e a todos os ouvidos. A repetição não é apenas uma figura retórica ou a mãe da sabedoria, como se costuma dizer: é também a alma da lógica. Mais vale repetir do que ter razão, poderia ser um provérbio que, se ainda não existe, por certo deveria existir. No fundo, um pouco daquele aforismo, de que "água mole em pedra dura, tanto bate, até que fura". Se não chega a convencer, acaba com a vontade de contestar. Vencendo pelo cansaço. O vae victis! Também se aplica aos que se calam.

Mas há slogans que cabam se desenvolvendo com a repetição, ao provocarem mais revoltas do que aplausos. Como aquele conhecido "Brasil - ame-o ou deixe-o", que chegara como artigo de importação, mal dissimulando o carinho das autoridades alfandegárias. Surgira nos Estados Unidos, como uma intimidação aos negros, quando não quisessem aceitar a lei dos brancos. Era, no fundo, argumento de discriminação racial. Mas aplicado a qualquer outro país, que não tivesse os mesmos problemas, soava como disparate, senão como revelação de discriminação política, tão extrema quanto a discriminação racial.

O direito à nacionalidade é o mais sagrado de todos os direitos da pessoa humana, uma vez que vem do nascimento ou do sangue, o que vale dizer que conferido pela própria vida. Nasce-se brasileiro, como se nasce francês, inglês ou americano.



Não é, pois, uma concessão, muito menos uma outorga. É um fato, por si só gerador de direitos. Lá está, na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, o preceito inarredável, no Artigo XV: "Todo homem tem direito a uma nacionalidade". A em que nasceu, a que veio do sangue ou a que preferiu adotar, por ato voluntário de naturalização. Um direito essencial à própria vida e ao exercício das atividades. Poder-se-á dizer que existe a criatura humana, num mundo dividido entre nações, sem o direito à nacionalidade?

O homem sem pátria, o heimatlos, não passa de um proscrito, como se

pudesse caber a qualquer Governo a faculdade de revogar o próprio ato de nascer, que vincula, para sempre a pessoa humana à Nação em que chegou ao mundo. Para mudar de pátria, se assim o entender, por ato de vontade, terá que preencher condições de fato, que possam equivaler ao ato de nascer. Por isso o direito à nacionalidade se apresenta como o mais sagrado de todos os direitos, quase como condição para a existência de outros direitos. No mundo moderno, um indivíduo sem carteira de identidade e sem passaporte, é quase como se ainda não houvesse nascido. Como, pois, recusar tais documentos aos que pleiteiam, sob a proteção do direito à nacionalidade, consagrada na Declaração dos Direitos da Pessoa Humana?

Em países que não aceitaram essa Declaração Universal, ainda seria possível contestar esse direito à nacionalidade. Mas nos que a promoveram e homologaram, tomou o sentido de um compromisso, em que foi empenhada a palavra do próprio país que a subscreveu. Assinala-se que esse importante documento internacional surgiu como uma reação contra uma guerra desumana, que fizera ressurgir a lei da selva, com a bomba atômica, os bombardeios aéreos, o morticínio das câmaras de gás, o imenso sacrifício da população civil nas cidades devastadas. Era como um esforço, com que os signatários da Declaração procuravam significar, que ainda não haviam desertado da Humanidade, como quem procurasse resgatar, com uma demonstração de generosidade, a violência e a brutalidade, com que a guerra se fizera. Como entenier, em face de propósitos tão



altos; que se viesse a insistir naquele slogan discriminatório, com que os brancos contestavam os direitos dos negros, na pátria de Abraão Lincoln?

Mas se não aceitava esse slogan, não saberia como reprovar outros, que pudessem aparecer, apoiados a sentimentos mais louváveis. Como este último, que acaba de aparecer: "Pátria é a União de todos", que vale por um programa de paz e de confraternização. Se valer, não apenas como slogan, mas também como realidade, virá desmentir os que o arrolam entre manifestações de simples hipocrisia, que ainda seria, no conceito de La Rochefoucault, uma homenagem à virtude. Não é menos significativo o cartaz que o expressa, apresentando, em relevo, todo o território nacional, cercado por uma enorme ciranda de criaturas humanas, todas de mãos dadas, como que a simbolizar a reconciliação nacional.

Divergências de opinião e de inte-

resses existem, por certo, em qualquer país. Mas não devem ser consideradas como obstáculos definitivos ou manifestações de incompatibilidade sem remédio. Não passam dessas divergências, que estamos acostumados a encontrar dentro de uma mesma família.

E o que é que acontece, com essa luta de família? Mesmo quando chegam a alcançar a faixa dos agravos pessoais, talvez mesmo do pugilato, acabam não resistindo ao tempo. O esquecimento pouco a pouco as apaga. Nem foi por outra razão que um grande centro de civilização, como a Grécia dos tempos antigos, soube incorporar às suas instituições políticas o remédio da anistia, para que as divergências passadas não constituíssem obstáculo ao seu progresso, nem viessem a valer como obstáculos à segurança nacional que se tornaria precária, se não apoiasse na unanimidade de seus filhos.

Foi com essa inspiração que, ainda há pouco reuniu-se no México o

Congresso Internacional das Mulheres. Edele partiu o programa admirável, que procura estabelecer, por toda a parte, a exaltação da Reconciliação Nacional, que não poderá ter por alicerce senão o esquecimento das lutas e dos agravos anteriores. Na convicção, em que estava o Congresso, de que tudo se tornaria mais fácil, sob o apanágio de confraternização.

Foi Churchill quem, num momento crucial para a sua pátria, soube afastar com um gesto imperioso, debates que poderiam comprometer a unidade de seu povo. Fizera ver, com a eloquência de sua formidável oratória, que era indispensável esquecer o passado, para salvar o futuro. Como quem desejasse ajuntar, para a vitória, todas as forças de seu país, numa unanimidade de que já valia, por si só, como uma manifestação de grandeza, de todos que para ele concorreram, convencidos de que, realmente, a "Pátria é a união de todos".

CONFERÊNCIAS

AS CONFERÊNCIAS DO MFPA

11/7/75

Local: Câmara de Vereadores de Porto Alegre - Rio Grande do Sul "A mulher latino-americana, tem consciência exata de sua problemática e ela é revoltada, angustiada e toda emoção. Ela grita ao mundo os seus problemas. Mas o grito, é a fala dos que não são ouvidos. Até dentro de seus países elas são marginalizadas do processo de libertação dos seus povos. O condicionamento é econômico, político e cultural". T.G. Zerbine.

10/9/75

Local: Associação Brasileira de Imprensa - Rio de Janeiro Mesa redonda sobre o tema "A Mulher e a Paz". Conferencistas convidados: Therezinha G. Zerbine, Tristão de Athayde, Rose Marie Muraro e Barbosa Lima Sobrinho.

27/9/75

Local: Câmara de Vereadores de Londrina - Paraná "Ninguém no Brasil, neste momento, pode dizer que está vivendo em Paz. A Anistia é uma coisa que está no coração de cada um". "A Anistia aos brasileiros atingidos pelos atos de exceção é um dever da consciência de cada um", salientando que o movimento que encabeça, se atingir seus objetivos, será uma "saída honrosa e digna para a pacificação do país", que segundo a líder, atualmente está dividido. T.G. Zerbine.

3/11/75

Local: Auditório do Colégio Sion - São Paulo Em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, cujos princípios são: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, o Movimento Feminino pela Anistia, convida para a Conferência cujo tema será: "A Paz Fundamental na Justiça".

8/3/76

Local: Museu de Arte de São Paulo - São Paulo Comemoração do Dia Internacional da Mulher. Na mesa, representantes de vários grupos femininos, que em síntese, lutam pelo mesmo fim: maior participação da mulher na

sociedade; igualdade de direitos; diagnósticos e resoluções do problema da mulher, além da luta pela Anistia, uma importante bandeira, empunhada com todo empenho pelo Movimento Feminino pela Anistia.

15/3/76

Local: Fortaleza Entrevista no Canal 10 - TV Globo Entrevista na Rádio Uirapuru Conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes - "A mulher Latino Americana e os Direitos Humanos". Entrevista à Tribuna Cearense "O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia, no momento, consiste em semear idéias de justiça e liberdade, que esperamos, caíam em terras férteis das mentes e dos corações das mulheres e homens deste país. O trabalho, se fundamenta na justiça e conduz à liberdade".

16/3/76

Local: João Pessoa - Paraíba Entrevista na Rádio Arapuã

19/3/76

Conferência feita em frente à Sede das Voluntárias, que negaram o Auditório. A mensagem em forma de palestra, foi realizada "a céu aberto".

23/3/76

Local: Salvador - Bahia Entrevista no Jornal da Bahia. "Convicta de que a Anistia "se fundamenta na justiça e conduz à liberdade", Therezinha Zerbine atuou na Conferência do México, disposta a não deixar que aqueles momentos fossem só aqueles, que todas as idéias não se perdessem nelas próprias. Com a delegação americana, ela tirou um documento de três pontos, que, em síntese são a não proliferação das armas atômicas, Anistia a todos os Norte Americanos, presos por se recusarem a lutar no Vietnã e Anistia "incondicional" aos homens e mulheres presos políticos em todo o mundo".



Exmo. Senhor
General Ernesto Geisel
D.D. Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto - Brasília D.F.

Senhor Presidente

Nós, mulheres brasileiras, que neste Ano Internacional da Mulher, escolhemos uma forma honrosa e digna para colaborarmos com a pacificação da família nacional, papel este que a mulher brasileira cumpriu, nos congregamos em um movimento que se denomina "Movimento Feminino pela Anistia".

Nosso trabalho, de âmbito nacional, se desenvolveu em torno de um manifesto que coletava assinaturas, com a finalidade de pedir ao Presidente da República a Anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção, já que pela presente Constituição, somente a ele cabe outorgar o diploma legal.

Assim, vimos respeitosamente, a presença de V. Excia., pedir a oportunidade de uma audiência na qual estabeleceríamos um diálogo franco e aberto e teríamos a oportunidade de passar as suas mãos o fruto de nosso trabalho ou seja, mais de 12.000 assinaturas; V. Excia., nessa ocasião poderíamos então sentir melhor as aspirações do Movimento outorgando o apelo da Mulher Brasileira de viva voz, através de suas representantes.

No caso de ser positivado o nosso pedido pediríamos que a data fosse a de 12 de agosto, pois precisamos de tempo para providenciar a chegada das delegadas estaduais em Brasília, centro do poder nacional.

Certas de sermos atendidas em nossa justa aspiração, a de dialogar com o Presidente de todos os brasileiros, sobre um tema de tanta grandeza e, que a nós diz muito, por sermos geradoras e transmissoras de vida e responsáveis pela formação e transformações da sociedade do amanhã, esperamos confiantes.

Cordialmente

Therezinha Godoy Zerbine

S. Paulo, 31 de julho de 1975



A Sua Santidade

Papa Paulo VI

Vaticano - Roma

Enjamos a mão de Vossa Santidade com nosso humilde respeito e veneração.

Nós, mulheres brasileiras, cidadãs da maior nação católica do mundo, neste Ano Internacional da Mulher, consagrado a nós pela organização das Nações Unidas, inspiradas na posição do saudoso Santo Padre João XXIII, vimos à presença de Vossa Santidade para dar conhecimento do Manifesto da Mulher Brasileira a favor da Anistia aos presos e condenados políticos.

"Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro (político) nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos

NOSSA CORRESPONDÊNCIA

quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação".

Pensamos estar amparadas pelas palavras de Vossa Santidade na Encíclica Populorum Progresso - quando em Bombaim: "O Homem deve encontrar o Homem, as Nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade".

Por ocasião da abertura do Ano Santo, Vossa Santidade apelou aos governos do mundo inteiro no sentido de que concedessem anistia a todos os presos políticos.

O Movimento Feminino pela Anistia, se fez representar oficialmente na Conferência Internacional da Mulher, na cidade do México e, inspirado na grandeza do desejo de Vossa Santidade, lançou também, o mesmo apelo.

Anistia Incondicional e irrestrita aos presos políticos de todo o Mundo; aos resistentes de guerra e aos banidos e exilados por fazerem oposição a seus governos.

Nosso Manifesto se respalda, até o momento, na assinatura de quinze mil mulheres brasileiras que anseiam pela Paz a qual, nesse momento, se consubstanciará na outorga legal do Decreto da Anistia.

Rogamos a mediação de Vossa Santidade como Líder Espiritual e Representante de Cristo.

Pedimos nós, mães, irmãs, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres de boa vontade, ajuda para que se faça chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, o apelo no sentido de que, ainda neste Ano Santo, seja outorgado o Diploma Legal da Anistia, comemorando-o de forma positiva e conduzindo nossa Pátria para a Liberdade, Justiça e Paz.

Rogamos a bênção para o Movimento em que nos empenhamos nascido das Santas palavras e anseios de Vossa Santidade.

Deus guarde Vossa Santidade por longos e longos anos.

Cordialmente,
Therezinha Godoy Zerbine
- Presidente -



Exmo. Senhor

Líder da Bancada do M.D.B.

Senado Federal - Brasília DF

A mulher brasileira, conscia de seus direitos e deveres de cidadã, vem à presença da liderança do MDB, neste Congresso Nacional trazer a sua posição política que se afirma no seguinte manifesto perante a Nação.

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a Anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

São 12.000 assinaturas de Brasileiras de todos os recantos deste país continente, forças dinâmicas da nacionalidade que apelam à solidariedade da classe política para que também repudiem a dicotomia em que vivemos, os dois Brasis, um dos convenientes, outro dos inconvenientes.

Rui já dizia "não podemos chamar de inimigos da Pátria os que nos fazem oposição".

A Anistia se faz uma necessidade imperiosa. Ela virá fortalecer a união e desarmar os espíritos. Desarmados os espíritos estarão abertos os caminhos para o diálogo, a



concordia e o entendimento fraterno entre nós.

Apelamos a esta liderança que faça público este documento a todos os participantes da bancada e esperamos confiantes a adesão, para a idéia força da Anistia, e para que ela se transforme em cada um num imperativo de consciência.

Therézinha Godoy Zerbine — Coordenadora

Obs: O mesmo ofício, foi encaminhado às lideranças da ARENA.



Therézinha Godoy Zerbine

Acuso recebimento carta 31 de julho na qual solicita entrevista chefe do governo para entregar memorial Movimento Feminino pela Anistia. Acordo normas sobre audiências expedida início governo, o senhor Presidente da República não concede entrevistas para recebimento memorias, convites ou documentos semelhantes. Sugiro, pois, encaminhar documento por intermédio Gabinete Civil para apreciação. Cordiais saudações.

NOSSA CORRESPONDÊNCIA

Golbery do Couto e Silva — Ministro Chefe Gabinete Civil



8/8/75

Exmo. Senhor

General Golbery do Couto e Silva

D.D. Ministro Chefe do Gabinete Civil.

Palácio do Planalto — Brasília D.F.

O Movimento Feminino pela Anistia acusa recebimento do telex do dia 26 de agosto em resposta a carta enviada dia 31 de julho onde solicitamos entrevista a D.D. Chefe do Governo com a finalidade de entregar memorial e estabelecer diálogo com o Presidente de todos os brasileiros. Não era de nosso conhecimento as normas existentes. Ficamos felizes com a possibilidade de o fazer através da chefia da Casa Civil, para apreciação. O MFFA representado por sua Coordenadora Nacional estará em Brasília nos dias 12 e 13 e respeitosamente pede a V. Excia. a oportunidade de uma entrevista. Caso afirmação positiva responder para Therézinha Zerbine.

ADESÕES



A

ILMA. SRA.

D. TEREZINHA GODOY ZERBINI

MD. COORDENADORA DO MOVIMENTO DE ANISTIA EM SÃO PAULO

CAPITAL

Prezada Senhora

O Legislativo Municipal, em atenção ao que foi requerido pelo Vereador Clovis Soares Azevedo, Vice-Presidente desta edilidade, sente-se sumamente honrado em comunicar que na Sessão Ordinária realizada nesta data foi aprovada, por unanimidade, Moção de Apoio ao Movimento de Anistia, conforme cópia que anexamos, para conhecimento.

Queira no ensejo Vossa Senhoria aceitar a expressão do nosso mais alto apreço.

DANILO DELÁCIO
Presidente



DEPARTAMENTO DE JUVENTUDE DO MDB — SÃO PAULO

AO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

No Programa do MDB a luta pela Anistia é colocado como um dos pontos de grande importância.

Diz o Programa de Ação no Plano Político:

"O MDB prosseguirá na sua luta:

pela anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbitrio, praticados a partir de 1º de abril de 1964."

Nos momentos marcantes da luta emedebista o compromisso com a Anistia tem sido sempre reiterado.

Em 1973, o lançamento da anti-candidatura à Presidência da República o deputado Ulisses Guimarães Presidente Nacional do MDB disse em seu pronunciamento que a "Anistia é Pacto de Honra de nosso Partido."

A Anistia tem sido, ainda, tema das lutas dos emedebistas nos parlamentos, nas concentrações e nas reuniões do Partido.

Por ocasião da entrega do Documento do Movimento Feminino Pela Anistia, em Brasília, o MDB, através de sua

liderança no Senado introduziu o manifesto nos anais da Casa e se solidarizou com ele.

No lançamento do 1º documento da Juventude do MDB, São Paulo em 1974, destacamos a "Anistia dos Presos Políticos", entre nossos pontos de luta.

Hoje, nós do Departamento de Juventude do MDB de São Paulo, fiéis ao Programa Partidário, colocamo-nos ao lado do Movimento Feminino pela Anistia, por um dos pontos mais altos da luta Geral pela redemocratização e pelo restabelecimento do Estado de Direito.

WALDIR JOSÉ DE QUADROS
PRESIDENTE

ANTONIO ROQUE CITADINI
VICE PRESIDENTE

São Paulo, 04 de junho de 1976



Exma Sra. Dra. Therézinha Godoy Zerbine

DD. Presidente do Movimento Feminino pela Anistia

Senhora Presidente,

Acusamos o recebimento de sua carta de 6 de fevereiro corrente, cujos dizeres mereceram a nossa melhor atenção.

Ficamos cientes da criação do Movimento Feminino pela Anistia, de atuação nacional que numa primeira etapa de trabalho, em agosto de 1975, conseguiu 12.000 assinaturas comunicadas às autoridades da República. Tomamos conhecimento, igualmente, da oficialização do Movimento o que certamente lhe dará condições para posterior desdobramento. Finalmente, nos inteiramos do apelo para que os jornalistas se juntem às integrantes do Movimento para seu fortalecimento.

É com a maior satisfação que lhe declaramos que a ABI, desde a sua fundação, em 1908, sempre considerou a anistia como o remédio indicado para superar as mais graves crises políticas e institucionais. Tendo presentes as lições da História brasileira e de modo especial os exemplos do Duque de Caxias, os jornalistas jamais se negaram a apoiar movimentos destinados a alcançar a paz da família brasileira. Em diversas oportunidades a ABI empreendeu e levou a bom termo campanhas destinadas a anistiar jornalistas presos ou processados por delitos políticos.

Esta convicção do quadro social da ABI quanto à justiça da anistia como remédio para males que entorpecem a sociedade brasileira, tem se traduzido sobretudo na oportunidade das suas Assembléias Gerais, quando moções e



apelos a favor da anistia são aprovadas por unanimidade e levadas ao conhecimento da opinião pública como expressão do sentimento sempre renovado e, por isso mesmo, cada dia mais forte, dos homens de imprensa. A título de exemplo, anexamos ao presente cópia da Moção apresentada pela Assembleia-Geral de 1975, em perfeita consonância com as nobres aspirações do Movimento Feminino pela Anistia.

Pelas razões expostas e certos de interpretarmos a vontade do quadro social, só nos cabe aplaudir a campanha desenvolvida pelo Movimento, convictos de que a sua vitória final corresponderá aos justos anseios dos jornalistas em geral.

Aproveitamos a oportunidade para lhe apresentar votos de respeito e admiração,

PRUDENTE DE MORAES, neto
Presidente



MOÇÃO

Considerando que este é o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, comemorado pela ONU (Organização das Nações Unidas);

Considerando que a anistia é inscrita no programa do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, atualmente em vigor e registrado no superior Tribunal Eleitoral;

Considerando que todos os setores buscam a união, a fraternidade, a paz e o diálogo entre todos os brasileiros; Considerando que a Igreja, também no ano de 1974, considerou e refletiu sobre os Direitos da Pessoa Humana;

Considerando que o imortal DUQUE DE CAXIAS, foi um dos brasileiros históricos que maior contribuição e exemplo, ofereceu a concordia e paz e união entre os Brasileiros, cuja data do Soldado transcorreu dia 25 de agosto de 1975;

Considerando que o estatuto da anistia foi usado por mais de 50 vezes desde a República até Getúlio Vargas;

Considerando que não nos movem sentimentos de ressentimentos ou de desrespeito as autoridades constituídas da República, para o apelo que fazemos, em prol da anistia ampla;

Requeremos se ouvindo o Egrégio Plenário e tendo em vista que já se encontra memorial no Congresso Nacional,

no Senado da República, com o Senador FRANCO MONTORO e com o apoio democrático do Senador JARBAS PASSARINHO, da Aliança Renovadora Nacional, requeremos esta moção de apoio, indo ofício ao Senador Franco Montoro, ao Senador Franco Montoro, digo, ao Senador JARBAS PASSARINHO e a Exma. Coordenadora do Movimento em São Paulo, sra. TEREZINHA GODOY ZERBINI, rua José de Freitas Guimarães, Pacaembú.

Campos do Jordão, 29 de agosto de 1975.

Vereador Clovis Soares Azevedo, MDB



Natal de 1975

O Movimento Feminino pela Anistia, neste Natal de 1975 se une a todas as preces, agradecendo a Deus, a Fé e a esperança no coração dos homens de boa vontade, em viver num mundo de Paz.

E pede, que o trabalho da mulher Brasileira, neste Ano Internacional da Mulher, pedindo Anistia visando a pacificação da família brasileira, seja coroado de êxito.

Que a Concorrência, a Paz e a Justiça e os Direitos Humanos, sejam regra de bem viver numa Pátria de irmãos. Natal de 1975

Therezinha Godoy Zerbine
Presidente
MFFA

D. EVARISTO REZA MISSA PELA ANISTIA

O Movimento Feminino pela Anistia, com o apoio da Comissão de Justiça e Paz e do Centro Acadêmico XI de Agosto, promoverá hoje, em São Paulo, às 17 horas, na igreja São Francisco, (largo São Francisco), uma missa ecumênica pela anistia dos presos políticos e cassados por razões políticas. A missa será celebrada pelo arcebispo metropolitano, dom Paulo Evaristo Arns. Iniciado por um grupo de mulheres, o movimento já colheu 15 mil assinaturas para o pedido de anistia que encaminhará à Presidência da República, Congresso e Judiciário, nos próximos dias 12 e 13.

O CONGRESSO DO MÉXICO

MANIFESTO DAS MULHERES LATINO-AMERICANAS

AS MULHERES LATINO-AMERICANAS, que participamos na Semana do Ano Internacional da Mulher, representando organizações e instituições, não governamentais, conscientes de nossa realidade, declaramos que:

1. Questionamos as atuais estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, por serem dependentes, manipuladoras e alienantes.

2. A luta pela nossa liberação se nos apresenta como uma dupla tarefa: como mulheres frente a uma problemática feminina e universalmente como cidadãs frente a uma realidade latino-americana de exploração e dominação cultural.

3. Propomos e comprometemo-nos a lutar pela mudança de ditas estruturas opressoras, para conseguir a liberação da mulher, sua igualdade

com o homem e contribuir positivamente para o desenvolvimento e integração de nossos povos latino-americanos.

4. Propomos que, através dos diferentes agrupamentos nacionais, as mulheres desenvolvam uma consciência "latino-americana".

5. Exigimos que sejam modificadas as leis civis, trabalhistas e penais lesivas à dignidade da pessoa humana e discriminatórias em razão do sexo, assim como as que atentam contra a realização da mulher. E que se adotem e se cumpram leis para proteger sua função de maternidade.

6. Protestamos energicamente contra a exploração comercial da mulher como símbolo e objeto sexual; contra sua utilização como sujeito e objeto e contra sua prostituição e coisificação.

7. Exigimos uma crescente e efetiva participação feminina em todos

os cargos eletivos, em todos os níveis da administração pública e em todos os centros de decisão do poder político com igualdade de oportunidades e condições.

8. Comprometemo-nos a fortalecer a família, como núcleo moral da sociedade e determinante sociológico do indivíduo, mas lutaremos contra seu caráter de célula econômica baseada na arbitrária divisão do trabalho.

9. Para que não seja desperdiçada a energia da mulher só em trabalhos domésticos e possa participar no desenvolvimento integral do seu país, propomos: que as tarefas domésticas sejam em sua maior parte socializadas, criando-se uma infraestrutura de serviços tais como: dispensas, cozinhas e lavanderias beratas, assim como cooperativas de produção e consumo, de artigos de primeira necessidade.



10. Exigimos que sejam revistos os sistemas educacionais atuais para que tendam em direção a uma consciência liberadora que propicie as necessárias mudanças estruturais da sociedade.

11. Que cada pessoa receba uma adequada educação sexual que lhe permita assumir suas responsabilidades perante a sociedade.

12. Reconhecemos o direito inalienável de cada mulher para determinar sua própria fecundidade.

13. Protestamos energicamente contra a esterilização involuntária e contra os métodos anticoncepcionais impostos.

14. Pedimos aos governos dos países envolvidos, dar soluções humanas, aos problemas dos trabalhadores imigrantes, legais ou ilegais, temporários ou residentes.

15. DEMANDAMOS ANISTIA PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS NO MUNDO E REPUDIAMOS TODA PERSEGUIÇÃO POR CAUSAS IDEOLÓGICAS.

16. Pedimos que se estenda a segurança social ao campesinato e se torne efetivo seu direito a sindicalizar-se.

CONCLUSÃO:

Propugnamos realizar nossa luta conjuntamente com o homem, como expressão de verdadeira integração e igualdade humanas dentro do contexto de nossas realidades latino-americanas.

FALA DO MÉXICO

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz.

"A terceira meta do Ano Inter-

nacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela Paz Mundial".

Amparadas em idéias de justiça e de paz e nos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos propor que aqui, nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção em que peça Anistia Política a todos os presos do mundo, homens e mulheres.

A Anistia é um instituto do Direito do Processo Penal, entretanto, para nós significa muito mais: é uma bandeira que vai além dos interesses dos partidos e interesses da nacionalidade.

A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos, nas nações onde existir sua aplicação.

A Anistia conduz à Liberdade, Desenvolvimento e Paz, são termos indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre os outros.

Estabelecerá a Paz e a Concórdia em cada Nação. Sem justiça não há Paz, sem Paz não há desenvolvimento global.

O desenvolvimento compreende: liberdade política, cultural e econômica.

A Anistia é um imperativo, para modificar as atitudes e a conduta que são o resultado do condicionamento cultural, econômico e político.

Nós, mulheres de todo o mundo, devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia conduzindo à meta da pacificação da família nacional.

Partindo daí, consequentemente, é mais fácil obter entendimento para a Paz Mundial.

Conferência do Ano Internacional da Mulher
Cidade do México.

RECOMENDAÇÃO FEITA POR ORGANISMO INTERNACIONAIS

(Todos os Movimentos Feministas do Mundo)

Moções de Paz acrescentadas ao Plano de Ação no Congresso Internacional da Mulher no México:

1º - Porque o Plutônio é o elemento mais perigoso que a Humanidade conhece, radioativo por 500.000 anos, apelemos às Nações Membros desta conferência para que se unam a fim de interromper toda e qualquer proliferação de poder nuclear, militar e comercial, e que faça apelo a toda a tecnologia conhecida, pesquisa, recursos esforço a ser despendido para eliminar os resíduos radioativos que já estão acumulados.

2º - Pedimos que todas as Nações adotem, com autoridade, posições que concedam a Anistia Incondicional a todos os detentores de Guerra e Prisão Políticos, e que concedam aos indivíduos o Direito Humano de escolher o exílio em oposição à pena de morte.

3º - Recomendamos que as Nações Unidas na próxima reunião da Assembléia Geral marque uma data, uma conferência de Desarmamento Mundial em 1977 na qual a Mulher participe em termos de igualdade com o Homem, não apenas como membros de governo mas como membros de organizações não governamentais.

CARTA ABERTA

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil General Ernesto Geisel.

Nós, mulheres preocupadas com a situação da mulher na sociedade brasileira, interessadas em discuti-la amplamente e em agir no sentido de modificá-la, vimos através desta manifestar nosso repúdio à violenta censura exercida sobre a Edição Especial que o jornal "Movimento" pretendia lançar em seu número 45, sobre um tema único: "O Trabalho da Mulher no Brasil" e reivindicar a liberação, na íntegra, do material censurado.

A preparação dessa Edição envolveu esforços de dezenas de pessoas em todo o país - jornalistas, grupos de estudos, movimentos feministas e femininas, e a população feminina em geral através de seus depoimentos. Grupos de pessoas se debruçaram sobre as estatísticas do IBGE,

em busca de um quadro exato sobre o trabalho feminino nos diversos setores de atividades: enquanto repórteres percorriam o país em busca do retrato das condições de vida das trabalhadoras - desde as professoras no interior de Minas Gerais, até as varredoras de rua em Salvador, passando pelas "bóias-frias", pelas secretárias, pelas empregadas domésticas, trabalhadoras na indústria e muitas outras.

A matéria final - que resultou em 305 laudas mostrava alguns pontos essenciais: a dupla jornada de trabalho da mulher (dentro e fora de casa); a função econômica de seu trabalho doméstico, sua condição de força industrial de reserva, chamada para o trabalho remunerado em épocas de crise; as diversas discriminações subalternas abandonadas pelos homens em função do baixo salário; a remuneração inferior à do homem

pelo mesmo trabalho; a falta de infraestrutura social que lhe possibilita melhores condições para o exercício de sua função (creches, restaurantes populares, etc.), e sua marginalização incipiente visando modificar sua situação concreta.

No entanto o amplo acesso a essas informações que nos foi violentamente negado. A redação do jornal "Movimento" nos informou que, de 305 laudas de texto enviadas ao Departamento de Polícia Federal para censura prévia, 287 laudas foram vetadas. Das 69 fotos enviadas, 58 foram vetadas. De 13 desenhos e vinhetas, 6 foram vetados. E, finalmente, de 12 tabelas com estatísticas do IBGE sobre trabalho feminino, 10 foram vetadas.

Neste ponto, é necessário ressaltar que a censura específica com relação ao tema "Mulher" vem se manifestando também em outros setores,



tais como: livros de Rose Marie Muraro, peças de teatro e até mesmo pesquisas sobre a situação da mulher brasileira que constam na Bibliografia realizada pela Fundação Carlos Chagas, e vetada nesta Edição do jornal "Movimento".

Desta forma, consideramos absurdo o fato de a mulher poder viver esta situação e não poder ser informada a respeito dela. Ficamos, portanto, impossibilitados de ter uma perspectiva abrangente e não apenas individual de nossa realidade, sendo também negada a tentativa de mudança da atual situação. Mudança esta que o próprio governo

brasileiro reconheceu necessária e endossou, ao assinar em julho de 1975, no México — o "Plano de Ação Mundial", proposto pela ONU, que projeta o Ano Internacional da Mulher por uma década. Este plano consiste em equacionamento de todos os problemas de mulher no mundo, visando uma estratégia global para que os objetivos de desenvolvimento, igualdade e paz, fossem atingidos. Para tanto, é evidente a necessidade de discussão aberta e o acesso à informação e à cultura como direito de todos, conforme tese do eminente jurista doutor Pontes de Miranda, apresentada na Con-

ferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto de 1974.

Em face do exposto, e respaldadas em nosso direito de cidadãs, protestamos veementemente contra o cerceamento de informação no país, reivindicamos ampla liberdade de expressão e a total liberação do material censurado em 6 de maio de 1976.

MOVIMENTO FEMININO
PELA ANISTIA
SOCIEDADE BRASIL MULHER
GRUPO NÓS MULHERES
E OUTROS

A LUTA DE UM GRUPO DE MULHERES

*Um grupo de mulheres
iniciava amplo movimento pela anistia.
"Foi a opção mais coerente
que encontraram para se integrarem
às manifestações
do Ano Internacional da Mulher"*

Quando o Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, pouco antes da Páscoa, incluiu entre as manifestações religiosas um pedido especial — a "anistia generosa para os presos políticos em nossa terra", um grupo de mulheres iniciava amplo movimento no mesmo sentido. Foi a opção mais coerente que encontraram para se integrarem às manifestações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas.

A princípio timidamente, os contatos tomaram um largo caminho, aberto a adesões em vários Estados do país. A iniciativa concretizou-se através de um Manifesto, onde são recolhidas assinaturas de mulheres, apenas, que passam a assumir "suas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional". É o que diz o documento, já multiplicado em várias cópias, e acrescente:

"Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos ao destino da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz se for concedida a Anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando, o apoio de todos quantos se indentificarem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a unidade da nação"

ORGANIZAÇÃO

O próprio movimento explica suas origens: "Um grupo representativo de mulheres profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, resolveram comemorar — da forma mais positiva isto é, trabalhando — o Ano Internacional da Mulher". Tudo começou com forte idealismo, um muito querer, em bases de improvisação"

A seguir, "criou forças por si próprio", quando surgiu a necessidade de uma Comissão Organizadora que coordenasse os trabalhos. Nessa fase, foi eleita como coordenadora e Relações Públicas, a sra. Therezinha Godoy Zerbini. A tarefa principal do movimento é, agora, contatar mulheres, organizações e entidades que se identifiquem com a idéia, o que significa a divulgação do Manifesto da Mulher Brasileira, multiplicado em listas, cada uma sob a responsabilidade de uma mulher.

Uma das organizações sensíveis à idéia, mesmo porque a vem levantando, é a Igreja, contatada pelo movimento. Há algum tempo que o cardeal arcebispo de São Paulo fala sobre o problema. Na "homília" da Semana Santa, ele reservava para as solenidades da sexta-feira da Paixão um pedido especial unido ao apelo à participação comunitária na solução dos problemas gerais.

"É o momento de nos unirmos ao pedido do papa VI e dos bispos do Sínodo em favor de uma anistia generosa para os presos políticos em

nossa terra, por ocasião deste Ano Santo".

REVISÃO GERAL

O cardeal explicitava, em entrevista concedida à imprensa na ocasião, qual o tipo de anistia reivindicado:

"A Igreja pede revisão de todos os processos porque em nenhum país democrático ninguém nunca foi preso por causa de suas idéias".

Acrescentava que quanto aos atos praticados contra a comunidade, não se justificava a prisão sem mandado judicial. Nesse sentido enfatizava a necessidade de "anistia ampla e generosa para os presos perseguidos, exilados e banidos por motivos políticos ou ideológicos. Julgamento público de todos os acusados, de terem praticado crimes, por exemplo contra a vida ou a propriedade, garantindo-lhes a proteção legal da defesa".

UNIÃO

A Igreja não foi a única a manifestar-se a favor da anistia. Parlamentares também se integraram ao apelo. A começar pelo presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Uliasses Guimarães, que a caracterizava como "a maneira mais direta e coerente de se alcançar o desejado desarmamento geral dos espíritos e o conagração da família brasileira". Conforme declarou, em fevereiro deste ano:

"O MDB incluiu no seu programa item determinando à agremiação



lutar pela anistia, e entendemos que, aqueles que já cumpriram suas penas pelo prazo de 10 anos não podem continuar punidos eternamente”.

Referia-se aos cassados depois de primeiro de março de 1974, através dos atos institucionais, e não diretamente aos presos políticos. No mesmo sentido, para o secretário-geral do MDB, Thales Ramalho, que assinalava ter o governo elementos essenciais para promover a anistia, prevista na Constituição (artigo 149, parágrafo 3). Mas o texto constitucional ressalva que sua instituição depende de lei complementar disposta “sobre as especificações dos direitos políticos, o gozo, o exercício, a perda ou suspensão de todos ou de qualquer deles e os casos e as condições de sua requisição”.

COM BASE NOS ATOS

A lembrança da anistia não se restringiu ao âmbito emedebista. Em fevereiro passado, o deputado Vasco Amaro (Arena-RS) defendeu-a na Câmara, pedindo a revisão das punições aplicadas com base nos atos institucionais.

Na abertura dos trabalhos do Congresso — a 3 de março — surgiu o primeiro projeto amplo de anistia, embora seja assunto de competência exclusiva do presidente da República, pelo artigo 57, parágrafo único, alínea IV, da Constituição. Não falava apenas dos cassados e foi apresentado à Mesa pelo deputado Florim Coutinho (MDB-GB), general de reserva. Ressalva-se que não contou com o apoio oficial do partido oposicionista e foi considerado inconstitucional, embora a Mesa o tenha aceito.

EXEMPLO DE CAXIAS

Em sua exposição de motivos, o deputado citou Rui Barbosa em defesa da anistia aos rebeldes pernambucanos de 1848, e a consequência do favor concedido: “A salutar providência fez regressar a ordem legal, o sossego público e a tranquilidade individual, para renomear e recomençar o trabalho civilizador”.

Também foi lembrada a atitude do patrono do Exército, o duque de Caxias, quando justificava a anistia concedida aos envolvidos no incidente dos bispos de Olinda e Recife. Assinalava ser “o meio mais profícuo para o resguardo do bem do Estado”.

Estas manifestações animaram as organizações e organizadoras do Manifesto da Mulher Brasileira, que pretendem colher assinaturas até o próximo dia 15 de julho. Até o fim desse mês recolherão as listas, contando adesões e preparando um documento a ser encaminhado aos líderes do Congresso, no início dos trabalhos parlamentares.

Jornal: A TARDE

Edição: DE 14 JAN 77

Página: 03 DO 2º CAD

Assunto: FILME - SOCIEDADE DE BAIRRO

"SOCIEDADES DE BAIRRO"



"Sociedades de Bairro" mostra a vida do povo de Salvador.

Curta Metragem balano a gente só tem a grata surpresa de assistir geralmente durante a Jornada Brasileira de Curta Metragem que se realiza em setembro, aqui em Salvador. Fora isso, são poucas as oportunidades que existem de se ver um curta metragem balano e de boa qualidade.

Nomes ligados ao curta na Bahia? Alguns já bastante conhecidos como Agnaldo Azevedo (Siri), Vito Diniz, Lázaro Torres. A muita gente nova e boa que está por aí sem muita badalação e fazendo coisas legais. Entre estas pessoas está aí uma equipe boa: Sérgio Hage Flávio, Cláudio Guedes, Albino Rubim e Lindinalva Oliveira. Juntos, eles já fizeram "O Luge na Paisagem Nordestina", "Casalva". Seu último trabalho: "Sociedades de Bairro", realizado no ano passado.

Este curta foi um dos cinco roteiros escolhidos pela Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador para financiamento no ano passado. Os cinco filmes financiados pela Prefeitura passaram no ano passado num único dia no Cine Tardio.

Segundo Sérgio Hage, um dos realizadores deste curta metragem, "Sociedades de Bairro procura questionar o caráter das Sociedades de bairro nos dias de hoje na cidade de Salvador. Poucas são as sociedades que se preocupam com o problema dos moradores da comunidade. É um filme que procura questionar o sentido das sociedades de bairro que ainda conseguem sobreviver hoje em dia". O documentário focaliza também depoimentos de mora-

dores da Boca do Rio. Enfim, o filme quer levantar questões básicas da população e discutí-las. O grupo pensa em exibir o filme junto aos bairros da periferia de Salvador já que as questões levantadas na fita estão diretamente vinculadas à população da periferia.

O grupo recebeu, como prêmio da Prefeitura, dez mil cruzeiros. O resto da produção foi transada no famoso "Jeitinho Brasileiro" e foi usado em seis meses, de janeiro a junho de 76.

Sérgio Hage afirma que uma das mais sérias questões ligadas ao curta metragem, além da falta de canais de exibição e da falta de apoio, é que as pessoas que fazem curta metragem ainda não tomaram consciência de que devem assumir em seus filmes uma perspectiva popular, que fale das questões fundamentais da vida do povo.

O próximo trabalho de Sérgio será provavelmente sobre televisão. As transformações que a tevê vem gerando nas pessoas, a modificação de seus hábitos, costumes e comportamentos e até da formação de mentalidade.

"Sociedades de Bairro" vai ser exibido hoje à noite, às 20 horas, no Colégio das Mercês, dentro da programação de lançamento da Mensagem de Início de ano que 52 entidades de profissionais liberais, grupos de teatro, diretórios acadêmicos, paróquias do bairro, sociedades de bairro e personalidades da vida de Salvador assinaram e vão distribuir à população da cidade. O filme dos meninos merece ser visto e a entrada é franca.

27

Jornal A TARDE

Edição: DE 14 JAN 77

Página: 03 DO 2º CAD

Assunto: FILME - SOCIEDADE DE BAIRRO

"SOCIEDADES DE BAIRRO"



"Sociedades de Bairro" mostra a vida do povo de Salvador.

Curta Metragem balano a gente só tem a grata surpresa de assistir geralmente durante a Jornada Brasileira de Curta Metragem que se realiza em setembro, aqui em Salvador. Fora isso, são poucas as oportunidades que existem de se ver um curta metragem balano e de boa qualidade.

Nomes ligados ao curta na Bahia? Alguns já bastante conhecidos como Agnaldo Azevedo (Siri), Vito Diniz, Lázaro Torres e muita gente nova e boa que está por aí sem muita badalação e fazendo coisas legais. Entre estas pessoas está aí uma equipe boa: Sérgio Hage Fialho, Claudio Guedes, Albino Rubin e Lindinalva Oliveira. Juntos, eles já fizeram "O Inqui na Pátria, sem Nordeste" e "Cajalá". Seu último trabalho: "Sociedades de Bairro", realizado no ano passado.

Este curta foi um dos cinco ruetiros escolhidos pela Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador para financiamento no ano passado. Os cinco filmes financiados pela Prefeitura passaram no ano passado num único dia no Cine Tamoio.

Segundo Sérgio Hage, um dos realizadores deste curta metragem, "Sociedades de Bairro procura questionar o caráter das Sociedades de Bairro nos dias de hoje na cidade de Salvador. Poucas são as sociedades que se preocupam com o problema dos moradores da comunidade. É um filme que procura questionar o sentido das sociedades de bairro que ainda conseguem sobreviver hoje em dia". O documentário focaliza também depoimentos de mora-

dores da Boca do Rio. Entim, o filme quer levantar questões básicas da população e discutilas. O grupo pensa em exibir o filme junto aos bairros da periferia de Salvador já que as questões levantadas na fita estão diretamente vinculadas à população da periferia.

O grupo recebeu, como prêmio da Prefeitura, dez mil cruzeiros. O resto da produção foi transada no famoso "Jellinho Brasileiro" e foi filmado em seis meses, de janeiro a junho de 76.

Sérgio Hage afirma que uma das mais sérias questões ligadas ao curta metragem, além da falta de canais de exibição e da falta de apoio, é que as pessoas que fazem curta metragem ainda não tomaram consciência de que devem assumir em seus filmes uma perspectiva popular, que fale das questões fundamentais da vida do povo.

O próximo trabalho de Sérgio será provavelmente sobre televisão. As transformações que a tevê vem gerando nas pessoas, a modificação de seus hábitos, costumes e comportamentos e até de formação de mentalidade.

"Sociedades de Bairro" vai ser exibido hoje à noite, às 20 horas (no Colégio das Mercês) dentro da programação de lançamento da Mensagem de Início de ano que 52 entidades de profissionais liberais, grupos de teatro, diretórios acadêmicos, paróquias de bairro, sociedades de bairro e personalidades da vida de Salvador assinaram e vão distribuir à população da cidade. O filme dos meninos merece ser visto e a entrada é franca.



"Quando começou a invasão eu devia dois meses de aluguel. Entrei em acordo com minha mulher, escolhemos o lugar e começamos a luta. Eu fora lutando para ganhar o pão das crianças. Ela e as crianças construíam a casa. Hoje

*para uma reunião nacional de estudantes * João, motorista de ônibus, foi preso e espancado por não aceitar que um polícia desrespeitasse o regulamento.*



"Quando começou a invasão eu devia dois meses de aluguel. Entrei em acordo com minha mulher, escolhemos o lugar e começamos a luta. Eu fora lutando para ganhar o pão das crianças. Ela e as crianças construindo a casa. Hoje neste barraco parece que estou no céu. O aluguel tirava a comida dos meninos."

lurdinha quase morreu na fila no inps • roque foi parar no pronto socorro na noite em que o cloro da c.q.r. cobriu a baixa do petróleo. com ele mais mil pessoas • marta deixou de beber café. pegar transporte. comer feijão. o salário já não dava • dona filô moradora dos alagados. continua comendo marisco contaminado com mercúrio pois não tem outra coisa pra se alimentar • seu bento e família. explorados a vida inteira pelo dono da terra. vieram de irecê fugindo da seca. bento procurou emprego e não achou. acabou debaixo de uma marquise da avenida sete pedindo esmola • roberto ficou sem ter onde comer porque fecharam o restaurante universitário • seu carlos foi despejado do apartamento do bnh que vinha pagando há quatro anos. as prestações aumentaram mais que seu salário • lúcia esperou uma hora e meia na fila. pegou um ônibus cheio e só conseguiu saltar dois pontos depois. chegou atrasada no trabalho • jesuino caiu de um andime numa construção na vitória. morreu.

"Sob o comando de um coronel a tropa da policia chegou, depois das oito horas da manhã. Os soldados estavam armados de fuzil, metralhadora e bomba de gás lacrimogêneo. Sua missão, segundo o coronel, era garantir a vida dos funcionários da prefeitura. Parecia uma verdadeira operação de guerra, apesar do "inimigo" ser uma população indefesa e sem alternativa. O coronel, depois de ler em voz alta a ordem do juiz, intimou: "Seja começada a operação."

dona rosinha levou tapa por defender seu barraco quando a policia invadiu o jardim imperial • homens armados invadiram a sede do jornal boca do inferno. arrebitaram tudo • a segunda peça do grupo de teatro amador amadeu foi proibida pela censura • foi apreendido o número dois do jornal viração • dona cecilia chorou. soube que prenderam seu filho quando ia

para uma reunião nacional de estudantes • joão, motorista de ônibus, foi preso e espancado por não aceitar que um policial desrespeitasse o regulamento.

"Maurício um menino de cinco anos, de um momento para o outro transformou-se em um homem já feito, defendendo a própria família. Com um cocete na mão e gritando palavrões tentava em vão resistir à ação dos funcionários que retiravam do barraco as últimas coisas. A reação do menino comoveu a todos. Afinal, impotente, ele foi para junto da mãe e dos irmãos. Já não mais chorava e seus olhos estavam cheios de ódio."

"E o fim do mundo é o fim do mundo" — dizia um soldado diante de uma senhora abraçada com seus filhos — "Eu sou um miserável como vocês."

dona cecilia escreveu uma carta pros jornais denunciando que seu filho apanhou como que na prisão • rosalvo e muita gente mais, cansados de esperar transporte, apedrejaram um ônibus em itapoan • mil pessoas fizeram um abaixo-assinado pedindo a liberação da peça do grupo amador amadeu • os professores processaram o estado pra ver se recebem o dinheiro atrasado • pedro, arlinda e outros colegas saíram em passeata pela avenida sete gritando "feijão sem repressão". a comunidade se juntou pedindo a reabertura do restaurante universitário • luis e o resto da escola bahiana de medicina entraram em greve lutando contra a separação da escola do hospital santa izabel • motoristas de ônibus fizeram greve contra a arbitrariedade policial • marivaldo, operário no cia, participou com os companheiros da "operação tartaruga" exigindo pagamento da hora extra.

"O pessoal da baixa do marotinho jamais perdeu a esperança e está compreendendo que sua luta foi dando resultados. O resultado mais evidente são os 256 lotes recebidos. Mas há um resultado ainda mais profundo: a consciência da própria força; o sentimento de que durante todo o desenrolar dos fatos e da luta eles não estiveram sós. Toda a cidade participou de seu sofrimento, de sua luta. Portanto saíram desse episódio doloroso como vencedores e com a preciosa bagagem de luta e de esperança."

iante de tantos acontecimentos contrários aos Direitos Humanos ocorridos em 1976 na Cidade do Salvador, como no resto do país, firmamos a certeza de que é preciso, em 1977, avançarmos cada vez mais unidos na luta por justiça, direito de participação e melhores condições de vida para a população.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T
JANEIRO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S
FEVEREIRO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S
MARÇO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S
ABRIL 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Q	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q
MAIO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
JUNHO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S
JULHO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q
AGOSTO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
SETEMBRO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T
OUTUBRO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S
NOVEMBRO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
DEZEMBRO 77				19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	

Associação dos Professores Licenciados do Brasil — Seção da Bahia • Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia • Instituto Baiano de Administradores • Instituto dos Arquitetos do Brasil — Departamento da Bahia • Clube de Engenharia da Bahia • Associação Profissional de Assistentes Sociais • Associação dos Nutricionistas da Bahia • Associação Paulista de Biologia • Convênio Cultural das Entidades de Profissionais Liberais da Bahia • Paróquia São Paulo • Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe • Associação dos Moradores do Novo Marotinho • Associação dos Moradores da Fazenda

Grande • Teatro Livre da Bahia • Grupo de Teatro do Restaurante Universitário — U.F.Ba. • Grupo de Teatro Amador Amadeu • Grupo de Teatro Cisco • Federação das Bandeirantes do Brasil — Região da Bahia • Centro Universitário Padre Torrend • Diretório Central dos Estudantes — U.F.Ba. • Confederação Interiorana de Vinte e Nove Universitários da Bahia • Diretórios Acadêmicos de Administração, Licenciatura em Ciências, Química, Física, Engenharia Mecânica, Direito, Jornalismo, Psicologia, Medicina, Economia, Ciências Sociais, Geologia e Letras da Universidade Federal da Bahia • Diretório Acadêmico da Escola Baiana de

Medicina • Centro de Estudantes Universitários e Secundaristas de Conquista • Centro de Estudantes Universitários e Secundaristas de Jequié • Centro de Estudantes Universitários de Itajupe • Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) • Igreja Batista Nazareth • Grupo Moisés • D. Timóteo Amoroso Anastácio — Abade do Mosteiro de S. Bento • Deputado Federal Antonio José Nascimento (M.D.B.) • Deputado Estadual Clodoaldo Campos (M.D.B.) • Deputado Estadual Elquison Soares (M.D.B.) • Deputado Estadual Almeida (M.D.B.) • Vereador Marcelo Cordeiro (P.D.B.) • Francisco Pinto

MOVIMENTO



Foto: João Bittar

○ CAMPO BRASILEIRO

(À ESPERA DO ARADO)

Marcos Gomes

Cena
Brasileira

VILA KENNEDY

Aguinaldo
Silva

Minérios: os privilégios do capital estrangeiro

MOVIMENTO



Foto: João Bittar

O CAMPO BRASILEIRO

(À ESPERA DO ARADO)

Marcos Gomes

Cena
Brasileira

VILA KENNEDY

Aguinaldo
Silva

Minérios: os privilégios do capital estrangeiro

MOVIMENTO

Conselho Editorial

Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilo Borba Filho, Orlando Villas-Boas.

Colaboração de Redação

Aguiar Silva, A. C. Ferreira, Bernardo Kucinski, Elías Andreale, Fernando Pasinato, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J. C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azedo, R. R. Pereira, Teodomiro Braga, Sérgio Buarque, Juca Martins, Flávio de Carvalho, Flávio Aguiar.

Departamento de Operações

Francisco Maraglia

Departamento de Administração

Antonio Carlos Ferreira

Departamento de Circulação

Raimundo Rodrigues Pereira

Departamento de Redação

Nacional

São Paulo: Sérgio Buarque de Gusmão (editor), Bernardo Kucinski (editor especial), Murilo Carvalho, Márcio Bueno, Sílvia Campolim, Antonio Carlos Moura, Jorge Baptista, Chico de Oliveira, Guiomar Mantega, Maria Moraes, Ricardo Kotsch, Carlos Alberto Sardenberg, Rui Faício, Adília Borges (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Ricardo Bueno, Percival de Souza, Bernardo Lebrun (colaboradores). Brasília: Chico Pinto (chefe da sucursal), Teodomiro Braga (editor assistente), Tércio Santos (reporter), Maria Rita Medeiros (colaboradora).

Rio de Janeiro: José Mendes (coordenador), Marcos Gomes (editor especial), Aguiar Silva, Maurício Azedo (editores-contribuintes), Carlos Gentile da Mota, Nelson Werneck Sodré, Muniz Bandeira, Celina Whately, José Roberto Alencar, Marcelo Auler (colaboradores).

Belo Horizonte: Alberto Dantas (chefe da sucursal), Fernando Miranda (chefe da redação), Fausto Brito, Flaminio Fantini, Henrique Oliveira (reporter), Murilo Azeiteiro, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guis (colaboradores).

Salvador: Adalberto de Oliveira (chefe do escritório), Tibério Camuto (chefe da redação), Linara Maria.

Porto Alegre: Carlos Mossmann (correspondente), Jefferson de Barros (colaborador).

Recife: Geraldo Sobreira e Ivan Maurício (correspondentes).

Fortaleza: Luiz Carlos Antero (correspondente).

Curitiba: Fátima Murad (correspondente).

Cultura

Mur, Rita Kehl (editora), Flávio Aguiar, Jean-Claude Bernardet, José Miguel Wisnik, Fernando Pasinato (editores-assistentes), Ricardo Maranhão, T. A. de Souza, Dagomar Marquez, Antonio Omas, Antonio Mendes Jr., Carlos Nelson Lottino, Luiz Roncar, Marco Aurélio Nogueira, Paulo Vidal, Marcus Pechel, Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Pechman, Paulo Emilio, Zulmira Tavares, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Wolfgang Leo Mhar, Inimá Simões, Mirna Pinsky, Maria Angélica Carvalho, Antonio Carlos Brito, Tânia Faillace, Emanuel Medeiros Vieira, Paulinho Assunção, Plínio Marcos (colaboradores).

Internacional

Flávio de Carvalho (editor), Izalco Sardenberg Neto (redator), J. M. de Souza (correspondente, Paris), David Klaffer (correspondente, Nova Iorque), Jaime Sautchuk (correspondente, Londres), Mário Chimanovich (correspondente, Tel-Aviv), Lúlio Santos (correspondente, Lima), Renato Rossi (correspondente, Roma), Frederico Fulgiral (correspondente, Berlim).

Arts

Armando Sartori (coordenador), Jacy Martins, Jayme Leão, Chico Caruso, Aicy (editores-assistentes), Sérgio de Oliveira (diagramação), Elías Andreale (editor-especial), Cassio Loredo, Rubem Gílio, João Bittar, Luiz G. Massao, Jota, Angeli, Iolanda Husak, Luiz Carneiro, Bruno Liberati (colaboradores).

Perseus

Maria Cecília Magalhães (chefe), Miriam Bottassi.

Revisão

Aurea Regina Sartori, Laila Orb e Valdir Mengard.

ADMINISTRAÇÃO

Angela M. J. F. Prado (secretária), São Paulo: Luiz Carlos Bittencourt (gerente), Belo Horizonte: Alberto Carlos Duarte, Salvador: Adalberto J. de Oliveira, Rio: Regina Afonso, Brasília: Maria da Paz Cintra.

Outros resultados da pesquisa do Worldwatch Institute sobre o crescimento da população nas várias regiões do mundo

A principal conclusão da recente pesquisa do Worldwatch Institute sobre a população mundial (1) já foi divulgada por **MOVIMENTO** há duas semanas: o número de habitantes da Terra não é uma grandeza natural, que cresce fatalisticamente, de forma independente dos dois grandes regimes de produção dominantes hoje no planeta, o socialismo e o capitalismo; além disso, esse número longe de se multiplicar em escala geométrica, como prevêem os neomalthusianos, tende a se estabilizar; e muito mais rapidamente do que antes se pensava — os dados da pesquisa do WWI, por exemplo, já corrigem a antiga estimativa da população da Terra no ano 2.000, de 6,5 para 5,4 bilhões, uma diferença quase igual à soma das populações da América Latina, África, América do Norte e Europa Ocidental.

O estudo é mais rico, porém, e fornece outras importantes informações:

• O Leste Europeu é a única das grandes regiões da Terra onde se observou nos últimos anos um crescimento da taxa de natalidade. Qual a explicação? A Europa Ocidental é a primeira grande área do mundo onde, por volta de 1956, começou a cair decididamente o ritmo de crescimento da população, basicamente com a mudança dos regimes políticos dos países da área e a introdução do planejamento econômico em larga escala. Em alguns desses países chegou-se recentemente à perspectiva de queda, a curto prazo, do número absoluto da população; em consequência, em alguns deles foram adotadas políticas específicas de incentivo à natalidade; são essas políticas que devem explicar o crescimento da taxa. Parece estranho, porém, o fato de ser o Leste Europeu a única área do mundo na qual entre 1970 e 75 houve um aumento da taxa de mortalidade (é possível que exista alguma relação entre o aumento da natalidade e o aumento da mortalidade).

• A queda no ritmo de crescimento da população é um fenômeno generalizado; não se restringe à parte ocidental e branca do planeta, onde já era um fato conhecido. O Sudeste Asiático, Oriente Médio, África, América Latina são as regiões da Terra onde a população ainda aumenta a cada ano, em quantidades absolutas maiores que as do ano anterior; mesmo nessas áreas, porém, cai ou estaciona a taxa de natalidade e a África é a única região onde o ritmo de crescimento da população (o crescimento percentual de um ano para outro) ainda era maior em 1975 do que em 1970.

• A redução da taxa de mortalidade, também um fenômeno generalizado no mundo (com a exceção já citada do Leste Europeu), é menor no sul da Ásia do que nas outras regiões. No sul da Ásia está preponderantemente a população da Índia, perto de 600 milhões de pessoas, do total de 800 milhões. O autor do estudo do WWI, Lester Brown, ex-diretor do Serviço Norte-Americano de Desenvolvimento da Agricultura Internacional, lembra que a Índia é o país que tem a política mais rígida de controle da natalidade; no Estado de Maharashtra, com 54 milhões de habitantes, foi aprovada recentemente, diz Brown, "uma legislação que prevê a esterilização compulsória de todos os homens com três ou mais filhos vivos; além disso, a lei prevê o aborto obrigatório de qualquer gravidez que resulte numa quarta criança".

O crescimento da população mundial (1970 e 1975)

Região	Número de Nascimentos*		Número de Mortes*		Crescimento Populacional**		População*		Aumento de População*	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
América do Norte	18,2	14,8	9,2	8,8	0,90	0,60	226	236	2,04	1,42
Europa Ocidental	16,2	13,2	10,6	10,5	0,56	0,32	333	343	1,89	1,12
Leste Europeu	17,4	18,0	9,1	9,0	0,84	0,36	368	384	3,14	3,31
Leste Asiático (inclui a China)	30,5	17,6	12,1	7,8	1,85	1,18	941	1,005	17,43	11,91
Sudeste Asiático (Vietnã, Coreias)	42,3	38,6	15,5	15,3	2,66	2,33	278	317	7,40	7,37
Sul da Ásia (inclui a Índia)	40,8	37,0	15,9	15,8	2,48	2,13	709	791	17,57	16,89
Oriente Médio	44,3	41,7	15,5	14,5	2,88	2,72	136	155	3,91	4,22
África	47,1	47,1	21,0	20,0	2,61	2,71	312	355	8,16	9,65
América Latina	37,4	35,5	9,7	9,0	2,77	2,65	276	317	7,64	8,39
Oceania (inclui a Austrália)	20,9	17,4	9,0	8,1	1,19	0,93	15	17	0,18	0,16
MUNDO	32,2	28,3	13,2	11,9	1,90	1,64	3.594	3.920	69,36	64,44

População Revendo Malthus (II)

A alta taxa de mortalidade na Índia e os resultados obtidos pelo país na redução do seu crescimento populacional — que não diferem dos obtidos em regiões semelhantes, como o sudeste asiático, a África e a América Latina — reforçam as duas mais importantes conclusões do estudo das políticas observadas atualmente em relação ao planejamento demográfico: 1) a população não se modifica, no fundamental, por uma política cujo aspecto essencial é distribuir pílulas e contraceptivos, propagar a necessidade do controle demográfico, ou mesmo apelar para medidas mais violentas de restrição de natalidade; 2) o nível de vida da população do país, mesmo quando essa população está decrescendo, está ligado à distribuição da renda entre as suas camadas sociais e não tem qualquer ligação fundamental com o controle da natalidade. A persistência de altíssimos índices de mortalidade na Índia está ligada essencialmente ao fato de que 240 milhões de indianos vivem hoje com renda inferior a 30 cruzeiros por mês; na Índia, em cidades como Calcutá, 1 milhão de pessoas come, dorme, respira suas necessidades fisiológicas e eventualmente, tem relações sexuais, nas ruas.

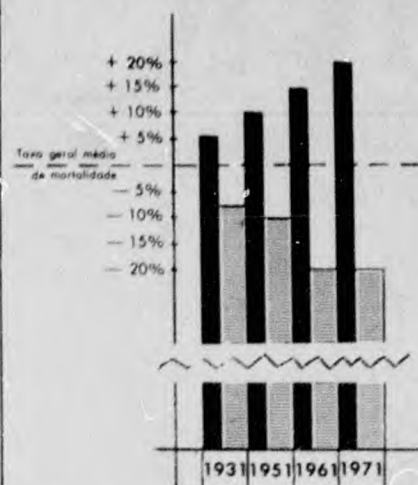
• A China é, indiscutivelmente, não só o caso mais extraordinário de diminuição planejada do crescimento populacional mas também o caso de uma extraordinária melhoria do nível de vida da população, pois a taxa de mortalidade caiu mais do que em qualquer outra área. A taxa de natalidade caiu em 40% no período (de 3,2% em 70 para 1,9% em 75) quando em todas as outras áreas a queda de natalidade fica em torno da queda média mundial de 10% (de 3,22% para 2,83%). E o decréscimo da taxa de mortalidade foi igualmente vertiginoso; também de 40% quando em todas as outras áreas do mundo não passou de 10%. Brown sugere ainda que a política populacional chinesa baseia-se, ao contrário da indiana, na reorganização social e política do país: "o esforço abrangente dos chineses se localiza não apenas em oferecer serviços de planejamento familiar, tais como aborto, mas também em intensas campanhas educacionais e na reformulação das políticas econômicas e sociais, que encorajam as famílias pequenas." (R.P.)

(1) "Worldwatch Paper nº 8, do Worldwatch Institute, 1976 Massachusetts Avenue, N.W., Washington D.C., 20036, USA.

Como morrem de modo diferente pobres e ricos de um país capitalista avançado

A medida que o modo de produção capitalista se difundiu e se tornou dominante em extensas áreas do mundo, ele introduziu um controle populacional gradativo e diferenciado, segundo os países e as regiões. Esta conclusão central de estudos realizados sobre o crescimento da população do mundo tem um complemento necessário na conclusão de que, dentro de cada país ou região, o crescimento da população também não se dá de modo unifor-

Diferenças de classe e taxa de mortalidade



• As taxas de mortalidade dos 25% mais pobres (barras pretas) estão acima da taxa geral média de mortalidade e a cada ano aumentam mais.
• As taxas de mortalidade dos 25% mais ricos (barras brancas) estão abaixo da taxa geral média de mortalidade e a cada ano mais baixas.

me e natural, mas é, da mesma forma, gradativo e diferenciado segundo as classes e camadas sociais criadas pelo modo de produção capitalista. Uma ilustração significativa dessa segunda conclusão são as estatísticas sobre as taxas de mortalidade das várias camadas sociais na Inglaterra, nas últimas quatro décadas, preparadas pelo pesquisador Richard G. Wilkinson e apresentadas na publicação britânica *New Society*. (1)

Para sintetizar suas conclusões, Wilkinson preparou uma tabela com as porcentagens em que as taxas de mortalidade dos 25% mais ricos e dos 25% mais pobres da população se afastavam da média; através da tabela, se vê que além de existir uma diferença sensível entre as taxas de mortalidade dos "pobres" e dos "ricos", esta diferença na Inglaterra, depois de 200 anos de desenvolvimento capitalista, vem aumentando com o tempo.

Wilkinson mostra que a clara relação existente entre renda e taxa de mortalidade deve-se a uma segunda relação direta que existe entre a dieta alimentar e a renda. E adianta ainda a pista para a interessante conclusão de que, nos países capitalistas avançados, onde a renda dos trabalhadores lhes permite adquirir alimentos em quantidade aparentemente suficiente — e onde os pobres, ao contrário do que ocorre no Terceiro Mundo, são geralmente mais gordos que os ricos — o problema é a qualidade dessa dieta.

"O pobre come 56% menos fruta do que o rico, 19% menos vegetais verdes frescos, 28% menos queijo, 21% menos leite, 31% menos carne fresca, 8% menos gordura. Em compensação, o pobre come 57% mais batata, 33% mais produtos feitos com cereais, especialmente pão, 32% mais açúcar". (Na classificação de Wilkinson, "os ricos são os que em 74 ganham o equivalente a mais de 8.500 cruzeiros por mês" e os "pobres", menos de 2.000 cruzeiros por m. v.).

Para Wilkinson são estes os pontos de diferença entre as dietas de pobres e ricos que explicam as taxas de mortalidade mais altas entre os pobres:

"Primeiro, as pessoas que têm peso excessivo tendem a morrer mais cedo e são particularmente atingíveis por doenças do coração, pressão sanguínea, colapsos e diabetes. Muitos mais pobres são mais gordos que os ricos. Mas isso não se deve ao fato de que eles ingerem muitas calorias. É que eles comem as calorias erradas. Nos anos recentes, as dietas dos grupos de baixas rendas continham uma média de apenas duas calorias a mais por pessoa do que a dos ricos, a despeito de suas elevadas quantidades de batata, pão e açúcar. Essas dietas, desproporcionalmente elevadas em carboidratos refinados, estão também associados a alguns tipos de câncer.

Segundo, o pobre come menos fibras que o rico. Isto vai causar não apenas taxas mais altas de desidratações como também aumento das doenças do coração, arteriosclerose e apendicite.

Terceiro, o rico obtém a maioria das vitaminas em maiores quantidades. ...o lés das mais resistências à maioria das doenças e pode coibir os estágios iniciais de alguns tipos de câncer.

Quarto, o mais alto consumo de açúcar do pobre leva não apenas à decadência mais rápida dos dentes, mas provavelmente eleva o risco das doenças do coração, arteriosclerose e diabetes.

Quinto, há um bom número de diferentes doenças que ressaltam a importância para a saúde de uma boa quantidade de uma variedade grande de doses mínimas de substâncias que são comumente encontradas em frutas, vegetais, leite e carne, maiores nas dietas dos ricos.

Sexto, há evidências de que diversas vitaminas que incorrem em maior quantidade nas dietas das classes altas desempenham um papel anti-esclerótico.

MOVIMENTO

Conselho Editorial
Alencar Furtado, André Forster, Aurélio
Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar
da Mata Machado, Fernando Henrique Car-
doso, Hermilo Borja Filho, Orlando Vilas-
Boas

Conselho de Redação
Aguiar Silva, A. C. Ferreira, Bernardo
Kucinski, Elías Andreão, Fernando Paro, Jo-
sé de Oliveira, Francisco Pinto, J. C.
Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Aze-
do, R. R. Pereira, Teodoro Braga, Sérgio
Buarque, Joca Martins, Flávio de Carvalho,
Flávio Aguiar

Director de Operações
Francisco Marquês
Director Responsável
Antonio Carlos Ferreira
Editor
Raimundo Rodrigues Pereira
EDICAO
Nacional

São Paulo, Sérgio Buarque de Gusmão
(editor); Bernaldo Kucinski (editor espe-
cial); Murilo Carvalh, Márcio Bueno, Silvia
Campolim, Antonio Carlos Moura, Jorge
Baptista
Chico de Oliveira, Gui-
do Mantiga, Maria Moraes, Ricardo Kots-
cha, Carlos Alberto Sardenberg, Rui Falcão,
Adília Borges (editores-contribuintes); Fer-
nando Henrique Cardoso, Francisco Azeiteiro,
Paul Singer, Ricardo Bueno, Fercival de
Souza, Bernardo Lehrer (colaboradores)

Brasília, Chico Pinto (chefe da sucursal);
Teodoro Braga (editor assistente); Tarcio
Santos (repórter); Maria Rita Medeiros
(colaboradora)

Rio, Antonio José Mendes (coordenador);
Marcos Gomes (editor especial); Aguiar
Silva, Maurício Azeido (editores contribu-
tantes); Carlos Gentile de Melo, Nelson Wer-
neck Sodré, Muniz Bandeira, Celina Whe-
tely, José Roberto Alencar, Marcelo Auler
(colaboradores)

Belo Horizonte, Alberto Duarte (chefe da
sucursal); Fernando Miranda (chefe da
redação); Fausto Brito, Flaminio Fantini,
Henrique Oliveira (repórteres); Murilo Albe-
náz, Flávio Andrade, João Batista dos Mares
Guia (colaboradores)

Salvador, Adalberto de Oliveira (chefe do
escritório); Tibério Canuto (chefe da red-
ção); Linza Maria

Porto Alegre, Carlos Mossmann (corres-
pondente); Jefferson de Barros (colabora-
dor)

Recife, Geraldo Sobrinho e Ivan Maurício
(correspondentes)

Fortaleza, Luiz Carlos Antero (correspon-
dente)

Curitiba, Fátima Murad (correspon-
dente)

Cultura

Maria Rita Kahl (editora); Flávio Aguiar,
Jean-Claude Bernardet, José Miguel Wisnik,
Fernando Peixoto (editores-assistentes);
Ricardo Maranhão, Tânia de Souza, Dagomir
Marques, Antonio Dimas, Antonio Mendes
Jr., Carlos Nelson Coutinho, Luiz Roncar,
Marco Aurélio Nogueira, Paulo Vidal, Mar-
cos Penchel, Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio
Pechman, Paulo Emilio, Zulmira Tavares,
Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Wolf-
gang Leo Maar, Inimá Simões, Mirna Pinsky,
Maria Angélica Carvalho, Antonio Carlos Bri-
to, Tânia Faillace, Emanuel Medeiros Vieira,
Paulinho Assunção, Plínio Marcos (colabo-
radores)

Internacional
Flávio de Carvalho (editor); Italo Sarden-
berg Neto (redator); J. M. de Souza (corres-
pondente, Paris); David Klatier (correspon-
dente, Nova Iorque); Jaime Sautchuk (cor-
respondente, Londres); Mário Chimanovich
(correspondente, Tel Aviv); Lelio Santos
(correspondente, Lima); Renato Rossi (cor-
respondente, Roma); Frederico Fullgraf
(correspondente, Berlim)

Arte

Armando Sartori (coordenador); Joca Mar-
tins, Jayme Leão, Chico Caruso, Aicy (edi-
tores-assistentes); Sérgio de Oliveira (diag-
ramação); Elías Andreão (editor especial);
Cassio Loredano, Rubem Grilo, João Bittar,
Luiz Gê, Massao, Jota, Angeli, Iolanda Mus-
sak, Luiz Carneiro, Bruno Liberati (colabo-
radores)

Pesquisa

Maria Cecília Magalhães (chefe); Miriam
Bottassi

Revisão

Aurea Regina Sartori, Lais Oreb e Valdir
Mengardo

ADMINISTRAÇÃO

Angelina M. J. F. Prado (secretária); São
Paulo: Luiz Carlos Bittencourt (gerente); Belo
Horizonte: Alberto Carlos Duarte; Sal-
vador: Adalberto J. de Oliveira; Rio: Regina
Alfonso; Brasília: Maria da Paz Cintra

Departamento Jurídico

Luiz Eduardo R. Greenhaigh e Márcia Ramos
de Souza

Departamento de Assinaturas

São Paulo: Luiz Bernardes, Maria Tereza
Ferreira; Rio: Maria Elena Rodrigues; Belo
Horizonte: Stael Santana; Brasília: Samuel
Rodrigues; Recife: Paulo Santos Oliveira

Produção

Paulo Roberto Barbosa

Serviços Gerais

Luiz Mathias, Elias Rodrigues, Da Tereza

Movimento é uma publicação da Edição S.A.

Editora de Livros, Jornais e Revistas. Admi-
nistração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Car-
valho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Tele-
fones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio
de Janeiro: Rua da Lapa, 180 sala 606 —
telefone: 222-6493 — Sucursal de Brasília:
Edifício Márcia, sala 1.007 — telefone: 23-
7416. Distribuição: Abril S.A. Cultural e
Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — São
Paulo — Telefone: 65-5111 — Composto e
Impresso nas oficinas da PAT — Publica-
ções e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Vir-
gílio de Carvalho Pinto, 412 — Pinheiros,
São Paulo. Telefone: 282-2523 — Material
internacional via Varig.

Outros resultados da pesquisa do Worldwatch Institute sobre o crescimento da população nas várias regiões do mundo

A principal conclusão da recente pesquisa do Worldwatch Institute sobre a população mundial (1) já foi divulgada por **Movimento** há duas sema-
nas: o número de habitantes da Terra não é uma
grandeza natural, que cresce fatalisticamente, de
forma independente dos dois grandes regimes de
produção dominantes hoje no planeta, o socialis-
mo e o capitalismo; além disso, esse número longe
de se multiplicar em escala geométrica, como pre-
veem os neomalthusianos, tende a se estabilizar; e
muito mais rapidamente do que antes se pensava —
os dados da pesquisa do WWI, por exemplo, já corri-
gem a antiga estimativa da população da Terra no
ano 2.000, de 6,5 para 5,4 bilhões, uma diferença
quase igual à soma das populações da América La-
tina, África, América do Norte e Europa Ocidental.

O estudo é mais rico, porém, e fornece outras
importantes informações:

• O Leste Europeu é a única das grandes regiões
da Terra onde se observou nos últimos anos um
crescimento da taxa de natalidade. Qual a explica-
ção? A Europa Ocidental é a primeira grande área
do mundo onde, por volta de 1956, começou a cair
decididamente o ritmo de crescimento da popula-
ção, basicamente com a mudança dos regimes po-
líticos dos países da área e a introdução do planeja-
mento econômico em larga escala. Em alguns des-
ses países chegou-se recentemente à perspectiva de
queda, a curto prazo, do número absoluto da
população; em consequência, em alguns deles for-
am adotadas políticas específicas de incentivo à
natalidade; são essas políticas que devem explicar
o crescimento da taxa. Parece estranho, porém, o
fato de ser o Leste Europeu a única área do mundo
na qual entre 1970 e 75 houve um aumento da taxa
de mortalidade (é possível que exista alguma rela-
ção entre o aumento da natalidade e o aumento da
mortalidade).

• A queda no ritmo de crescimento da popula-
ção é um fenômeno generalizado; não se restringe
à parte ocidental e branca do planeta, onde já era
um fato conhecido. O Sudeste Asiático, Oriente
Médio, África, América Latina são as regiões da
Terra onde a população ainda aumenta a cada ano,
em quantidades absolutas maiores que as do ano an-
terior; mesmo nessas áreas, porém, cai ou estacio-
na a taxa de natalidade e a África é a única região
onde o ritmo de crescimento da população (o cres-
cimento percentual de um ano para outro) ainda
era maior em 1975 do que em 1970.

• A redução da taxa de mortalidade, também um
fenômeno generalizado no mundo (com a exceção
já citada do Leste Europeu), é menor no sul da Ásia
do que nas outras regiões. No sul da Ásia está pre-
ponderantemente a população da Índia, perto de
600 milhões de pessoas, do total de 800 milhões. O
autor do estudo do WWI, Lester Brown, ex-dire-
tor do Serviço Norte-Americano de Desenvolvi-
mento da Agricultura Internacional, lembra que a
Índia é o país que tem a política mais rígida de con-
trole da natalidade; no Estado de Mahashtra, com
54 milhões de habitantes, foi aprovada recente-
mente, diz Brown, "uma legislação que prevê a
esterilização compulsória de todos os homens com
três ou mais filhos vivos; além disso, a lei prevê o
aborto obrigatório de qualquer gravidez que resul-
taria numa quarta criança".

População Revolvendo Malthus (II)

A alta taxa de mortalidade na Índia e os resulta-
dos obtidos pelo país na redução do seu cresci-
mento populacional — que não diferem dos obtidos
em regiões semelhantes, como o sudeste asiático, a
África e a América Latina — reforçam as duas mais
importantes conclusões do estudo das políticas ob-
servadas atualmente em relação ao planejamento
demográfico: 1) a população não se modifica, no
fundamental, por uma política cujo aspecto essen-
cial é distribuir pilulas e contraceptivos, propagar a
necessidade do controle demográfico, ou mesmo
apelar para medidas mais violentas de restrição de
natalidade; 2) o nível de vida da população do país,
mesmo quando essa população está decrescendo,
está ligado à distribuição da renda entre as suas ca-
madadas sociais e não tem qualquer ligação fun-
damental com o controle da natalidade. A persistên-
cia de altíssimos índices de mortalidade na Índia
está ligada essencialmente ao fato de que 240 mi-
lhões de indianos vivem hoje com renda inferior a
30 cruzeiros por mês; na Índia, em cidades como
Calcutá, 1 milhão de pessoas come, dorme, realiza
suas necessidades fisiológicas e eventualmente,
tem relações sexuais, nas ruas.

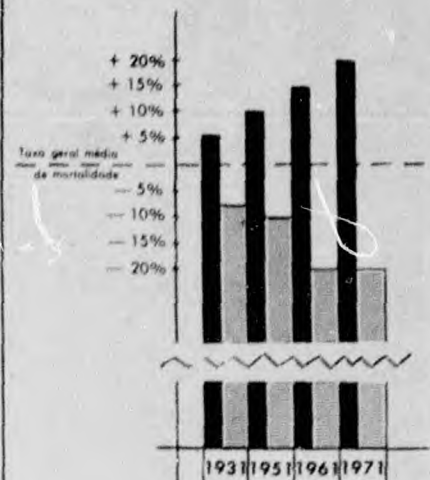
• A China é, indiscutivelmente, não só o caso
mais extraordinário de diminuição planejada do
crescimento populacional mas também o caso de
uma extraordinária melhoria do nível de vida da
população, pois a taxa de mortalidade caiu mais do
que em qualquer outra área. A taxa de natalidade
caiu em 40% no período (de 3,2% em 70 para 1,9%
em 75) quando em todas as outras áreas a queda de
natalidade fica em torno da queda média mundial
de 10% (de 3,22% para 2,83%). E o decréscimo da
taxa de mortalidade foi igualmente vertiginoso;
também de 40% quando em todas as outras áreas
do mundo não passou de 10%. Brown sugere ain-
da que a política populacional chinesa baseia-se,
ao contrário da indiana, na reorganização social e
política do país: "o esforço abrangente dos chine-
ses se localiza não apenas em oferecer serviços de
planejamento familiar, tais como aborto, mas tam-
bém, em intensas campanhas educacionais e na re-
formulação das políticas econômicas e sociais, que
encorajam as famílias pequenas." (R.P.)

(1) "Worldwatch Paper nº 8, do Worldwatch In-
stitute, 1976 Massachusetts Avenue, N.W., Wash-
ington D.C., 20036, USA.

Como morrem de modo diferente pobres e ricos de um país capitalista avanzado

A medida que o modo de produção capitalista se
difundiu e se tornou dominante em extensas áreas
do mundo, ele introduziu um controle populacio-
nal gradativo e diferenciado, segundo os países e as
regiões. Esta conclusão central de estudos realiza-
dos sobre o crescimento da população do mundo
tem um complemento necessário na conclusão de
que, dentro de cada país ou região, o crescimento
da população também não se dá de modo unifor-

Diferenças de classe e taxa de mortalidade



• As taxas de mortalidade dos 25% mais pobres (bar-
ras pretas) estão acima da taxa geral média de morta-
lidade e a cada ano aumentam mais.
• As taxas de mortalidade dos 25% mais ricos (barras
listradas) estão abaixo da taxa geral média de morta-
lidade e a cada ano mais baixas.

me e natural, mas é, da mesma forma, gradativo e
diferenciado segundo as classes e camadas sociais
criadas pelo modo de produção capitalista. Uma
ilustração significativa dessa segunda conclusão são
as estatísticas sobre as taxas de mortalidade das vá-
rias camadas sociais na Inglaterra, nas últimas qua-
tro décadas, preparadas pelo pesquisador Richard
G. Wilkinson e apresentadas na publicação britâ-
nica New Society. (1)

Para sintetizar suas conclusões, Wilkinson prepa-
rou uma tabela com as porcentagens em que as ta-
xas de mortalidade dos 25% mais ricos e dos 25%
mais pobres da população se afastavam da média;
através da tabela, se vê que além de existir uma di-
ferença sensível entre as taxas de mortalidade dos
"pobres" e dos "ricos", esta diferença na Inglate-
rra, depois de 200 anos de desenvolvimento capita-
lista, vem aumentando com o tempo.

Wilkinson mostra que a clara relação existente
entre renda e taxa de mortalidade deve-se a uma
segunda relação direta que existe entre a dieta ali-
mentar e a renda. E adianta ainda a pista para a in-
teressante conclusão de que, nos países capitalistas
avanzados, onde a renda dos trabalhadores lhes
permite adquirir alimentos em quantidade aparente-
mente suficiente — e onde os pobres, ao contrá-
rio do que ocorre no Terceiro Mundo, são geral-
mente mais gordos que os ricos — o problema é a
qualidade dessa dieta.

"O pobre come 56% menos fruta do que o rico,
19% menos vegetais verdes frescos, 28% menos
queijo, 21% menos leite, 31% menos carne fresca,
8% menos gordura. Em compensação, o pobre
come 57% mais batata, 33% mais produtos feitos
com cereais, especialmente pão, 32% mais açú-
car". (Na classificação de Wilkinson, "os ricos são
os que em 74 ganhavam o equivalente a mais de
8.500 cruzeiros por mês" e os "pobres", menos de
2.000 cruzeiros por mês).

Para Wilkinson são seis os pontos de diferença
entre as dietas de pobres e ricos que explicam as
taxas de mortalidade mais altas entre os pobres:

"Primeiro, as pessoas que têm peso excessivo
tendem a morrer mais cedo e são particularmente
atingíveis por doenças do coração, pressão sangui-
nea, colapsos e diabetes. Muitos mais pobres são
mais gordos que os ricos. Mas isso não se deve ao
fato de que eles ingerem muitas calorias. É que eles
comem as calorias erradas. Nos anos recentes, as
dietas dos grupos de baixas rendas continham uma
média de apenas duas calorias a mais por pessoa do
que a dos ricos, a despeito de suas elevadas quanti-
dades de batata, pão e açúcar. Essas dietas, despro-
porcionalmente elevadas em carboidratos refina-
dos, estão também associados a alguns tipos de
câncer.

Segundo, o pobre come menos fibras que o rico.
Isto vai causar não apenas taxas mais altas de desin-
terias como também aumento das doenças do co-
ração, arteriosclerose e apendicite.

Terceiro, o rico obtém a maioria das vitaminas
em maiores quantidades. Isto lhes dá mais resistên-
cia à maioria das doenças e pode coibir os estágios
iniciais de alguns tipos de câncer.

Quarto, o mais alto consumo de açúcar do pobre
leva não apenas à decadência mais rápida dos den-
tes, mas provavelmente eleva o risco das doenças
do coração, arteriosclerose e diabetes.

Quinto, há um bom número de diferentes tox-
rias que ressaltam a importância para a saúde de
uma boa quantidade de uma variedade grande de
doses mínimas de substâncias que são comumente
encontradas em frutas, vegetais, leite e carne,
maiores nas dietas dos ricos.

Sexto, há evidências de que diversas vitaminas
que incorrem em maior quantidade nas dietas das
classes altas desempenham um papel anti-esclero-
tico." (R.P.)

(1) New Society, 16-XII-76; páginas 567 e 568.

O crescimento da população mundial (1970 e 1975)

Região	Número de Nascimentos*		Número de Mortes*		Crescimento Populacional**		População*		Aumento de População*	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975	1970	1975
América do Norte	18,2	14,8	9,2	8,8	0,90	0,60	226	236	2,04	1,42
Europa Ocidental	16,2	13,2	10,6	10,5	0,56	0,32	333	343	1,89	1,12
Leste Europeu	17,4	18,0	9,1	9,0	0,84	0,36	368	384	3,14	3,31
Leste Asiático (inclui a China)	30,5	17,6	12,1	7,8	1,85	1,18	941	1,005	17,43	11,91
Sudeste Asiático (Vietnã, Coreias)	42,3	38,6	15,5	15,3	2,66	2,33	278	317	7,40	7,37
Sul da Ásia (inclui a Índia)	40,8	37,0	15,9	15,8	2,48	2,13	709	791	17,57	16,89
Oriente Médio	44,3	41,7	15,5	14,5	2,88	2,72	136	155	3,91	4,22
África	47,1	47,1	21,0	20,0	2,61	2,71	312	355	8,16	9,65
América Latina	37,4	35,5	9,7	9,0	2,77	2,65	276	317	7,64	8,39
Oceania (inclui a Austrália)	20,9	17,4	9,0	8,1	1,19	0,93	15	17	0,18	0,16
MUNDO	32,2	28,3	13,2	11,9	1,90	1,64	3.594	3.920	69,36	64,44

obs.: * (em milhões)
** (porcentagem)

Fonte: Worldwatch Paper nº 8

“Estou aqui há onze anos, sim senhor. Aqui tive meus cinco filhos, e mais dois que morreram. Aqui emagreci, adoeci, envelheci. E vi meu marido passar por uma porção de empregos, sem parar em nenhum deles, até desistir de trabalhar. Hoje ele sai às cinco horas da manhã e eu nem sei se volta. Às vezes não volta mesmo, passa dois, três dias lá em cima (na cidade), e quando chega trazendo algum dinheiro, nunca pergunto onde foi que arranjou. A gente se aguenta como pode, mas é só porque não tem outro remédio.”

Ester Lopes de Oliveira se destaca do grupo de cinco mulheres indecisas que se reúnem à porta do bar *Venha Cá*, e declara sua intenção de mostrar o que é a Vila Kennedy. Apresenta-se, entrega a Roberto e Erasmo, dois filhos maiores, o menorzinho, Emerson, e paga ao dono do bar o preço das duzentas e cinquenta gramas de café, antes de continuar com o seu longo monólogo.

São nove horas na Vila Kennedy, e a maioria dos homens já saiu há quatro horas em busca de trabalho. Mas ainda restam as mulheres, e principalmente as crianças: dezenas, centenas, milhares delas, que se despejam de cada porta e se amontoam nas esquinas, nas duas praças. E que improvisam seus brinquedos, numa das ruas, na manilha que atravessa a Vila, e que leva a água do Guan- du para outros bairros mais afortunados.

“A favela incomodava”

Inaugurada festivamente no dia 20 de janeiro de 1964 pelo então governador Carlos Lacerda, e construída com recursos da finada Aliança para o Progresso (daí seu nome), a Vila Kennedy foi a primeira experiência, no Rio, de remoção de favelados para um conjunto habitacional, longe da cidade.

“Nós saímos do Pasmado. Lá a gente vivia bem, eu trabalhava como diarista, era arrumadeira em quatro apartamentos de bacanas. E meu marido trabalhava como servente numa daquelas lojas do Lido, perto do hotel (o Copacabana Palace). A gente montara o barraco com as coisas de que precisava, ele era perto de tudo, até praia a gente tinha, Copacabana era bem na porta. Foi aí que disseram que a gente tinha que se mudar. A favela era um negócio que incomodava, ficava bem na cara de Copacabana, e ia ter aquela história do quarto centenário. Aí o presidente dos Estados Unidos tomou uma providência: deu dinheiro pra fazer a nossa mudança, era para os americanos não ficarem com medo dos favelados, eu acho, quando viessem para o carnaval.”

Essa experiência inicial de remoção de favelados atingiu as favelas do Esqueleto, no Maracanã, Rocinha e Pasmado, ambas na Zona Sul. O local escolhido para instalar os moradores desses três núcleos era então um descampado, no final da Avenida Brasil, a 40 quilômetros do Centro da cidade; um local que ainda hoje está longe e isolado de tudo, mesmo dos outros conjuntos residenciais que surgiram nas áreas próximas — sempre em direção Oeste.

Desde a festiva inauguração, crescendo sem nenhum planejamento, a Vila Kennedy — hoje com 35 mil habitantes — se ressentia da falta de todos os serviços de infraestrutura. Seus habitantes não têm mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, qualquer tipo de diversão. Vivem isolados no meio do mesmo matagal de há dez anos, e ainda hoje sentem a primeira consequência da mudança: a brusca queda da renda familiar, causada pelo afastamento de suas mulheres e filhos dos antigos empregos em casas e apartamentos, e dos biscates sempre fáceis nas áreas povoadas pela classe média, onde antes viviam.

“E meu marido atrasou, foi despedido”

Na época da mudança, no entanto, essa perda certamente notada pelos favelados, foi amenizada com uma sequência de promessas: trabalho fácil nas indústrias a serem instaladas na região (a única que hoje existe, de beneficiamento de arroz, se recusa a empregar gente do lugar); cursos de especialização profissional, escolas (as que foram improvisadas há dez anos, hoje estão em ruínas); um moderno hospital (o mais próximo fica, até hoje, a trinta minutos); áreas de lazer e recreação (um *playground*, com brinquedos de cimento foi inaugurado há pouco mais de um ano), a condução farta (ainda hoje ela é precária, e mesmo assim, consome até 40% da renda diária dos moradores).

“Quando a gente chegou aqui, eu vi que a mudança não era apenas de lugar, não; muita coisa ia mudar. O caminhão que trouxe nossos troços viajou mais de uma hora pela Avenida Brasil, até entrar no matagal. Quando nós chegamos, tinha uma festa de inauguração. Os homens (o governador e demais autoridades) entregaram as chaves pra gente e se mandaram. Aí a gente abriu as portas, todo mundo feliz, e entrou nas casas: elas não tinham piso, banheiro, pia, as paredes eram de tijolo nu. Eles

CENA BRASILEIRA

VILA KENNEDY

O grande conjunto residencial do Rio, construído com recursos da Aliança para o Progresso, completa 12 anos

Aguinaldo Silva

Nossa desgraça começou em menos de uma semana. Meu marido chegou atrasado quatro vezes ao emprego, e foi demitido num sábado. Eu tinha perdido as diárias de arrumadeira. Quando vim para cá, pensei que arranjaria trabalho em outro lugar. Mas o lugar mais perto daqui é Bangu, e me diga: quem vai querer uma arrumadeira diarista, num lugar de pobre como Bangu?”

Quatro horas de manhã em Vila Kennedy. Na praça principal, a estátua da liberdade, uma réplica mal acabada do original norte-americano, ergue para o ar seu facho, inútil há anos, desde que a lâmpada que fazia a vez de chama queimou e ninguém se lembrou de substituí-la (isolada no centro da praça, ela sofre dia após dia o ataque inclemente dos pássaros, que insistem em conspurcá-la com seus dejetos. E já adquiriu, nestes onze anos, a cor verde-acinzentada das coisas em abandono). No pedestal, uma placa “Ao povo de Vila Kennedy, do seu governador”, discreta, sem nome, datada de 20.1.1964.

“As mulheres ficam sozinhas pensando”

Ainda está escuro mas o movimento na praça é intenso. Centenas de pessoas esperam os ônibus que os levarão. Os primeiros, nas filas, chegaram às duas horas da manhã. Perto de um dos dois únicos orelhões existentes na Vila, três soldados da PM observam atentamente os que chegam e os que entram nos ônibus (“eles pensam que todo mundo aqui é marginal”) comenta um morador. A visão da Praça da Liberdade, às quatro horas da manhã de um dia útil, certamente, deixaria espantados os que se acostumaram a considerar a Vila Kennedy um antro de marginais: a multidão ali reunida tem apenas uma desesperada preocupação: conseguir um lugar nos ônibus, e chegar a tempo ao trabalho, após mais de uma hora de viagem pela congestionada Avenida Brasil (Cr\$ 3,60 a passagem, ida e volta).

Ester Lopes de Oliveira diz que é de Pasmado, mas na verdade, ela e José Maria seu marido, são mineiros de Ubá. Vieram tentar a sorte no Rio foram morar na favela.

“Eu tenho trinta e seis anos e meu marido tinha sete. Ele saiu bem cedo. José Maria anda muito silencioso, às vezes fica dias sem dar uma palavra comigo. Sai, e não sei se vai voltar. As mulheres todas daqui sabem o que é isso. Há homens que trabalham, mas dormem no emprego, para não chegarem atrasados. Aí, passa a semana inteira sem vir em casa, só no domingo. Às vezes nem vêm no domingo, passam quinze dias, um mês sem aparecer. Alguns não vêm nunca mais. As mulheres ficam acordadas a noite inteira, pensando, pensando. Acho que elas têm é medo de ficar sozinhas com a filha-rada”.

No posto Médico da Fundação Leão XIII na Vila (três salinhas um fichário com 23.204 clientes matriculados, e um aviso à porta: “não aceitamos fezes, para exames, trazidas em caixas de fósforos”), o médico Ronaldo da Silva Turano informa que uma estranha doença ataca as mulheres do local; seus sintomas surgem principalmente à noite, quando elas, à espera do marido que não voltou do trabalho, não conseguem dormir. A estranha doença se chama tensão, e é tão grave que já se tornou mais frequente, no local, que a tuberculose, verminose e a desnutrição outros três males que garantem o grande movimento do posto. Epidêmica, a doença vem atacando um número cada vez maior de pessoas. Segundo o médico, foi ela quem fez com que uma moça de 17 anos, a 27ª moradora de uma casa de quarto e sala na Rua Tunísia, na Vila, tentasse o suicídio, cortando os pulsos enquanto as outras 26 dormiam.

Para cuidar dessa doença, e de todas as outras que grassam na Vila o Posto Médico da Fundação Leão XIII conta com três médicos que se revezam durante o dia, e com uma kombi improvisada em ambulância. Quem passar mal à noite, no entanto, terá que esperar o amanhecer, pois os ônibus que levam ao Hospital Padre Clivério o Kraemer, em Bangu, desaparecem, e só voltam a circular às 4 h, já lotados, procedentes de Campo Grande. “Faz onze anos, mas é como se fosse ontem. Sabe, a gente dorme e acorda pensando em arranjar dinheiro para comer. E não consegue pensar em outra coisa, nem vê o tempo passar. Aqui só a gente se aguenta como pode.”

um quarto, uma cozinha pequena, um banheiro e uns três metros de quintal. Nestes onze anos eles introduziram algumas melhoras. A pia, o chuveiro de plástico, um tanque para lavar roupa, alguns varais. A janela, que nunca foi pintada, já não abre, e entre a porta e o telhado a parede da frente exibe uma rachadura. A mensalidade é de Cr\$ 85 (as mais altas mensalidades na Vila chegam a Cr\$ 165).

A luz amarelada que ilumina a sala só é acesa à noite, e a fumaça do fogão, quando Ester faz a comida, invade a casa inteira. Na sala, há duas cadeiras e um velho sofá de napa, todo furado (ela se apressa em cobri-lo, com um lençol, antes de mandar a visita sentar). As roupas, guardadas em sacolas de supermercado, estão amontoadas num canto. É para lá que Emerson se dirige, engatinhando. Roberto e Erasmo brincam com algumas latas velhas, que tratam como se fossem preciosos brinquedos.

“Água? Só de vez em quando. Luz a gente tem, sim, é só pagar a taxa. Mas esgoto não existe, a gente joga tudo no verão, é uma sujeira horrível, por isso as ruas vivem cheias de moscas, e de noite os pernilongos não deixam a gente dormir. Sabe de uma coisa? De vez em quando me ataca um pensamento ruim: a impressão que me dá é que trouxeram a gente pra cá pra ver se a gente morria. Porque se morresse todo o mundo da Vila Kennedy, ia feder uns dias, mas quem ia sentir? A gente está tão longe, tão isolado do mundo”.

“Sim, já pensei em sair daqui, fiz planos de voltar para uma favela. Tinha uma boa lá perto do aeroporto, na heira da maré, mas também já tiraram o pessoal de lá e derrubaram os barracos. Naquela época, com sorte, a gente passava a casa por uns Cr\$ 5 mil, aqui, e construía lá um barraco. Mas José Maria, coitado, é um desânimo. Quando não sai, fica por aí sentado na calçada, tomando sol. Eu olho, tenho pena, mas tenho raiva também, e tenho medo quando penso que ele vai ficar velho. Tudo é pior, quando a gente fica velho”.

“Aqui ninguém é amigo de ninguém. Não tem essa história de um ajudar o outro. Mas como, se cada um mal pode cuidar de si? Se alguém tirar um pedaço de pão da boca do meu filho, eu viro uma leoa, xingo, até brigo. Mas é porque eles mal têm o que comer, não dá pra repartir com ninguém. Solidariedade? Não senhor, eu sou praticamente analfabeta, não sei o que essa palavra quer dizer.”

“Tudo é pior quando a gente é velho”

Às 17 horas, o Panifício Illinois, a única padaria da Vila Kennedy, expõe no balcão sua última fornada: ao todo, ele fabrica seis mil bisnagas, que, divididas pelos 35 mil moradores, dá uma fatia de três dedos para cada um. Na geladeira da CCPL, na padaria, ainda restam alguns dos 200 litros diários de leite que a Vila consome, metade de uma xícara de cafezinho para cada criança, mas isso se os adultos não tomarem.

Na Praça da Liberdade o movimento é pequeno, os ônibus ainda não começaram a trazer os que foram para o trabalho. Só a partir das 10 eles começarão a chegar. Antes, amontoados dentro dos ônibus, uns sobre os outros, verão, a partir de Cordovil, seus vizinhos distantes da Avenida Brasil, os moradores dos conjuntos residenciais que se estendem por vários quilômetros, a partir do km 18, dos dois lados da avenida, num fio que não chegou à Vila Kennedy (ainda isolado), mas que vai chegar lá. No fim do governo passado, foram divulgados os planos para as chamadas áreas prioritárias I e II, prevendo a urbanização de 2800 hectares no eixo ferroviário Campo Grande — Santa Cruz, com capacidade para abrigar mais de 320 mil favelados; estes serão removidos para bairros mais próximos do Centro da cidade.

Já é noite em Vila Kennedy. Nas casas dos afortunados, as crianças se amontoam diante de velhos aparelhos de TV. Os filhos dos mais pobres continuam na rua — mesmo porque, em algumas casas, já não há espaço para eles. José Maria não apareceu, e Ester já serviu o jantar aos cinco filhos, café, pão, abóbora cozida e mingau de fubá (água e sal). Ester, a filha de nove anos, perseguida pelos gritos da mãe, sai de casa mais uma vez, e no meio da rua, lança um desafio: “eu quero que você vá pro inferno”. A mãe não aceita o desafio da filha, e a deixa ir. De repente, ela parece consciente de que está diante de um estranho e de que sua vida — como a dos 35 mil vizinhos, todos situados em casas iguais —

"Estou aqui há onze anos, sim senhor. Aqui tive meus cinco filhos, e mais dois que morreram. Aqui emagreci, adoeci, envelheci. E vi meu marido passar por uma porção de empregos, sem parar em nenhum deles, até desistir de trabalhar. Hoje ele sai às cinco horas da manhã e eu nem sei se volta. As vezes não volta mesmo, passa dois, três dias lá em cima (na cidade), e quando chega trazendo algum dinheiro, nunca pergunto onde foi que arranhou. A gente se aguenta como pode, mas é só porque não tem outro remédio."

Ester Lopes de Oliveira se destaca do grupo de cinco mulheres indecisas que se reúnem à porta do bar *Penha Ca*, e declara sua intenção de mostrar o que é a Vila Kennedy. Apresenta-se, entrega a Roberto e Erasmo, dois filhos maiores, o menorzinho, Emerson, e paga ao dono do bar o preço das duzentas e cinquenta gramas de café, antes de continuar com o seu longo monólogo.

São nove horas na Vila Kennedy, e a maioria dos homens já saiu há quatro horas em busca de trabalho. Mas ainda restam as mulheres, e principalmente as crianças: dezenas, centenas, milhares delas, que se despejam de cada porta e se amontoam nas esquinas, nas duas praças. E que improvisam seus brinquedos, numa das ruas, na manilha que atravessa a Vila, e que leva a água do Guan- du para outros bairros mais afortunados.

"A favela incomodava"

Inaugurada festivamente no dia 20 de janeiro de 1964 pelo então governador Carlos Lacerda, e construída com recursos da finada Aliança para o Progresso (daí seu nome), a Vila Kennedy foi a primeira experiência, no Rio, de remoção de favelados para um conjunto habitacional, longe da cidade.

"Nós saímos do Pasmado. Lá a gente vivia bem, eu trabalhava como diarista, era arrumadeira em quatro apartamentos de bacanas. E meu marido trabalhava como servente numa daquelas lojas do Lido, perto do hotel (o Copacabana Palace). A gente montara o barraco com as coisas de que precisava, ele era perto de tudo, até praia a gente tinha, Copacabana era bem na porta. Foi aí que disseram que a gente tinha que se mudar. A favela era um negócio que incomodava, ficava bem na cara de Copacabana, e ia ter aquela história do quarto centenário. Aí o presidente dos Estados Unidos tomou uma providência: deu dinheiro pra fazer a nossa mudança, era para os americanos não ficarem com medo dos favelados, eu acho, quando viessem para o carnaval."

Essa experiência inicial de remoção de favelados atingiu as favelas do Esqueleto, no Maracanã, Rocinha e Pasmado, ambas na Zona Sul. O local escolhido para instalar os moradores desses três núcleos era então um descampado, no final da Avenida Brasil, a 40 quilômetros do Centro da cidade; um local que ainda hoje está longe e isolado de tudo, mesmo dos outros conjuntos residenciais que surgiram nas áreas próximas — sempre em direção Oeste.

Desde a festiva inauguração, crescendo sem nenhum planejamento, a Vila Kennedy — hoje com 35 mil habitantes — se ressentia da falta de todos os serviços de infra-estrutura. Seus habitantes não têm mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, qualquer tipo de diversão. Vivem isolados no meio do mesmo matagal de há dez anos, e ainda hoje sentem a primeira consequência da mudança: a brusca queda da renda familiar, causada pelo afastamento de suas mulheres e filhos dos antigos empregos em casas e apartamentos, e dos biscates sempre fáceis nas áreas povoadas pela classe média, onde antes viviam.

"E meu marido atrasou, foi despedido"

Na época da mudança, no entanto, essa perda certamente notada pelos favelados, foi amenizada com uma sequência de promessas: trabalho fácil nas indústrias a serem instaladas na região (a única que hoje existe, de beneficiamento de arroz, se recusa a empregar gente do lugar); cursos de especialização profissional, escolas (as que foram improvisadas, há dez anos, hoje estão em ruínas); um moderno hospital (o mais próximo fica, até hoje, a trinta minutos); áreas de lazer e recreação (um *playground*, com brinquedos de cimento, foi inaugurado há pouco mais de um ano), a condução farta (ainda hoje ela é precária, e mesmo assim, consome até 40% da renda diária dos moradores).

"Quando a gente chegou aqui, eu vi que a mudança não era apenas de lugar, não; muita coisa ia mudar. O caminhão que trouxe nossos troços viajou mais de uma hora pela Avenida Brasil, até entrar no matagal. Quando nós chegamos, tinha uma festa de inauguração. Os homens (o governador e demais autoridades) entregaram as chaves pra gente e se mandaram. Aí a gente abriu as portas, todo mundo feliz, e entrou nas casas: elas não tinham piso, banheiro, pia, as paredes eram de tijolo nu. Eles só tinham armado o esqueleto, o resto da construção era com a gente mesmo.

CENA BRASILEIRA

VILA KENNEDY

O grande conjunto residencial do Rio, construído com recursos da Aliança para o Progresso, completa 12 anos

Aguinaldo Silva

Nossa desgraça começou em menos de uma semana. Meu marido chegou atrasado quatro vezes ao emprego, e foi demitido num sábado. Eu tinha perdido as diárias de arrumadeira. Quando vim para cá, pensei que arranjaria trabalho em outro lugar. Mas o lugar mais perto daqui é Bangu, e me diga: quem vai querer uma arrumadeira diarista, num lugar de pobre como Bangu?"

Quatro horas de manhã em Vila Kennedy. Na praça principal, a estátua da liberdade, uma réplica mal acabada do original norte-americano, ergue para o ar seu facho, inútil há anos, desde que a lâmpada que fazia a vez de chama queimou e ninguém se lembrou de substituí-la (isolada no centro da praça, ela sofre dia após dia o ataque inclemente dos pássaros, que insistem em conspurcá-la com seus dejetos. E já adquiriu, nestes onze anos, a cor verde-acinzentada das coisas em abandono). No pedestal, uma placa "Ao povo de Vila Kennedy, do seu governador", discreta, sem nome, datada de 20.1.1964.

"As mulheres ficam sozinhas pensando"

Ainda está escuro mas o movimento na praça é intenso. Centenas de pessoas esperam os ônibus que os levarão. Os primeiros, nas filas, chegaram às duas horas da manhã. Perto de um dos dois únicos orelhões existentes na Vila, três soldados da PM observam atentamente os que chegam e os que entram nos ônibus ("eles pensam que todo mundo aqui é marginal") comenta um morador. A visão da Praça da Liberdade, às quatro horas da manhã de um dia útil, certamente, deixaria espantados os que se acostumaram a considerar a Vila Kennedy um antro de marginais: a multidão ali reunida tem apenas uma desesperada preocupação: conseguir um lugar nos ônibus, e chegar a tempo ao trabalho, após mais de uma hora de viagem pela congestionada Avenida Brasil (Cr\$ 3,60 a passagem ida e volta).

Ester Lopes de Oliveira diz que é de Pasmado, mas na verdade, ela e José Maria seu marido, são mineiros de Ubá. Vieram tentar a sorte no Rio foram morar na favela.

"Eu tenho trinta e seis anos e meu marido trinta e sete. Ele saiu bem cedo. José Maria andou muito silencioso, às vezes fica dias sem dar uma palavra comigo. Sai, e não sei se vai voltar. As mulheres todas daqui sabem o que é isso. Há homens que trabalham, mas dormem no emprego, para não chegarem atrasados. Aí, passa a semana inteira sem vir em casa, só no domingo. As vezes nem vêm no domingo, passam quinze dias, um mês sem aparecer. Alguns não vêm nunca mais. As mulheres ficam acordadas a noite inteira, pensando, pensando. Acho que elas têm é medo de ficar sozinhas com a filha-rada."

No posto Médico da Fundação Leão XIII na Vila (três salinhas um fichário com 23.204 clientes matriculados, e um aviso à porta: "não aceitamos fezes, para exames, trazidas em caixas de fósforos"), o médico Ronaldo da Silva Turano informa que uma estranha doença ataca as mulheres do local; seus sintomas surgem principalmente à noite, quando elas, à espera do marido que não voltou do trabalho, não conseguem dormir. A estranha doença se chama tensão, e é tão grave que já se tornou mais frequente, no local, que a tuberculose, verminose e a desnutrição outros três males que garantem o grande movimento do posto. Epidêmica, a doença vem atacando um número cada vez maior de pessoas. Segundo o médico, foi ela quem fez com que uma moça de 17 anos, a 27ª moradora de uma casa de quarto e sala na Rua Tunízia, na Vila, tentasse o suicídio, cortando os pulsos enquanto as outras 26 dormiam.

Para cuidar dessa doença, e de todas as outras que grassam na Vila o Posto Médico da Fundação Leão XIII conta com três médicos que se revezam durante o dia, e com uma kombi improvisada em ambulância. Quem passar mal à noite, no entanto, terá que esperar o amanhecer, pois os ônibus que levam ao Hospital Padre Clivério o Kraemer, em Bangu, desaparecem, e só voltam a circular às 4 h, já lotados, procedentes de Campo Grande. "Faz onze anos, mas é como se fosse ontem. Sabe, a gente dorme e acorda pensando em arranjar dinheiro para comer. E não consegue pensar em outra coisa, nem vê o tempo passar. Aqui só é bom para ter filho. Três meses depois da mudança eu já estava esperando o primeiro. Tive sete, José Maria, que é o nome dele, Ester, que sou eu, um morreu pagão, Roberto, Erasmo, outro pagãozinho que morreu, e agora Emerson".

A casa de José Maria e Ester Lopes de Oliveira fica na Rua Gabão (as ruas, em Vila Kennedy, têm nomes de países, ou de Estados norte-americanos). Tem uma sala,

um quarto, uma cozinha pequena, um banheiro e uns três metros de quintal. Nestes onze anos eles introduziram algumas melhoras. A pia, o chuveiro de plástico, um tanque para lavar roupa, alguns varais. A janela, que nunca foi pintada, já não abre, e entre a porta e o telhado a parede da frente exibe uma rachadura. A mensalidade é de Cr\$ 85 (as mais altas mensalidades na Vila chegam a Cr\$ 165).

A luz amarelada que ilumina a sala só é acesa à noite, e a fumaça do fogão, quando Ester faz a comida, invade a casa inteira. Na sala, há duas cadeiras e um velho sofá de napa, todo furado (ela se apressa em cobri-lo, com um lençol, antes de mandar a visita sentar). As roupas, guardadas em sacolas de supermercado, estão amontoadas num canto. É para lá que Emerson se dirige, engatinhando. Roberto e Erasmo brincam com algumas latas velhas, que tratam como se fossem preciosos brinquedos.

"Água? Só de vez em quando. Luz a gente tem, sim, é só pagar a taxa. Mas esgoto não existe, a gente joga tudo no verão, é uma sujeira horrível, por isso as ruas vivem cheias de moscas, e de noite os pernilongos não deixam a gente dormir. Sabe de uma coisa? De vez em quando me ataca um pensamento ruim: a impressão que me dá é que trouxe uma gente pra cá pra ver se a gente morria. Porque se morresse todo o mundo da Vila Kennedy, ia feder uns dias, mas quem ia sentir? A gente está tão longe, tão isolado do mundo."

"Sim, já pensei em sair daqui, fiz planos de voltar para uma favela. Tinha uma boa lá perto do aeroporto, na beira da maré, mas também já tiraram o pessoal de lá e derrubaram os barracos. Naquela época, com sorte, a gente passava a casa por uns Cr\$ 5 mil, aqui, e construía lá um barraco. Mas José Maria, coitado, é um desânimo. Quando não sai, fica por aí sentado na calçada, tomando sol. Eu olho, tenho pena, mas tenho raiva também, e tenho medo quando penso que ele vai ficar velho. Tudo é pior, quando a gente fica velho."

"Aqui ninguém é amigo de ninguém. Não tem essa história de um ajudar o outro. Mas como, se cada um mal pode cuidar de si? Se alguém tirar um pedaço de pão da boca do meu filho, eu viro uma leoa, xingo, até brigo. Mas é porque eles mal têm o que comer, não dá pra repartir com ninguém. Solidariedade? Não senhor, eu sou praticamente analfabeta, não sei o que essa palavra quer dizer."

"Tudo é pier quando a gente é velho"

Às 17 horas, o Panifício Iluminóis, a única padaria da Vila Kennedy, expõe no balcão sua última fornada: ao todo, ele fabrica seis mil bisnagas, que, divididas pelos 35 mil moradores, dá uma fatia de três dedos para cada um. Na geladeira da CCPL, na padaria, ainda restam alguns dos 200 litros diários de leite que a Vila consome, metade de uma xícara de cafézinho para cada criança, mas isso se os adultos não tocarem.

Na Praça da Liberdade o movimento é pequeno, os ônibus ainda não começaram a trazer os que foram para o trabalho. Só a partir das 10 eles começarão a chegar. Antes, amontoados dentro dos ônibus, uns sobre os outros, verão, a partir de Cordovil, seus vizinhos distantes da Avenida Brasil, os moradores dos conjuntos residenciais que se estendem por vários quilômetros, a partir do km 18, dos dois lados da avenida, num fio que não chegou à Vila Kennedy (ainda isolado), mas que vai chegar lá. No fim do governo passado, foram divulgados os planos para as chamadas áreas prioritárias I e II, prevendo a urbanização de 2800 hectares no eixo ferroviário Campo Grande — Santa Cruz, com capacidade para abrigar mais de 320 mil favelados; estes serão removidos para bairros mais próximos do Centro da cidade.

Já é noite em Vila Kennedy. Nas casas dos afortunados, as crianças se amontoam diante de velhos aparelhos de TV. Os filhos dos mais pobres continuam na rua — mesmo porque, em algumas casas, já não há espaço para eles. José Maria não apareceu, e Ester já serviu o jantar aos cinco filhos, café, pão, abóbora cozida e mingau de fubá (água e sal). Ester, a filha de nove anos, perseguida pelos gritos da mãe, sai de casa mais uma vez, e no meio da rua, lança um desafio: "eu quero que você vá pro inferno". A mãe não aceita o desafio da filha, e a deixa ir. De repente, ela parece consciente de que está diante de um estranho e de que sua vida — como a dos 35 mil vizinhos, todos situados em casas iguais à sua — é terrível demais para ser tão cruelmente exposta.

O senhor não vai botar meu nome nessa história toda, não é? ela pergunta, e foge com o olhar procurando os cantos mais escuros nas paredes encardidas. E comenta:

"Acho que a pobreza é feia demais, inconfundível. Eu, por exemplo tenho vergonha de ser pobre. Mas o que é que eu posso fazer?"

Esta reportagem foi feita em janeiro de 1976.

O BRASIL CAMPO

Os dois caminhos opostos para o desenvolvimento da agricultura:
a modernização ou a repartição da terra

Marcos Gomes

Naturalmente, é muito difícil se dar uma visão global das transformações que vem se operando no campo, já que o Brasil possui dimensões continentais, as várias regiões apresentam um nível de desenvolvimento muito desigual e frequentemente o que é característico de uma determinada região não o é da outra. Se a agricultura brasileira pode, de um modo geral, ser considerada muito atrasada, os níveis desse atraso são muito variados. O recadastramento do INCRA — (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) realizado em 1972, mostra, por exemplo que a agricultura está tão concentrada no Sudeste e Sul quanto a indústria. Segundo o recadastramento, o valor global da produção dos imóveis rurais em todo o país, em 1972, foi de Cr\$ 23,6 bilhões, sendo que somente as regiões Sudeste e Sul foram responsáveis por 80% da produção. Da mesma maneira, do total de Cr\$ 9,4 bilhões em equipamentos existentes na agricultura do país, nada menos que Cr\$ 7,7 bilhões — ou 80% — também estavam nas regiões Sudeste e Sul. Por isso, ao se estudar o campo brasileiro é necessário se distinguir as regiões já ocupadas, como o Sudeste, o Sul e o Nordeste, das regiões que ainda sentem os efeitos do processo de ocupação, como o Centro-Oeste e o Norte; e em relação às regiões ocupadas, é necessário se levar em conta as diferenças das relações de trabalho, solo, clima, tipos de cultura, etc, para se entender como elas vem reagindo a esse processo desigual de transformação.

Terra para os camponeses

Sem entrar no entanto, na análise detalhada de cada uma das regiões, pode-se dizer que no campo se verifica hoje o que tem sido genericamente chamado de processo de modernização. Esse caminho, considerado oficialmente o único capaz de permitir um aumento rápido da produção e produtividade agrícolas, se contrapõe a um outro, que seria o caminho da redistribuição da propriedade. Estes dois caminhos têm, do ponto de vista estritamente econômico, um objetivo em comum: visam varrer do campo todas as formas antiquadas, pré-capitalistas ou semicapitalistas, de relações de produção a fim de libertar as forças produtivas no campo e favorecer o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura. Mas, o primeiro caminho — o da modernização — significa realizar essa transformação atendendo basicamente aos interesses dos latifundiários e em prejuízo da imensa maioria dos camponeses sem terra e com pouca terra.

O segundo caminho — o da reforma agrária —, ao contrário, significa criar no campo as condições para o pleno e rápido desenvolvimento das forças produtivas atendendo, no entanto, aos interesses da imensa maioria dos trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra, através da desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos, da eliminação de todo o tipo de domínio exercido pelos senhores de terra sobre os camponeses e suas famílias e pela entrega dessas terras e quem nelas realmente trabalha.

A imposição prática de um ou outro caminho não depende do simples acaso ou da sorte. Se o Estado ainda é fortemente influenciado pelos latifundiários, é certo que ele incentivará ao máximo o caminho da modernização, ou seja, incentivará as modificações das relações de trabalho e de produção dentro de uma perspectiva que favoreça aos que detêm o monopólio da propriedade da terra.

Necessitando de divisas — para fazer face às importações, às despesas com remessa de lucros, transportes, assistência técnica, juros de capitais e prestações vencidas da dívida externa — o país vem tentando impulsionar a produção agrícola visando sobretudo os produtos de exportação, com os quais espera obter as divisas necessárias para cumprir os compromissos. E este tem sido mais um fator para que o processo de modernização da agricultura se faça em benefício dos grandes proprietários e de outros setores — sobretudo o grande capital monopolista — capazes, na opinião oficial, de assumir os grandes empreendimentos que levariam rapidamente ao campo o chamado espírito empresarial e a consequente elevação da produção.

Nas zonas já ocupadas, sobretudo no Sudeste e Sul, trata-se de introduzir no campo novas tecnologias —



O latifúndio é um entrave ao desenvolvimento da agricultura: representa um obstáculo à exploração racional da terra pelos que nela trabalham por manter o monopólio da propriedade e um conjunto de relações de produção incompatíveis com o progresso técnico

(Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). E para os 10 milhões de trabalhadores sem terra ou com pouca terra que vivem no campo — posseiros, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários e assalariados rurais — aparentemente não há lugar nesse processo senão o de submeter-se a ele sem benefícios.

No Sudeste e Sul, o agravamento do problema dos trabalhadores volantes ou bóias-frias é um dos resultados desse processo. Impulsionada pelo crédito agrícola, acessível no entanto somente àqueles que podem dar garantia para operação, logo se assistiu a uma enorme valorização das terras, que provocou a dispensa dos antigos colonos, agregados, parceiros e arrendatários das fazendas, que vieram engrossar o contingente dos bóias-frias na periferia das cidades. As culturas de subsistência e até mesmo o café deram lugar à pecuária, à soja e ao trigo. Quem tinha terras conseguiu recursos para ter mais. E uma vez que a oferta de emprego nas cidades — sobretudo da indústria — não absorvia toda essa mão-de-obra liberada do campo, aos trabalhadores restava ser volante, oferecendo sua força de trabalho a preços baixos e conseguindo emprego somente em certas épocas do ano. Segundo o Censo Demográfico de 1970, a percentagem do número de assalariados rurais que recebia então salário inferior ao mínimo legal variava entre 70 e 95%, segundo a Unidade de Federação; e do ponto de vista de emprego, o assalariado temporário trabalhava apenas de três a quatro meses por ano no mesmo imóvel.

Questão de "Psicologia"?

Na região da expansão da fronteira agrícola — Centro-Oeste e Norte — os posseiros, geralmente pequenos

não há lugar para os posseiros e índios, cada vez mais imprensados pelos modernos latifúndios de 100 mil, 500 mil e até mais de 1 milhão de hectares que se instalam na região. O argumento para não se garantir a terra aos posseiros é o mesmo que se utiliza em todo o país para transformar a figura do pequeno produtor num entrave à modernização: ele não teria espírito empresarial, seria o responsável pelo atraso secular da agricultura brasileira, não teria condições até mesmo "psicológicas", como já afirmou o deputado Herbert Levy (Arena-SP), para explorar racionalmente a terra.

Não fosse porém a teimosia do pequeno produtor, que é ainda quem dá à terra uma utilidade econômica e nela produz — frequentemente de modo irracional, pois não recebe nenhuma assistência e nenhum estímulo — provavelmente o país estaria enfrentando problemas muito mais graves de abastecimento. O jornal *O Estado de São Paulo* (10/7/76), numa reportagem sobre os incidentes ocorridos em Vila Rondon, no Pará, envolvendo posseiros e o norte-americano John Davis que já possuía na região cerca de 100 mil hectares de terras e continuava grilando as terras dos posseiros — que reagiram resultando o conflito na morte de John Davis e de dois de seus filhos — informou que a simpatia dos moradores da região estava com os posseiros, principalmente em virtude da *improdutividade* da fazenda do norte-americano. "Enquanto John Davis não produz nada em suas terras, limitando-se a extrair madeira e vendê-la quase sem benefício, os colonos são responsáveis por uma produção de arroz, milho, feijão e frutas que abastece Vila Rondon e algumas cidades próximas". E esse não é um dado isolado, pois o Censo Agropecuario revela que os estabelecimentos com 1.000 hectares e mais ocupam em média apenas 3,2% de sua área com lavouras.

Crédito para o latifúndio

Para acelerar o processo de modernização, o governo concedeu no ano passado 90 bilhões de cruzeiros e o crédito agrícola, a juros subsidiados, para compra de terras, máquinas agrícolas, fertilizantes, sementes, etc. Há inúmeros estudos mostrando que toda essa assistência tem beneficiado os grandes proprietários em condições de atender as exigências para a obtenção do financiamento. Num trabalho apresentado na última reunião da SBPC, o professor Gentil Martins Dias, da Universidade de Brasília disse que "o Estado, ao definir sua ação e planejar a atividade agrícola estabelece requisitos técnicos, econômicos e legais que tornam o acesso ao efetivo progresso técnico, ao crédito agrícola e os benefícios de subsídios somente atingíveis a grandes produtores e empresas agrícolas. Numa pesquisa que atualmente conduzo no Nordeste, verifiquei que no Estado da Bahia somente 4,5% dos estabelecimentos rurais possuem títulos de propriedade, chegando o processo de obtenção de tais títulos a demandar raramente menos de 3 anos, além de recursos financeiros consideráveis. Nesse sentido, as dificuldades e os custos impostos a pequenos produtores são de tal ordem que a quase totalidade dos que obtiveram títulos é constituída de grandes proprietários e daqueles dedicados a cultura de exportação..." (1). A conclusão é que, apesar das facilidades oferecidas pelo crédito agrícola nos últimos anos, o pequeno agricultor, mesmo que resolvesse investir, dificilmente obterá crédito, pois não dispõe de crédito pessoal, ou de garantia real representada pela propriedade da terra ou de terra em quantidade suficiente.

O atual caminho da modernização foi assim justificado pelo ministro da Agricultura, Aloysio Paulinelli, no seminário realizado pela Arena sobre o tema "O homem e o campo": "Não posso entender que o Brasil, já com um modelo agropecuario definido e produzido mesmo na época de recessão econômica mundial, como a atual, com condições de obter este ano uma safra de 50 milhões de toneladas de grãos, procure desenrolar uma transformação fundiária da qual não sabemos as consequências".

Sabemos, no entanto, que não somente os resultados obtidos pelo caminho da modernização são muito lentos em termos de produção e produtividade, como sabemos qual o seu custo social para a massa de trabalhadores rurais. De 1947 a 1970, o produto real da agricultura cresceu a taxas médias anuais em torno de 4%. Evolução mo-

O BRASIL CAMPO

Os dois caminhos opostos para o desenvolvimento da agricultura:
a modernização ou a repartição da terra

Marcos Gomes

Naturalmente, é muito difícil se dar uma visão global das transformações que vem se operando no campo, já que o Brasil possui dimensões continentais, as várias regiões apresentam um nível de desenvolvimento muito desigual e frequentemente o que é característico de uma determinada região não o é da outra. Se a agricultura brasileira pode, de um modo geral, ser considerada muito atrasada, os níveis desse atraso são muito variados. O recadastramento do INCRA — (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) realizado em 1972, mostra, por exemplo, que a agricultura está tão concentrada no Sudeste e Sul quanto a indústria. Segundo o recadastramento, o valor global da produção dos imóveis rurais em todo o país, em 1972, foi de Cr\$ 23,6 bilhões, sendo que somente as regiões Sudeste e Sul foram responsáveis por 80% da produção. Da mesma maneira, do total de Cr\$ 9,4 bilhões em equipamentos existentes na agricultura do país, nada menos que Cr\$ 7,7 bilhões — ou 80% — também estavam nas regiões Sudeste e Sul. Por isso, ao se estudar o campo brasileiro é necessário se distinguir as regiões já ocupadas, como o Sudeste, o Sul e o Nordeste, das regiões que ainda sentem os efeitos do processo de ocupação, como o Centro-Oeste e o Norte; e em relação às regiões ocupadas, é necessário se levar em conta as diferenças das relações de trabalho, solo, clima, tipos de cultura, etc, para se entender como elas vem reagindo a esse processo desigual de transformação.

Terra para os camponeses

Sem entrar no entanto, na análise detalhada de cada uma das regiões, pode-se dizer que no campo se verifica hoje o que tem sido genericamente chamado de processo de modernização. Esse caminho, considerado oficialmente o único capaz de permitir um aumento rápido da produção e produtividade agrícolas, se contrapõe a um outro, que seria o caminho da redistribuição da propriedade. Estes dois caminhos têm, do ponto de vista estritamente econômico, um objetivo em comum: visam varrer do campo todas as formas antiquadas, pré-capitalistas ou semicapitalistas, de relações de produção a fim de libertar as forças produtivas no campo e favorecer o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura. Mas, o primeiro caminho — o da modernização — significa realizar essa transformação atendendo basicamente aos interesses dos latifundiários e em prejuízo da imensa maioria dos camponeses sem terra e com pouca terra.

O segundo caminho — o da reforma agrária —, ao contrário, significa criar no campo as condições para o pleno e rápido desenvolvimento das forças produtivas atendendo, no entanto, aos interesses da imensa maioria dos trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra, através da desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos, da eliminação de todo o tipo de domínio exercido pelos senhores de terra sobre os camponeses e suas famílias e pela entrega dessas terras e quem nelas realmente trabalha.

A imposição prática de um ou outro caminho não depende do simples acaso ou da sorte. Se o Estado ainda é fortemente influenciado pelos latifundiários, é certo que ele incentivará ao máximo o caminho da modernização, ou seja, incentivará as modificações das relações de trabalho e de produção dentro de uma perspectiva que favoreça aos que detêm o monopólio da propriedade da terra.

Necessitando de divisas — para fazer face às importações, às despesas com remessa de lucros, transportes, assistência técnica, juros de capitais e prestações vencidas da dívida externa — o país vem tentando impulsionar a produção agrícola visando sobretudo os produtos de exportação, com os quais espera obter as divisas necessárias para cumprir os compromissos. E este tem sido mais um fator para que o processo de modernização da agricultura se faça em benefício dos grandes proprietários e de outros setores — sobretudo o grande capital monopolista — capazes, na opinião oficial, de assumir os grandes empreendimentos que levariam rapidamente ao campo o chamado espírito empresarial e a consequente elevação da produção.

Nas zonas já ocupadas, sobretudo no Sudeste e Sul, trata-se de introduzir no campo novas tecnologias — como a mecanização, o emprego maciço de fertilizantes, etc — com o fim de elevar a produtividade. Nas zonas de expansão da fronteira agrícola — Amazônia — trata-se, através dos incentivos fiscais, de impulsionar a ocupação do território mediante a implantação de grandes empresas agropecuárias, o que vem sendo efetivado pelos projetos de responsabilidade dos grupos industriais monopolistas nacionais e estrangeiros, com o apoio da Sudam



foto: Sérgio Sadet - Família de posseiros

O latifúndio é um entrave ao desenvolvimento da agricultura: representa um obstáculo à exploração racional da terra pelos que nela trabalham por manter o monopólio da propriedade e um conjunto de relações de produção incompatíveis com o progresso técnico

(Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). E para os 10 milhões de trabalhadores sem terra ou com pouca terra que vivem no campo — posseiros, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários e assalariados rurais — aparentemente não há lugar nesse processo senão o de submeter-se a ele sem benefícios.

No Sudeste e Sul, o agravamento do problema dos trabalhadores volantes ou bóias-frias é um dos resultados desse processo. Impulsionada pelo crédito agrícola, acessível no entanto somente àqueles que podem dar garantia para operação, logo se assistiu a uma enorme valorização das terras, que provocou a dispensa dos antigos colonos, agregados, parceiros e arrendatários das fazendas, que vieram engrossar o contingente dos bóias-frias na periferia das cidades. As culturas de subsistência e até mesmo o café deram lugar à pecuária, à soja e ao trigo. Quem tinha terras conseguiu recursos para ter mais. E uma vez que a oferta de emprego nas cidades — sobretudo da indústria — não absorvia toda essa mão-de-obra liberada do campo, aos trabalhadores restava ser volante, oferecendo sua força de trabalho a preços baixos e conseguindo emprego somente em certas épocas do ano. Segundo o Censo Demográfico de 1970, a percentagem do número de assalariados rurais que recebia então salário inferior ao mínimo legal variava entre 70 e 95%, segundo a Unidade de Federação; e do ponto de vista de emprego, o assalariado temporário trabalhava apenas de três a quatro meses por ano no mesmo imóvel.

Questão de "Psicologia"?

Na região da expansão da fronteira agrícola — Centro-Oeste e Norte — os posseiros, geralmente pequenos produtores, pioneiros no desbravamento dessas regiões, ocupando pequenas parcelas de terras em geral devolutas — passaram a enfrentar-se cada vez mais com os grandes projetos, citos modernos e empresariais, patrocinados pelos grupos industriais monopolistas do Sul. Assistiu-se cada vez mais ao aguçamento dos conflitos pela terra nessas regiões que, apesar de vazias demograficamente, não o são do ponto de vista possessório. Também aí

não há lugar para os posseiros e índios, cada vez mais imprensados pelos modernos latifúndios de 100 mil, 500 mil e até mais de 1 milhão de hectares que se instalam na região. E o argumento para não se garantir a terra aos posseiros é o mesmo que se utiliza em todo o país para transformar a figura do pequeno produtor num entrave à modernização: ele não teria espírito empresarial, seria o responsável pelo atraso secular da agricultura brasileira, não teria condições até mesmo "psicológicas", como já afirmou o deputado Herbert Levy (Arena-SP), para explorar racionalmente a terra.

Não fosse porém a teimosia do pequeno produtor, que é ainda quem dá à terra uma utilidade econômica e nela produz — frequentemente de modo irracional, pois não recebe nenhuma assistência e nenhum estímulo — provavelmente o país estaria enfrentando problemas muito mais graves de abastecimento. O jornal *O Estado de São Paulo* (10/7/76), numa reportagem sobre os incidentes ocorridos em Vila Rondon, no Pará, envolvendo posseiros e o norte-americano John Davis que já possuía na região cerca de 100 mil hectares de terras e continuava grilando as terras dos posseiros — que reagiram resultando o conflito na morte de John Davis e de dois de seus filhos — informou que a simpatia dos moradores da região estava com os posseiros, principalmente em virtude da improdutividade da fazenda do norte-americano. "Enquanto John Davis não produz nada em suas terras, nós nos ocupamos de extrair madeira e vendê-la quase sem perdas", diz o colono. Os colonos são responsáveis por uma produção de arroz, milho, feijão e frutas que abastece Vila Rondon e algumas cidades próximas. E esse não é um dado isolado, pois o Censo Agropecuário revela que os estabelecimentos com 1.000 hectares e mais ocupam em média apenas 3,2% de sua área com lavouras.

Crédito para o latifúndio

Para acelerar o processo de modernização, o governo concedeu no ano passado 90 bilhões de cruzeiros em crédito agrícola, a juros subsidiados, para compra de terras, máquinas agrícolas, fertilizantes, sementes, etc. Há inúmeros estudos mostrando que toda essa assistência tem beneficiado os grandes proprietários em condições de atender as exigências para a obtenção do financiamento. Num trabalho apresentado na última reunião da SBPC, o professor Gentil Martins Dias, da Universidade de Brasília disse que "o Estado, ao definir sua ação e planejar a atividade agrícola estabelece requisitos técnicos, econômicos e legais que tornam o acesso ao efetivo progresso técnico, ao crédito agrícola e os benefícios de subsídios somente atingíveis a grandes produtores e empresas agrícolas. Numa pesquisa que atualmente conduzo no Nordeste, verifiquei que no Estado da Bahia somente 4,5% dos estabelecimentos rurais possuem títulos de propriedade, chegando o processo de obtenção de tais títulos a demandar raramente menos de 3 anos, além de recursos financeiros consideráveis. Nesse sentido, as dificuldades e os custos impostos a pequenos produtores são de tal ordem que a quase totalidade dos que obtiveram títulos é constituída de grandes proprietários e daqueles dedicados a cultura de exportação..." (1). A conclusão é que, apesar das facilidades oferecidas pelo crédito agrícola nos últimos anos, o pequeno agricultor, mesmo que resolvesse investir, dificilmente obterá crédito, pois não dispõe de crédito pessoal, ou de garantia real representada pela propriedade da terra ou de terra em quantidade suficiente.

O atual caminho da modernização foi assim justificado pelo ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, no seminário realizado pela Arena sobre o tema "O homem e o campo": "Não posso entender que o Brasil, já com um modelo agropecuário definido e produzido mesmo na época de recessão econômica mundial, como a atual, com condições de obter este ano uma safra de 50 milhões de toneladas de grãos, procure desenrolar uma transformação fundiária da qual não sabemos as consequências".

Sabemos, no entanto, que não somente os resultados obtidos pelo caminho da modernização são muito lentos em termos de produção e produtividade, como sabemos qual o seu custo social para a massa de trabalhadores rurais. De 1947 a 1970, o produto real da agricultura cresceu a taxas médias anuais em torno de 4%. Evolução moderada, se considerarmos que de 1950 a 1970 a população brasileira aumentou de 52 milhões para 95 milhões, a uma taxa anual de 3% na década de 50 e de 2,8% na de 60. E esse crescimento deveu-se mais à expansão da área cultivada do que ao aumento da produtividade, pois em termos de produtividade, à exceção de uns poucos produtos, o país em 1970 se encontrava quase nos

continuação da página ao lado



níveis de 1947 e muito distante dos níveis dos países adiantados (quadro I). Por outro lado, o custo social do chamado processo de modernização é hoje visível a qualquer um: aumento de grilagem e da expulsão dos posseiros, invasão sistemática das reservas dos índios, crescimento do exército de bôias-frias na periferia das cidades, aumento das migrações internas e crise crônica no abastecimento de certos produtos essenciais, como o feijão, sem condições de competir com as lavouras de exportação e com a pecuária de corte.

Como reflexos diretos desse caminho, agravam-se os problemas de saúde, saneamento, habitação e emprego nas cidades, incapazes de absorver a leva de migrantes que a elas se dirigem. Frustram-se os planos do governo de "fixar o homem no campo", objetivo inócuo dentro do atual processo de modernização.

Algumas projeções podem ser feitas caso esse processo se consolide como o caminho de transformação do campo brasileiro. Anualmente, cerca de um milhão de pessoas ingressa no mercado de trabalho. O desenvolvimento industrial por si só não será capaz de absorver essa demanda potencial de emprego. Basta ver que de 1960 para 1970, a população economicamente ativa do setor industrial só cresceu 2,4 milhões (passou de 2,9 milhões para 5,3 milhões), ou seja, ofereceu em média 240 mil novos empregos por ano. Que destino dar a essa mão-de-obra e mais a que está sendo liberada pelo setor agrícola? Irá simplesmente engrossar o contingente dos desempregados, subempregados ou empregados improdutivamente nas grandes cidades? Isso é que leva alguns urbanistas a defender a reforma agrária, não a partir da análise do campo, mas a partir dos problemas sociais que se tornam crônicos nas grandes cidades, como Rio e São Paulo. Essa posição foi recentemente defendida pelo ex-prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, para quem "é um terrível erro" confundir-se o crescimento das áreas metropolitanas no Brasil com progresso. "Aqui", disse ele, "o crescimento das grandes cidades não significa progresso e evolução, como nos países desenvolvidos. Revela, antes de tudo, os enormes desequilíbrios regionais e de potencialidades, que formam a caudal migratória. Nos países ricos a urbanização é causada pelo progresso no campo, sobretudo pela intensa mecanização. No Brasil são fenômenos como a grande diferenciação de salários entre a cidade e o campo que ocasionam a migração". Segundo Figueiredo Ferraz, São Paulo "está se transformando numa cidade insolvente e inviável", com recursos cada vez menores para sua própria sustentação. E aponta a reforma agrária como uma das medidas fundamentais para se procurar conter o crescimento desordenado das grandes cidades brasileiras.

A reforma agrária alivia as cidades

É evidente que existe estreita correlação entre o que acontece no campo e nas cidades, mas o objetivo fundamental da reforma agrária não é conter o crescimento das cidades, apesar de que sua realização terá sem dúvida profundos reflexos nos fluxos migratórios. A reforma agrária visa basicamente a destruir o monopólio da propriedade da terra, concentrada nas mãos de um punhado de latifundiários, que nela realizam pouco ou nenhum in-



O caminho da reforma agrária significa criar no campo as condições para o pleno e rápido desenvolvimento das forças produtivas atendendo aos interesses da imensa maioria dos trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra, através da desapropriação dos latifúndios improdutivos, da eliminação de todo o tipo de domínio exercido pelos senhores da terra sobre os camponeses e suas famílias e pela entrega das terras aos que nela trabalham

vestimento e vivem da apropriação do excedente econômico dos que trabalham a terra, através de formas pré-capitalistas e semi-capitalistas. Para se entender melhor o caráter dessa apropriação é necessário distinguir o latifundiário do empresário capitalista: ambos se apropriam do excedente econômico produzido pelos trabalhadores, mas o latifundiário, via de regra, não tem relação direta com a exploração econômica, não investe capital na terra, mas cede-a aos outros — através de várias maneiras — e com isso arranca do produtor a renda com a qual financia seus gastos pessoais e a compra de novas terras. Vincula-se à terra simplesmente por ser seu proprietário jurídico e não porque dê a ela alguma utilidade econômica.

O latifundiário se constitui inclusive num entrave para o capitalista que, ao contrário, se liga à terra porque nela investe capital. É muito frequente inclusive a diferenciação nítida entre o latifundiário e o capitalista: este, querendo investir, mas não podendo ser proprietário porque as terras já estão todas tomadas e seus preços proibitivos, aluga a terra do latifundiário para nela empregar seu capital e anualmente paga ao dono da terra uma quantia em dinheiro. É o caso do arrendamento capitalista, onde o empresário é o responsável pela exploração, mas não é proprietário. O latifundiário ganha sua renda simplesmente porque é o proprietário jurídico da terra e onera com isso o preço dos produtos vendidos pelo capitalista, porque nele está embutida a renda que o empresário transfere ao proprietário.

Mas, este é um caso particular, pois aqui se supõe que pelo menos as terras estejam sendo exploradas de forma empresarial. No Brasil, no geral, não é o que acontece. O latifúndio significa não somente concentração da propriedade mas um obstáculo à exploração racional das terras por

aqueles que nela trabalham, abrigando um conjunto de relações de produção incompatíveis com o progresso técnico.

O primeiro aspecto, o da concentração, pode ser simplificada visto no quadro montado com dados do recadastramento do INCRA realizado em 1972. Enquanto 2,4 milhões de propriedades minifundiárias ocupam 46 milhões de hectares, 950 mil latifúndios e empresas rurais ocupam mais de 320 milhões de hectares. E somente, os 175 maiores latifúndios ocupam quase 18 milhões de hectares, perto da metade da área ocupada por todos os minifúndios (ver quadro II).

Ao fenômeno da concentração latifundiária se liga estreitamente o fato de a terra não ser explorada racionalmente — e não acreditamos que mesmo levando-se em conta todas as facilidades oferecidas para a modernização do latifúndio, esta realidade tenha se modificado substancialmente nestes últimos anos. A grande propriedade latifundiária no Brasil não pode ser confundida com a grande exploração empresarial, entendida esta como uma unidade econômica submetida a uma administração centralizada, com um nível avançado de divisão do trabalho e emprego de trabalho assalariado. Mesmo admitindo-se que existem muitas limitações nos critérios adotados pelo INCRA para a definição de minifúndios, empresas rurais, latifúndios por exploração e latifúndios por dimensão, (2) note-se que os imóveis classificados como "empresas rurais" — cerca de 163 mil — constituem apenas 5% dos imóveis cadastrados. Um dado também interessante é que dessas 163 mil empresas rurais, 63% eram propriedades com área menor que 100 hectares.

A partir dos dados do Cadastro do INCRA, do Censo Demográfico e do Censo Agropecuário do IBGE, pode-se estimar a grosso modo o número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra que seriam os beneficiários potenciais de uma reforma agrária. Os dados do cadastro apresentam o número de propriedades e não o de proprietários. Supondo-se, no entanto, que em geral os pequenos proprietários têm somente uma propriedade, pode-se tomar o número de minifúndios como aproximadamente o número de pequenos proprietários, que seriam então, de acordo com a tabela, cerca de 2,4 milhões com terra insuficiente para obter um mínimo de eficiência na exploração.

Some-se a esses pequenos proprietários cerca de 800 mil posseiros — de acordo com o Censo Agropecuário —, em geral também pequenos proprietários, mas não legais — pois não possuem o título de propriedade — que vivem sobretudo em terras devolutas na região de expansão da fronteira agrícola e que vão sendo progressivamente deslocados de suas terras pelos latifundiários — tradicionais ou de tipo novo — ou pelos especuladores. A luta que se trava em vastas áreas do Norte e Centro-Oeste do país entre posseiros e fazendeiros ou grileiros é a luta entre a tendência a uma maior democratização da propriedade, representada pelos posseiros, e a tendência a uma nova concentração, representada pelas grandes fazendas que querem se apossar de toda a área a ser colonizada.

Aos minifundistas (que possuem pouca terra), e aos posseiros (que não possuem o título de propriedade e vivem ameaçados de despejo), agregue-se a massa de parceiros e arrendatários que trabalham nos latifúndios. Segundo o Censo Demográfico de 70, existiam nessa época no país cerca de 1,7 milhões de parceiros; os arrendatários, de acordo com o Censo Agropecuário, seriam pouco mais de 600 mil. O parceiro explora a terra do latifundiário mediante a entrega, na época da colheita, de uma determinada parte da produção (a metade, a terça parte, a quarta parte, etc). Segundo dados do INCRA, a percentagem média da produção que o parceiro é obrigado a entregar ao dono da terra supera os 50%, no país, o que dá uma idéia da exploração a que esses trabalhadores estão submetidos (3).

O arrendatário explora a terra do latifundiário mediante pagamento de um aluguel pré-fixado ao dono da terra, pagamento feito em dinheiro ou em produto, independentemente dos resultados finais da exploração. Nessa categoria é necessário distinguir os pequenos arrendatários — que constituem a grande maioria da categoria e que em geral trabalham diretamente a terra —, dos arrendatários capitalistas, que tomam dos latifundiários a ter-

QUADRO I

RENDIMENTOS MÉDIOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES NO BRASIL E NO MUNDO — 1972

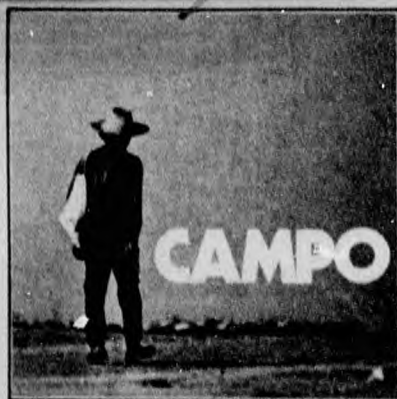
(quantas métricas/hectares)

Fonte: Anuário da FAO

Produto	Mundo	Brasil	Maior rendimento do mundo	País
Arroz	22,5	14,6	64,4	Austrália
Batata	126,7	66,0	375,9	Holanda

QUADRO II A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL (1972)

	número de imóveis	% sobre o n° de imóveis	área em ha	%
Minifúndio	2.437.001	72	46.276.871	12
Empresa Rural	162.802	5	35.967.871	10
Latifúndio por exploração	787.195	23	270.051.472	73
Latifúndio				



níveis de 1947 e muito distante dos níveis dos países adiantados (quadro I). Por outro lado, o custo social do chamado processo de modernização é hoje visível a qualquer um: aumento de grilagem e da expulsão dos posseiros, invasão sistemática das reservas dos índios, crescimento do exército de bôias-frias na periferia das cidades, aumento das migrações internas e crise crônica no abastecimento de certos produtos essenciais, como o feijão, sem condições de competir com as lavouras de exportação e com a pecuária de corte.

Como reflexos diretos desse caminho, agravam-se os problemas de saúde, saneamento, habitação e emprego nas cidades, incapazes de absorver a leva de migrantes que a elas se dirigem. Frustram-se os planos do governo de "fixar o homem no campo", objetivo inócuo dentro do atual processo de modernização.

Algumas projeções podem ser feitas caso esse processo se consolide como o caminho de transformação do campo brasileiro. Anualmente, cerca de um milhão de pessoas ingressa no mercado de trabalho. O desenvolvimento industrial por si só não será capaz de absorver essa demanda potencial de emprego. Basta ver que de 1960 para 1970, a população economicamente ativa do setor industrial só cresceu 2,4 milhões (passou de 2,9 milhões para 5,3 milhões), ou seja, ofereceu em média 240 mil novos empregos por ano. Que destino dar a essa mão-de-obra e mais a que está sendo liberada pelo setor agrícola? Irá simplesmente engrossar o contingente dos desempregados, subempregados ou empregados improdutivamente nas grandes cidades? Isso é que leva alguns urbanistas a defender a reforma agrária, não a partir da análise do campo, mas a partir dos problemas sociais que se tornam crônicos nas grandes cidades, como Rio e São Paulo. Essa posição foi recentemente defendida pelo ex-prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, para quem "é um terrível erro" confundir-se o crescimento das áreas metropolitanas no Brasil com progresso. "Aqui", disse ele, "o crescimento das grandes cidades não significa progresso e evolução, como nos países desenvolvidos. Revela, antes de tudo, os enormes desequilíbrios regionais e de potencialidades, que formam a caudal migratória. Nos países ricos a urbanização é causada pelo progresso no campo, sobretudo pela intensa mecanização. No Brasil são fenômenos como a grande diferenciação de salários entre a cidade e o campo que ocasionam a migração". Segundo Figueiredo Ferraz, São Paulo "está se transformando numa cidade insolvente e inviável", com recursos cada vez menores para sua própria sustentação. E aponta a reforma agrária como uma das medidas fundamentais para se procurar conter o crescimento desordenado das grandes cidades brasileiras.

A reforma agrária alivia as cidades

É evidente que existe estreita correlação entre o que acontece no campo e nas cidades, mas o objetivo fundamental da reforma agrária não é conter o crescimento das cidades, apesar de que sua realização terá sem dúvida profundos reflexos nos fluxos migratórios. A reforma agrária visa basicamente a destruir o monopólio da propriedade da terra, concentrada nas mãos de um punhado de latifundiários, que nela realizam pouco ou nenhum in-



O caminho da reforma agrária significa criar no campo as condições para o pleno e rápido desenvolvimento das forças produtivas atendendo aos interesses da imensa maioria dos trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra, através da desapropriação dos latifúndios improdutivos, da eliminação de todo o tipo de domínio exercido pelos senhores da terra sobre os camponeses e suas famílias e pela entrega das terras aos que nela trabalham

foto: João Bitter - Bôias-frias

vestimento e vivem da apropriação do excedente econômico dos que trabalham a terra, através de formas pré-capitalistas e semi-capitalistas. Para se entender melhor o caráter dessa apropriação é necessário distinguir o latifundiário do empresário capitalista: ambos se apropriam do excedente econômico produzido pelos trabalhadores, mas o latifundiário, via de regra, não tem relação direta com a exploração econômica, não investe capital na terra, mas cede-a aos outros — através de várias maneiras — e com isso arranca do produtor a renda com a qual financia seus gastos pessoais e a compra de novas terras. Vincula-se à terra simplesmente por ser seu proprietário jurídico e não porque dê a ela alguma utilidade econômica.

O latifundiário se constitui inclusive num entrave para o capitalista que, ao contrário, se liga à terra porque nela investe capital. É muito frequente inclusive a diferenciação nítida entre o latifundiário e o capitalista: este, querendo investir, mas não podendo ser proprietário porque as terras já estão todas tomadas e seus preços proibitivos, aluga a terra do latifundiário para nela empregar seu capital e anualmente paga ao dono da terra uma quantia em dinheiro. É o caso do arrendamento capitalista, onde o empresário é o responsável pela exploração, mas não é proprietário. O latifundiário ganha sua renda simplesmente porque é o proprietário jurídico da terra e onera com isso o preço dos produtos vendidos pelo capitalista, porque nele está embutida a renda que o empresário transfere ao proprietário.

Mas, este é um caso particular, pois aqui se supõe que pelo menos as terras estejam sendo exploradas de forma empresarial. No Brasil, no geral, não é o que acontece. O latifúndio significa não somente concentração da propriedade mas um obstáculo à exploração racional das terras por

aqueles que nela trabalham, abrigando um conjunto de relações de produção incompatíveis com o progresso técnico.

O primeiro aspecto, o da concentração, pode ser simplificado visto no quadro montado com dados do recadastramento do INCRA realizado em 1972. Enquanto 2,4 milhões de propriedades minifundiárias ocupam 46 milhões de hectares, 950 mil latifúndios e empresas rurais ocupam mais de 320 milhões de hectares. E somente, os 175 maiores latifúndios ocupam quase 18 milhões de hectares, perto da metade da área ocupada por todos os minifúndios (ver quadro II).

Ao fenômeno da concentração latifundiária se liga estreitamente o fato de a terra não ser explorada racionalmente — e não acreditamos que mesmo levando-se em conta todas as facilidades oferecidas para a modernização do latifúndio, esta realidade tenha se modificado substancialmente nestes últimos anos. A grande propriedade latifundiária no Brasil não pode ser confundida com a grande exploração empresarial, entendida esta como uma unidade econômica submetida a uma administração centralizada, com um nível avançado de divisão do trabalho e emprego de trabalho assalariado. Mesmo admitindo-se que existem muitas limitações nos critérios adotados pelo INCRA para a definição de minifúndios, empresas rurais, latifúndios por exploração e latifúndios por dimensão, (2) note-se que os imóveis classificados como "empresas rurais" — cerca de 163 mil — constituem apenas 5% dos imóveis cadastrados. Um dado também interessante é que dessas 163 mil empresas rurais, 63% eram propriedades com área menor que 100 hectares.

A partir dos dados do Cadastro do INCRA, do Censo Demográfico e do Censo Agropecuário do IBGE, pode-se estimar a grosso modo o número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra que seriam os beneficiários potenciais de uma reforma agrária. Os dados do cadastro apresentam o número de propriedades e não o de proprietários. Supondo-se, no entanto, que em geral os pequenos proprietários têm somente uma propriedade, pode-se tomar o número de minifúndios como aproximadamente o número de pequenos proprietários, que seriam então, de acordo com a tabela, cerca de 2,4 milhões com terra insuficiente para obter um mínimo de eficiência na exploração.

Some-se a esses pequenos proprietários cerca de 800 mil posseiros — de acordo com o Censo Agropecuário —, em geral também pequenos proprietários, mas não legais — pois não possuem o título de propriedade — que vivem sobretudo em terras devolutas na região de expansão da fronteira agrícola e que vão sendo progressivamente deslocados de suas terras pelos latifundiários — tradicionais ou de tipo novo — ou pelos especuladores. A luta que se trava em vastas áreas do Norte e Centro-Oeste do país entre posseiros e fazendeiros ou grileiros é a luta entre a tendência a uma maior democratização da propriedade, representada pelos posseiros, e a tendência a uma nova concentração, representada pelas grandes fazendas que querem se apossar de toda a área a ser colonizada.

Aos minifundistas (que possuem pouca terra), e aos posseiros (que não possuem o título de propriedade e vivem ameaçados de despejo), agregue-se a massa de parceiros e arrendatários que trabalham nos latifúndios. Segundo o Censo Demográfico de 70, existiam nessa época no país cerca de 1,7 milhões de parceiros; os arrendatários, de acordo com o Censo Agropecuário, seriam pouco mais de 600 mil. O parceiro explora a terra do latifundiário mediante a entrega, na época da colheita, de uma determinada parte da produção (a metade, a terça parte, a quarta parte, etc). Segundo dados do INCRA, a percentagem média da produção que o parceiro é obrigado a entregar ao dono da terra supera os 50% no país, o que dá uma idéia da exploração a que esses trabalhadores estão submetidos (3).

O arrendatário explora a terra do latifundiário mediante pagamento de um aluguel pré-fixado ao dono da terra, pagamento feito em dinheiro ou em produto, independentemente dos resultados finais da exploração. Nessa categoria é necessário distinguir os pequenos arrendatários — que constituem a grande maioria da categoria e que em geral trabalham diretamente a terra —, dos arrendatários capitalistas, que tomam dos latifundiários a ter-

QUADRO I

RENDIMENTOS MÉDIOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS ALIMENTARES NO BRASIL E NO MUNDO — 1972

(quintais métricos/hectare)

Fonte: Anuário da FAO

Produto	mundo	Brasil	Maior rendimento do mundo	País
Arroz	22,5	14,6	64,4	Austrália
Batata	126,7	66,0	375,9	Holanda
Milho	27,8	13,8	60,8	EUA
Trigo	16,3	8,0	46,6	Holanda

QUADRO II A CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL (1972)

	número de imóveis	% sobre o n° de imóveis	área em ha	%
Minifúndio	2.437.001	72	46.276.871	12
Empresa Rural	162.802	5	35.967.871	10
Latifúndio por exploração	787.195	23	270.051.472	73
Latifúndio por dimensão	175	0,005	17.979.379	5
Total	3.387.173	100	370.275.187	100

Fonte: INCRA — Estatísticas Cadastrais

continua na página seguinte



ra em aluguel, investem nela capital e empregam o trabalho assalariado (é o que ocorre com muita frequência nas culturas de trigo, soja e arroz dos Estados do Sul do país). A regra geral sobre a situação dos pequenos arrendatários e parceiros é sua completa dependência aos latifundiários, que além de submetê-los a contratos leoninos, podem despejá-los da terra no momento que bem entenderem.

A desapropriação do bóia-fria

O traço comum que une todas essas categorias de produtores diretos, sem terra ou com pouca terra, é a impossibilidade que o latifúndio lhes cria no sentido de desenvolver plenamente sua iniciativa, melhorar sua condição de vida e aumentar a produção, através inclusive do acesso aos instrumentos criados pelo governo para incentivar as atividades agrícolas. No atual regime latifundiário, em que predominam relações de propriedade e de trabalho abomináveis, insuficiência de terra (minifundistas), insegurança da posse (posseiros), falta de garantias para a permanência à frente da exploração (parceiros e arrendatários), não há propensão a investir nem da parte dos camponeses, não só em virtude de sua extrema situação de miséria e das formas de coerção a que estão submetidos, como também ninguém se sente estimulado a investir em terra alheia, sobretudo quando não há garantia de posse; e nem da parte dos grandes proprietários, que, em sua enorme maioria, despidos de espírito empresarial, se contentam com a renda que lhes proporcionam a parceria ou o arrendamento, gastando esta renda em artigos de luxo ou na compra de novas terras ou compra de imóveis urbanos.

Esta situação pode ir mudando lentamente na medida em que o governo ofereça condições muito favoráveis de capitalização, como várias modalidades de crédito rural

a juros subsidiados e com generosos prazos de carência, das quais se aproveitam sobretudo os latifundiários e uma pequena minoria de médios produtores, que se transformam em capitalistas. Para a grande maioria de produtores diretos o resultado desse processo é sua transformação em assalariados temporários ou bóias-frias, pois para eles o processo de modernização é o processo de desapropriação. Transformam-se assim em trabalhadores assalariados que só encontram emprego durante poucos meses do ano, sem direito a qualquer proteção trabalhista — como salário mínimo, repouso remunerado, férias, 13^ª, assistência médica —, para não falar da terra, de onde foram expulsos. E para esses trabalhadores ninguém imagina qualquer solução viável a curto prazo, pois as cidades são incapazes de absorvê-los e o campo só lhes dá ocupação temporária. Por outro lado, é notório que grande parte do crédito rural hoje vai para a especulação com terras, aplicações no mercado de capitais, compra de automóveis, etc. Por isso, enquanto persistir no país a atual estrutura latifundiária, os investimentos em obras de infraestrutura e em concessões de crédito beneficiarão os donos das terras e não a massa rural e, consequentemente, impedirão um progresso mais acelerado da própria agricultura.

A reforma é o oposto desse caminho; através de um processo generalizado de distribuição de terras, visa a beneficiar os milhões de famílias que trabalham a terra. A reforma agrária não eliminará as classes sociais no campo e nem será o ponto final da evolução do problema agrário. Ela é simplesmente a forma mais consequente, do ponto de vista econômico, e que mais está de acordo com os interesses das massas rurais, do ponto de vista social, para hoje se dar um decisivo impulso à agricultura brasileira, levando-se em conta as atuais características do campo (ver quadro III).

É evidente que não se defende a realização de nenhuma reforma agrária autêntica sem a ampla participação dos interessados diretos — os trabalhadores sem terra ou com pouca terra — através de suas associações, sindicatos, cooperativas, etc. O que se pretende mostrar, ainda que sumariamente, é que o atual processo de modernização da agricultura não é o único caminho para se desenvolver rapidamente a agricultura e que o caminho da reforma é perfeitamente viável em termos econômicos. Como observou o especialista em assuntos agrários Pompeu Accioly Borges, a reforma "é o instrumento hábil para romper o monopólio de terras e trazer para a margem de cultivo econômico aquelas propriedades que vivem num regime de autoconsumo, dilatando por essa via as fronteiras do mercado interno. Parcelando os latifúndios e melhorando a distribuição da renda agrícola, a reforma possibilita não apenas um substancial aumento na demanda de bens de consumo, como também a formação de poupanças e consequente elevação na demanda de bens de capital. Será, portanto, fácil de compreender, porque nas regiões subdesenvolvidas a utilidade marginal das medidas de reforma agrária sobrepassa de muito a dos investimentos destinados apenas a aumentar a produtividade física do solo". (4)

A reforma não implica em grandes deslocamentos da população — como nos planos de colonização da Amazônia, anunciados pelo governo passado e hoje abandonados — pois significa assegurar a estabilidade daqueles que objetivamente já exploram e ocupam a terra nas diversas regiões. E também não significa um investimento impossível de ser feito no país, se se partir do pressuposto de que as terras dos grandes latifundiários que aí mantêm sem nenhum uso devem ser desapropriadas. Do ponto de vista do aumento da produtividade e da produção, os resultados que poderiam ser obtidos pela reforma ultrapassariam de muito os resultados do atual processo de modernização. Possibilitando o meio de produção ainda essencial — a terra — aqueles que trabalham no campo, se criam de imediato os estímulos a fim de que milhões de produtores empreguem plenamente sua iniciativa visando aumentar a produção e melhorar seu nível de vida; ameaçando com a desapropriação aqueles que mantêm a terra sem nenhum uso ou para simples especulação, a reforma fará baixar os preços da terra, com consequente diminuição nos preços dos alimentos, e propiciando o acesso de milhões de produtores aos instrumentos como crédito e assistência rural, se conseguirá de forma muito mais rápida introduzir-se métodos mais racionais de cultivo e novas tecnologias no campo. É claro que juntamente com a reforma seria adotado uma nova concepção sobre como introduzir-se no campo novas tecnologias.

A tecnologia do burro

Como se sabe, o campo brasileiro é extremamente atrasado em termos de emprego de tecnologias como mecanização, irrigação e uso de insumos como fertilizantes — daí a baixa produtividade. Em 1970, de acordo com o Censo Agropecuário, dos quase 5 milhões de estabelecimentos agrícolas existentes, somente 25% informaram possuir arados, assim distribuídos: 23% com arados a tração animal e 2% com arados a tração mecânica. O impressionante é que 75% dos estabelecimentos agrícolas não registraram arados de qualquer tipo nem a tração animal, nem a tração mecânica (ver quadro IV). Ao mesmo tempo, o Censo registrou que 75% dos estabelecimentos agrícolas não tinham acesso a tecnologias modernas, como tratores, colheitadeiras, etc., como "latifúndio por exploração", os imóveis rurais que tenham número de módulos igual ou superior a 1 e não superior a 600, e que não preencham as condições para se classificarem como empresa rural; e como "latifúndio por dimensão", os imóveis que tenham número de módulos superior a 600.

verdade, consideravelmente seu nível de produtividade, mas o que pouco significa na medida em que a maioria dos estabelecimentos continuam vegetando completamente à margem desse processo de modernização.

A grande revolução tecnológica não seria, assim, se introduzir de repente as máquinas agrícolas sofisticadas em todos os estabelecimentos, na medida em que o setor industrial do país não teria condições para produzi-las na quantidade desejada — devido aos investimentos que demandariam — e a maioria dos produtores beneficiários da reforma também não teria condições imediatas de adquiri-las. Mas se se cuidasse, de imediato, de introduzir maciçamente nos estabelecimentos agrícolas o arado a tração animal, por exemplo, uma enorme revolução tecnológica estaria sendo feita, pois como já se viu, 75% dos estabelecimentos não a utilizam. Isso traria um resultado enorme em termos de aumento da produção e produtividade. Pesquisadores das Universidades do Ceará e do Rio Grande do Norte, estudando a exploração da terra na região do Seridó (RN), mostram que a simples introdução da tração animal eleva a produção e a produtividade da terra: "Nas empresas que não utilizam a tração, a área agrícola e a renda são inferiores em 45 e 50%, respectivamente, em relação às que adotam a força animal" (5). A reforma agrária cria as condições para que a agricultura do país se desenvolva de maneira mais homogênea, ao contrário do atual processo de modernização, que implanta quistos de propriedades ultracapitalizadas, num oceano de atraso e pobreza.

O atual processo de modernização repete na agricultura o mesmo processo que vem marcando o processo de industrialização do país, fortemente centralizado na absorção de tecnologias sofisticadas. Os efeitos desse processo foram descritos com muita clareza por Charles Bettelheim: "A industrialização centralizada sobre a base das técnicas mais modernas exige uma elevada taxa de investimento por trabalhador e assim permite proporcionar meios de produção modernos somente a uma pequena minoria. Em outras palavras, através deste siste-

Para os bóias-frias, o chamado processo de modernização significa processo de desapropriação. Para esses trabalhadores ninguém imagina qualquer solução viável a curto prazo, pois as cidades são incapazes de absorvê-los e o campo só lhes dá ocupação temporária e salários muito baixos

QUADRO III BENEFICIÁRIOS REAIS DA REFORMA AGRÁRIA

Categoria	Número (Milpessoas)	Fonte
Posseiros	812	Censo Agropecuário
Parceiros	1.676	Censo Demográfico
Arrendatários	638	Censo Agropecuário
Minifundistas	2.437 (1)	INCRA — Estatísticas Cadastrais/1
Não remunerados	2.581 (2)	Censo Demográfico
Empregados	3.300 (3)	Censo Demográfico
Total	11.444	

1) Provavelmente superestimado, pois se tomou o número de propriedades como sendo o número de proprietários.

2) Dependentes não remunerados dos: a) proprietários produtores; b) arrendatários; c) parceiros; d) posseiros.

3) Inclui assalariados permanentes e assalariados temporários.

QUADRO IV ARADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (BRASIL)

Fonte: Censo agropecuário 1970

Estabelecimentos	número	%
1. Com arados de tração animal	1.137.198	23
2. Com arados de tração mecânica	98.599	2

(1) Gentil Martins Dias, "Planejamento rural, nova roupagem para um velho projeto", Brasília, julho de 1976, mimeografado.

(2) Para se entender a classificação do INCRA, é necessário se introduzir o conceito de "módulo rural", que seria o tamanho mínimo que um imóvel deveria ter, para manter uma família levando-se em conta o tipo de atividade que nele se pratica (cultura permanente, cultura temporária, pecuária, extrativismo, etc.) e a região em que está localizado. O INCRA estabeleceu assim, os critérios bastante discutíveis, os

tividade, etc., como "latifúndio por exploração", os imóveis rurais que tenham número de módulos igual ou superior a 1 e não superior a 600, e que não preencham as condições para se classificarem como empresa rural; e como "latifúndio por dimensão", os imóveis que tenham número de módulos superior a 600.

(3) INCRA, "Informativo Técnico 2", Rio, 1975.

(4) Pompeu Accioly Borges, "A reforma agrária — conceitos, controvérsias e falácias", Rio, 1975, mimeografado.

(5) Roberto C. de Almeida



ra em aluguel, investem nela capital e empregam o trabalho assalariado (é o que ocorre com muita frequência nas culturas de trigo, soja e arroz dos Estados do Sul do país). A regra geral sobre a situação dos pequenos arrendatários e parceiros é sua completa dependência aos latifundiários, que além de submetê-los a contratos leoninos, podem despejá-los da terra no momento que bem entenderem.

A desapropriação do bóia-fria

O traço comum que une todas essas categorias de produtores diretos, sem terra ou com pouca terra, é a impossibilidade que o latifúndio lhes cria no sentido de desenvolver plenamente sua iniciativa, melhorar sua condição de vida e aumentar a produção, através inclusive do acesso aos instrumentos criados pelo governo para incentivar as atividades agrícolas. No atual regime latifundiário, em que predominam relações de propriedade e de trabalho abomináveis, insuficiência de terra (minifundistas), insegurança da posse (posseiros), falta de garantias para a permanência à frente da exploração (parceiros e arrendatários), não há propensão a investir nem da parte dos camponeses, não só em virtude de sua extrema situação de miséria e das formas de coerção a que estão submetidos, como também ninguém se sente estimulado a investir em terra alheia, sobretudo quando não há garantia de posse; e nem da parte dos grandes proprietários, que, em sua enorme maioria, despidos de espírito empresarial, se contentam com a renda que lhes proporcionam a parceria ou o arrendamento, gastando esta renda em artigos de luxo ou na compra de novas terras ou compra de imóveis urbanos.

Esta situação pode ir mudando lentamente na medida em que o governo ofereça condições muito favoráveis de capitalização, como várias modalidades de crédito rural

a juros subsidiados e com generosos prazos de carência, das quais se aproveitam sobretudo os latifundiários e uma pequena minoria de médios produtores, que se transformam em capitalistas. Para a grande maioria de produtores diretos o resultado desse processo é sua transformação em assalariados temporários ou bóias-frias, pois para eles o processo de modernização é o processo de desapropriação. Transformam-se assim em trabalhadores assalariados que só encontram emprego durante poucos meses do ano, sem direito a qualquer proteção trabalhista — como salário mínimo, repouso remunerado, férias, 13^o, assistência médica —, para não falar da terra, de onde foram expulsos. E para esses trabalhadores ninguém imagina qualquer solução viável a curto prazo, pois as cidades são incapazes de absorvê-los e o campo só lhes dá ocupação temporária. Por outro lado, é notório que grande parte do crédito rural hoje vai para a especulação com terras, aplicações no mercado de capitais, compra de automóveis, etc. Por isso, enquanto persistir no país a atual estrutura latifundiária, os investimentos em obras de infra-estrutura e em concessões de crédito beneficiarão os donos das terras e não a massa rural e, conseqüentemente, impedirão um progresso mais acelerado da própria agricultura.

A reforma é o oposto desse caminho; através de um processo generalizado de distribuição de terras, visa a beneficiar os milhões de famílias que trabalham a terra. A reforma agrária não eliminará as classes sociais no campo e nem será o ponto final da evolução do problema agrário. Ela é simplesmente a forma mais consequente, do ponto de vista econômico, e que mais está de acordo com os interesses das massas rurais, do ponto de vista social, para hoje se dar um decisivo impulso à agricultura brasileira, levando-se em conta as atuais características do campo (ver quadro III).

É evidente que não se defende a realização de nenhuma reforma agrária autêntica sem a ampla participação dos interessados diretos — os trabalhadores sem terra ou com pouca terra — através de suas associações, sindicatos, cooperativas, etc. O que se pretende mostrar, ainda que sumariamente, é que o atual processo de modernização da agricultura não é o único caminho para se desenvolver rapidamente a agricultura e que o caminho da reforma é perfeitamente viável em termos econômicos. Como observou o especialista em assuntos agrários Pompeu Accioly Borges, a reforma "é o instrumento hábil para romper o monopólio de terras e trazer para a margem de cultivo econômico aquelas propriedades que vivem num regime de autoconsumo, dilatando por essa via as fronteiras do mercado interno. Parcelando os latifúndios e melhorando a distribuição da renda agrícola, a reforma possibilita não apenas um substancial aumento na demanda de bens de consumo, como também a formação de poupanças e conseqüente elevação na demanda de bens de capital. Será, portanto, fácil de compreender, porque nas regiões subdesenvolvidas a utilidade marginal das medidas de reforma agrária sobrepasse de muito a dos investimentos destinados apenas a aumentar a produtividade física do solo". (4)

A reforma não implica em grandes deslocamentos da população — como nos planos de colonização da Amazônia, anunciados pelo governo passado e hoje abandonados — pois significa assegurar a estabilidade daqueles que objetivamente já exploram e ocupam a terra nas diversas regiões. E também não significa um investimento impossível de ser feito no país, se se partir do pressuposto de que as terras dos grandes latifundiários que as mantêm sem nenhum uso devem ser desapropriadas. Do ponto de vista do aumento da produtividade e da produção, os resultados que poderiam ser obtidos pela reforma ultrapassariam de muito os resultados do atual processo de modernização. Possibilitando o meio de produção ainda essencial — a terra — aqueles que trabalham no campo, se criam de imediato os estímulos a fim de que milhões de produtores empreguem plenamente sua iniciativa visando aumentar a produção e melhorar seu nível de vida; ameaçando com a desapropriação aqueles que mantêm a terra sem nenhum uso ou para simples especulação, a reforma fará baixar os preços da terra, com conseqüente diminuição nos preços dos alimentos; e propiciando o acesso de milhões de produtores aos instrumentos como crédito e assistência rural, se conseguirá de forma muito mais rápida introduzir-se métodos mais racionais de cultivo e novas tecnologias no campo. É claro que juntamente com a reforma seria adotado uma nova concepção sobre como introduzir-se no campo novas tecnologias.

A tecnologia do burro

Como se sabe, o campo brasileiro é extremamente atrasado em termos de emprego de tecnologias como mecanização, irrigação e uso de insumos como fertilizantes — daí a baixa produtividade. Em 1970, de acordo com o Censo Agropecuário, dos quase 5 milhões de estabelecimentos agrícolas existentes, somente 25% informaram possuir arados, assim distribuídos: 23% com arados a tração animal e 2% com arados a tração mecânica. O impressionante é que 75% dos estabelecimentos agrícolas não registraram arados de qualquer tipo nem a tração animal, nem a tração mecânica (ver quadro IV). Ao mesmo tempo, o Censo registrou a existência de apenas 157 mil tratores, um trator para 217 hectares de área cultivada. Somente 2% dos estabelecimentos agrícolas dispunham dessa máquina, sendo que 77% dos tratores estavam concentrados em apenas três Estados: São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Isso é resultado do atual processo de modernização, que somente possibilita o emprego maciço de novas tecnologias em um reduzido número de estabelecimentos, que aumentam, é

verdade, consideravelmente seu nível de produtividade, mas o que pouco significa na medida em que a maioria dos estabelecimentos continuam vegetando completamente à margem desse processo de modernização.

A grande revolução tecnológica não seria, assim, se introduzir de repente as máquinas agrícolas sofisticadas em todos os estabelecimentos, na medida em que o setor industrial do país não teria condições para produzir na quantidade desejada — devido aos investimentos que demandariam — e a maioria dos produtores beneficiários da reforma também não teria condições imediatas de adquiri-las. Mas se se cuidasse, de imediato, de introduzir maciçamente nos estabelecimentos agrícolas o arado a tração animal, por exemplo, uma enorme revolução tecnológica estaria sendo feita, pois como já se viu, 75% dos estabelecimentos não a utilizam. Isso traria um resultado enorme em termos de aumento da produção e produtividade. Pesquisadores das Universidades do Ceará e do Rio Grande do Norte, estudando a exploração da terra na região do Seridó (RN), mostram que a simples introdução da tração animal eleva a produção e a produtividade da terra: " Nas empresas que não utilizam a tração, a área agrícola e a renda são inferiores em 45 e 50%, respectivamente, em relação às que adotam a força animal" (5). A reforma agrária cria as condições para que a agricultura do país se desenvolva de maneira mais homogênea, ao contrário do atual processo de modernização, que implanta guistos de propriedades ultracapitalizadas, num oceano de atraso e pobreza.

O atual processo de modernização repete na agricultura o mesmo processo que vem marcando o processo de industrialização do país, fortemente centralizado na absorção de tecnologias sofisticadas. Os efeitos desse processo foram descritos com muita clareza por Charles Bettelheim: "A industrialização centralizada sobre a base das técnicas mais modernas exige uma elevada taxa de investimento por trabalhador e assim permite proporcionar meios de produção modernos somente a uma pequena minoria. Em outras palavras, através deste siste-

Para os bóias-frias, o chamado processo de modernização significa processo de desapropriação. Para esses trabalhadores ninguém imagina qualquer solução viável a curto prazo, pois as cidades são incapazes de absorvê-los e o campo só lhes dá ocupação temporária e salários muito baixos

ma, no início de um processo de industrialização podem-se concentrar os meios necessários para equipar industrialmente cerca de 10 a 15% da população economicamente ativa, que recebe instrumentos ultramodernos de produção, enquanto o resto da população continua produzindo com instrumentos ineficazes, particularmente no setor agrícola. É claro que a produtividade desses 10 a 15% da população ativa bem equipados industrialmente é, pelo menos teoricamente, uma produtividade elevada; entretanto, esta se compensa amplamente pelo baixo nível de produtividade a que está condenado o resto da população, impossibilitada de encontrar formas descentralizadas de desenvolvimento e participação na produção industrial. Por isso é fácil entender que, se em lugar de se ter cerca de 10% da população economicamente ativa equipada com instrumentos ultramodernos, se tem 100% da população ativa medianamente equipada, o resultado global é melhor" (6).

É o caso por exemplo de se perguntar: para o pleno desenvolvimento da agricultura, é melhor se ter 2% dos estabelecimentos utilizando tratores e 75% sem utilizar nem arado a tração animal, ou 100% dos estabelecimentos utilizando a tração animal? Esta é uma pergunta que exagera os extremos, feita só para exemplificar a desigualdade do desenvolvimento que o atual processo de modernização provoca marginalizando a grande maioria dos que trabalham a terra em favor de somente uns poucos capitalistas e latifundiários.

(1) Gentil Martins Dias, "Planejamento rural, nova roupagem para um velho projeto". Brasília, julho de 1976, mimeografado.

(2) Para se entender a classificação do INCRA, é necessário se introduzir o conceito de "módulo rural", que seria o tamanho mínimo que um imóvel deveria ter, para manter uma família levando-se em conta o tipo de atividade que nele se pratica (cultura permanente, cultura temporária, pecuária, extrativismo, etc.) e a região em que está localizado. O INCRA estabeleceu assim, com critérios bastante discutíveis, os módulos rurais por tipo de atividade e região. Todos os imóveis com área inferior ao módulo foram considerados "minifúndios"; como "empresa rural", os imóveis com 1 a 600 módulos, e que estejam explorando mais de 70% da sua área aproveitável, com determinado nível de produ-

tividade, etc.; como "latifúndio por exploração", os imóveis rurais que tenham número de módulos igual ou superior a 1 e não superior a 600, e que não preencham as condições para se classificarem como empresa rural; e como "latifúndio por dimensão", os imóveis que tenham número de módulos superior a 600.

(3) INCRA, "Informativo Técnico 2", Rio, 1975.

(4) Pompeu Accioly Borges, "A reforma agrária — conceitos, controvérsias e falácias", Rio, 1975, mimeografado.

(5) Roberto C. de Almeida Carvalho, John H. Sanders e Antônio Rodrigues Barbosa, "Eficiência no uso de nova tecnologia na região do Seridó", Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1975, mimeografado.

(6) C. Bettelheim, in "Cuadernos Pasado y Presente/23", Córdoba, Argentina, 1973.

QUADRO III BENEFICIÁRIOS REAIS DA REFORMA AGRÁRIA

Categoria	Número (Mil pessoas)	Fonte
Posseiros	812	Censo Agropecuário
Parceiros	1.676	Censo Demográfico
Arrendatários	638	Censo Agropecuário
Minifundistas	2.437 (1)	INCRA — Estatísticas Cadastreais (1)
Não remunerados	2.581 (2)	Censo Demográfico
Empregados	3.300 (3)	Censo Demográfico
Total	11.444	

1) Provavelmente superestimado, pois se tomou o número de propriedades como sendo o número de proprietários.

2) Dependentes não remunerados dos: a) proprietários produtores; b) arrendatários; c) parceiros; d) posseiros.

3) Inclui assalariados permanentes e assalariados temporários.

QUADRO IV ARADOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS (BRASIL)

Fonte: Censo agropecuário 1970.

Estabelecimentos	número	%
1. Com arados de tração animal	1.137.198	23
2. Com arados de tração mecânica	98.599	2
3. Sem arados	3.688.222	75
Total	4.924.019	100

Só que o casamento, apesar dos três filhos que tiveram, não durou muito. Separada do marido e sem direito às crianças, Ângela se veria envolvida, pouco depois, no primeiro escândalo – a morte, em seu quarto, do guarda de segurança de sua mansão, José Avelino, supostamente assassinado por um seu amante, o milionário boa vida Tuca Mendes, a quem – a defesa afirmou e o juiz acreditou – o guarda, “cujos assédios eram constantemente repudiados pela moça”, resolveu atacar num momento de ciúmes (contam as lendas sobre a pantera: ano passado, durante uma tarde de muitos coquetéis à beira da piscina do Hotel Méridien, ela acabou fazendo um comentário sobre o finado Avelino: nunca, em toda a sua vida, encontrara um homem “tão disposto”). A sentença do juiz, que impronunciou Ângela (inicialmente acusada do crime, junto com Tuca) é exemplar. Nela, o magistrado acaba

Aguinaldo Silva

Nestes anos todos em que Ângela enfrentava tais



Ângela e Doca se conheceram há quatro meses durante uma entrevista feita por Ibrahim Sued com algumas senhoras da chamada "sociedade paulis-

[illegible]

7

Os privilégios do capital estrangeiro

A Alcan, o truste canadense da bauxita, tem apenas 13% do Projeto Trombetas mas é sua a preferência de compra de 35% da produção inicial; a Vale do Rio Doce tem 41% das ações, mas só pode comprar 10% da produção

Lúcio Flávio Pinto

Ministros e empresários nacionais e estrangeiros deveriam deslocar-se, no início deste ano, para um inóspito lugar à margem direita do rio Trombetas, a mais de 800 quilômetros de Belém e quase na divisa entre o Pará e o Amazonas. Ali seria assinado o maior contrato de financiamento já concedido pelo Banco da Amazônia (BASA) em toda a sua história: 60 milhões de dólares destinados ao projeto de extração e comercialização de bauxita, da Mineração Rio do Norte, empresa da qual participam a estatal Companhia Vale do Rio Doce, a nacional Companhia Brasileira de Alumínio e seis empresas estrangeiras, à frente a segunda maior produtora de alumínio do Ocidente, a canadense Alcan (1).

A última hora, no entanto, a solenidade foi cancelada e a assinatura do contrato se realizou no gabinete do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, em Brasília.

O acordo de financiamento foi antecipado às pressas para que fosse possível, ainda, aproveitar-se dos benefícios criados pelo decreto-lei 1452, para as empresas como a Rio do Norte, (que contratam empréstimo de longo prazo com instituições financeiras sob controle do governo federal), de uma correção monetária especial fixada em 20%. Uma oportunidade que deixaria de existir cinco dias antes do final do exercício financeiro de 1976, quando venceu o prazo de validade do decreto, e voltou a vigorar o índice real de correção monetária (por volta de 40%, na época) nos contratos de financiamento feitos através do BNDE, para outras instituições financeiras.

Este empréstimo "milionário", extraído diretamente dos cofres da União para a Mineração Rio do Norte, deverá ser restituído num prazo de nove anos, após três anos de carência, com correção monetária de 20%, (e a promessa do governo federal de cobrir a diferença caso a correção real "supere" a fixada no contrato), e com juros de 4% ao ano. Isto numa época em que juros de 50% ao ano são cada vez mais usuais, ainda que para operações a curto prazo. Banco e empresa, portanto, nada perderão, mas, e a Nação?

Para justificar esta operação financeira excepcional, foram quantificados os frutos que resultariam do empreendimento: exportando 3,35 milhões de toneladas numa primeira fase, a partir de 1978, e oito milhões na fase seguinte, o projeto fará do Brasil o terceiro, ou o quarto maior produtor mundial de bauxita; deverá gerar 80 milhões de dólares anuais em divisas e 700 empregos diretos; irá recolher, de início, quase dez milhões de cruzeiros em impostos (duplicado depois), e montará às margens do Trombetas "um novo pólo de desenvolvimento" (mais conhecido, entre os economistas como economia externa) composta por cidade, ferrovia, porto e aeroporto.

Apesar de todos esses benefícios, o empreendimento não traz algumas vantagens tidas como desejáveis. A primeira delas está ligada ao porte do investimento que caberá à Rio do Norte. O projeto Trombetas, que em 1971 deveria custar 65 milhões de dólares, está orçado atualmente em 280 milhões. Mas a Mineração Rio do Norte já conseguiu, junto a quatro bancos internacionais (2) 112,8 milhões de dólares em empréstimos, que, somados aos 98 milhões conseguidos

internamente (3), fazem 210,8 milhões de dólares em financiamentos a serem resgatados em longo prazo e de acordo com as vendas. Restam, portanto, 69,2 milhões para serem completados com os capitais dos acionistas — e não 105 milhões, como o presidente da empresa, Idalmo Mourão, havia assegurado durante a assinatura do contrato com a BASA.

E esta soma será repartida entre a Companhia Vale do Rio Doce, que detém 41% do capital, o que significa 30 milhões de dólares; a Alcan, com 19%, deve investir 13 milhões; a CBA investe 7 milhões e outros cinco acionistas, 3,5 milhões cada uma.

Porém, mesmo assim, a Alcan que era a única proprietária do projeto até dezembro de 1972, poderá receber de volta até um terço do capital que irá desembolsar: basta que integralize como capital os direitos de mineração que obteve, quase que gratuitamente, ao receber autorização de lavra do Departamento Nacional da Produção Mineral (a Alcan tornou-se proprietária da mina ao obter o direito de lavra, uma possibilidade prevista no Código de Mineração), aos quais se acrescem os custos de estudos técnicos e econômicos, de paralisação e manutenção do projeto entre 72 e 74, ou os adiantamentos feitos a sua subsidiária, a Bauxita Santa Rita.

Também não está afastada a hipótese de a Alcan, como as demais empresas estrangeiras, integralizarem parte do capital através dos próprios contratos de compra. Pois estes, assinados no início de 75 com duração média de 19 anos, representam o valor de 25 milhões de toneladas de bauxita, a um preço reajustável anualmente mas definido inicialmente em 8,75 dólares a tonelada. E embora a Alcan detenha apenas 19% do capital, poderá comprar 1,2 milhões de toneladas de bauxita na primeira fase de exportação, enquanto as outras empresas terão direito a 350 mil toneladas cada uma.

De fato é um excelente negócio: investindo pouco capital de risco, as empresas estrangeiras conseguem garantir um suprimento permanente de minério, a baixo preço, contando com todos os subsídios oferecidos pelas instituições oficiais. Talvez por isso, enquanto de um lado procuram diminuir suas participações acionárias nos empreendimentos, as empresas estrangeiras estejam investindo cada vez mais na procura de minério na Amazônia. Este procedimento, ao mesmo tempo que cria o precioso capital de risco, garante minas praticamente cativas.

Pelo menos é isto que demonstra a história do projeto Trombetas. Ela começou em 68, quando, cinco anos depois de ter acionado um programa sistemático de pesquisa para localizar bauxita na Amazônia, a Bauxita Santa Rita encontrou uma reserva economicamente explorável a 30 quilômetros da margem direita do rio Trombetas, um dos mais importantes afluentes do Amazonas, estimada à época em 500 milhões de toneladas de bauxita (atualizada para dois bilhões recentemente).

No início de 1971, a Mineração Rio do Norte empresa constituída pela Alcan, apresentou seu projeto à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), recebendo aprovação um ano depois. Era

então o maior projeto industrial da região, com um investimento de 255 milhões de cruzeiros. A aprovação foi dada contra o voto do representante do Ministério dos Transportes no Conselho Deliberativo da Sudam. O coronel Darino Castro Rebelo não concordou com o fato de a Mineração Rio do Norte ser constituída apenas por capital estrangeiro, solicitando que, como em outros projetos semelhantes, a Companhia Vale do Rio Doce tivesse participação majoritária. E alertou para o fato de que enquanto se propunha a assumir um investimento de 255 milhões, a empresa tinha um capital de apenas 51 milhões de cruzeiros.

Dois meses após a aprovação, a Rio do Norte comunicou a paralisação do projeto, alegando "mudanças nas condições de mercado da indústria mundial de alumínio", que "afetou as necessidades" da Alcan "e dificultou a colocação da parcela excedente junto a outros consumidores" (ela ficaria com 80% da produção). Em dezembro de 1972, o projeto foi retomado, já com a participação da Vale do Rio Doce.

Mais tarde, uma descoberta foi feita pela norte-americana Ethyl Corporation, na bacia do rio Jari, no Amapá, onde se presume existir uma jazida com dois bilhões de toneladas de bauxita, e outra pela empresa Tinto Zinc (inglesa), em Paragominas, no Pará.

Se as estimativas dessas pesquisas se confirmarem, as reservas brasileiras de bauxita se tornarão as maiores do mundo, superando os 4,5 bilhões de toneladas da Austrália, mas também o Brasil poderá se transformar no terceiro ou quarto maior supridor mundial até a metade da próxima década.

A brusca alteração do mercado poderia ser então um golpe fatal nos entendimentos que Austrália, Jamaica, Suriname e Guiana vêm fazendo para constituir a Associação Internacional de Bauxita (IBA), destinada a proteger os preços do minério das manobras dos grandes compradores, geralmente localizados em países desenvolvidos. No ano passado cinco países latino-americanos tomaram medidas contra as multinacionais que exploram a bauxita em seus territórios reivindicando melhores preços. Um sítio ingresso de grande quantidade de minério no mercado internacional impossibilitaria que essas reivindicações prosperassem. As empresas estrangeiras parecem ter visto no Brasil o país ideal para terem um suprimento garantido — em condições financeiras vantajosas — e um terreno adversário desse tipo de associações de produtores. Daí a corrida à Amazônia.

(1) — Os outros sócios estrangeiros são a norte-americana Reynolds Metals Co. (através da Reynolds Alumínio do Brasil), a inglesa Rio Tinto Zinc (ou Rio Tinto Zinc do Brasil), a anglo-holandesa Shell (através de sua subsidiária Billiton Internacional Metals, no Brasil agindo como Mineração Rio Xingu) e as norueguesas Aardal Og Sunddal Verk e Norsk Hydro.

(2) — Orion Bank Limited, Irving Trust Company, Eximbank e IFC Banco Mundial.

(3) — Recursos do BNDE, através do Finame, do Banco do Brasil e da Sudam.

Poupança

A febre das cadernetas

Todas as 13 milhões de cadernetas de poupança do país deram prejuízo a seus donos

Na quarta-feira da semana passada, milhares de pessoas em todo o país disputavam energicamente um lugar em balcões de caixas econômicas (estaduais e federais), e em centenas dessas "financeiras" que tem proliferado nos últimos anos oferecendo oportunidades de aplicação de pequenas economias, nas chamadas "cadernetas de poupança". Todas essas pessoas aproveitavam o último dia de prazo (dia 5 no início de cada trimestre).

No ano que se passou, as cadernetas de poupança renderam no máximo 45,99% (para quem aplicou no dia 5 de janeiro e não mexeu no dinheiro, exceto durante os cinco dias de folga a cada início de trimestre). No mesmo período, o poder aquisitivo real do dinheiro caiu, oficialmente, em 46,4%. Essa foi a taxa oficial de inflação. Na verdade, a inflação foi ainda maior. As cadernetas de poupança, portanto, não apenas deixaram de pa-

inexoravelmente lesivas. E a caderneta de poupança é, de todos esses esquemas de poupança, um dos menos lesivos. As demais opções, como o depósito bancário a prazo fixo, e a chamada "letra de câmbio" (compra-se uma "letra" do banco, com renda e prazo fixos, e ao findar o prazo, recebe-se essa renda), costumam pagar menos ainda do que a caderneta de poupança, e portanto muito menos do que a taxa de inflação.

por Atacado (IPA), base dessa correção, poderia medir). Tempos atrás, o governo decidiu que a correção monetária nas cadernetas de poupança seria uma fração do IPA e não seu valor total; pouco depois fez nova correção da correção, distanciando ainda mais os reajustes da verdadeira elevação dos preços por atacado. Mas o hábito já estava formado; a propaganda das financeiras, prometendo

Os privilégios do capital estrangeiro

A Alcan, o truste canadense da bauxita, tem apenas 13% do Projeto Trombetas mas é sua a preferência de compra de 35% da produção inicial;
a Vale do Rio Doce tem 41% das ações, mas só pode comprar 10% da produção

Lúcio Flávio Pinto

Ministros e empresários nacionais e estrangeiros deveriam deslocar-se, no início deste ano, para um inóspito lugar à margem direita do rio Trombetas, a mais de 800 quilômetros de Belém e quase na divisa entre o Pará e o Amazonas. Ali seria assinado o maior contrato de financiamento já concedido pelo Banco da Amazônia (BASA) em toda a sua história: 60 milhões de dólares destinados ao projeto de extração e comercialização de bauxita, da Mineração Rio do Norte, empresa da qual participam a estatal Companhia Vale do Rio Doce, a nacional Companhia Brasileira de Alumínio e seis empresas estrangeiras, à frente a segunda maior produtora de alumínio do Ocidente, a canadense Alcan (1).

A última hora, no entanto, a solenidade foi cancelada e a assinatura do contrato se realizou no gabinete do ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, em Brasília.

O acordo de financiamento foi antecipado às pressas para que fosse possível, ainda, aproveitar-se dos benefícios criados pelo decreto-lei 1452, para as empresas como a Rio do Norte, (que contratam empréstimo de longo prazo com instituições financeiras sob controle do governo federal), de uma correção monetária especial fixada em 20%. Uma oportunidade que deixaria de existir cinco dias antes do final do exercício financeiro de 1976, quando venceu o prazo de validade do decreto, e voltou a vigorar o índice real de correção monetária (por volta de 40%, na época) nos contratos de financiamento feitos através do BNDE, para outras instituições financeiras.

Este empréstimo "milionário", extraído diretamente dos cofres da União para a Mineração Rio do Norte, deverá ser restituído num prazo de nove anos, após três anos de carência, com correção monetária de 20%, (e a promessa do governo federal de cobrir a diferença caso a correção real "supere" a fixada no contrato), e com juros de 4% ao ano. Isto numa época em que juros de 50% ao ano são cada vez mais usuais, ainda que para operações a curto prazo. Banco e empresa, portanto, nada perderão, mas, e a Nação?

Para justificar esta operação financeira excepcional, foram quantificados os frutos que resultariam do empreendimento: exportando 3,35 milhões de toneladas numa primeira fase, a partir de 1978, e oito milhões na fase seguinte, o projeto fará do Brasil o terceiro ou o quarto maior produtor mundial de bauxita; deverá gerar 80 milhões de dólares anuais em divisas e 700 empregos diretos; irá recolher, de início, quase dez milhões de cruzeiros em impostos (duplicado depois), e montará às margens do Trombetas "um novo pólo de desenvolvimento" (mais conhecido, entre os economistas como economia externa) composta por cidade, ferrovia, porto e aeroporto.

Apesar de todos esses benefícios, o empreendimento não traz algumas vantagens tidas como desejáveis. A primeira delas está ligada ao porte do investimento que caberá à Rio do Norte. O projeto Trombetas, que em 1971 deveria custar 65 milhões de dólares, está orçado atualmente em 280 milhões. Mas a Mineração Rio do Norte já conseguiu, junto a quatro bancos internacionais (2) 112,8 milhões de dólares em empréstimos, que, somados aos 98 milhões contrai-

internamente (3), fazem 210,8 milhões de dólares em financiamentos a serem resgatados em longo prazo e de acordo com as vendas. Restam, portanto, 69,2 milhões para serem completados com os capitais dos acionistas - e não 105 milhões, como o presidente da empresa, Idalmo Mourão, havia assegurado durante a assinatura do contrato com a BASA.

E esta soma será repartida entre a Companhia Vale do Rio Doce, que detém 41% do capital, o que significa 30 milhões de dólares; a Alcan, com 19%, deve investir 13 milhões; a CBA investe 7 milhões e outros cinco acionistas, 3,5 milhões cada uma.

Porém, mesmo assim, a Alcan que era a única proprietária do projeto até dezembro de 1972, poderá receber de volta até um terço do capital que irá desembolsar: basta que integralize como capital os direitos de mineração que obteve, quase que gratuitamente, ao receber autorização de lavra do Departamento Nacional da Produção Mineral (a Alcan tornou-se proprietária da mina ao obter o direito de lavra, uma possibilidade prevista no Código de Mineração), aos quais se acrescem os custos de estudos técnicos e econômicos, de paralisação e manutenção do projeto entre 72 e 74, ou os adiantamentos feitos a sua subsidiária, a Bauxita Santa Rita.

Também não está afastada a hipótese de a Alcan, como as demais empresas estrangeiras, integralizarem parte do capital através dos próprios contratos de compra. Pois estes, assinados no início de 75 com duração média de 19 anos, representam o valor de 25 milhões de toneladas de bauxita, a um preço reajustável anualmente mas definido inicialmente em 8,75 dólares a tonelada. E embora a Alcan detenha apenas 19% do capital, poderá comprar 1,2 milhões de toneladas de bauxita na primeira fase de exportação, enquanto as outras empresas terão direito a 350 mil toneladas cada uma.

De fato é um excelente negócio: investindo pouco capital de risco, as empresas estrangeiras conseguem garantir um suprimento permanente de minério, a baixo preço, contando com todos os subsídios oferecidos pelas instituições oficiais. Talvez por isso, enquanto de um lado procuram diminuir suas participações acionárias nos empreendimentos, as empresas estrangeiras estejam investindo cada vez mais na procura de minério na Amazônia. Este procedimento, ao mesmo tempo que poupa o precioso capital de risco, garante minas praticamente cativas.

Pelo menos é isto que demonstra a história do projeto Trombetas. Ela começou em 68, quando, cinco anos depois de ter acionado um programa sistemático de pesquisa para localizar bauxita na Amazônia, a Bauxita Santa Rita encontrou uma reserva economicamente explorável a 30 quilômetros da margem direita do rio Trombetas, um dos mais importantes afluentes do Amazonas, estimada à época em 500 milhões de toneladas de bauxita (atualizada para dois bilhões recentemente).

No início de 1971, a Mineração Rio do Norte empresa constituída pela Alcan, apresentou seu projeto à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), recebendo aprovação um ano depois. Era

então o maior projeto industrial da região, com um investimento de 255 milhões de cruzeiros. A aprovação foi dada contra o voto do representante do Ministério dos Transportes no Conselho Deliberativo da Sudam. O coronel Darino Castro Rebelo não concordou com o fato de a Mineração Rio do Norte ser constituída apenas por capital estrangeiro, solicitando que, como em outros projetos semelhantes, a Companhia Vale do Rio Doce tivesse participação majoritária. E alertou para o fato de que enquanto se propunha a assumir um investimento de 255 milhões, a empresa tinha um capital de apenas 51 milhões de cruzeiros.

Dois meses após a aprovação, a Rio do Norte comunicou a paralisação do projeto, alegando "mudanças nas condições de mercado da indústria mundial de alumínio", que "afetou as necessidades" da Alcan "e dificultou a colocação da parcela excedente junto a outros consumidores" (ela ficaria com 80% da produção). Em dezembro de 1972, o projeto foi retomado, já com a participação da Vale do Rio Doce.

Mais tarde, uma descoberta foi feita pela norte-americana Ethyl Corporation, na bacia do rio Jari, no Amapá, onde se presume existir uma jazida com dois bilhões de toneladas de bauxita, e outra pela empresa Tinto Zinc (inglesa), em Paragominas, no Pará.

Se as estimativas dessas pesquisas se confirmarem, as reservas brasileiras de bauxita se tornarão as maiores do mundo, superando os 4,5 bilhões de toneladas da Austrália, mas também o Brasil poderá se transformar no terceiro ou quarto maior supridor mundial até a metade da próxima década.

A brusca alteração do mercado poderia ser então um golpe fatal nos entendimentos que Austrália, Jamaica, Suriname e Guiana vêm fazendo para constituir a Associação Internacional de Bauxita (IBA), destinada a proteger os preços do minério das manobras dos grandes compradores, geralmente localizados em países desenvolvidos. No ano passado cinco países latino-americanos tomaram medidas contra as multinacionais que exploram a bauxita em seus territórios reivindicando melhores preços. Um súbito ingresso de grande quantidade de minério no mercado internacional impossibilitaria que essas reivindicações prosperassem. As empresas estrangeiras parecem ter visto no Brasil o país ideal para terem um suprimento garantido - em condições financeiras vantajosas - e um terreno adversário desse tipo de associações de produtores. Daí a corrida à Amazônia.

(1) - Os outros sócios estrangeiros são a norte-americana Reynolds Metals Co. (através da Reynolds Alumínio do Brasil), a inglesa Rio Tinto Zinc (ou Rio Tinto Zinc do Brasil), a anglo-holandesa Shell (através de sua subsidiária Billiton Internacional Metals, no Brasil agindo como Mineração Rio Xingu) e as norueguesas Aardal Øg Sunddal Verk e Norsk Hydro.

(2) - Orion Bank Limited, Irving Trust Company, Eximbank e IFC/Banco Mundial.

(3) - Recursos do BNDE, através do Finame, do Banco do Brasil e da Sudam.

Poupança

A febre das cadernetas

Todas as 13 milhões de cadernetas de poupança do país deram prejuízo a seus donos

Na última semana passada, milhares de pessoas em todo o país disputavam energicamente um lugar em balcões de caixas econômicas (estaduais e Federal), e em centenas dessas "financeiras" que tem proliferado nos últimos anos oferecendo oportunidades de aplicação de pequenas economias, nas chamadas "cadernetas de poupança". Todas essas pessoas aproveitavam o último dia de prazo (dia 5 no início de cada trimestre), para aplicar novas economias que renderão juros e correção monetária já no trimestre de aplicação.

Calcula-se que treze milhões de brasileiros aderiram, em anos recentes, à febre das cadernetas de poupança. No dia 31 de dezembro último, o saldo de todas essas economias chegou a 103,5 bilhões de cruzeiros. Todas essas cadernetas, sem uma única exceção, aproveitando ou não o artifício de depositar cinco dias depois de já haver começado o trimestre, deram prejuízo a seus proprietários.

No ano que se passou, as cadernetas de poupança renderam no máximo 45,99% (para quem aplicou no dia 5 de janeiro e não mexeu no dinheiro, exceto durante os cinco dias de folga a cada início de trimestre). No mesmo período, o poder aquisitivo real do dinheiro caiu, oficialmente, em 46,4%. Essa foi a taxa oficial de inflação. Na verdade, a inflação foi ainda maior. As cadernetas de poupança, portanto, não apenas deixaram de pagar juros reais sobre o dinheiro aplicado como não protegeram integralmente o seu valor inicial contra os efeitos da inflação. Como se explica, então, que milhões de pessoas, presumivelmente inteligentes, continuam caindo no conto da caderneta de poupança?

A resposta é muito simples: neste país, quem tem a sorte de chegar ao fim do mês com pequenas economias, e acredita no capitalismo mais precisamente, nos méritos da poupança, se vê obrigado a aplicar a sua poupança de algumas poucas formas, todas elas

inexoravelmente lesivas. E a caderneta de poupança é, de todos esses esquemas de poupança, um dos menos lesivos. As demais opções, como o depósito bancário a prazo fixo, e a chamada "letra de câmbio" (compra-se uma "letra" do banco, com renda e prazo fixos, e ao findar o prazo, recebe-se essa renda), costumam pagar menos ainda do que a caderneta de poupança, e portanto muito menos do que a taxa de inflação do mesmo período (sempre tratando-se de pequenas economias). Mas esse fenômeno não basta para explicar por que milhões de pessoas que antes nem sabiam o que era uma caderneta de poupança, agora disputem lugares em balcões para, seguramente, perder dinheiro. Em sua maioria esses investidores foram seduzidos ao hábito da poupança em cadernetas, em 1972 e anos seguintes, quando as cadernetas de fato pagavam, além dos juros, a correção monetária que realmente media a desvalorização do cruzeiro dentro do país (na medida em que o Índice de Preços

por Atacado (IPA), base dessa correção, poderia medir). Tempos atrás, o governo decidiu que a correção monetária nas cadernetas de poupança seria uma fração do IPA e não seu valor total; pouco depois fez nova correção da correção, distanciando ainda mais os reajustes da verdadeira elevação dos preços por atacado. Mas o hábito já estava formado; a propaganda das financeiras, prometendo "multiplicar seu dinheiro", encarregou-se de manter o investidor mal informado sobre as mudanças fundamentais que haviam ocorrido.

Todo esse dinheiro, captado a juros reais negativos de milhares de brasileiros com pequenas economias, acaba sendo canalizado para o comércio (financiando a compra de carros, por exemplo) e a indústria, financiando a obtenção de lucros gordos, primeiro pelos bancos e financeiras, depois pela própria indústria e pelo comércio. O sistema é imbatível. (BK)

28

E senso comum, no restrito círculo de homens de investimento e técnicos governamentais que o Polo Petroquímico do Nordeste representa sobre tudo os interesses do empresário nacional, enquanto o de São Paulo se identifica mais com as multinacionais.

Em parte, o senso que coloca o Complexo de Camaçari como um "símbolo da afirmação nacional", decorre de que nele os investimentos industriais estão sendo realizados de acordo com o sistema tripartite isto é, o controle acionário é dividido em um terço para o capital estatal, um terço para o estrangeiro e a mesma proporção para o capital privado nacional; ao contrário, no Centro-Sul as multinacionais não precisariam dividir o controle acionário com mais dois sócios.

Segundo os que raciocinam assim, entre eles o secretário de Minas e Energia da Bahia, José Mascarenhas, foi isto que levou alguns setores dos "empresários paulistas" a se oporem à implantação de uma Central de Matérias-Primas Básicas em Camaçari, em 1971, e a serem contrários à ampliação do Polo Petroquímico do Nordeste, em 1975, sob a alegação de que os custos de produção, a inexistência de um mercado regional para a indústria petroquímica e a ausência de economias externas tornavam economicamente inviável o Polo Petroquímico do Nordeste.

No entanto, se é verdade que alguns "empresários paulistas", tanto nacionais como estrangeiros, se opuseram ao Complexo Petroquímico de Camaçari, outros decidiram investir no polo nordestino, entre eles os grupos nacionais Ultra, Peixoto de Castro e Camargo Correia e as multinacionais Du Pont e Mitsubishi, para não falar na Dow Chemical que tem um projeto próprio. E esta adesão se deu muito menos pela imposição de um ato de força do governo, como acreditava o secretário José Mascarenhas, do que pelas possibilidades de um "bom negócio" visualizado pelas multinacionais que investiram em Camaçari.

O próprio sistema tripartite, apontado por muitos, entre os quais o economista Rômulo de Almeida, como uma fórmula de garantir "o caráter nacional e privatizante" dos empreendimentos, tornou-se uma faca de dois gumes, tão perigosa, que Eduardo Rappel, técnico do Ministério da Indústria e Comércio, mostrou na Semana de Tecnologia Industrial, realizada em abril de 1976, em Salvador, que este sistema era vantajoso principalmente para as multinacionais: investindo apenas 8% do capital total, elas conseguiam ter um terço do controle acionário, porque o BNDE financiava 75% dos investimentos, cabendo aos três sócios completar, em cotas iguais, o capital total.

Além disso, o sócio multinacional dos empreendimentos continua tendo o controle tecnológico, o que lhe dá em certa medida a direção dos projetos industriais mesmo com seus 8%, apenas do investimento total. Um sintoma disto são as constantes reclamações do "empresariado nacional" do setor, já manifestadas publicamente por Hélio Beltrão, do Grupo Ultra, e Marcos Pratini de Moraes, para que o sistema tripartite seja revisto a fim de que a liderança saia das mãos do capital estrangeiro. Um outro indicativo é a vontade do Governo de exigir a participação do sócio nacional inclusive na engenharia básica no Terceiro Polo Petroquímico o do Rio Grande do Sul, que daria possibilidade de se efetivar a transferência tecnológica. No Complexo de Camaçari, "o capital nacional" não participa da engenharia básica.

As grandes empresas estrangeiras tem clareza das vantagens do polo do Nordeste. Falando à revista Banas, o presidente da Dow Chemical, Walter Meyer, destacou

Polo Petroquímico do Nordeste

Disputa pelo monopólio

O empresariado nacional, o capital estatal e até as empresas estrangeiras estão insatisfeitas com o privilégio da Dow Chemical de explorar com exclusividade o fornecimento de matérias-primas para o complexo de Camaçari, no polo petroquímico do Nordeste

Tibério Canuto

entre essas vantagens, especialmente a proximidade da matéria-prima, energia a preços competitivos, o caráter integrado do projeto e a infra-estrutura criada pelo governo, que diminui os custos de produção e possibilita uma economia de escala.

Do ponto de vista da estratégia oficial, o Polo Petroquímico do Nordeste é apresentado não só como um passo na afirmação do "empresário nacional", mas também



O polo petroquímico do Nordeste é constituído pelo Complexo Petroquímico de Camaçari, a Indústria Salgema (Alagoas), a Companhia Pernambucana de Borrachas Sintéticas e por várias outras empresas localizadas em Camaçari, Centro Industrial de Aratu e em Candeias — Bahia. A Central de Matérias-Primas Básicas, assim como as outras unidades principais, são dirigidas pela Companhia Química do Nordeste, subsidiária da Petroquisa. Os investimentos industriais em Camaçari são de 2,9 bilhões de dólares, que criarão 14.841 empregos. De acordo com as previsões oficiais, a Central de Matérias-Primas funcionará plenamente já este ano, enquanto todo o Complexo de Camaçari funcionará em 1980.

como a mola propulsora para um desenvolvimento integrado e auto-sustentável da Região Nordeste, como sempre tem destacado o secretário de Planejamento Edson Pitta, para quem os efeitos multiplicadores do Complexo Petroquímico de Camaçari provocaria o desenvolvimento dos outros setores industriais do Nordeste, a expansão dos serviços e a criação de um mercado regional, resolvendo, assim, os angustiantes problemas do desemprego e da desigualdade social.

Um modelo, três disputas

Entretanto, os resultados têm mostrado que antes de ser "auto-sustentável", o polo petroquímico do Nordeste caracteriza-se por ser "complementar" à própria economia do Centro-Sul. Conforme as afirmações do econo-

mista Raimundo Moreira, presidente do Centro de planejamento da Bahia, ele é fruto da própria expansão do capitalismo brasileiro e da redefinição espacial deste capitalismo, e dificilmente poderia ser diferente.

De acordo com os dados da Secretaria de Minas e Energia, apenas 20% da produção do Complexo Petroquímico de Camaçari — que chegará à sua plenitude, em 1980, destina-se ao mercado nordestino, incluindo aí a Bahia; os 80% restantes, vão para o mercado do Centro-Sul. O caráter "complementar" do Complexo Petroquímico do Nordeste pode ser medido ainda pelos agentes econômicos que dele participam. Neste sentido, o polo pouco tem de "nordestino", já que dele está marginalizado o chamado "empresário regional".

Neste particular, os agentes econômicos do Polo Petroquímico do Nordeste são os mesmos da estrutura já monopolista da economia industrial do Centro-Sul: o capital internacional, o grande capital "privado nacional" e o estatal. É interessante observar que, no caso concreto, "o empresário nacional" tem um ponto em comum com o seu congêneres estrangeiro: é monopolista, associando-se às multinacionais e também ao capital estatal. A associação não elimina, no entanto, os pontos de atrito entre os três sócios, o empresário nacional queixa-se de que o sistema tripartite não vem permitindo a "transferência tecnológica", entra em conflito também com o Estado, reivindicando, como destaca o Secretário de Minas e Energia, que o capital estatal deixe de ter poder de decisão nos empreendimentos e propondo apenas que este financie o empresário nacional.

A "reprodução" no Polo Petroquímico do Nordeste do mesmo modelo econômico do Centro-Sul cria situações contraditórias: de um lado, o complexo de Camaçari representa efetivamente um avanço das forças produtivas e, de outro, não soluciona os graves problemas das camadas populares da região. Um exemplo: as indústrias do polo usam uma tecnologia altamente sofisticada.

Se do ponto de vista do lucro isto é inevitável, do ponto de vista social não surte os efeitos esperados pelos técnicos governamentais. Os quase 32 milhões de cruzeiros — a preços correntes — investidos no Complexo Petroquímico de Camaçari criaram apenas 14.841 empregos diretos, ou seja, para cada dois milhões e cem mil cruzeiros investidos, criou-se apenas um emprego. Os investimentos se voltam, principalmente para o capital constante — maquinários, equipamentos, etc. e não para o capital variável — a força de trabalho.

O complexo Petroquímico de Camaçari portanto é incapaz de absorver o contingente de mão de obra deslocada para a Região Metropolitana de Salvador. Além disso, seus efeitos multiplicadores, até o atual momento podem ser medidos apenas em fatores secundários: crescimento do consumo de energia, da arrecadação do ICM, e modernização de determinados serviços. O que não foi, e dificilmente será capaz de solucionar as desigualdades sociais, pois uma de suas características é de concentrar a produção e a renda.

Implantando atualmente seis fábricas no Centro Industrial de Aratu (1), num investimento total de 190 milhões de dólares, a Dow Chemical diferencia-se das demais multinacionais do Polo Petroquímico do Nordeste por ter uma situação privilegiada. Ela vem explorando os empreendimentos sem a participação de sócios brasileiros, e está se transformando numa concorrente do Complexo Petroquímico de Camaçari, o que tende a agravar-se seu projeto para construção de uma Central de Matérias-Primas Básicas (que representa um investimento de 500 milhões de dólares) (2). O "Gigante do Eteno" (2) tem sido alvo de críticas de vá-

ria o monopólio de determinadas matérias-primas estratégicas, colocando assim o próprio Complexo Petroquímico sob a sua dependência.

As queixas não vêm apenas do chamado empresário nacional, e do capital estatal. É o que transparece, por exemplo, nas reclamações de Fábio Yassuda, ex-presidente da Ciquene (uma empresa de Camaçari, cujo controle acionário pertence à Mitsubishi e ao grupo Camargo Correia), sobre o projeto da Central de Matérias-Primas da Dow Chemical. Segundo ele, o projeto não deixava a Mitsubishi satisfeita, pois, enquanto a multinacional japonesa se associava ao capital nacional, a Dow conseguia uma fatia maior do bolo,

sa, que parece contar com trunfos extraordinários no CDI, a despeito das definições de princípios do Ministro Severo Gomes.

Na disputa de interesses entre a Dow Chemical e o Complexo de Camaçari, assume importância particular a batalha do cloro, pois quem vencê-la terá dado importante passo na conquista do

diária da Petroquisa. A Dow Chemical também produz o cloro, mas apenas para uso cativo, pois está impedida pelo CDI de produzir para o consumo externo. Como a produção da Salgema em breve não atenderá à demanda, e deverá voltar-se para outros objetivos que não o atendimento das necessidades do Complexo Petroquímico de Ca-

temporariamente e só pôde voltar a funcionar depois que diminuiu em quase 50% a sua produção.

O fato acabou por criar um problema para as autoridades. De um lado, precisaram tomar medidas antipoluidoras contra a CQR — cujo cloro e mercúrio despejados na Enseada de Taíneiros põem em risco a vida de quase 100 mil pessoas. De outro, o fechamento da CQR favorece diretamente a Dow Chemical, que conta assim com um forte argumento para forçar o CDI a rever uma decisão que lhe proíbe vender o cloro a empresas do polo petroquímico.

Como o cloro é matéria básica

das multinacionais neste acidente (o único, em dez anos de existência da empresa).

Neste quadro, não é apenas a CQR a grande prejudicada pela ofensiva da Dow Chemical: tanto os empresários nacionais, como os outros grupos estrangeiros recelam depender do cloro da Dow. Não só porque isto os colocaria numa situação desvantajosa para concorrer com a Dow Chemical em relação a outros produtos petroquímicos, como também porque o fornecimento pela CQR — empresa estatal — lhes dá a garantia de que não haverá especulação com os preços do cloro (TC).

É senso comum, no restrito círculo de homens de investimento e técnicos governamentais que o Polo Petroquímico do Nordeste representa sobre tudo os interesses do empresário nacional, enquanto o de São Paulo se identifica mais com as multinacionais. Em parte, o senso que coloca o Complexo de Camaçari como um "símbolo da afirmação nacional", decorre de que nele os investimentos industriais estão sendo realizados de acordo com o sistema tripartite isto é, o controle acionário é dividido em um terço para o capital estatal, um terço para o estrangeiro e a mesma proporção para o capital privado nacional; ao contrário, no Centro-Sul as multinacionais não precisariam dividir o controle acionário com mais dois sócios.

Segundo os que raciocinam assim, entre eles o secretário de Minas e Energia da Bahia, José Mascarenhas, foi isto que levou alguns setores dos "empresários paulistas" a se oporem à implantação de uma Central de Matérias-Primas Básicas em Camaçari, em 1971, e a serem contrários à ampliação do Polo Petroquímico do Nordeste, em 1975, sob a alegação de que os custos de produção, a inexistência de um mercado regional para a indústria petroquímica e a ausência de economias externas tornavam economicamente inviável o Polo Petroquímico do Nordeste.

No entanto, se é verdade que alguns "empresários paulistas", tanto nacionais como estrangeiros, se opuseram ao Complexo Petroquímico de Camaçari, outros decidiram investir no polo nordestino, entre eles os grupos nacionais Ultra, Peixoto de Castro e Camargo Correia e as multinacionais Du Pont e Mitsubishi, para não falar na Dow Chemical que tem um projeto próprio. E esta adesão se deu muito menos pela imposição de um ato de força do governo, como acredita o secretário José Mascarenhas, do que pelas possibilidades de um "bom negócio" visualizado pelas multinacionais que investiram em Camaçari.

O próprio sistema tripartite, apontado por muitos, entre os quais o economista Rômulo de Almeida, como uma fórmula de garantir "o caráter nacional e privatizante" dos empreendimentos, tornou-se uma faca de dois gumes, tão perigosa, que Eduardo Rappel, técnico do Ministério da Indústria e Comércio, mostrou na Semana de Tecnologia Industrial, realizada em abril de 1976, em Salvador, que este sistema era vantajoso principalmente para as multinacionais: investindo apenas 8% do capital total, elas conseguiam ter um terço do controle acionário, porque o BNDE financiava 75% dos investimentos, cabendo aos três sócios completar, em cotas iguais, o capital total.

Além disso, o sócio multinacional dos empreendimentos continua tendo o controle tecnológico, o que lhe dá em certa medida a direção dos projetos industriais mesmo com seus 8%, apenas do investimento total. Um sintoma disto são as constantes reclamações do "empresariado nacional" do setor, já manifestadas publicamente por Hélio Beltrão, do Grupo Ultra, e Marcos Pratini de Moraes, para que o sistema tripartite seja revisto a fim de que a liderança saia das mãos do capital estrangeiro. Um outro indicativo é a vontade do Governo de exigir a participação do sócio nacional inclusive na engenharia básica no Terceiro Polo Petroquímico o do Rio Grande do Sul, que daria possibilidade de se efetivar a transferência tecnológica. No Complexo de Camaçari, "o capital nacional" não participa da engenharia básica.

As grandes empresas estrangeiras tem clareza das vantagens do polo do Nordeste. Falando à revista Banas, o presidente da Dow Chemical, Walter Meyer, destacou

Polo Petroquímico do Nordeste

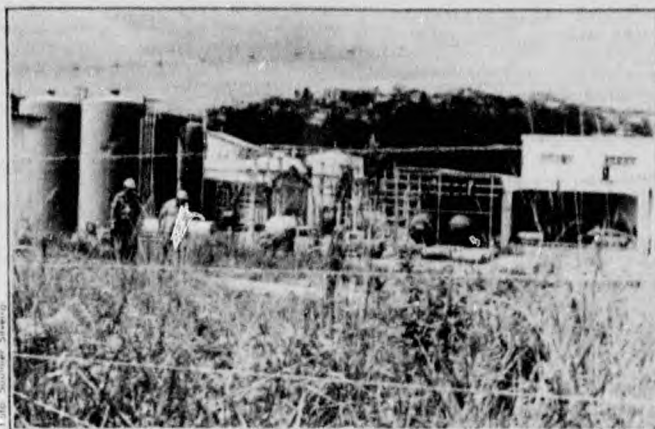
Disputa pelo monopólio

O empresariado nacional, o capital estatal e até as empresas estrangeiras estão insatisfeitas com o privilégio da Dow Chemical de explorar com exclusividade o fornecimento de matérias-primas para o complexo de Camaçari, no polo petroquímico do Nordeste

Tibério Canuto

entre essas vantagens, especialmente a proximidade da matéria-prima, energia a preços competitivos, o caráter integrado do projeto e a infra-estrutura criada pelo governo, que diminui os custos de produção e possibilita uma economia de escala.

Do ponto de vista da estratégia oficial, o Polo Petroquímico do Nordeste é apresentado não só como um passo na afirmação do "empresário nacional", mas também



O polo petroquímico do Nordeste é constituído pelo Complexo Petroquímico de Camaçari, a Indústria Salgema (Alagoas), a Companhia Pernambucana de Borrachas Sintéticas e por várias outras empresas localizadas em Camaçari, Centro Industrial de Aratu e em Candeias — Bahia. A Central de Matérias-Primas Básicas, assim como as outras unidades principais, são dirigidas pela Companhia Química do Nordeste, subsidiária da Petroquisa. Os investimentos industriais em Camaçari são de 2,9 bilhões de dólares, que criarão 14.841 empregos. De acordo com as previsões oficiais, a Central de Matérias-Primas funcionará plenamente já este ano, enquanto todo o Complexo de Camaçari funcionará em 1980.

como a mola propulsora para um desenvolvimento integrado e auto-sustentável da Região Nordeste, como sempre tem destacado o secretário de Planejamento Edson Pitta, para quem os efeitos multiplicadores do Complexo Petroquímico de Camaçari provocaria o desenvolvimento dos outros setores industriais do Nordeste, a expansão dos serviços e a criação de um mercado regional, resolvendo, assim, os angustiantes problemas do desemprego e da desigualdade social.

Um modelo, três disputas

Entretanto, os resultados têm mostrado que antes de ser "auto-sustentável", o polo petroquímico do Nordeste caracteriza-se por ser "complementar" a própria economia do Centro-Sul. Conforme as afirmações do econo-

mista Raimundo Moreira, presidente do Centro de planejamento da Bahia, ele é fruto da própria expansão do capitalismo brasileiro e da redefinição espacial deste capitalismo, e dificilmente poderia ser diferente.

De acordo com os dados da Secretaria de Minas e Energia, apenas 20% da produção do Complexo Petroquímico de Camaçari — que chegará à sua plenitude, em 1980, destina-se ao mercado nordestino, incluindo aí a Bahia; os 80% restantes, vão para o mercado do Centro-Sul. O caráter "complementar" do Complexo Petroquímico do Nordeste pode ser medido ainda pelos agentes econômicos que dele participam. Neste sentido, o polo pouco tem de "nordestino", já que dele está marginalizado o chamado "empresário regional".

Neste particular, os agentes econômicos do Polo Petroquímico do Nordeste são os mesmos da estrutura já monopolista da economia industrial do Centro-Sul: o capital internacional, o grande capital "privado nacional" e o estatal. É interessante observar que, no caso concreto, "o empresário nacional" tem um ponto em comum com o seu congêneres estrangeiro: é monopolista, associando-se às multinacionais e também ao capital estatal. A associação não elimina, no entanto, os pontos de atrito entre os três sócios, o empresário nacional queixa-se de que o sistema tripartite não vem permitindo a "transferência tecnológica", entra em conflito também com o Estado, reivindicando, como destaca o Secretário de Minas e Energia, que o capital estatal deixe de ter poder de decisão nos empreendimentos e propondo apenas que este financie o empresário nacional.

A "reprodução" no Polo Petroquímico do Nordeste do mesmo modelo econômico do Centro-Sul cria situações contraditórias: de um lado, o complexo de Camaçari representa efetivamente um avanço das forças produtivas e, de outro, não soluciona os graves problemas das camadas populares da região. Um exemplo: as indústrias do polo usam uma tecnologia altamente sofisticada.

Se do ponto de vista do lucro isto é inevitável, do ponto de vista social não surte os efeitos esperados pelos técnicos governamentais. Os quase 32 milhões de cruzeiros — a preços correntes — investidos no Complexo Petroquímico de Camaçari criaram apenas 14.841 empregos diretos, ou seja, para cada dois milhões e cem mil cruzeiros investidos, criou-se apenas um emprego. Os investimentos se voltam, principalmente para o capital constante — maquinários, equipamentos, etc. e não para o capital variável — a força de trabalho.

O complexo Petroquímico de Camaçari portanto é incapaz de absorver o contingente de mão de obra deslocada para a Região Metropolitana de Salvador. Além disso, seus efeitos multiplicadores, até o atual momento podem ser medidos apenas em fatores secundários: crescimento do consumo de energia, da arrecadação do ICM, e modernização de determinados serviços. O que não foi, e dificilmente será capaz de solucionar as desigualdades sociais, pois uma de suas características é de concentrar a produção e a renda.

O gigante do eteno

sa, que parece contar com trunfos extraordinários no CDI, a despeito das definições de princípios do Ministro Severo Gomes.

Na disputa de interesses entre a Dow Chemical e o Complexo de Camaçari, assume importância particular a batalha do cloro, pois quem vencê-la terá dado importante passo na conquista do monopólio da produção petroquímica do Nordeste. Isto porque o polo petroquímico alimenta-se, em larga extensão, do cloro. Atualmente, o cloro é produzido pela Salgema, empresa controlada pela multinacional Du Pont e pelo BNDE, que fica em Alagados, Alagoas, e pela Companhia Química do Recôncavo, uma subsidiária da Petroquisa. A Dow Chemical também produz o cloro, mas apenas para uso cativo, pois está impedida pelo CDI de produzir para o consumo externo. Como a produção da Salgema em breve não atenderá à demanda, e deverá voltar-se para outros objetivos que não o atendimento das necessidades do Complexo Petroquímico de Camaçari, a Companhia Química do Recôncavo ficará, assim, numa situação privilegiada de fornecedora quase exclusiva de cloro. No entanto, um "acidente" praticamente anulou esta vantagem da CQR. Por causa da vazão de cloro em Alagados, Salvador, que intoxicou 2.000 mil pessoas, a CQR foi fechada

temporariamente e só pôde voltar a funcionar depois que diminuiu em quase 50% a sua produção.

O fato acabou por criar um problema para as autoridades. De um lado, precisaram tomar medidas antipoluidoras contra a CQR — cujo cloro e mercúrio despejados na Enseada de Taíneiros põem em risco a vida de quase 100 mil pessoas. De outro, o fechamento da CQR favorece diretamente a Dow Chemical, que conta assim com um forte argumento para forçar o CDI a rever uma decisão que lhe proíbe vender o cloro a empresas do polo petroquímico.

Como o cloro é matéria básica para toda a indústria petroquímica, o controle deste produto pela Dow lhe daria condições de colocar todo o polo petroquímico sob sua influência. A situação é tão delicada que explica a existência de dúvidas quanto ao grau de acidentalidade do cloro despejado pela CQR. O deputado estadual Elquisson Soares, do MDB, por exemplo, viu o dedo

das multinacionais neste acidente (o único, em dez anos de existência da empresa).

Neste quadro, não é apenas a CQR a grande prejudicada pela ofensiva da Dow Chemical: tanto os empresários nacionais, como os outros grupos estrangeiros recebem depender do cloro da Dow. Não só porque isto os colocaria numa situação desvantajosa para concorrer com a Dow Chemical em relação a outros produtos petroquímicos, como também porque o fornecimento pela CQR — empresa estatal — lhes dá a garantia de que não haverá especulação com os preços do cloro (TC).

(1) As fábricas produzem cloro, soda cáustica, óxido de propeno, polipropileno, derivados fenólicos e solventes — materiais essenciais à indústria química.

(2) A Dow Química é assim chamada por ser uma das grandes produtoras mundiais dessa matéria-prima muito utilizada na indústria química.

Implantando atualmente seis fábricas no Centro Industrial de Aratu (1), num investimento total de 190 milhões de dólares, a Dow Chemical diferencia-se das demais multinacionais do Polo Petroquímico do Nordeste por ter uma situação privilegiada. Ela vem explorando os empreendimentos sem a participação de sócios brasileiros, e está se transformando numa concorrente do Complexo Petroquímico de Camaçari, o que tende a se agravar se seu projeto para construção de uma Central de Matérias-Primas Básicas (que representa um investimento de 500 milhões de dólares) for aprovado pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial).

O "Gigante do Eteno" (2) tem sido alvo de críticas de vários técnicos, entre os quais, Rômulo de Almeida, porque representa, segundo eles, uma ameaça aos "empresários nacionais e à Petroquisa". Tanto os empresários como os técnicos do governo temem que a Dow, cujo maior concorrente é ela própria (conforme seu presidente) consi-

ga o monopólio de determinadas matérias-primas estratégicas, colocando assim o próprio Complexo Petroquímico sob a sua dependência.

As queixas não vêm apenas do chamado empresário nacional, e do capital estatal. É o que transparece, por exemplo, nas reclamações de Fábio Yassuda, ex-presidente da Ciquine (uma empresa de Camaçari, cujo controle acionário pertence à Mitsubishi e ao grupo Camargo Correia), sobre o projeto da Central de Matérias-Primas da Dow Chemical. Segundo ele, o projeto não deixava a Mitsubishi satisfeita, pois, enquanto a multinacional japonesa se associava ao capital nacional, a Dow conseguia uma fatia maior do bolo, explorando um complexo petroquímico com exclusividade.

Segundo depoimentos de técnicos da Petroquisa, empresa estatal, "a posição privilegiada da Dow, em relação a outras multinacionais, particularmente na duplicação de sua produção de cloro e soda em Aratu, deve-se às manobras da própria empre-

Distinguido na multidão

Três chaves para compreensão desta notícia:

1) O déficit habitacional do Brasil aumenta em 600 mil casas por ano;

2) No Rio de Janeiro, segundo o Censo de 70, existiam naquele ano 230 favelas, com cerca de 750 mil moradores;

3) O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, embora não admita que haverá desemprego em virtude da crise econômica, diz que diminuirá a oferta de empregos;

A notícia:

Em outubro do ano passado, Luiz Carlos da Silva, 26 anos, desempregado, pai de duas filhas, morador num barraco da favela do Cordovil, no Rio, tinha, segundo ele mesmo, duas alternativas: "Escolher entre matar e roubar, e falar com o presidente da República; a primeira escolha só me traria aborrecimentos; decidi falar com o presidente e passei a comprar jornais para saber em que dia ele viria ao Rio".

A 22 de outubro, quando o general Geisel visitava o município fluminense de Nova Iguaçu, Luiz Carlos da Silva conseguiu chegar perto dele. O governador Faria Lima, ao lado do presidente, recomendou aos agentes de segurança: "revistam o homem, mas sem violência". Geisel, contudo, sorriu e estendeu a mão a Luiz Carlos, que logo

desfiou seu pedido: "Estou desempregado, tenho mulher e duas filhas, não tenho casa e pago ao Estado". Geisel disse ao prefeito de Nova Iguaçu: "Olhe o caso desse rapaz". No dia seguinte, Luiz Carlos estava em todos os jornais e a 4 de novembro apareceria no New York Times numa reportagem sobre os problemas de habitação na América Latina.

O que mudou na vida de Luiz Carlos? (1)

Imediatamente ao encontro com Geisel, a companhia que cuida da habitação no Estado do Rio - Cechab - colocou à disposição de Luiz Carlos uma "unidade de integração social", ou seja, uma casa modesta, num conjunto, destinada a abrigar temporariamente pessoas sem lar: o aluguel não vai além de 40 cruzeiros, que pagam as taxas de água, luz e esgotos. Luiz Carlos, no entanto, nem quis a casa: deixou-a para a tia com quem vivia na favela do Cordovil depois que um dono de sítio em Itaipava, Petrópolis, ofereceu-lhe um emprego, com casa para morar permanentemente.

(Roberto Suzedelo)

(1) O *Jornal do Brasil* do dia 3-1-76 fez uma grande reportagem com Luiz Carlos em seu novo emprego.

A nova Morada do Sol

Para erguer um conjunto de seis edifícios de 17 andares, a João Fortes Engenharia abre espaço a dinamite na rocha de um dos morros típicos do Rio.

Copacabana não dispõe de espaço para a abertura de qualquer nova rua em seus oito quilômetros quadrados, nos quais se comprime uma população de mais de 250 mil pessoas (1). Mas a especulação imobiliária descobriu a forma de criar novos espaços nessa área já saturada: a poder de britadeiras e marteletes elétricos e explosões de dinamite, as construtoras estão destruindo a rocha das montanhas da cidade para nessas crateras erguer novos edifícios e assim elevar a taxa de superpopulação do bairro.

A nova vítima da ação predatória das construtoras é o Morro de São João integrante do contraforte de que faz parte o Pão de Açúcar, símbolo da cidade: sua face leste está sendo destruída pela empresa João Fortes Engenharia para a construção de um conjunto de seis edifícios com 17 andares, sendo 12 destinados à habitação e os cinco primeiros a estacionamento de automóveis. Com essa obra monumental, que mantém centenas de operários trabalhando diariamente das 7 da manhã às 11 horas da noite, a João Fortes está criando uma rua artificial por trás da Avenida Henrique Oswald, com a particularidade de colocar a pista de rolamento de automóveis sobre o teto dos velhos casarões ali existentes.

Além das lesões aos direitos dos moradores e proprietários do lado par da Avenida Henrique Oswald, que correm o risco de um dia acordarem com um automóvel entrando nos dormitórios dos sobrados, a João Fortes está cometendo um crime contra um patrimônio de toda a cidade: o Morro de São João está sendo não apenas mutilado, mas também ocultado à contemplação pública. Dentro de 30 meses, quando estiverem concluídas, as obras estará visível apenas metade da rocha de 242 metros, eliminada assim da paisagem do Rio de Janeiro. Com isso se completará a mutilação autorizada pela Prefeitura Municipal do Rio à revelia do Código de Obras, que proíbe construções em encostas: a silhueta do morro foi

O conjunto João Fortes - a mesma empresa que há meses quis destruir a igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, para em seu lugar construir um espigão - repete o erro que destruiu há pouco mais de cinco anos outro trecho do Morro de São João, com a construção da chamada "Morada do Sol", formidável conjunto de sete edifícios com 25 andares erguido na altura do Túnel Novo, na entrada de Copacabana. E consagra uma visão urbanística (ou anti-urbanística) simplesmente trágica para o Rio de Janeiro, onde as empresas imobiliárias e o poder público se dão as mãos para emparedar aquilo que desde os tempos de Mem de Sá é uma das graças da antiga "Cidade Maravilhosa": suas montanhas.

No caso do conjunto João Fortes, outras implicações deveriam ser consideradas pelas autoridades municipais, a começar pela concentração de mais 200 unidades de habitação num espaço congestionado em matéria de esgotos, galerias pluviais, rede de força e circulação de veículos. Isto, sem contar a segurança da comunidade: esse trecho do Morro de São João, também conhecido como Morro Euclides da Rocha, foi um dos mais castigados pelos temporais que arrasaram o Rio de Janeiro de 1966 e de 1967, os dois janelos mais trágicos da história da cidade. Todos os moradores ali radicados há mais de dez anos lembram-se de que pelo esgoto a céu aberto que margeia a escadaria de acesso ao morro desciam corpos e mais corpos, após a derrubada de barracos e casas pela erosão da encosta. Com a alteração da encosta do morro pelos marteletes e pela dinamite da João Fortes, ninguém sabe até que ponto estará comprometida a segurança comum. Mas seria demais esperar alguma preocupação com isso da parte da João Fortes e da administração Marcos Tamoyo, Prefeito do Rio: quem não respeita a natureza também não gosta de gente.

(Maurício Azêdo)

Os novos preços do ano novo

O feijão foi um dos poucos produtos, numa lista de 85, que não subiu de preço: não era encontrado à venda

"Comer está 65% mais caro" - dizia o *Jornal do Brasil* do último dia 2 ao analisar um amplo levantamento de aumentos de preços no início do ano, cujas tabelas reproduzimos parcialmente. Café, sal, batata, açúcar e óleo de soja foram os produtos cujos preços mais aumentaram no ano passado: todos acima de 65%. O jornal pesquisou uma lista de 85 produtos vendidos no supermercado "Casas da Banha", na av. Brasil, Rio, e comprovou que da lista apenas 2 produtos baixaram de preço - o fígado de boi e a carne seca - e mesmo assim em números não muito compensadores: apenas 1,14%. Os 85 artigos, que em dezembro de 1975 custavam um total de Cr\$ 857,03 passaram a custar no início deste ano Cr\$ 1.271,89.

O produto que mais aumentou foi o camarão graúdo, passando de Cr\$ 45 para Cr\$ 195, um aumento, portanto de 333,33%. O camarão não é um produto essencial, mas resume uma das principais razões para a carência e o aumento de preço dos produtos essenciais: o camarão é abundante na costa brasileira, mas se destina à exportação; logo, os seus preços no mercado interno têm que ser super-aumentados para que a procura seja desestimulada e ele possa ser vendido aos estrangeiros e dessa forma o país obter as divisas necessárias para saldar seus compromissos no exterior.

O produto mais procurado foi o melão encontrado: feijão, que por isso não consta da lista.

O QUE AUMENTOU

Produtos	Espécie marca/quantid.	Preços		Difer.	Porcent- %
		Dez/75	Dez/76		
Arroz	Amarelo	4,90	5,40	0,50	10,20
Café em pó	Capital 1/2 K.	11,30	22,10	10,80	95,57
Margarina	Delícia/400g	3,45	5,15	1,70	49,27
Vinagre	Peixe	3,85	5,15	1,30	33,76
Sal	Cisne	1,15	1,95	0,80	69,56
Farinha de Mandioca	Grã-Fino	4,70	6,90	2,20	46,80
Batata-inglesa	Quilo	2,40	4,00	1,60	66,66
Açúcar Refinado	Quilo	2,30	3,80	1,50	65,21
Goiabada	Colombo	4,35	8,39	4,04	92,87
Nescau	400g	5,75	9,20	3,45	60,00
Sabão em pó	Omo/300g	3,99	5,90	1,91	47,86
Água Sanitária	Q-bon	2,45	3,15	0,70	28,57
Fósforo	Olho/pacote	1,30	1,80	0,50	38,46
Detergente	Odd/500ml	3,40	5,10	1,70	50,00
Salsicha	Swift/180g	3,60	5,25	1,65	45,83
Carne seca	Dianteiro	21,60	23,10	1,50	6,94
Linguiça de Porco	Mista/kg	16,40	29,00	12,60	76,82
Ovo grande	Cami	5,50	7,40	1,90	34,54
Leite tipo B	Vigor	3,50	4,60	1,10	31,42
Leite tipo C	Vigor	2,00	2,60	0,60	30,00
Manteiga a granel	Quilo	21,60	27,00	5,40	25,00
Óleo de Milho	Pêrola	11,50	16,20	4,70	40,86
Alcatra	Quilo	18,00	22,00	4,00	22,21
Lagarto	Quilo	17,00	19,50	2,50	14,70
Pá	Quilo	13,00	16,00	3,00	23,07
Acém	Quilo	12,00	15,00	3,00	25,00
Costela de porco	Quilo	15,90	21,80	5,90	37,10
Pescadinho	Quilo	13,00	17,00	4,00	30,76
Corvina	Quilo	9,00	12,00	3,00	33,33
Banha de porco	Olho	8,70	16,50	7,80	89,65
Óleo de soja	Veleiro	6,09	10,90	4,81	78,98
Sabão de coco	Cibele-250g	1,88	2,65	0,77	40,95

Sorvete inglês para os árabes (de avião)

A companhia britânica Dayvilles pretende mobilizar transporte de terra, mar e ar simplesmente para vender... sorvete americano para os países ára-

Dayvilles já contou em dois Emirados Árabes.

A Dayvilles dessa forma, adiciona mais um item à pauta de importações

Distinguido na multidão

Três chaves para compreensão desta notícia:

1) O déficit habitacional do Brasil aumenta em 600 mil casas por ano;

2) No Rio de Janeiro, segundo o Censo de 70, existiam naquele ano 230 favelas, com cerca de 750 mil moradores;

3) O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, embora não admita que haverá desemprego em virtude da crise econômica, diz que diminuirá a oferta de empregos;

A notícia:

Em outubro do ano passado, Luiz Carlos da Silva, 26 anos, desempregado, pai de duas filhas, morador num barraco da favela do Cordovil, no Rio, tinha, segundo ele mesmo, duas alternativas: "Escolher entre matar e roubar, e falar com o presidente da República; a primeira escolha só me traria aborrecimentos; decidi falar com o presidente e passei a comprar jornais para saber em que dia ele viria ao Rio".

A 22 de outubro, quando o general Geisel visitava o município fluminense de Nova Iguaçu, Luis Carlos da Silva conseguiu chegar perto dele. O governador Faria Lima, ao lado do presidente, recomendou aos agentes de segurança: "revistam o homem, mas sem violência". Geisel, contudo, sorriu e estendeu a mão a Luis Carlos, que logo

desfiou seu pedido: "Estou desempregado, tenho mulher e duas filhas, não tenho casa e pago ao Estado". Geisel disse ao prefeito de Nova Iguaçu: "Olhe o caso desse rapaz". No dia seguinte, Luiz Carlos estava em todos os jornais e a 4 de novembro apareceria no *New York Times* numa reportagem sobre os problemas de habitação na América Latina.

O que mudou na vida de Luiz Carlos?

(1)

Imediatamente ao encontro com Geisel, a companhia que cuida da habitação no Estado do Rio - Cechab - colocou à disposição de Luiz Carlos uma "unidade de integração social", ou seja, uma casa modesta, num conjunto, destinada a abrigar temporariamente pessoas sem lar: o aluguel não vai além de 40 cruzeiros, que pagam as taxas de água, luz e esgotos. Luiz Carlos, no entanto, nem quis a casa: deixou-a para a tia com quem vivia na favela do Cordovil depois que um dono de sítio em Itaipava, Petrópolis, ofereceu-lhe um emprego, com casa para morar permanentemente.

(Roberto Suzedelo)

(1) O *Jornal do Brasil* do dia 3-1-76 fez uma grande reportagem com Luiz Carlos em seu novo emprego.

A nova Morada do Sol

Para erguer um conjunto de seis edifícios de 17 andares, a João Fortes Engenharia abre espaço a dinamite na rocha de um dos morros típicos do Rio.

Copacabana não dispõe de espaço para a abertura de qualquer nova rua em seus oito quilômetros quadrados, nos quais se comprime uma população de mais de 250 mil pessoas (1). Mas a especulação imobiliária descobriu a forma de criar novos espaços nessa área já saturada: a poder de britadeiras e martelos elétricos e explosões de dinamite, as construtoras estão destruindo a rocha das montanhas da cidade para novas crateras erguer novos edifícios e assim elevar a taxa de superpopulação do bairro.

A nova vítima da ação predatória das construtoras é o Morro de São João integrante do contraforte de que faz parte o Pão de Açúcar, símbolo da cidade: sua face leste está sendo destruída pela empresa João Fortes Engenharia para a construção de um conjunto de seis edifícios com 17 andares, sendo 12 destinados à habitação e os cinco primeiros a estacionamento de automóveis. Com essa obra monumental, que mantém centenas de operários trabalhando diariamente das 7 da manhã às 11 horas da noite, a João Fortes está criando uma rua artificial por trás da Avenida Henrique Oswald, com a particularidade de colocar a pista de rolamento de automóveis sobre o teto dos velhos casarões ali existentes.

Além das lesões aos direitos dos moradores e proprietários do lado par da Avenida Henrique Oswald, que correm o risco de um dia acordarem com um automóvel entrando nos dormitórios dos sobrados, a João Fortes está cometendo um crime contra um patrimônio de toda a cidade: o Morro de São João está sendo não apenas mutilado, mas também ocultado à contemplação pública. Dentro de 30 meses, quando estiverem concluídas, as obras estarão visíveis apenas metade da rocha de 242 metros, eliminada assim da paisagem do Rio de Janeiro. Com isso se completará a mutilação autorizada pela Prefeitura Municipal do Rio à revelia do Código de Obras, que proíbe construções em encostas: a silhueta do morro foi desfigurada por uma construção que já se encontra na sexta laje, a uma altura de mais de 100 metros, e abrigará brevemente um hospital. A curva do Morro de São João sobre o Túnel Velho fica assim sumariamente riscada do mapa.

O conjunto João Fortes - a mesma empresa que há meses quis destruir a igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, para em seu lugar construir um espigão - repete o erro que destruiu há pouco mais de cinco anos outro trecho do Morro de São João, com a construção da chamada "Morada do Sol", formidável conjunto de sete edifícios com 25 andares erguido na altura do Túnel Novo, na entrada de Copacabana. E consagra uma visão urbanística (ou anti-urbanística) simplesmente trágica para o Rio de Janeiro, onde as empresas imobiliárias e o poder público se dão as mãos para empregar aquilo que desde os tempos de Mem de Sá é uma das graças da antiga "Cidade Maravilhosa": suas montanhas.

No caso do conjunto João Fortes, outras implicações deveriam ser consideradas pelas autoridades municipais, a começar pela concentração de mais 200 unidades de habitação num espaço congestionado em matéria de esgotos, galerias pluviais, rede de força e circulação de veículos. Isto, sem contar a segurança da comunidade: esse trecho do Morro de São João, também conhecido como Morro Euclides da Rocha, foi um dos mais castigados pelos temporais que arrasaram o Rio de Janeiro de 1966 e de 1967, os dois janeiros mais trágicos da história da cidade. Todos os moradores ali radicados há mais de dez anos lembram-se de que pelo esgoto a céu aberto que margeia a escadaria de acesso ao morro desciam corpos e mais corpos, após a derrubada de barracos e casas pela erosão da encosta. Com a alteração da encosta do morro pelos marteletes e pela dinamite da João Fortes, ninguém sabe até que ponto estará comprometida a segurança comum. Mas seria demais esperar alguma preocupação com isso da parte da João Fortes e da administração Marcos Tamayo, Prefeito do Rio: quem não respeita a natureza também não gosta de gente.

(Maurício Azêdo)

(1) O censo de 1970 registrou uma população de 237 559 pessoas nos 7,67 quilômetros quadrados de Copacabana.

Os novos preços do ano novo

O feijão foi um dos poucos produtos, numa lista de 85, que não subiu de preço: não era encontrado à venda

"Comer está 65% mais caro" - dizia o *Jornal do Brasil* do último dia 2 ao analisar um amplo levantamento de aumentos de preços no início do ano, cujas tabelas reproduzimos parcialmente. Café, sal, batata, açúcar e óleo de soja foram os produtos cujos preços mais aumentaram no ano passado: todos acima de 65%. O jornal pesquisou uma lista de 85 produtos vendidos no supermercado "Casas da Banha", na av. Brasil, Rio, e comprovou que da lista apenas 2 produtos baixaram de preço - o fígado de boi e a carne seca - e mesmo assim em números não muito compensadores: apenas 1,14%. Os 85 artigos, que em dezembro de 1975 custavam um total de Cr\$ 857,03 passaram a custar no início deste ano Cr\$ 1.271,89.

O produto que mais aumentou foi o camarão graúdo, passando de Cr\$ 45 para Cr\$ 195, um aumento, portanto de 333,33%. O camarão não é um produto essencial, mas resume uma das principais razões para a carência e o aumento de preço dos produtos essenciais: o camarão é abundante na costa brasileira, mas se destina à exportação; logo, os seus preços no mercado interno têm que ser super-aumentados para que a procura seja desestimulada e ele possa ser vendido aos estrangeiros e dessa forma o país obter as divisas necessárias para saldar seus compromissos no exterior.

O produto mais procurado foi o menos encontrado: feijão, que por isso não consta da lista.

O QUE AUMENTOU

Produtos	Espécie marca/quantid.	Preços		Difer.	Porcen- %
		Dez/75	Dez/76		
Arroz	Amarelão	4,90	5,40	0,50	10,20
Café em pó	Capital 1/2 K.	11,30	22,10	10,80	95,57
Margarina	Delícia/400g	3,45	5,15	1,70	49,27
Vinagre	Peixe	3,85	5,15	1,30	33,76
Sal	Cisne	1,15	1,95	0,80	69,56
Farinha de Mandioca	Grã-Fino	4,70	6,90	2,20	46,80
Batata-inglesa	Quilo	2,40	4,00	1,60	66,66
Açúcar Refinado	Quilo	2,30	3,80	1,50	65,21
Goiabada	Colombo	4,35	8,39	4,04	92,87
Nescau	400g	5,75	9,20	3,45	60,00
Sabão em pó	Omo/300g	3,99	5,90	1,91	47,86
Água Sanitária	Q-bon	2,45	3,15	0,70	28,57
Fósforo	Olho/pacote	1,30	1,80	0,50	38,46
Detergente	Odd/500ml	3,40	5,10	1,70	50,00
Salsicha	Swift/180g	3,60	5,25	1,65	45,83
Carne seca	Dianheiro	21,60	23,10	1,50	6,94
Linguiça de Porco	Mista/kg	16,40	29,00	12,60	76,82
Ovo grande	Cami	5,50	7,40	1,90	34,54
Leite tipo B	Vigor	3,50	4,60	1,10	31,42
Leite tipo C	Vigor	2,00	2,60	0,60	30,00
Manteiga a granel	Quilo	21,60	27,00	5,40	25,00
Óleo de Milho	Pérola	11,50	16,20	4,70	40,86
Alcatra	Quilo	18,00	22,00	4,00	22,21
Lagarto	Quilo	17,00	19,50	2,50	14,70
Pá	Quilo	13,00	16,00	3,00	23,07
Acém	Quilo	12,00	15,00	3,00	25,00
Costela de porco	Quilo	15,90	21,80	5,90	37,10
Pescadinha	Quilo	13,00	17,00	4,00	30,76
Corvina	Quilo	9,00	12,00	3,00	33,33
Banha de porco	Olho	8,70	16,50	7,80	89,65
Óleo de soja	Veleiro	6,09	10,90	4,81	78,98
Sabão de coco	Cibele-250g	1,88	2,65	0,77	40,95

Sorvete inglês para os árabes (de avião)

A companhia britânica Dayvilles pretende mobilizar transporte de terra, mar e ar simplesmente para vender... sorvete americano para os países árabes. A companhia que já trabalha na França, na Holanda e Hong Kong, pretende transportar seu produto da Inglaterra até o Oriente Médio em "containers" frigoríficos; e o sorvete será vendido através das concessionárias que a

Dayvilles já contratou em dois Emirados Árabes.

A Dayvilles dessa forma, adiciona mais um item à pauta de importações dos árabes, e os árabes demonstram seu esbanjamento internacional - embora sorvete não seja um produto que exige a sofisticação tecnológica de aparelho de televisão, e pode ser feito em qualquer quintal.

novos preços o ano novo

dos poucos produtos, numa lista de 85,
de preço: não era encontrado à venda

O produto que mais aumentou foi o camarão graúdo, passando de Cr\$ 45 para Cr\$ 195, um aumento, portanto, de 333,33%. O camarão não é um produto essencial, mas resume uma das principais razões para a carência e o aumento de preço dos produtos essenciais: o camarão é abundante na costa brasileira, mas se destina à exportação; logo, os seus preços no mercado interno têm que ser super-aumentados para que a procura seja desestimulada e ele possa ser vendido aos estrangeiros e dessa forma o país obter as divisas necessárias para saldar seus compromissos no exterior.

O produto mais procurado foi o melão encontrado: feijão, que por isso não consta da lista.

O QUE AUMENTOU

Preços	Preços		Difer.	Percen- %
	Dez/75	Dez/76		
melão	4,90	5,40	0,50	10,20
melão 1/2 K.	11,30	22,10	10,80	95,57
melão/400g	3,45	5,15	1,70	49,27
melão	3,85	5,15	1,30	33,76
melão	1,15	1,95	0,80	69,56
melão	4,70	6,90	2,20	46,80
melão	2,40	4,00	1,60	66,66
melão	2,30	3,80	1,50	65,21
melão	4,35	8,39	4,04	92,87
melão	5,75	9,20	3,45	60,00
melão/300g	3,99	5,90	1,91	47,86
melão	2,45	3,15	0,70	28,57
melão/pacote	1,30	1,80	0,50	38,46
melão/500ml	3,40	5,10	1,70	50,00
melão/180g	3,60	5,25	1,65	45,83
melão	21,60	23,10	1,50	6,94
melão/kg	16,40	29,00	12,60	76,82
melão	5,50	7,40	1,90	34,54
melão	3,50	4,60	1,10	31,42
melão	2,00	2,60	0,60	30,00
melão	21,60	27,00	5,40	25,00
melão	11,50	16,20	4,70	40,86
melão	18,00	22,00	4,00	22,21
melão	17,00	19,50	2,50	14,70
melão	13,00	16,00	3,00	23,07
melão	12,00	15,00	3,00	25,00
melão	15,90	21,80	5,90	37,10
melão	13,00	17,00	4,00	30,76
melão	9,00	12,00	3,00	33,33
melão	8,70	16,50	7,80	89,65
melão	6,09	10,90	4,81	78,98
melão-250g	1,88	2,65	0,77	40,95

ete inglês para abes (de avião)

Dayvilles pre-
de terra,
ra vender...
os países ára-
trabalha na
Kong, pre-
de Angola.

Dayvilles já contatou em dois Emirados Árabes.

A Dayvilles dessa forma, adiciona mais um item à pauta de importações dos árabes, e os árabes demonstram seu esbanjamento internacional - embora o produto não seja um produto que exige

Os países capitalistas avançados vêm insistindo em que o exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo não deve ser imitado porque contraria as normas do comércio internacional e impede o livre desenvolvimento da produção mundial. Alguns países subdesenvolvidos que seguem um modelo de desenvolvimento dependente do mercado, dos capitais e da tecnologia desses países, aceitaram essa argumentação e, nas negociações internacionais, vêm se opondo à formação de cartéis de produtores que, como a OPEP, imponham quotas de produção para permitir uma exploração planejada de suas riquezas naturais e fixem preços, para garantir uma remuneração justa de suas matérias-primas. É o caso, por exemplo, do Brasil.

Nos últimos anos, especialmente depois das vitórias da OPEP, o Brasil se opôs sistematicamente às iniciativas diplomáticas de países como a Venezuela, que queriam formar uma OPEP, associação de países exportadores de minério de ferro. A importância do Brasil neste cartel seria enorme. "Como segundo exportador mundial do minério e dono das maiores reservas do mundo," diz o redator da Folha de S. Paulo Aule Sallasié, "o Brasil teria, no cartel do ferro, um papel semelhante ao que a Arábia Saudita e o Irã tem na OPEP".

A oposição brasileira ao cartel se baseava em dois argumentos principais: primeiro, ele poderia levar a represália dos países capitalistas avançados - EUA, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, França, Suíça, Holanda, por exemplo, - dos quais a economia brasileira é dependente; poderia, dificultar a cessão de tecnologia e assistência desses países às siderúrgicas brasileiras, basicamente importadas desses merca-

O minério de ferro, o aço e a lógica do imperialismo

Os países ricos europeus e o Japão, ao mesmo tempo em que se opõem sistematicamente à formação de uma associação de produtores de minérios de ferro, acabam de criar uma associação de produtores de aço

dos; poderia levá-los a limitar as compras de minério, a cortar os financiamentos para expansão do parque siderúrgico brasileiro, necessitado de ampliação urgente, ou das atividades de exploração mineral, como as da Serra dos Carajás. O segundo argumento era o de que, por sua posição diferenciada e destacada dentro do mundo subdesenvolvido - seu amplo mercado, sua política de abertura ao capital estrangeiro, sua posição diplomática à parte da Terceira Mundo - o Brasil poderia conseguir vantagens especiais em negociações país a país, que seriam mais maleáveis e livres do que as no âmbito da Unctad, da Conferência Norte-Sul, ou dos cartéis.

No fim do ano que passou, um conjunto de acontecimentos veio provar que a posição brasileira era incorreta. O principal deles decorre do fato de que, ao contrário da teoria que defendem para os outros, a prática das nações capitalistas avançadas é outra: supostos inimigos dos cartéis de produ-

res, ingleses, franceses, alemães e outros membros da Comunidade Econômica Europeia mais o Japão fizeram um acordo de fixação de quotas de aço, reduzindo a produção de vários setores siderúrgicos entre 9 e 33%. Na semana passada, o embaixador da Alemanha Federal, país do qual o Brasil é o maior fornecedor de minério de ferro, dizia a jornalistas econômicos brasileiros que a redução das importações do minério por parte de seu país era provisória e decorria de um "acordo voluntário" de redução de produção feito na indústria de aço da Europa para combater a recessão; ao mesmo tempo, na França eram anunciados drásticos cortes no pessoal ocupado na indústria siderúrgica. Embora o embaixador alemão não fale em cartel, mas em acordo voluntário, o significado é exatamente esse: para controlar os efeitos da recessão, uma desordem na produção mundial provocada pela anarquia da produção capitalista, os países capitalistas avançados jogam o peso da crise em

Sem trator, cresce o preço do burro



A suspensão de crédito para compra de tratores teve uma consequência imediata no Estado de São Paulo: aumentou em 33,2% o preço do burro utilizado no trabalho agrícola. Segundo uma pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura paulista, um burro domado, novo, custa em média, atualmente, Cr\$ 2.414 - e foi, entre os animais usados no campo, o que mais se valorizou no período entre setembro de 1975 e setembro do ano passado.

Os técnicos do IEA disseram ao jornal Folha de S. Paulo que a alta do preço do burro se explica pela valorização desse animal após o corte do crédito para a compra de tratores. A explicação talvez não esteja completa, de vez que os produtores rurais que dispõem de recursos

gem da terra a tração animal se tornaria anti-econômica. Contudo, é evidente a crise da indústria de tratores, que teria, atualmente, 16 mil unidades estocadas por falta de compradores.

A valorização do burro, contudo, não deve causar espantos. O campo brasileiro é extremamente atrasado em emprego de tecnologias como mecanização, irrigação e uso de insumos como fertilizantes - e isso é que explica a baixa produtividade. Em 1970, de acordo com o censo agropecuário, dos quase cinco milhões de estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil, somente 25% tinham arados. Ainda segundo o total, 23% dos estabelecimentos tinham arado a tração animal (o caso do burro) e 2% tinham arado a tração mecânica, isto é, puxado por trator. Em todo o

Os lucros

A filial brasileira da Monark
mais lucros que a m

Os lucros da filial brasileira da indústria de bicicletas Monark, em 1976, foram maiores que os da própria matriz da empresa, sediada na Suécia. Segundo o jornal "Göteborgs Posten" de 8 de dezembro passado, enquanto a filial brasileira calculava seu lucro anual em 16 milhões de coroas (cada coroa equivale a mais ou menos 4 dólares), a matriz sueca da indústria de bicicletas con-

Herbicidas a flores

A derrubada das matas tem sido um problema de difícil solução para as companhias que, desde 66, recebem incentivos fiscais do governo, para tentar transformar a floresta amazônica em fazendas de gado. A aplicação de herbicidas, no entanto, parece ser a solução ideal para as companhias, embora as consequências de sua ação sejam praticamente desconhecidas.

Antes do herbicida foram experimentados outros processos. Inicialmente, as empresas tentaram a derrubada a machado, mobilizando um grande contingente de trabalhadores manuais. Esse processo significa uma fonte substancial de empregos para as populações locais e de outras regiões. Embora não falte dinheiro às companhias que estão se instalando na Amazônia, a viabilidade econômica é um critério rigoroso, que já causou algumas desistências. A derrubada a machado, dessa forma, inevitavelmente lenta e cara, foi afastada. Além disso, as mu-

...ucos produtos, numa lista de 85,
...co: não era encontrado à venda

O produto que mais aumentou foi o camarão graúdo, passando de Cr\$ 45 para Cr\$ 195, um aumento, portanto de 333,33%. O camarão não é um produto essencial, mas resume uma das principais razões para a carência e o aumento de preço dos produtos essenciais: o camarão é abundante na costa brasileira, mas se destina à exportação; logo, os seus preços no mercado interno têm que ser super-aumentados para que a procura seja desestimulada e ele possa ser vendido aos estrangeiros e dessa forma o país obter as divisas necessárias para saldar seus compromissos no exterior.

O produto mais procurado foi o menos encontrado: feijão, que por isso não consta da lista.

id.	Preços		Difer.	Percent- %
	Dez/75	Dez/76		
	4,90	5,40	0,50	10,20
	11,30	22,10	10,80	95,57
	3,45	5,15	1,70	49,27
	3,85	5,15	1,30	33,76
	1,15	1,95	0,80	69,56
	4,70	6,90	2,20	46,80
	2,40	4,00	1,60	66,66
	2,30	3,80	1,50	65,21
	4,35	8,39	4,04	92,87
	5,75	9,20	3,45	60,00
	3,99	5,90	1,91	47,86
	2,45	3,15	0,70	28,57
	1,30	1,80	0,50	38,46
	3,40	5,10	1,70	50,00
	3,60	5,25	1,65	45,83
	21,60	23,10	1,50	6,94
	16,40	29,00	12,60	76,82
	5,50	7,40	1,90	34,54
	3,50	4,60	1,10	31,42
	2,00	2,60	0,60	30,00
	21,60	27,00	5,40	25,00
	11,50	16,20	4,70	40,86
	18,00	22,00	4,00	22,21
	17,00	19,50	2,50	14,70
	13,00	16,00	3,00	23,07
	12,00	15,00	3,00	25,00
	15,90	21,80	5,90	37,10
	13,00	17,00	4,00	30,76
	9,00	12,00	3,00	33,33
	8,70	16,50	7,80	89,65
	6,09	10,90	4,81	78,98
	1,88	2,65	0,77	40,95

es pre- Dayvilles já contou com dois Emirados
terra, Árabes.
nder... A Dayvilles dessa forma, adiciona
es árabes mais um item à pauta de importações
ilha na dos árabes, e os árabes demonstram seu
g, pre- esbanjamento internacional - embora
Ingla- sorvete não seja um produto que exige
contai- a sofisticação tecnológica de aparelho
já ven- de televisão, e pode ser feito em qual-
que a- quer quintal.

Os países capitalistas avançados vêm insistindo em que o exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo não deve ser imitado porque contraria as normas do comércio internacional e impede o livre desenvolvimento da produção mundial. Alguns países subdesenvolvidos que seguem um modelo de desenvolvimento dependente do mercado, dos capitais e da tecnologia desses países, aceitaram essa argumentação e, nas negociações internacionais, vêm se opondo à formação de cartéis de produtores que, como a OPEP, imponham quotas de produção para permitir uma exploração planejada de suas riquezas naturais e fixem preços, para garantir uma remuneração justa de suas matérias-primas. É o caso, por exemplo, do Brasil.

Nos últimos anos, especialmente depois das vitórias da OPEP, o Brasil se opôs sistematicamente às iniciativas diplomáticas de países como a Venezuela, que queriam formar uma OPEF, associação de países exportadores de minério de ferro. A importância do Brasil neste cartel seria enorme. "Como segundo exportador mundial do minério e dono das maiores reservas do mundo," diz o redator da *Folha de S. Paulo* Aule Sallassié, o "Brasil teria, no cartel do ferro, um papel semelhante ao que a Arábia Saudita e o Irã tem na OPEP".

A oposição brasileira ao cartel se baseava em dois argumentos principais: primeiro, ele poderia levar a repressão dos países capitalistas avançados – EUA, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, França, Suíça, Holanda, por exemplo, – dos quais a economia brasileira é dependente; poderia, dificultar a cessão de tecnologia e assistência desses países às siderúrgicas brasileiras, basicamente importadoras desses merca-

Os países ricos europeus e o Japão, ao mesmo tempo em que se opõem sistematicamente à formação de uma associação de produtores de minérios de ferro, acabam de criar uma associação de produtores de aço

dos; poderia levá-los a limitar as compras de minério, a cortar os financiamentos para expansão do parque siderúrgico brasileiro, necessitado de ampliação urgente, ou das atividades de exploração mineral, como as da Serra dos Carajás. O segundo argumento era o de que, por sua posição diferenciada e destacada dentro do mundo subdesenvolvido – seu amplo mercado, sua política de abertura ao capital estrangeiro, sua posição diplomática à parte da do Terceiro Mundo – o Brasil poderia conseguir vantagens especiais em negociações país a país, que seriam mais maleáveis e livres do que as no âmbito da Unctad, da Conferência Norte-Sul, ou dos cartéis.

No fim do ano que passou, um conjunto de acontecimentos veio provar que a posição brasileira era incorreta. O principal deles decorre do fato de que, ao contrário da teoria que defendem para os outros, a prática das nações capitalistas avançadas é outra: supostos inimigos dos cartéis de produtores

res, ingleses, franceses, alemães e outros membros da Comunidade Econômica Européia mais o Japão fizeram um acordo de fixação de quotas de aço, reduzindo a produção de vários setores siderúrgicos entre 9 e 33%. Na semana passada, o embaixador da Alemanha Federal, país do qual o Brasil é o maior fornecedor de minério de ferro, dizia a jornalistas econômicos brasileiros que a redução das importações do minério por parte de seu país era provisória e decorria de um "acordo voluntário" de redução de produção feito na indústria de aço da Europa para combater a recessão; ao mesmo tempo, na França eram anunciados drásticos cortes no pessoal ocupado na indústria siderúrgica. Embora o embaixador alemão não fale em cartel, mas em acordo voluntário, o significado é exatamente esse: para controlar os efeitos da recessão, uma desordem na produção mundial provocada pela anarquia da produção capitalista, os países capitalistas avançados jogam o peso da crise em

duas costas: trabalhadores os países capitalistas. Nenhum país previu corretamente a queda isolada sem vantagem favorável ao cartel do aço. A maioria das nações mais abastadas e desenvolvidas não previu o aumento das prioridades primárias de 1976 através do qual os países em desenvolvimento fizeram pressão para a expansão da Cide. De outras ações, a maioria passou os últimos anos condicionando parte da propriedade a concessões. Carajás sem o projeto de desenvolvimento ou o governo brasileiro não poderia fazer isso. Uma última falha dos países capitalistas foi não prever a propensão a se desviar de exposições de suas regiões, seja, o Brasil, os compradores do exterior, e que produziram suas imposições para impedir a expansão.

A história do desenvolvimento econômico pode ser contada de duas maneiras: a política de desenvolvimento econômico das nações pobres e a política de desenvolvimento econômico das nações ricas. (RP)

A black and white caricature of a man with a large, bulbous nose, wearing a suit and tie, and smoking a cigarette. The signature 'SANTI' is visible in the bottom right corner.

A suspensão de crédito para compra de tratores teve uma consequência imediata no Estado de São Paulo: aumentou em 33,2% o preço do burro utilizado no trabalho agrícola. Segundo uma pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura paulista, um burro domado, novo, custa em média, atualmente, Cr\$ 2.414 - e foi, entre os animais usados no campo, o que mais se valorizou no período entre setembro de 1975 e setembro do ano passado.

Os técnicos do IEA disseram ao jornal *Folha de S. Paulo* que a alta do preço do burro se explica pela valorização desse animal após o corte de crédito para a compra de tratores. A explicação talvez não esteja completa, de vez que os produtores rurais que dispõem de recursos — mesmo com financiamento — para comprar tratores não são poucos e geralmente têm lavouras grandes, que exigem mecanização, nas quais a ara-

gem da terra a tração animal se tornaria anti-econômica. Contudo, é evidente a crise da indústria de tratores, que teria, atualmente, 16 mil unidades estocadas por falta de compradores.

A valorização do burro, contudo, não deve causar espantos. O campo brasileiro é extremamente atrasado em emprego de tecnologias como mecanização, irrigação e uso de insumos como fertilizantes – e isso é que explica a baixa produtividade. Em 1970, de acordo com o censo agropecuário, dos quase

Com o censo agropecuario, dos quase cinco milhões de estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil, somente 25% tinham arados. Ainda segundo o total, 23% dos estabelecimentos tinham arado a tração animal (o caso do burro) e 2% tinham arado a tração mecânica, isto é, puxado por trator. Em todo o país havia somente 157 mil tratores, ou seja, um trator para 217 hectares cultivados. (Veja matéria "Campo" nas páginas 4.5 e 6).

Os lucros da filial brasileira da indústria de bicicletas Monark, em 1976, foram maiores que os da própria matriz da empresa, sediada na Suécia. Segundo o jornal "Goteborgs Posten" de 8 de dezembro passado, enquanto a filial brasileira calculava seu lucro anual em 16 milhões de coroas (cada coroa equivale a mais ou menos 4 dólares), a matriz sueca da indústria de bicicletas con-

A derrubada das matas tem sido um problema de difícil solução para as companhias que, desde 66, recebem incentivos fiscais do governo para tentar transformar a floresta amazônica em fazendas de gado. A aplicação de herbicidas, no entanto, parece ser a solução ideal para as companhias, embora as consequências de sua ação sejam praticamente desconhecidas.

Antes do herbicida foram experimentados outros processos. Inicialmente, as empresas tentaram a derrubada a machado, mobilizando um grande contingente de trabalhadores manuais. Esse processo significa uma fonte substancial de empregos para as populações locais e de outras regiões.

Embora não falte dinheiro às companhias que estão se instalando na Amazônia, a viabilidade econômica é um critério rigoroso, que já causou algumas desistências. A derrubada a machado, dessa forma, inevitavelmente lenta e cara, foi afastada. Além disso, as muitas doenças da região exigem um serviço de assistência médica bem superior aos que são fornecidos atualmente aos trabalhadores.

O outro me
panhais foi
com tratore
rente presa a
Mato Gross
pois de arr
crescer sob a
gumes. A ap
bom resultad
árvores nova
diam puxar. N
bêmos os legu
tados para fi
Nenhum test
determinar q
cida sobre a
sobre a prop
há também
sobre sua aç
Nem todas
ainda do her
ainda estão
bicida no en
zado o seu u
gar da mão
tornar-se um
da região.

Os países capitalistas avançados vêm insistindo em que o exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo não deve ser imitado porque contraria as normas do comércio internacional e impede o livre desenvolvimento da produção mundial. Alguns países subdesenvolvidos que seguem um modelo de desenvolvimento dependente do mercado, dos capitais e da tecnologia desses países, aceitaram essa argumentação e, nas negociações internacionais, vêm se opondo à formação de cartéis de produtores que, como a OPEP, imponham quotas de produção para permitir uma exploração planejada de suas riquezas naturais e fixem preços, para garantir uma remuneração justa de suas matérias-primas. É o caso, por exemplo, do Brasil.

Nos últimos anos, especialmente depois das vitórias da OPEP, o Brasil se opôs sistematicamente às iniciativas diplomáticas de países como a Venezuela, que queriam formar uma OPEF, associação de países exportadores de minério de ferro. A importância do Brasil neste cartel seria enorme. "Como segundo exportador mundial do minério e dono das maiores reservas do mundo," diz o redator da *Folha de S. Paulo* Aule Sallassié, o "Brasil teria, no cartel do ferro, um papel semelhante ao que a Arábia Saudita e o Irã tem na OPEP".

A oposição brasileira ao cartel se baseava em dois argumentos principais: primeiro, ele poderia levar a represália dos países capitalistas avançados - EUA, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, França, Suíça, Holanda, por exemplo, - dos quais a economia brasileira é dependente; poderia, dificultar a cessão de tecnologia e assistência desses países às siderúrgicas brasileiras, basicamente importadas desses merca-

O minério de ferro, o aço e a lógica do imperialismo

Os países ricos europeus e o Japão, ao mesmo tempo em que se opõem sistematicamente à formação de uma associação de produtores de minérios de ferro, acabam de criar uma associação de produtores de aço

dos; poderia levá-los a limitar as compras de minério, a cortar os financiamentos para expansão do parque siderúrgico brasileiro, necessitado de ampliação urgente, ou das atividades de exploração mineral, como as da Serra dos Carajás. O segundo argumento era o de que, por sua posição diferenciada e destacada dentro do mundo subdesenvolvido - seu amplo mercado, sua política de abertura ao capital estrangeiro, sua posição diplomática à parte do Terceiro Mundo - o Brasil poderia conseguir vantagens especiais em negociações país a país, que seriam mais maleáveis e livres do que as no âmbito da Unctad, da Conferência Norte-Sul, ou dos cartéis.

No fim do ano que passou, um conjunto de acontecimentos veio provar que a posição brasileira era incorreta. O principal deles decorre do fato de que, ao contrário da teoria que defendem para os outros, a prática das nações capitalistas avançadas é outra: suportes inimigos dos cartéis de produ-

res, ingleses, franceses, alemães e outros membros da Comunidade Econômica Européia mais o Japão fizeram um acordo de fixação de quotas de aço, reduzindo a produção de vários setores siderúrgicos entre 9 e 33%. Na semana passada, o embaixador da Alemanha Federal, país do qual o Brasil é o maior fornecedor de minério de ferro, dizia a jornalistas econômicos brasileiros que a redução das importações do minério por parte de seu país era provisória e decorria de um "acordo voluntário" de redução de produção feito na indústria de aço da Europa para combater a recessão; ao mesmo tempo, na França eram anunciados drásticos cortes no pessoal ocupado na indústria siderúrgica. Embora o embaixador alemão não fale em cartel, mas em acordo voluntário, o significado é exatamente esse: para controlar os efeitos da recessão, uma desordem na produção mundial provocada pela anarquia da produção capitalista, os países capitalistas avançados jogam o peso da crise em

duas costas: internamente, sobre seus trabalhadores e, externamente, sobre os países capitalistas dependentes.

Nenhuma das vantagens que o Brasil previu com sua política de negociação isolada se manteve; nenhuma desvantagem foi evitada. A formação do cartel do aço foi apenas o ato de oposição mais aberta dos países capitalistas desenvolvidos ao pleno desenvolvimento da produção de aço e das matérias primas do país: durante o final de 1976 através do FMI os Estados Unidos fizeram pressões sobre o projeto de expansão da Cia Siderúrgica Nacional e de outras aciarias brasileiras; a US Steel passou os últimos meses do ano pressionando para manter a sua cota de propriedade sobre a grande jazida de Carajás sem contribuir para desenvolver o projeto e finalmente exigiu financiamento ou maiores vantagens do governo brasileiro para o início da produção. Uma última contribuição dos países capitalistas avançados: todos eles se propõem a desenvolver políticas agressivas de exportação de aço para fora de suas regiões, cobertas por acordos; ou seja, o Brasil, que é um dos maiores compradores de aço do Terceiro Mundo, e que precisa urgentemente reduzir suas importações, sofrerá mais pressões para importar ao invés de produzir.

A história da frustrada OPEF e do momentaneamente vitorioso cartel dos ricos produtores de aço ensina que o desenvolvimento dos recursos naturais e a industrialização dos países pobres só pode ser conseguida através de uma política de solidariedade com outras nações pobres e de um novo modelo econômico que se baseie fundamentalmente no seu mercado interno e na tecnologia criada por seus trabalhadores. (RP)

Sem trator, cresce o preço do burro



A suspensão de crédito para compra de tratores teve uma consequência imediata no Estado de São Paulo: aumentou em 33,2% o preço do burro utilizado no trabalho agrícola. Segundo uma pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura paulista, um burro domado, novo, custa em média, atualmente, Cr\$ 2.414 - e foi, entre os animais usados no campo, o que mais se valorizou no período entre setembro de 1975 e setembro do ano passado.

Os técnicos do IEA disseram ao jornal *Folha de S. Paulo* que a alta do preço do burro se explica pela valorização desse animal após o corte de crédito para a compra de tratores. A explicação talvez não esteja completa, de vez que os produtores rurais que dispõem de

gem da terra a tração animal se tornaria anti-econômica. Contudo, é evidente a crise da indústria de tratores, que teria, atualmente, 16 mil unidades estocadas por falta de compradores.

A valorização do burro, contudo, não deve causar espantos. O campo brasileiro é extremamente atrasado em emprego de tecnologias como mecanização, irrigação e uso de insumos como fertilizantes - e isso é que explica a baixa produtividade. Em 1970, de acordo com o censo agropecuario, dos quase cinco milhões de estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil, somente 25% tinham arados. Ainda segundo, o total, 23% dos estabelecimentos tinham arado a tração animal (o caso do burro) e 2% tinham arado a tração mecânica.

Os lucros da filial

A filial brasileira da Monark conseguiu mais lucros que a matriz sueca

Os lucros da filial brasileira da indústria de bicicletas Monark, em 1976, foram maiores que os da própria matriz da empresa, sediada na Suécia. Segundo o jornal "Göteborgs Posten" de 8 de dezembro passado, enquanto a filial brasileira calculava seu lucro anual em 16 milhões de coroas (cada coroa equivale a mais ou menos 4 dólares), a matriz sueca da indústria de bicicletas con-

seguiu 14,6 milhões de coroas. Se forem contados os lucros de outros países, as filiais da empresa superarão muitas vezes os lucros da matriz: na Colômbia, por exemplo, a Monark conseguiu lucros de 1,5 milhão de coroas. Neste começo de ano, o Movimento de presente Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de

Herbicidas contra a floresta

A derrubada das matas tem sido um problema de difícil solução para as companhias que, desde 66, recebem incentivos fiscais do governo para tentar transformar a floresta amazônica em fazendas de gado. A aplicação de herbicidas, no entanto, parece ser a solução ideal para as companhias, embora as consequências de sua ação sejam praticamente desconhecidas.

Antes do herbicida foram experimentados outros processos. Inicialmente, as empresas tentaram a derrubada a machado, mobilizando um grande contingente de trabalhadores manuais. Esse processo significa uma fonte substancial de empregos para as populações locais e de outras regiões.

Embora não falte dinheiro às companhias que estão se instalando na Amazônia, a viabilidade econômica é um critério rigoroso, que já causou algumas desistências. A derrubada a machado, dessa forma, inevitavelmente lenta

Outro método utilizado pelas companhias foi o de arrancar as árvores com tratores que puxavam uma corrente presa a elas. Mas na Codeara, em Mato Grosso, por exemplo, um ano depois de arrancada a floresta voltou a crescer sob a terra já semeada com legumes. A aplicação do herbicida deu bom resultado, nesse caso, matando as árvores novas que os tratores não podiam puxar. No entanto ele matou também os legumes que tinham sido plantados para fixar o nitrogênio no solo. Nenhum teste foi feito até agora para determinar o alcance da ação do herbicida sobre a população vizinha, nem sobre a própria terra. Desta forma não há também nenhum controle possível sobre sua ação.

Nem todas as companhias se utilizam ainda do herbicida, e o trator e o facão ainda estão em funcionamento. O herbicida no entanto, caso não seja fiscalizado, pode ser usado de forma indiscriminada.

Os países capitalistas avançados vêm insistindo em que o exemplo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo não deve ser imitado porque contraria as normas do comércio internacional e impede o livre desenvolvimento da produção mundial. Alguns países subdesenvolvidos que seguem um modelo de desenvolvimento dependente do mercado, dos capitais e da tecnologia desses países, aceitaram essa argumentação e, nas negociações internacionais, vêm se opondo à formação de cartéis de produtores que, como a OPEP, imponham quotas de produção para permitir uma exploração planejada de suas riquezas naturais e fixem preços, para garantir uma remuneração justa de suas matérias-primas. É o caso, por exemplo, do Brasil.

Nos últimos anos, especialmente depois das vitórias da OPEP, o Brasil se opôs sistematicamente às iniciativas diplomáticas de países como a Venezuela, que queriam formar uma OPEP, associação de países exportadores de minério de ferro. A importância do Brasil neste cartel seria enorme. "Como segundo exportador mundial do minério e dono das maiores reservas do mundo," diz o redator da *Folha de S. Paulo* Aulei Lassie, o "Brasil teria, no cartel do ferro, um papel semelhante ao que a Arábia Saudita e o Irã tem na OPEP".

A oposição brasileira ao cartel se baseava em dois argumentos principais: primeiro, ele poderia levar a repulsa dos países capitalistas avançados - EUA, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, França, Suíça, Holanda, por exemplo - dos quais a economia brasileira é dependente; poderia, dificultar a cessão de tecnologia e assistência desses países às siderúrgicas brasileiras, basicamente importadas desses merca-

O minério de ferro, o aço e a lógica do imperialismo

Os países ricos europeus e o Japão, ao mesmo tempo em que se opõem sistematicamente à formação de uma associação de produtores de minérios de ferro, acabam de criar uma associação de produtores de aço

dos; poderia levá-los a limitar as compras de minério, a cortar os financiamentos para expansão do parque siderúrgico brasileiro, necessitado de ampliação urgente, ou das atividades de exploração mineral, como as da Serra dos Carajás. O segundo argumento era o de que, por sua posição diferenciada e destacada dentro do mundo subdesenvolvido - seu amplo mercado, sua política de abertura ao capital estrangeiro, sua posição diplomática à parte da Terceira Mundo - o Brasil poderia conseguir vantagens especiais em negociações país a país, que seriam mais maleáveis e livres do que as no âmbito da Unctad, da Conferência Norte-Sul, ou dos cartéis.

No fim do ano que passou, um conjunto de acontecimentos veio provar que a posição brasileira era incorreta. O principal deles decorre do fato de que, ao contrário da teoria que defendem para os outros, a prática das nações capitalistas avançadas é outra: supostos inimigos dos cartéis de produ-

res, ingleses, franceses, alemães e outros membros da Comunidade Econômica Europeia mais o Japão fizeram um acordo de fixação de quotas de aço, reduzindo a produção de vários setores siderúrgicos entre 9 e 33%. Na semana passada, o embaixador da Alemanha Federal, país do qual o Brasil é o maior fornecedor de minério de ferro, dizia a jornalistas econômicos brasileiros que a redução das importações do minério por parte de seu país era provisória e decorria de um "acordo voluntário" de redução de produção feito na indústria de aço da Europa para combater a recessão; ao mesmo tempo, na França eram anunciados drásticos cortes no pessoal ocupado na indústria siderúrgica. Embora o embaixador alemão não fale em cartel, mas em acordo voluntário, o significado é exatamente esse: para controlar os efeitos da recessão, uma desordem na produção mundial provocada pela anarquia da produção capitalista, os países capitalistas avançados jogam o peso da crise em

duas costas: internamente, sobre seus trabalhadores e, externamente, sobre os países capitalistas dependentes.

Nenhuma das vantagens que o Brasil previu com sua política de negociação isolada se manteve; nenhuma desvantagem foi evitada. A formação do cartel do aço foi apenas o ato de oposição mais aberta dos países capitalistas desenvolvidos ao pleno desenvolvimento da produção de aço e das matérias primas do país: durante o final de 1976 através do FMI os Estados Unidos fizeram pressões sobre o projeto de expansão da Cia Siderúrgica Nacional e de outras aciarias brasileiras; a US Steel passou os últimos meses do ano pressionando para manter a sua cota de propriedade sobre a grande jazida de Carajás sem contribuir para desenvolver o projeto e finalmente exigiu financiamento ou maiores vantagens do governo brasileiro para o início da produção. Uma última contribuição dos países capitalistas avançados: todos eles se propõem a desenvolver políticas agressivas de exportação de aço para fora de suas regiões, cobertas por acordos; ou seja, o Brasil, que é um dos maiores compradores de aço do Terceiro Mundo, e que precisa urgentemente reduzir suas importações, sofrerá mais pressões para importar ao invés de produzir.

A história da frustrada OPEP e do momentaneamente vitorioso cartel dos ricos produtores de aço ensina que o desenvolvimento dos recursos naturais e a industrialização dos países pobres só pode ser conseguida através de uma política de solidariedade com outras nações pobres e de um novo modelo econômico que se baseie fundamentalmente no seu mercado interno e na tecnologia criada por seus trabalhadores. (RP)

Sem trator, cresce o preço do burro



A suspensão de crédito para compra de tratores teve uma consequência imediata no Estado de São Paulo: aumentou em 33,2% o preço do burro utilizado no trabalho agrícola. Segundo uma pesquisa do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria da Agricultura paulista, um burro domado, novo, custa em média, atualmente, Cr\$ 2.414 - e foi, entre os animais usados no campo, o que mais se valorizou no período entre setembro de 1975 e setembro do ano passado.

Os técnicos do IEA disseram ao jornal *Folha de S. Paulo* que a alta do preço do burro se explica pela valorização desse animal após o corte de crédito para a compra de tratores. A explicação talvez não esteja completa, de vez que os produtores rurais que dispõem de recursos - mesmo com financiamento - para comprar tratores não são poucos e geralmente têm lavouras grandes, que exigem mecanização, nas quais a ara-

gem da terra a tração animal se tornaria anti-econômica. Contudo, é evidente a crise da indústria de tratores, que teria, atualmente, 16 mil unidades estocadas por falta de compradores.

A valorização do burro, contudo, não deve causar espantos. O campo brasileiro é extremamente atrasado em emprego de tecnologias como mecanização, irrigação e uso de insumos como fertilizantes - e isso é que explica a baixa produtividade. Em 1970, de acordo com o censo agropecuário, dos quase cinco milhões de estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil, somente 25% tinham arados. Ainda segundo o total, 23% dos estabelecimentos tinham arado a tração animal (o caso do burro) e 2% tinham arado a tração mecânica, isto é, puxado por trator. Em todo o país havia somente 157 mil tratores, ou seja, um trator para 217 hectares cultivados. (Veja matéria "Campo" nas páginas 4, 5 e 6).

Os lucros da filial

A filial brasileira da Monark conseguiu mais lucros que a matriz sueca

Os lucros da filial brasileira da indústria de bicicletas Monark, em 1976, foram maiores que os da própria matriz da empresa, sediada na Suécia. Segundo o jornal "Goteborgs Posten" de 8 de dezembro passado, enquanto a filial brasileira calculava seu lucro anual em 16 milhões de coroas (cada coroa equivale a mais ou menos 4 dólares), a matriz sueca da indústria de bicicletas con-

seguia 14,6 milhões de coroas. Se forem contados os lucros de outros países, as filiais da empresa superarão muitas vezes os lucros da matriz; na Colômbia, por exemplo, a Monark conseguiu lucros de 1,5 milhão de coroas.

to, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de

Herbicidas contra a floresta

A derrubada das matas tem sido um problema de difícil solução para as companhias que, desde 66, recebem incentivos fiscais do governo para tentar transformar a floresta amazônica em fazendas de gado. A aplicação de herbicidas, no entanto, parece ser a solução ideal para as companhias, embora as consequências de sua ação sejam praticamente desconhecidas.

Antes do herbicida foram experimentados outros processos. Inicialmente, as empresas tentaram a derrubada a machado, mobilizando um grande contingente de trabalhadores manuais. Esse processo significa uma fonte substancial de empregos para as populações locais e de outras regiões.

Embora não falte dinheiro às companhias que estão se instalando na Amazônia, a viabilidade econômica é um critério rigoroso, que já causou algumas desistências. A derrubada a machado, dessa forma, inevitavelmente lenta e cara, foi afastada. Além disso, as muitas doenças da região exigem um serviço de assistência médica bem superior aos que são fornecidos atualmente aos trabalhadores.

Outro método utilizado pelas companhias foi o de arrancar as árvores com tratores que puxavam uma corrente presa a elas. Mas na Codeara, em Mato Grosso, por exemplo, um ano depois de arrancada a floresta voltou a crescer sob a terra já semeada com legumes. A aplicação do herbicida deu bom resultado, nesse caso, matando as árvores novas que os tratores não podiam puxar. No entanto ele matou também os legumes que tinham sido plantados para fixar o nitrogênio no solo. Nenhum teste foi feito até agora para determinar o alcance da ação do herbicida sobre a população vizinha, nem sobre a própria terra. Desta forma não há também nenhum controle possível sobre sua ação.

Nem todas as companhias se utilizam ainda do herbicida, e o trator e o facão ainda estão em funcionamento. O herbicida no entanto, caso não seja fiscalizado o seu uso, não só virá tomar o lugar da mão-de-obra local, como pode tornar-se uma ameaça aos habitantes da região.

(Dados do Financial Times)



AMÉRICA LATINA

Argentina: Tramóias do comunismo

Segundo a agência *Noticia Argentinas*, o juiz federal Rafael Sarmiento reabriu, no dia 3 deste mês, o processo que investiga as origens e as atividades da sinistra Aliança Anticomunista Argentina (AAA ou Triple A). A reabertura do processo se deu com base na denúncia apresentada no ano passado pelo professor Próspero German Fernandez Alvarino e que aponta formalmente os ex-ministros peronistas José Lopez Rega e José Gelbard como "inspiradores e executores de inúmeros crimes" da organização terrorista. Fernandez Alvarino foi um dos articuladores

civis do golpe que depôs Juan Domingo Perón do poder em 1955. Mais tarde exerceu funções policiais durante o governo do General Pedro Eugenio Aramburu, usando o codinome de "Capitão Ghandi". A denúncia de Alvarino procura atirar em todas as direções: segundo ela a origem da "Triple A" data de 1973, durante o governo de Héctor Campora. O então presidente baixou um decreto instituindo uma "guarda presidencial" integrada por reduzido número de policiais e por pessoas recrutadas especialmente para esta função. Segundo a denúncia foram destas últimas pessoas — "recrutadas especialmente" — que saíram, por inspiração de Lopez Rega e de Gelbard, os famigerados "esquadrões" especializados em matar pessoas consideradas como "militantes ou simpatizantes es-

querdistas". Alvarino diz que Lopez Rega e Gelbard usaram dinheiro do governo para financiar a organização, e que o objetivo inicial de Rega era a defesa do poder pessoal, enquanto que Gelbard visava agir de acordo com um "plano perfeitamente traçado para entregar a nação aos soviéticos" — afirmação que, no mínimo, pode ser considerada como obtusa. Lopez Rega há muito tempo é acusado de ser o criador da "Triple A". Ainda sob o governo de Isabelita Perón foi preso um militar que disse ter sido chamado por Lopez Rega para recrutar elementos para a organização. O que se pode temer, nesta reabertura do inquérito, a julgar pela denúncia de Alvarino em relação a Gelbard, é que se chegue a conclusão de que a Triple A não passava de mais uma dessas inefáveis tramóias do comunismo. (FA)

Chile I: Suborno e perjúrio

A justiça Federal norte-americana começou a investigação de denúncias segundo as quais altos funcionários da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT) e da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos combinaram a falsificação de testemunhos perante o comitê do Senado que investigou, em 1973, o envolvimento daquela agência oficial e de grandes companhias na tentativa de impedir a posse do presidente eleito Salvador Allende, do Chile. A revelação, cuja origem foi o próprio Departamento de Justiça dos Estados Unidos, apareceu em artigo assinado pelo jornalista Seymour Hersh, na edição de 23 de dezembro do *New York Times*. Seymour Hersh foi o pioneiro, no jornalismo norte-americano, das revelações sobre o envolvimento das grandes companhias e da CIA nas sucessivas tentativas de tirar o presidente Salvador Allende do poder. Allende acabou morrendo durante o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 e que levou o General Pinochet ao governo do Chile.

Segundo Hersh, as investigações da Justiça vão se concentrar nos depoimentos de Richard Helms, ex-diretor da CIA, de Harold Geneen, presidente, da ITT e de John McCone, alto funcionário da companhia e que também exerceu atividades na CIA. Em março e abril de 1973, o Comitê de Relações Exteriores do Senado Norte-Americano investigou denúncias de envolvimento de grandes companhias americanas, particularmente a ITT, na tentativa de evitar que Allende fosse eleito — e, uma vez, eleito — na tentativa de impedir que ele tomasse posse. No tempo daquelas investigações ainda não era do conhecimento público o fato de que a CIA já havia tomado suas próprias iniciativas no sentido de auxiliar na queda do governo de Allende, que se concretizariam em oito milhões de dólares gastos para ajudar os oponentes do então presidente.

Nas investigações de 73 Helms e os outros negaram formalmente qualquer envolvimento financeiro no sentido de prejudicar a eleição e a posse de Allende. As investigações ganharam impulso agora graças à decisão do jornalista Harold Hendrix, funcionário da ITT e que também já prestou eventualmente informações à CIA, de colaborar com a Justiça Federal e de declarar-se culpado de falso

testemunho perante o comitê do Senado. Também serviu de ponto de partida o depoimento de Edward Korry, ex-embaixador norte-americano no Chile, que acusou os altos funcionários da CIA e da ITT de perjúrio. Segundo Korry, foi contra seu conselho, como embaixador, que a CIA e a ITT resolveram "ajudar" a candidatura de José Alessandri Rodriguez, apoiado por grupos conservadores chilenos, com 350 mil dólares. Segundo Hersh (em artigo publicado no dia seguinte, 24 de dezembro), Korry forneceu ao *New York Times* documentos que mostram o envolvimento não apenas da ITT, mas também da Anaconda (proprietária de minas de cobre no Chile) e de um órgão chamado *Council of the Americas*, criado durante o governo Kennedy e que congrega as grandes companhias norte-americanas com negócios na América Latina. O oferecimento da Anaconda — secundado por outras companhias — era de 500 mil dólares, e deveria ser encaminhado através do Departamento de Estado ao então candidato Jorge Alessandri. Korry, que foi embaixador no Chile de 1967 a 1971, não só confirmou suas acusações de perjúrio contra Geneen e os outros, como disse ainda que todos os documentos relativos a oferta da Anaconda foram retirados dos arquivos do governo por ordem da Casa Branca, inclusive um telegrama que ele, Korry, enviara ao Departamento de Estado desaconselhando a manobra que, aliás, não chegou a se realizar. Por outro lado o sr. José Deculbas, presidente do *Council of the Americas*, em 1970, ouviu pela reportagem do *New York Times*, negou que o *Council* tivesse oferecido dinheiro ou estivesse envolvido com a proposta da Anaconda. Ajuntou: "O *Council* tem 200 membros que fazem o que querem".

Chile II: O Autoritotalitarismo

Desde o início do mês passado, a Junta Militar chilena vem tomando algumas decisões que acentuam, para certos observadores, uma preocupação de apagar os elementos mais visíveis da imagem negativa que o regime tem no exterior. Como exemplo disso, pode ser citada a libertação de 300 presos políticos em dezembro, por decisão do presidente Augusto Pinochet. No entanto, como aponta o *NY Times* de 12/12/76, isso não significa que a Junta tenha a intenção de desmantelar o

aparato de segurança instituído no país desde 73.



Gen. Pinochet

Ao mesmo tempo, alguns documentos sobre a situação dos presos políticos no Chile mostram o temor dos oponentes do regime de que as pressões internacionais sobre o governo Pinochet tornem-se insignificantes brevemente, de vez que no momento as violações mais evidentes dos direitos humanos estão se limitando a casos isolados. Um dos documentos, citado pelo *NY Times*, diz que na Indonésia existem ainda 29 mil presos políticos, depois de 11 anos de regime. Pinochet, prossegue o documento, pode então dizer que no Chile as coisas são bem melhores do que em outros lugares.

Um outro exemplo de como o governo chileno está procurando uma maneira de melhorar sua imagem, sem abdicar dos aparatos de segurança, é a idéia lançada recentemente pelo presidente Augusto Pinochet, que pretende implantar no Chile uma "democracia autoritária", de vez que a "democracia representativa" está completamente superada, no seu modo de entender.

Inicialmente houve um mal entendido, porque foi anunciado que o general pretendia impor ao país uma "democracia totalitária". No entanto, o equívoco logo foi esclarecido pelo embaixador do Chile na Colômbia: "O presidente — disse ele — falou de um sistema de governo autoritário e não de um totalitário".

Em entrevista à televisão colombiana, Pinochet disse que era preciso agir com firmeza, unidade e vigor, porque senão o marxismo se infiltra e acaba com a democracia.

É exatamente para evitar essa infiltração — continua o general — que o Chile já está dando os primeiros passos para consolidar institucionalmente a "democracia autoritária". No entanto, por mais que os repórteres se esforçassem, o general não quis fornecer maiores detalhes sobre o novo tipo de democracia, que criou para os chilenos.

Chile III: Empréstimos e políticas

No finaldo mês passado, os diretores-executivos do Banco Mundial aprovaram a concessão de um crédito de 60 milhões de dólares à Junta Militar chilena, apesar dos protestos e da pressão do Congresso norte-americano para que o delegado dos Estados Unidos votasse negativamente, em virtude da violação dos direitos humanos no Chile. No entanto, somente um dos diretores do Banco Mundial, representando os países escandinavos, votou contra a concessão do empréstimo. Os restantes, com exceção de cinco abstenções, votaram a favor.

O representante norte-americano no Banco Mundial justificou-se lembrando que sua disposição de votar favoravelmente era uma orientação do Departamento do Tesouro, no sentido de que os empréstimos do organismo financeiro podiam ser julgados apenas no sentido econômico e nunca com base numa posição política. No entanto, o *New York Times* publicou na semana passada um artigo de John Marks, funcionário do Centro de Estudos de Segurança Nacional, criticando com severidade essa justificativa norte-americana para aprovar a concessão do crédito à Junta Chilena. Marks disse que esse argumento não pode ser levado a sério, pois basta lembrar que durante todo o período do governo de Salvador Allende a posição oficial do governo norte-americano era a de não permitir qualquer empréstimo ao Chile, o que efetivamente aconteceu.

Até mesmo o senador Patrick Moynihan, (eleito em novembro passado) que foi um dos principais responsáveis pela rápida aceitação do regime militar chileno (na época, ele era o embaixador americano nas Nações Unidas), criticou o empréstimo, dizendo que "os Estados Unidos não devem apoiar governos que violam sistematicamente os direitos humanos".

Por outro lado, fontes diplomáticas citadas pelo *Washington Post* mostraram seu temor em relação à atitude do Banco Mundial, pois isso pode se tornar um precedente para a concessão de empréstimos a outras nações que também são acusadas de não respeitarem os direitos humanos.

ORIENTE MÉDIO

Libano:

Quem manda



O Libano tinha, mesmo durante a Guerra Civil, a imprensa mais independente.

sírio da Defesa ordenou o fechamento de sete publicações libanesas.

Os primeiros 4 jornais a serem fechados foram os que tinham orientação pró-libano ou pró-iraqueana — países rivais da Síria no Oriente Médio — mas em seguida as forças de ocupação síria resolveram fechar também os jornais independentes. Dois desses jornais, o *Al Nahar* e o *L'Orient Jour* eram respeitados em todo mundo

sultar o presidente do Libano, o maronita Elias Sarkis.

O fechamento dos jornais coloca, portanto, uma questão embaraçosa e delicada para o presidente: quem governa o Libano? Formalmente, Sarkis é quem comanda a força de paz árabe que interveio no conflito, mas se não é ele quem resolve as questões relativas à liberdade de imprensa, quem manda então?

da OLP assassinados na capital francesa em menos de 4 anos. Saleh foi morto ao sair de uma livraria, com dois tiros na cabeça. No ano passado, ele já havia escapado de um atentado, que causou um incêndio na livraria de sua propriedade — uma ação que posteriormente foi reivindicada pela Frente de Auto-Defesa Judaica. Saleh era o chefe interino da delegação desde a morte de Mahmoud Amchari — as-



AMÉRICA LATINA

Argentina: Tramóias do comunismo

Segundo a agência *Notícia Argentinas*, o juiz federal Rafael Sarmiento reabriu, no dia 3 deste mês, o processo que investiga as origens e as atividades da sinistra Aliança Anticomunista Argentina (AAA ou Triple A). A reabertura do processo se deu com base na denúncia apresentada no ano passado pelo professor Próspero German Fernandez Alvarino e que aponta formalmente os ex-ministros peronistas José Lopez Rega e José Gelbard como "inspiradores e executores de inúmeros crimes" da organização terrorista. Fernandez Alvarino foi um dos articuladores

civis do golpe que depôs Juan Domingo Perón do poder em 1955. Mais tarde exerceu funções policiais durante o governo do General Pedro Eugênio Aramburu, usando o codinome de "Capitão Ghandi". A denúncia de Alvarino procura atingir em todas as direções: segundo ela a origem da "Triple A" data de 1973, durante o governo de Héctor Campora. O então presidente baixou um decreto instituindo uma "guarda presidencial" integrada por reduzido número de policiais e por pessoas recrutadas especialmente para esta função. Segundo a denúncia foram destas últimas pessoas — "recrutadas especialmente" — que saíram, por inspiração de Lopez Rega e de Gelbard, os famigerados "esquadrões" especializados em matar pessoas consideradas como "militantes ou simpatizantes es-

querdistas". Alvarino diz que Lopez Rega e Gelbard usaram dinheiro do governo para financiar a organização, e que o objetivo inicial de Rega era a defesa do poder pessoal, enquanto que Gelbard visava agir de acordo com um "plano perfeitamente traçado para entregar a nação aos soviéticos" — afirmação que, no mínimo, pode ser considerada como obtusa. Lopez Rega há muito tempo é acusado de ser o criador da "Triple A". Ainda sob o governo de Isabelita Perón foi preso um militar que disse ter sido chamado por Lopez Rega para recrutar elementos para a organização. O que se pode temer, nesta reabertura do inquérito, a julgar pela denúncia de Alvarino em relação a Gelbard, é que se chegue a conclusão de que a Triple A não passava de mais uma dessas inefáveis tramóias do comunismo. (FA)

Chile I: Suborno e perjúrio

A justiça Federal norte-americana começou a investigação de denúncias segundo as quais altos funcionários da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT) e da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos combinaram a falsificação de testemunhos perante o comitê do Senado que investigou, em 1973, o envolvimento daquela agência oficial e de grandes companhias na tentativa de impedir a posse do presidente eleito Salvador Allende, do Chile. A revelação, cuja origem foi o próprio Departamento de Justiça dos Estados Unidos, apareceu em artigo assinado pelo jornalista Seymour Hersh, na edição de 23 de dezembro do *New York Times*. Seymour Hersh foi o pioneiro, no jornalismo norte-americano, das revelações sobre o envolvimento das grandes companhias e da CIA nas sucessivas tentativas de tirar o presidente Salvador Allende do poder. Allende acabou morrendo durante o golpe de estado de 11 de setembro de 1973 e que levou o General Pinochet ao governo do Chile.

Segundo Hersh, as investigações da Justiça vão se concentrar nos depoimentos de Richard Helms, ex-diretor da CIA, de Harold Geneen, presidente, da ITT e de John McCone, alto funcionário da companhia e que também exerceu atividades na CIA. Em março e abril de 1973, o Comitê de Relações Exteriores do Senado Norte-Americano investigou denúncias de envolvimento de grandes companhias americanas, particularmente a ITT, na tentativa de evitar que Allende fosse eleito — e, uma vez, eleito — na tentativa de impedir que ele tomasse posse. No tempo daquelas investigações ainda não era do conhecimento público o fato de que a CIA já havia tomado suas próprias iniciativas no sentido de auxiliar na queda do governo de Allende, que se concretizariam em oito milhões de dólares gastos para ajudar os oponentes do então presidente.

Nas investigações de 73 Helms e os outros negaram formalmente qualquer envolvimento financeiro no sentido de prejudicar a eleição e a posse de Allende. As investigações ganharam impulso agora graças à decisão do jornalista Harold Hendrix, funcionário da ITT e que também já prestou eventualmente informações à CIA, de colaborar com a Justiça Federal e de declarar-se culpado de falso

testemunho perante o comitê do Senado. Também serviu de ponto de partida o depoimento de Edward Korry, ex-embaixador norte-americano no Chile, que acusou os altos funcionários da CIA e da ITT de perjúrio. Segundo Korry, foi contra seu conselho, como embaixador, que a CIA e a ITT resolveram "ajudar" a candidatura de José Alessandri Rodriguez, apoiado por grupos conservadores chilenos, com 450 mil dólares. Segundo Hersh (em artigo publicado no dia seguinte, 24 de dezembro), Korry forneceu ao *New York Times* documentos que mostram o envolvimento não apenas da ITT, mas também da Anaconda (proprietária de minas de cobre no Chile) e de um órgão chamado *Council of The Americas*, criado durante o governo Kennedy e que congrega as grandes companhias norte-americanas com negócios na América Latina. O oferecimento da Anaconda — secundado por outras companhias — era de 500 mil dólares, e deveria ser encaminhado através do Departamento de Estado ao então candidato Jorge Alessandri. Korry, que foi embaixador no Chile de 1967 a 1971, não só confirmou suas acusações de perjúrio contra Geneen e os outros, como disse ainda que todos os documentos relativos a oferta da Anaconda foram retirados dos arquivos do governo por ordem da Casa Branca, inclusive um telegrama que ele, Korry, enviara ao Departamento de Estado desaconselhando a manobra que, aliás, não chegou a se realizar. Por outro lado o sr. José Decubas, presidente do *Council of the Americas*, em 1970, ouvido pela reportagem do *New York Times*, negou que o *Council* tivesse oferecido dinheiro ou estivesse envolvido com a proposta da Anaconda. Ajuntou: "O *Council* tem 200 membros que fazem o que querem".

Chile II: O Autoritotalitarismo

Desde o início do mês passado, a Junta Militar chilena vem tomando algumas decisões que acentuam, para certos observadores, uma preocupação de apagar os elementos mais visíveis da imagem negativa que o regime tem no exterior. Como exemplo disso, pode ser citada a libertação de 300 presos políticos em dezembro, por decisão do presidente Augusto Pinochet. No entanto, como aponta o *NY Times* de 12/12/76, isso não significa que a Junta tenha a intenção de dismantlar o

aparato de segurança instituído no país desde 73.



Gen. Pinochet

Ao mesmo tempo, alguns documentos sobre a situação dos presos políticos no Chile mostram o temor dos oponentes do regime de que as pressões internacionais sobre o governo Pinochet tornem-se insignificantes brevemente, de vez que no momento as violações mais evidentes dos direitos humanos estão se limitando a casos isolados. Um dos documentos, citado pelo *NY Times*, diz que na Indonésia existem ainda 29 mil presos políticos, depois de 11 anos de regime. Pinochet, prossegue o documento, pode então dizer que no Chile as coisas são bem melhores do que em outros lugares.

Um outro exemplo de como o governo chileno está procurando uma maneira de melhorar sua imagem, sem abdicar dos aparatos de segurança, é a idéia lançada recentemente pelo presidente Augusto Pinochet, que pretende implantar no Chile uma "democracia autoritária", de vez que a "democracia representativa" está completamente superada, no seu modo de entender.

Inicialmente houve um mal entendido, porque foi anunciado que o general pretendia impor ao país uma "democracia totalitária". No entanto, o equívoco logo foi esclarecido pelo embaixador do Chile na Colômbia: "O presidente — disse ele — falou de um sistema de governo autoritário e não de um totalitário".

Em entrevista à televisão colombiana, Pinochet disse que era preciso agir com firmeza, unidade e vigor, porque senão o marxismo se infiltra e acaba com a democracia.

E é exatamente para evitar essa infiltração — continua o general — que o Chile já está dando os primeiros passos para consolidar institucionalmente a "democracia autoritária". No entanto, por mais que os repórteres se esforçassem, o general não quis fornecer maiores detalhes sobre o novo tipo de democracia, que criou para os chilenos.

Chile III: Empréstimos e políticas

No finaldo mês passado, os diretores-executivos do Banco Mundial aprovaram a concessão de um crédito de 60 milhões de dólares à Junta Militar chilena, apesar dos protestos e da pressão do Congresso norte-americano para que o delegado dos Estados Unidos votasse negativamente, em virtude da violação dos direitos humanos no Chile. No entanto, somente um dos diretores do Banco Mundial, representando os países escandinavos, votou contra a concessão do empréstimo. Os restantes, com exceção de cinco abstenções, votaram a favor.

O representante norte-americano no Banco Mundial justificou-se lembrando que sua disposição de votar favoravelmente era uma orientação do Departamento do Tesouro, no sentido de que os empréstimos do organismo financeiro podiam ser julgados apenas no sentido econômico e nunca com base numa posição política. No entanto, o *New York Times* publicou na semana passada um artigo de John Marks, funcionário do Centro de Estudos de Segurança Nacional, criticando com severidade essa justificativa norte-americana para aprovar a concessão do crédito à Junta Chilena. Marks disse que esse argumento não pode ser levado a sério, pois basta lembrar que durante todo o período do governo de Salvador Allende a posição oficial do governo norte-americano era a de não permitir qualquer empréstimo ao Chile, o que efetivamente aconteceu.

Até mesmo o senador Patrick Moynihan, (eleito em novembro passado) que foi um dos principais responsáveis pela rápida aceitação do regime militar chileno (na época, ele era o embaixador americano nas Nações Unidas), criticou o empréstimo, dizendo que "os Estados Unidos não devem apoiar governos que violam sistematicamente os direitos humanos".

Por outro lado, fontes diplomáticas citadas pelo *Washington Post* mostraram seu temor em relação à atitude do Banco Mundial, pois isso pode se tornar um precedente para a concessão de empréstimos a outras nações que também são acusadas de não respeitarem os direitos humanos.

ORIENTE MÉDIO

Libano: Quem manda ?



Elias Sarkis

O Líbano tinha, mesmo durante a Guerra Civil, a imprensa mais independente do mundo árabe, mas agora as forças de ocupação síria acabam de eliminar esse privilégio. Para evitar a "propaganda hostil", que teria sido "uma das causas da Guerra Civil de 19 meses", o ministro

sírio da Defesa ordenou o fechamento de sete publicações libanesas.

Os primeiros 4 jornais a serem fechados foram os que tinham orientação pró-líbia ou pró-iraqueana — países rivais da Síria no Oriente Médio — mas em seguida as forças de ocupação síria resolveram fechar também os jornais independentes. Dois desses jornais, o *Al Nahar* e o *L'Orient le Jour* eram respeitados em todo mundo árabe pela qualidade e independência. O *Al Nahar*, por exemplo, conseguiu se manter independente mesmo durante as fases mais críticas da Guerra Civil, publicando reportagens e pronunciamentos de ambos os lados em conflito.

Os sírios parecem ter achado que a neutralidade somente não é suficiente, e tomaram a decisão de fechar também os jornais independentes, sem mesmo con-

sultar o presidente do Líbano, o maronita Elias Sarkis.

O fechamento dos jornais coloca, portanto, uma questão embaraçosa e delicada para o presidente: quem governa o Líbano? Formalmente, Sarkis é quem comanda a força de paz árabe que interveio no conflito, mas se não é ele quem resolve as questões relativas à liberdade de imprensa, quem manda então?

Palestinos: Execuções em Paris

Com o assassinato de Mahmoud Saleh, chefe interino da delegação da Organização para a Libertação da Palestina em Paris, eleva-se a 4 o número de delegados

da OLP assassinados na capital francesa em menos de 4 anos. Saleh foi morto ao sair de uma livraria, com dois tiros na cabeça. No passado, ele já havia escapado de um atentado, que causou um incêndio na livraria de sua propriedade — uma ação que posteriormente foi reivindicada pela Frente de Auto-Defesa Judia. Saleh era o chefe interino da delegação desde a morte de Mahmoud Amchari — assassinado em dezembro de 1972 por terroristas judeus. Outros dois líderes assassinados em Paris pertenciam à Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), e foram mortos em 1973.

A polícia francesa diz não acreditar que o assassinato tenha sido obra dos serviços secretos israelenses, preferindo atribuir a culpa aos setores radicais do movimento palestino.

EUROPA

URSS II: O aniversário de Brejnev

Não há mais condecorações que caibam no peito de Leonid Brejnev, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No mês passado ele fez 70 anos (os últimos 12 no comando do partido), ocasião em que recebeu presentes, condecorações, homenagens, e elogios, não apenas dos membros do Politburo soviético, mas também de líderes e representantes de quase todos os partidos comunistas do mundo.

Sua coleção de medalhas e condecorações bate tantos recordes que ele já está começando a receber duplicatas. Desta última vez, Brejnev recebeu sua quinta "ordem de Lenin", seu segundo título de "herói da União Soviética", e pela primeira vez a "espada de ouro", condecoração que não era concedida no país desde 1930. Na ocasião, a saudação oficial em nome do partido e do país foi feita pelo presidente Nicolai Podgorny: Brejnev é "o dirigente reconhecido do povo soviético, que possui a arte de compreender as exigências da época e de mobilizar o partido para satisfazer as aspirações de milhões de pessoas".

Além disso, o aniversário do secretário-geral foi precedido pela publicação de um álbum de fotografias — intitulado "Leonid Brejnev, páginas de uma vida" — que mostram o líder soviético em vários momentos, desde 1930 até os dias atuais, muito embora os períodos dos governos Stalin e Krushev tenham sido eliminados. Por sinal, aconteceu a mesma coisa com um filme que atualmente está sendo exibido em toda a União Soviética, que também conta a vida de Brejnev. Chama-se a "História de um comunista".

No entanto, a agência Tass, que distribuiu uma biografia do líder soviético, e o *Pravda*, que dedicou uma edição especial a seu aniversário, foram bem mais generosos. Aqui, Brejnev foi saudado como o "verdadeiro sucessor de Lenin", como "o cavaleiro da paz, destemido e profundamente humano"; para a agência Tass, "o nome de Leonid Brejnev tornou-se, para os comunistas e centenas de milhões de pessoas em todos os continentes, o símbolo de uma luta plena de abnegação para assegurar a paz e o progresso social do mundo".

Para um país em que o "culto da personalidade" (intimamente identificado à figura de Stalin) é uma expressão maldita desde o início da chamada "desestalinização" (1956, no XX Congresso do PCUS), não deixa de ser estranha essa enxurda de elogios e reverências ao secretário-geral do PCUS. Isso é o que pensam alguns observadores, que não conseguem ver ne-



Leonid Brejnev

nhum sentido nessa glorificação da imagem de Brejnev. Eles acham que essa reedição do "culto da personalidade" (muito embora seja bem diferente das reverências quase sagradas que eram feitas às obras e aspectos de uma personalidade fictícia de Stalin) é totalmente desnecessária, simplesmente porque Brejnev é realmente um líder, reconhecido não só no interior da URSS, com exceção de uma minoria de dissidentes, mas também no mundo ocidental e diplomático.

Nesse sentido, Brejnev é considerado um dos principais patrocinadores da política de coexistência pacífica, que resultou no acordo de limitação de armas nucleares com os norte-americanos e nos acordos de Helsinque. Um outro êxito diplomático para o secretário-geral do PCUS é a vitória do MPLA em Angola. Já no plano interno, um dos maiores triunfos de Brejnev foi a grande colheita de trigo de 1976, que praticamente afastou da memória dos soviéticos os seguidos fracassos da agricultura que forçaram a URSS a importar cereais, principalmente dos Estados Unidos. Os observadores lembram que de maneira geral o padrão de vida do povo soviético melhorou consideravelmente durante o governo de Brejnev, muito embora existam problemas sérios na área econômica (escassez de alguns produtos) e política (repressão aos dissidentes). (Izcalo Sardemberg)

URSS III: A troca

O episódio do mês passado, que culminou na troca e libertação de dois presos políticos, um chileno e o outro soviético,

foi revelador sob alguns aspectos. Em primeiro lugar, a União Soviética reconheceu implicitamente a existência de presos políticos em seu país ao aceitar a permuta do soviético Vladimir Bukovski pelo líder comunista chileno Luis Corvalán.

Em um de seus despachos, a agência Tass classificou Bukovski como um "homem ávido de glória e dinheiro", um "criminoso comum". No entanto, os PC's europeus não pensam dessa maneira. Logo após a libertação dos dois presos, os PCs da Itália, França e Inglaterra usaram a permuta como pretexto para criticar duramente a ausência de respeito pelos direitos humanos na União Soviética, lembrando também que o Kremlin não tem o direito de se considerar o guardião da "consciência comunista".

Para o *Unità*, órgão oficial do PC italiano, o fato da URSS ter aceito negociar com o Chile revela, também implicitamente, que os soviéticos acabaram colocando em pé de igualdade um ativista comunista (como é Corvalán) com Bukovski. Já o secretário do PC francês, Georges Marchais, mostrou-se indignado com o que classifica de uma "negociata entre dois regimes terroristas". Para alguns observadores, no entanto, isso é simplificar o problema. O que não é "admissível" — dizem eles — é supor que a barganha de presos políticos (ou sua simples expulsão) resolva, em qualquer lugar, e de maneira correta, os problemas sociais e políticos internos de cada país.

Além disso, no caso da União Soviética, é importante notar a persistência de uma grave distorção política gerada nos tempos de Stalin, que é uma quase completa intolerância em relação a qualquer movimento ideológico divergente — visível na incapacidade do regime absorver seus dissidentes, mesmo os comunistas... (em uma de suas entrevistas, depois de libertado, Bukovski disse que há muitos comunistas nas fileiras dissidentes).

Mesmo assim, a União Soviética indicou oficialmente que a libertação de Corvalán era uma vitória para as forças democráticas. O PC chileno também justificou a permuta, lembrando, como exemplo, os esforços que Moscou fez antes da guerra para conseguir a libertação de Antonio Gramsci, aprisionado no cárcere fascista de Mussolini (1). Mas, de qualquer forma, será que Luis Corvalán aceitou integralmente que sua liberdade fosse alcançada mediante uma troca?

Em Roma, onde é muito conhecida a oposição chilena ao exílio, alguns dirigentes comunistas afirmaram, segundo o *Jornal Libération* de 22/12/76, que Corvalán não aprovava o princípio da permuta. E a

esse propósito, lembraram que desde o *putsch* de 73 o líder chileno recusara a ideia de partir para o exterior, achando que sua presença em território chileno, mesmo na prisão, era mais útil para a luta democrática. Essa interpretação é tanto mais correta se se levar em conta o clima de satisfação verificado entre os membros da Junta chilena após a libertação do dirigente comunista.

Para a Junta Militar, é óbvio que a presença de Corvalán no Chile, mesmo na condição de preso político, constituía uma ameaça constante para o regime, mesmo porque facilmente seria encontrado um tipo de delito a que o líder comunista pudesse ser submetido — segundo admitiu recentemente o próprio presidente da Suprema Corte do Chile, José María Eyzaguirre. Assim, a troca dos presos políticos ofereceu exatamente a oportunidade que a Junta chilena esperava para se livrar da presença incômoda e perigosa de Luis Corvalán. (I.S.)

1) Gramsci não chegou a ser libertado. Condenado a 20 anos de prisão pelos tribunais fascistas, foi internado numa clínica em 1935 e morreu em 37.

Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assin e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assin e divulgue Movimen-

Polônia: O julgamento dos operários

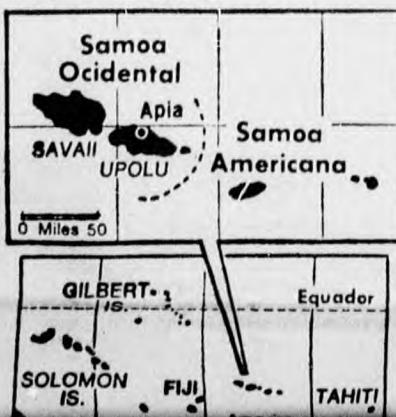
Três operários poloneses começaram a ser julgados por terem participado das manifestações contra o aumento de preços de alimentos, em junho do ano passado. Os três estão sendo mostrados como desordeiros e acusados de terem destruído bens públicos.

Durante o julgamento, ao qual não foi permitido o acesso da imprensa, os três operários acusaram a polícia de tê-los maltratado após a prisão, sendo que um deles diz que teve seu queixo quebrado por um policial à paisana, na noite do dia 25 de junho, quando as manifestações atingiram a fábrica de trator Ursus.

Representantes do Comitê de Defesa dos Operários, formado em setembro para defender os acusados, aparentemente foram impedidos de comparecer ao julgamento. Os representantes do Comitê teriam sido chamados à polícia para prestar esclarecimentos, mas não houve confirmação. Um dos operários, que admitiu estar bêbado durante os distúrbios, afirmou no tribunal no entanto que só confessou ter participado de uma tentativa de descarrilhamento de trem depois de ser espancado.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

ONU I: O 147º membro



As Nações Unidas têm mais um membro: desde o final do ano passado, a Samoa Ocidental se tornou o 147º membro da ONU. Independente desde 1962 — era colônia da Nova Zelândia —, a Samoa Ocidental tem 160 mil habitantes e vive da exportação de produtos naturais. Com escassa população e recursos, será difícil para a Samoa Ocidental manter uma presença permanente na ONU devido aos custos, mas agora o país foi pressionado a procurar a ONU, 14 anos depois de se tornar independente.

As pressões vieram da crescente presença das superpotências nos oceanos, principalmente no hemisfério sul. Os americanos marcam sua presença na parte oriental das ilhas, nas Samoas Americanas, e a União Soviética está construindo um aeroporto em Tonga, um pouco mais ao sul.

**Banco Mundial:
Pobres mais pobres**

Índice 100, os países "mais pobres" na escala do Banco Mundial, chegaram a 1975 com um índice de 98,9, o que significa que eles ficaram mais pobres 1,1% nesse período. Já os países industrializados cresceram 10%, no período. Em termos de renda per capita em dólares, significa que, agora, nos países mais pobres, a renda média por pessoa é de 130 dólares por ano, a mesma de 5 anos atrás. Nos Estados Unidos, a renda per capita subiu no mesmo período de 6 418 para 7 059, ou seja, somente a diferença (641 dólares) é quase 5 vezes maior que a renda per capita dos países mais pobres.

ONU II: A chantagem da África do Sul

O Conselho de Segurança da ONU condenou novamente a África do Sul, desta vez por pressionar o Lesoto, país encravado em território sul-africano. A África do

postos de fronteira como forma de pressão para obter o reconhecimento do Transkei. A resolução do Conselho felicita esse país por estar resistindo às chantagens da África do Sul.



EUROPA

URSS II: O aniversário de Brejnev

Não há mais condecorações que caibam no peito de Leonid Brejnev, o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No mês passado ele fez 70 anos (os últimos 12 no comando do partido), ocasião em que recebeu presentes, condecorações, homenagens, e elogios, não apenas dos membros do Politburo soviético, mas também de líderes e representantes de quase todos os partidos comunistas do mundo.

Sua coleção de medalhas e condecorações bate tantos recordes que ele já está começando a receber duplicatas. Desta última vez, Brejnev recebeu sua quinta "ordem de Lenin", seu segundo título de "herói da União Soviética", e pela primeira vez a "espada de ouro", condecoração que não era concedida no país desde 1930. Na ocasião, a saudação oficial em nome do partido e do país foi feita pelo presidente Nicolai Podgorny: Brejnev é "o dirigente reconhecido do povo soviético, que possui a arte de compreender as exigências da época e de mobilizar o partido para satisfazer as aspirações de milhões de pessoas".

Além disso, o aniversário do secretário-geral foi recedido pela publicação de um álbum de fotografias — intitulado "Leonid Brejnev, páginas de uma vida" — que mostra o líder soviético em vários momentos, desde 1930 até os dias atuais, muito embora os períodos dos governos Stalin e Kruschchev tenham sido eliminados. Por sinal, aconteceu a mesma coisa com um filme que atualmente está sendo exibido em toda a União Soviética, que também conta a vida de Brejnev. Chama-se a "História de um comunista".

No entanto, a agência Tass, que distribuiu uma biografia do líder soviético, e o *Pravda*, que dedicou uma edição especial a seu aniversário, foram bem mais generosos. Aqui, Brejnev foi saudado como o "verdadero sucessor de Lenin", como "o cavaleiro da paz, destemido e profundamente humano"; para a agência Tass, "o nome de Leonid Brejnev tornou-se, para os comunistas e centenas de milhões de pessoas em todos os continentes, o símbolo de uma luta plena de abnegação para assegurar a paz e o progresso social do mundo".

Para um país em que o "culto da personalidade" (intimamente identificado à figura de Stalin) é um expressão maldita desde o início da chamada "desestalinização" (1956, no XX Congresso do PCUS), não deixa de ser estranha essa enxurrada de elogios e reverências ao secretário-geral do PCUS. Isso é o que pensam alguns observadores, que não conseguem ver ne-



Leonid Brejnev

nhum sentido nessa glorificação da imagem de Brejnev. Eles acham que essa recidiva do "culto da personalidade" (muito embora seja bem diferente das reverências quase sagradas que eram feitas às obras e aspectos de uma personalidade fictícia de Stalin) é totalmente desnecessária, simplesmente porque Brejnev é realmente um líder, reconhecido não só no interior da URSS, com exceção de uma minoria de dissidentes, mas também no mundo ocidental e diplomático.

Nesse sentido, Brejnev é considerado um dos principais patrocinadores da política de coexistência pacífica, que resultou no acordo de limitação de armas nucleares com os norte-americanos e nos acordos de Helsinque. Um outro êxito diplomático para o secretário-geral do PCUS é a vitória do MPLA em Angola. Já no plano interno, um dos maiores triunfos de Brejnev foi a grande colheita de trigo de 1976, que praticamente afastou da memória dos soviéticos os seguidos fracassos da agricultura que forçaram a URSS a importar cereais, principalmente dos Estados Unidos. Os observadores lembram que de maneira geral o padrão de vida do povo soviético melhorou consideravelmente durante o governo de Brejnev, muito embora existam problemas sérios na área econômica (escassez de alguns produtos) e política (repressão aos dissidentes). (Izalko Sardemberg)

URSS III: A troca

O episódio do mês passado, que culminou na troca e libertação de dois presos políticos, um chileno e o outro soviético,

foi revelador sob alguns aspectos. Em primeiro lugar, a União Soviética reconheceu implicitamente a existência de presos políticos em seu país ao aceitar a permuta do soviético Vladimir Bukovski pelo líder comunista chileno Luis Corvalán.

Em um de seus despachos, a agência Tass classificou Bukovski como um "homem ávido de glória e dinheiro", um "criminoso comum". No entanto, os PC's europeus não pensam dessa maneira. Logo após a libertação dos dois presos, os PC's da Itália, França e Inglaterra usaram a permuta como pretexto para criticar duramente a ausência de respeito pelos direitos humanos na União Soviética, lembrando também que o Kremlin não tem o direito de se considerar o guardião da "consciência comunista".

Para o *Unità*, órgão oficial do PC italiano, o fato da URSS ter aceito negociar com o Chile revela, também implicitamente, que os soviéticos acabaram colocando em pé de igualdade um ativista comunista (como é Corvalán) com Bukovski. Já o secretário do PC francês, Georges Marchais, mostrou-se indignado com o que classifica de uma "negociata entre dois regimes terroristas". Para alguns observadores, no entanto, isso é simplificar o problema. O que não é "admissível" — dizem eles — é supor que a barganha de presos políticos (ou sua simples expulsão) resolva, em qualquer lugar, e de maneira correta, os problemas sociais e políticos internos de cada país.

Além disso, no caso da União Soviética, é importante notar a persistência de uma grave distorção política gerada nos tempos de Stalin, que é uma quase completa intolerância em relação a qualquer movimento ideológico divergente — visível na incapacidade do regime absorver seus dissidentes, mesmo os comunistas... (em uma de suas entrevistas, depois de libertado, Bukovski disse que há muitos comunistas nas fileiras dissidentes).

Mesmo assim, a União Soviética indicou oficialmente que a libertação de Corvalán era uma vitória para as forças democráticas. O PC chileno também justificou a permuta, lembrando, como exemplo, os esforços que Moscou fez antes da guerra para conseguir a libertação de Antonio Gramsci, aprisionado no cárcere fascista de Mussolini (1). Mas, de qualquer forma, será que Luis Corvalán aceitou integralmente que sua liberdade fosse alcançada mediante uma troca?

Em Roma, onde é muito conhecida a oposição chilena no exílio, alguns dirigentes comunistas afirmaram, segundo o *Jornal Libération* de 22/12/76, que Corvalán não aprovava o princípio da permuta. E a

esse propósito, lembraram que desde o *putsch* de 73 o líder chileno recusara a ideia de partir para o exterior, achando que sua presença em território chileno, mesmo na prisão, era mais útil para a luta democrática. Essa interpretação é talvez mais correta se se levar em conta o clima de satisfação verificado entre os membros da Junta chilena após a libertação do dirigente comunista.

Para a Junta Militar, é óbvio que a presença de Corvalán no Chile, mesmo na condição de preso político, constituía uma ameaça constante para o regime, mesmo porque dificilmente seria encontrado um tipo de delito a que o líder comunista pudesse ser submetido — segundo admitiu recentemente o próprio presidente da Suprema Corte do Chile, José María Eyzaguirre. Assim, a troca dos presos políticos ofereceu exatamente a oportunidade que a Junta chilena esperava para se livrar da presença incômoda e perigosa de Luis Corvalán. (I.S.)

1) Gramsci não chegou a ser libertado. Condenado a 20 anos de prisão pelos tribunais fascistas, foi internado numa clínica em 1935 e morreu em 37.

Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assin e divulgue Movimento, um jornal democrático. Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assin e divulgue Movimento.

Polônia: O julgamento dos operários

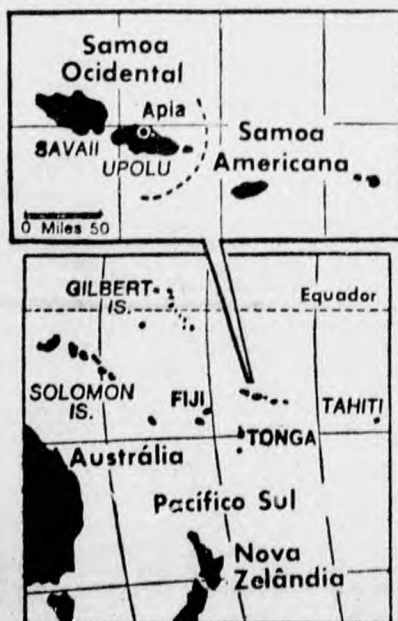
Três operários poloneses começaram a ser julgados por terem participado das manifestações contra o aumento de preços de alimentos, em junho do ano passado. Os três estão sendo mostrados como desordeiros e acusados de terem destruído bens públicos.

Durante o julgamento, ao qual não foi permitido o acesso da imprensa, os três operários acusaram a polícia de tê-los maltratado após a prisão, sendo que um deles diz que teve seu queixo quebrado por um policial à paisana, na noite do dia 25 de junho, quando as manifestações atingiram a fábrica de tratores Ursus.

Representantes do Comitê de Defesa dos Operários, formado em setembro para defender os acusados, aparentemente foram impedidos de comparecer ao julgamento. Os representantes do Comitê teriam sido chamados à polícia para prestar esclarecimentos, mas não houve confirmação. Um dos operários, que admitiu estar bêbado durante os distúrbios, afirmou no tribunal no entanto que só confessou ter participado de uma tentativa de descarrilhamento de trem depois de ser espancado.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

ONU I: O 147º membro



As Nações Unidas têm mais um membro: desde o final do ano passado, a Samoa Ocidental se tornou o 147º membro da ONU. Independente desde 1962 — era colônia da Nova Zelândia —, a Samoa Ocidental tem 160 mil habitantes e vive da exportação de produtos naturais. Com escassa população e recursos, será difícil para a Samoa Ocidental manter uma presença permanente na ONU devido aos custos, mas agora o país foi pressionado a procurar a ONU, 14 anos depois de se tornar independente.

As pressões vieram da crescente presença das superpotências nos oceanos, principalmente no hemisfério sul. Os americanos marcam sua presença na parte oriental das ilhas, nas Samoas Americanas, e a União Soviética está construindo um aeroporto em Tonga, um pouco mais ao sul.

Banco Mundial: Pobres mais pobres e ricos mais ricos

Um relatório publicado nos últimos dias do ano passado mostra que os países mais pobres estagnaram nos últimos 5 anos, em termos de crescimento do Produto Nacional Bruto. Isso no entanto, não impediu que esses países aumentassem cada vez mais suas dívidas externas. Se consideramos o ano de 1970 como

índice 100, os países "mais pobres" na escala do Banco Mundial, chegaram a 1975 com um índice de 98,9, o que significa que eles ficaram mais pobres 1,1% nesse período. Já os países industrializados cresceram 10%, no período. Em termos de renda per capita em dólares, significa que, agora, nos países mais pobres, a renda média por pessoa é de 130 dólares por ano, a mesma de 5 anos atrás. Nos Estados Unidos, a renda per capita subiu no mesmo período de 6.418 para 7.059, ou seja, somente a diferença (641 dólares) é quase 5 vezes maior que a renda per capita dos países mais pobres.

ONU II: A chantagem da África do Sul

O Conselho de Segurança da ONU condenou novamente a África do Sul, desta vez por pressionar o Lesoto, país encravado em território sul-africano. A África do Sul tentou "chantagear" o Lesoto, para que esse país reconhecesse a independência do Transkei, colônia sul-africana que proclamou sua "independência" no dia 26 de outubro passado. A independência do Transkei foi considerada uma farsa em toda comunidade mundial (Veja Movimento nº 70) — nenhum país — reconheceu o novo governo do Transkei. O Lesoto, acusou a África do Sul de ter fechado 3

postos de fronteira como forma de pressão para obter o reconhecimento do Transkei. A resolução do Conselho felicitou esse país por estar resistindo às chantagens da África do Sul.



O que fazer com os "árabes israelenses"

Um relatório secreto das forças de ocupação israelense mostrando como resolver os problemas que os "árabes israelenses" vão criar no futuro

No final do ano passado a situação voltou a piorar nos territórios árabes ocupados por Israel. Por um lado as forças de ocupação israelenses impõem novas obrigações aos árabes — como um imposto sobre o comércio que deveria entrar em vigor no dia 15 de dezembro — e por outro lado uma nova geração de palestinos torna-se cada vez mais militante e combativa na resistência à ocupação estrangeira, que completa em 1977 os seus 10 anos.

A cobrança do novo imposto foi temporariamente suspensa depois de uma greve e demonstrações contra as forças de ocupação. Pela primeira vez, as greves e demonstrações foram convocadas e conduzidas abertamente por prefeitos e

vereadores árabes — autoridades que até as últimas eleições mantinham convivência pacífica com os israelenses. Os palestinos vêem o novo imposto que Israel queria aplicar como a consolidação do domínio econômico sobre os territórios ocupados.

De modo geral, há um avanço na luta do povo palestino — protestos contra a desapropriação de terras de árabes em Nablus e Beit Jalla, greve de fome e manifestações nas prisões em Gaza, apedrejamento de veículos militares na Cisjordânia. Mais importante é que, apesar dos reveses sofridos pela OLP no Líbano, ela é reconhecida cada vez mais nos territórios ocupados como legítima representante do

povo Palestino. Como as autoridades israelenses pretendem deter esse avanço da luta dos palestinos, dentro de território sob seu controle? Uma resposta a essa pergunta parece ter sido dada pelo representante do Ministério do Interior de Israel para a região da Galiléia. Ele elaborou um relatório — que viria a ser conhecido como Relatório Koenig — que deveria permanecer secreto, explicando como lidar com o problema dos árabes israelenses. Por acidente, o relatório acabou chegando à imprensa e foi publicado, gerando um pequeno "Watergate" para as autoridades. O texto que segue é um resumo dos pontos principais do Relatório Koenig.

Até pouco tempo atrás, os setores administrativos da Galiléia achavam que a população local (árabes israelenses, em sua maior parte) aceitava de maneira absoluta o estabelecimento do Estado de Israel, e que a maior parte dessa população se encontrava num estado avançado de integração e de identificação nas diversas instituições do Estado.

Recentemente apareceram alguns fenômenos que colocaram em causa essas suposições.

Após o estabelecimento do Estado de Israel, os restos da população árabe no país permaneceram sem dirigentes. Por isso, essa população foi colocada sob a égide de um governo militar que, por sua vez, admitiu a participação de alguns "notáveis" (dirigentes árabes tradicionais) no poder. A abolição do governo militar trouxe a contestação da autoridade dos "notáveis" e dos grupos que estes representavam.

Depois que o governo militar foi extinto, o Estado confiou a administração da população árabe a funcionários que falam o árabe, proclamando-os dirigentes. Tudo isso foi feito sem levar em conta os problemas sociais que agitam o setor árabe. Não se desenvolveu, tampouco, um plano de longo prazo para a criação da identidade do cidadão árabe leal a Israel.

Um dos fenômenos mais inquietantes é a perda da paciência do Judeu médio em relação ao cidadão árabe. Em certos casos, é mesmo possível discernir um verdadeiro ódio que, diante de qualquer estímulo, pode se transformar numa explosão incontrolável dos dois lados. Um fator que pode acelerar essa frustração no seio da população judia é a ruptura do equilíbrio demográfico nessas regiões. Os indivíduos se ressentem disso e ficam angustiados.

A O problema demográfico

1. O crescimento da população árabe em Israel é de 5,9 por cento ao ano, enquanto que a população judia cresce na proporção anual de 1,5 por cento. Nesse ritmo de crescimento, os árabes constituirão em 1978 mais de 51 por cento da população da região Norte. O sentimento dos nacionalistas — e é igualmente o meu — é o de que sua multiplicação na Galiléia contém os germes de um perigo para nosso controle e até mesmo para nossa soberania na região.

2. A política das pontes abertas com a Cisjordânia permitiu a renovação dos contatos entre os árabes da Judéia e da Samária, dos palestinos da Transjordânia e os árabes de Israel, trazendo de volta os slogans da luta nacionalista em nosso país. Esse processo, inevitável, foi reforçado após a Guerra do Kippur (73) e através do panorama político internacional expresso pelo reconhecimento da OLP nos foros internacionais. Por outro lado, o árabe israelense deixou de ser passivo, passando de um nacionalismo puramente verbal para ações mais concretas, tais como a expressão de slogans de identificação com a OLP, o nacionalismo das eleições municipais de Nazaré (dezembro de 75), a mobilização excepcional e imprevisível dos habitantes dessa cidade, a proclamação de uma greve geral de toda a população árabe de Israel, etc...

Prognóstico

O crescimento da população árabe confere ao nacionalismo árabe um sentimento de poder e de esperança de que o tempo trabalha a seu favor.

A conquista, pelo Rakah (1), de instituições "paragovernamentais" como, por exemplo, os conselhos locais, constitui a base legal de uma atividade política nacionalista, aberta ou clandestina.

Há motivos sérios para temer que na próxima década os árabes retomem o controle, demográfico e político, de algumas regiões, como é o caso de Nazaré.

Deve-se considerar também que a qualquer momento surgirá a reivindicação de um referendo na região norte, onde a população árabe é majoritária. Além disso, é possível discernir uma atividade árabe organizada em toda a região norte para comprar bens imobiliários.

Propostas

É preciso alargar e aprofundar a colonização judia em todas as regiões onde a continuidade da população árabe é evidente, e onde ultrapassa em grande número a população judia.

É preciso aplicar uma política de recompensas e de punição (nos limites da lei) aos dirigentes árabes que expressam, de uma ou de outra maneira, sentimentos hostis em relação ao Estado de Israel ou ao sionismo.

Deve-se retirar das mãos do Rakah o "direito de primogenitura" em matéria de luta nacional e o monopólio da representação dos árabes de Israel, através da criação de um partido irmão do Partido Trabalhista (situcionista). Esse partido poderia canalizar os indecisos, acentuando idéias de igualdade e de humanismo. As instituições devem se preparar para assegurar uma presença oculta e o controle desse partido.

B A liderança dos árabes

Os judeus que receberam a tarefa de inculcar na população árabe a lealdade à sociedade judia não souberam como cumpri-la. A política que aplicaram nunca levou em consideração o caráter árabe, levantino e superficial, que não vai ao fundo das coisas. A segunda geração, que cresce sob a sociedade israelense, e que tenta, embora de maneira superficial, se adaptar ao modo de vida israelense, não pode aceitar seus dirigentes (cuja incapacidade já é visível há pelo menos dez anos).

Prognóstico

A luta entre essas duas gerações árabes irá se aprofundando, podendo se transformar numa luta contra o Estado, com a maioria passando para o campo dos rebeldes.

Propostas

É preciso mostrar audácia e substituir a maioria daqueles que se ocupam dos setores árabes nos aparelhos governamentais, na polícia e nos partidos.

Não devemos dar nossa solidariedade aos "dirigentes" árabes atuais, que não representam a população árabe.

Aqueles a quem será confiada essa tarefa deverão imediatamente construir uma nova imagem para os dirigentes, escolhendo pessoas que possuam um certo nível intelectual, que sejam pessoalmente honestos e que tenham qualidades carismáticas, para o estabelecimento de um partido árabe segundo as linhas acima definidas.

C Economia e emprego

A ajuda mútua no seio de uma mesma família deixa um excedente de capital líquido enorme nas mãos da população árabe, que é dissimulado às autoridades fiscais. No caso, deve-se ressaltar que, embora a população árabe

ultrapassa 1,5 por cento do total de impostos arrecadados pelo Estado.

Um outro fato particularmente importante na região norte, em razão da grande concentração da população árabe, é a proporção de operários árabes (de 25 a 50 por cento) nas fábricas que foram construídas com grandes investimentos estatais — e cuja finalidade era exatamente a de fazer aumentar a população judia na região.

Prognóstico

A concentração de capital, sobretudo o "negro", em mãos indesejáveis (que pode ser estimado em vários milhões de libras israelenses), ameaça a economia do país, e pode se transformar também na base de uma coleta de fundos para organizações hostis ao regime.

A multiplicação de operários árabes nas fábricas pode degenerar em conflitos indesejáveis e incontroláveis. Também não se exclui a hipótese de que o Rakah venha a controlar os comitês de empresas.

Propostas

Deve-se chegar a um acordo conveniente com as empresas a fim de estabelecer que o número de empregados árabes não ultrapasse 20 por cento do número total de operários.

As autoridades fiscais devem tomar medidas implacáveis para reforçar o controle fiscal.

Devemos complicar a vida de todos os agentes árabes que vendem qualquer tipo de mercadoria nos mercados da região norte, essencialmente com o objetivo de prevenir uma situação de dependência da população judia em relação a esses agentes.

D Política educacional

A assistência financeira e a política das bolsas de estudo para estudantes universitários estabelecem o fato de que uma população educada, mesmo que de maneira superficial e provinciana, constitui um veículo extraordinário para todo movimento nacionalista.

O estabelecimento de critérios privilegiados (notas baixas) para a admissão de alunos árabes nas faculdades, e as profissões para as quais eles foram dirigidos (ciências humanas, políticas e sociais), criou uma larga faixa de "intelectuais" frustrados, submetidos a uma irrefreável necessidade de se expressarem: essa frustração encontra sua expressão contra o Estado israelense.

Propostas

Preservar a igualdade absoluta de critérios entre judeus e árabes para a admissão nas escolas e universidades, e também para a atribuição de bolsas de estudos.

O respeito a essas normas trará uma seleção natural, contribuindo assim para a diminuição significativa do número de alunos árabes.

Favorecer a orientação dos alunos para cursos técnicos. Esses estudos deixam menos tempo para que eles se ocupem do nacionalismo, além de existirem mais chances de que abandonem o curso pela metade.

Facilitar as viagens de estudo ao estrangeiro, e criar dificuldades para o retorno e o emprego. Tal política é suscetível de encorajar sua emigração.

O que fazer com os "árabes israelenses"

Um relatório secreto das forças de ocupação israelense mostrando como resolver os problemas que os "árabes israelenses" vão criar no futuro

No final do ano passado a situação voltou a piorar nos territórios árabes ocupados por Israel. Por um lado as forças de ocupação israelenses impõem novas obrigações aos árabes — como um imposto sobre o comércio que deveria entrar em vigor no dia 15 de dezembro — e por outro lado uma nova geração de palestinos torna-se cada vez mais militante e combativa na resistência à ocupação estrangeira, que completa em 1977 os seus 10 anos.

A cobrança do novo imposto foi temporariamente suspensa depois de uma greve e demonstrações contra as forças de ocupação. Pela primeira vez, as greves e demonstrações foram convocadas e conduzidas abertamente por prefeitos e

veredores árabes — autoridades que até as últimas eleições mantinham convivência pacífica com os israelenses. Os palestinos vêem o novo imposto que Israel queria aplicar como a consolidação do domínio econômico sobre os territórios ocupados.

De modo geral, há um avanço na luta do povo palestino — protestos contra a desapropriação de terras de árabes em Nablus e Beit Jalla, greve de fome e manifestações nas prisões em Gaza, apedrejamento de veículos militares na Cisjordânia. Mais importante é que, apesar dos reveses sofridos pela OLP no Líbano, ela é reconhecida cada vez mais nos territórios ocupados como legítima representante do

povo Palestino. Como as autoridades israelenses pretendem deter esse avanço da luta dos palestinos, dentro de território sob seu controle? Uma resposta a essa pergunta parece ter sido dada pelo representante do Ministério do Interior de Israel para a região da Galiléia. Ele elaborou um relatório — que viria a ser conhecido como Relatório Koenig — que deveria permanecer secreto, explicando como lidar com o problema dos árabes israelenses. Por acidente, o relatório acabou chegando à imprensa e foi publicado, gerando um pequeno "Watergate" para as autoridades. O texto que segue é um resumo dos pontos principais do Relatório Koenig.

Até pouco tempo atrás, os setores administrativos da Galiléia achavam que a população local (árabes israelenses, em sua maior parte) aceitava de maneira absoluta o estabelecimento do Estado de Israel, e que a maior parte dessa população se encontrava num estado avançado de integração e de identificação nas diversas instituições do Estado.

Recentemente apareceram alguns fenômenos que colocaram em causa essas suposições.

Após o estabelecimento do Estado de Israel, os restos da população árabe no país permaneceram sem dirigentes. Por isso, essa população foi colocada sob a égide de um governo militar que, por sua vez, admitiu a participação de alguns "notáveis" (dirigentes árabes tradicionais) no poder. A abolição do governo militar trouxe a contestação da autoridade dos "notáveis" e dos grupos que estes representavam.

Depois que o governo militar foi extinto, o Estado confiou a administração da população árabe a funcionários que falam o árabe, proclamando-os dirigentes. Tudo isso foi feito sem levar em conta os problemas sociais que agitam o setor árabe. Não se desenvolveu, tampouco, um plano de longo prazo para a criação da identidade do cidadão árabe leal a Israel.

Um dos fenômenos mais inquietantes é a perda da paciência do Judeu médio em relação ao cidadão árabe. Em certos casos, é mesmo possível discernir um verdadeiro ódio que, diante de qualquer estímulo, pode se transformar numa explosão incontrolável dos dois lados. Um fator que pode acelerar essa frustração no seio da população judia é a ruptura do equilíbrio demográfico nessas regiões. Os indivíduos se ressentem disso e ficam angustiados.

A O problema demográfico

1. O crescimento da população árabe em Israel é de 5,9 por cento ao ano, enquanto que a população judia cresce na proporção anual de 1,5 por cento. Nesse ritmo de crescimento, os árabes constituirão em 1978 mais de 51 por cento da população da região Norte. O sentimento dos nacionalistas — e é igualmente o meu — é o de que sua multiplicação na Galiléia contém os germes de um perigo para nosso controle e até mesmo para nossa soberania na região.

2. A política das pontes abertas com a Cisjordânia permitiu a renovação dos contatos entre os árabes da Judeia e da Samária, dos palestinos da Transjordânia e os árabes de Israel, trazendo de volta os slogans da luta nacionalista em nosso país. Esse processo, inevitável, foi reforçado após a Guerra do Kippur (73) e através do panorama político internacional expresso pelo reconhecimento da OLP nos fóruns internacionais. Por outro lado, o árabe israelense deixou de ser passivo, passando de um nacionalismo puramente verbal para ações mais concretas, tais como a expressão de slogans de identificação com a OLP, o nacionalismo das eleições municipais de Nazaré (dezembro de 75), a mobilização excepcional e imprevisível dos habitantes dessa cidade, a proclamação de uma greve geral de toda a população árabe de Israel, etc.

Prognóstico

O crescimento da população árabe confere ao nacionalismo árabe um sentimento de poder e de esperança de que o tempo trabalha a seu favor.

A conquista, pelo Rakah (1), de instituições "paragovernamentais" como, por exemplo, os conselhos locais, constitui a base legal de uma atividade política nacionalista, aberta ou clandestina, usando os métodos postos em prática pela colônia judia antes da criação do Estado de Israel, e os métodos comunistas conhecidos em todo o mundo.

Há motivos sérios para temer que na próxima década os árabes retomem o controle, demográfico e político, de algumas regiões, como é o caso de Nazaré.

Deve-se considerar também que a qualquer momento surgirá a reivindicação de um referendo na região norte, onde a população árabe é majoritária. Além disso, é possível discernir uma atividade árabe organizada em toda a região norte para comprar bens imobiliários.

Propostas

É preciso alargar e aprofundar a colonização judia em todas as regiões onde a continuidade da população árabe é evidente, e onde ultrapassa em grande número a população judia.

É preciso aplicar uma política de recompensas e de punição (nos limites da lei) aos dirigentes árabes que expressem, de uma ou de outra maneira, sentimentos hostis em relação ao Estado de Israel ou ao sionismo.

Deve-se retirar das mãos do Rakah o "direito de primogênito" em matéria de luta nacional e o monopólio da representação dos árabes de Israel, através da criação de um partido irmão do Partido Trabalhista (situcionista). Esse partido poderia canalizar os indecisos, acentuando idéias de igualdade e de humanismo. As instituições devem se preparar para assegurar uma presença oculta e o controle desse partido.

B A liderança dos árabes

Os judeus que receberam a tarefa de inculcar na população árabe a lealdade à sociedade judia não souberam como cumpri-la. A política que aplicaram nunca levou em consideração o caráter árabe, levantino e superficial, que não vai ao fundo das coisas. A segunda geração, que cresceu sob a sociedade israelense, e que tenta, embora de maneira superficial, se adaptar ao modo de vida israelense, não pode aceitar seus dirigentes (cuja incapacidade já é visível há pelo menos dez anos).

Prognóstico

A luta entre essas duas gerações árabes irá se aprofundando, podendo se transformar numa luta contra o Estado, com a maioria passando para o campo dos rebeldes.

Propostas

É preciso mostrar audácia e substituir a maioria daqueles que se ocupam dos setores árabes nos aparelhos governamentais, na polícia e nos partidos.

Não devemos dar nossa solidariedade aos "dirigentes" árabes atuais, que não representam a população árabe.

Aqueles a quem será confiada essa tarefa deverão imediatamente construir uma nova imagem para os dirigentes, escolhendo pessoas que possuam um certo nível intelectual, que sejam pessoalmente honestos e que tenham qualidades carismáticas, para o estabelecimento de um partido árabe segundo as linhas acima definidas.

C Economia e emprego

A ajuda mútua no seio de uma mesma família deixa um excedente de capital líquido enorme nas mãos da população árabe, que é dissimulado às autoridades fiscais. No caso, deve-se ressaltar que, embora a população árabe de Israel constitua hoje 14 por cento da população total, além de não sofrer a "esterilização" da força de trabalho que resulta de três anos de serviço militar (2), a soma total dos impostos pagos por essa população não

ultrapassa 1,5 por cento do total de impostos arrecadados pelo Estado.

Um outro fato particularmente importante na região norte, em razão da grande concentração da população árabe, é a proporção de operários árabes (de 25 a 50 por cento) nas fábricas que foram construídas com grandes investimentos estatais — e cuja finalidade era exatamente a de fazer aumentar a população judia na região.

Prognóstico

A concentração de capital, sobretudo o "negro", em mãos indesejáveis (que pode ser estimado em vários milhões de libras israelenses), ameaça a economia do país, e pode se transformar também na base de uma coleta de fundos para organizações hostis ao regime.

A multiplicação de operários árabes nas fábricas pode degenerar em conflitos indesejáveis e incontroláveis. Também não se exclui a hipótese de que o Rakah venha a controlar os comitês de empresas.

Propostas

Deve-se chegar a um acordo conveniente com as empresas a fim de estabelecer que o número de empregados árabes não ultrapasse 20 por cento do número total de operários.

As autoridades fiscais devem tomar medidas implacáveis para reforçar o controle fiscal.

Devemos complicar a vida de todos os agentes árabes que vendem qualquer tipo de mercadoria nos mercados da região norte, essencialmente com o objetivo de prevenir uma situação de dependência da população judia em relação a esses agentes.

D Política educacional

A assistência financeira e a política das bolsas de estudo para estudantes universitários estabelecem o fato de que uma população educada, mesmo que de maneira superficial e provinciana, constitui um veículo extraordinário para todo movimento nacionalista.

O estabelecimento de critérios privilegiados (notas baixas) para a admissão de alunos árabes nas faculdades, e as profissões para as quais eles foram dirigidos (ciências humanas, políticas e sociais), criou uma larga faixa de "intelectuais" frustrados, submetidos a uma irrefreável necessidade de se expressarem: essa frustração encontra sua expressão contra o Estado israelense.

Propostas

Preservar a igualdade absoluta de critérios entre judeus e árabes para a admissão nas escolas e universidades, e também para a atribuição de bolsas de estudos; O respeito a essas normas trará uma seleção natural, contribuindo assim para a diminuição significativa do número de alunos árabes.

Favorecer a orientação dos alunos para cursos técnicos. Esses estudos deixam menos tempo para que eles se ocupem do nacionalismo, além de existirem mais chances de que abandonem o curso pela metade.

Facilitar as viagens de estudo ao estrangeiro, e criar dificuldades para o retorno e o emprego. Tal política é suscetível de encorajar sua emigração.

(1) Rakah, nome do Partido Comunista Israelense, pró-soviético, vencedor das eleições municipais de Nazaré, em 1975.

(2) A constituição de Israel interdita o serviço militar aos árabes israelenses.

TEATRO
76

CULTURA



Foto: Delfim Martins

Maria, Maria de F. Brandt e M. Nascimento



Ilustração de Elifas Andreato

Gora D'Água de Paulo Pontes e Chico Buarque



Ponto de Partida, de Gianfrancesco Guarnieri

As declarações de Rogério Nunes

Fim de ano velho, começo de ano novo, época de declarações por todo o país: todas as áreas da vida política e cultural são avaliadas, previsões são lançadas, planos são feitos. Este ano, até mesmo um dos personagens silenciosos — mas nem por isso menos atuantes — da vida nacional resolveu se manifestar, em entrevistas coletiva aos jornalistas (única que concedeu durante todo o ano de 76): Rogério Nunes falou de seu trabalho como diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal.

"A Censura sempre existiu e sempre existirá em toda a sociedade organizada", afirmou Rogério Nunes, citando uma pesquisa recente em que foi constatada a existência desse instituto em pelo menos 150 países. "Ela começa dentro de casa, no ambiente familiar". E assegurou aos jornalistas que os critérios que norteiam o trabalho da DCDP "são adequados à nossa sociedade e acompanham a moral vigente". Ou talvez seja até branda demais em relação à moral vigente, pois segundo ele mesmo, a DCDP recebe constantemente cartas de entidades profissionais, religiosas, câmaras municipais, etc, que reclamam contra o liberalismo deste órgão.

Talvez tenha sido em atendimento a este tipo de reclamações que o Departamento de Censura de Diversões Públicas lançou, a 10/12/76, uma portaria estabelecendo que a propaganda de todos os espetáculos, revistas, e diversões públicas em geral deve ser submetida à censura prévia em todo o país. Assim, filmes do estilo da pornochanchada nacional ou estrangeira (veja-se "Julia e seus homens", francês, explorando a imagem erótica de Silvia Kristel), ou revistas como Status, Homem, Pausa, Ele/Elá, e tantas outras, podem continuar sugerindo e insinuando erotismo sem abusar do apelo publicitário desavido. (Rogério Nunes disse ser comum os cinemas, por exemplo, utilizarem cenas proibidas para as fotos dos cartazes de propaganda dos filmes). Resta saber se a insinuação, a sugestão que deixam o espectador (leitor) sempre em suspense, em expectativa e propenso às mais diversas fantasias não são tão ou mais excitantes ou mesmo novas "moralmente" (psicologicamente) do que cenas mais diretas.

Rogério Nunes reclamou também de que a imagem da DCDP, para o público, é a de um órgão de

Assunto como o amor livre, o ódio entre pais e filhos e a dissolução de casamento são sistematicamente vetados pela DCDP. O caso da novela "Despedida de Casado", da Globo, foi justificado justamente por este lado: os motivos da dissolução do casamento de um dos casais da novela é que foram considerados contrários à moral e aos bons costumes.

No entanto, de acordo com a sinopse da novela, de três casais em crise — crise das mais corriqueiras em qualquer casamento — apenas um chega ao desquite, enquanto os outros dois se recuperam. E os motivos da dissolução deste casal, segundo o autor da novela, Walter Durst, são basicamente a imaturidade do marido, faz o muito frequente (infelizmente) nas melhores famílias brasileiras, justamente em consequência da educação preconceituosa e machista que recebem seus filhos varões — dentro das melhores tradições da nossa moral e bons costumes.

Mesmo assim, o diretor da DCDP não deixa de ter razão ao afirmar que a televisão é perigosa porque "entra na residência do cidadão sem pedir licença". Mas ao se referir apenas aos casos de programas que pregam o amor livre e seus congêneres, bastante raros aliás, Rogério Nunes omite a influência muito mais sutil, constante e alienadora dos seriados políticos e desenhos animados que dão um verdadeiro banho de violência, desrespeito aos direitos humanos e informações distorcidas e preconceituosas sobre "o bem e o mal" ao público infanto-juvenil.

Como novidade para 77, existe a perspectiva de uma CLC (Consolidação das Leis da Censura), que está sendo estudada por um grupo de trabalho desde 1973. Embora não deva propor alterações de base, o grupo — que deve renovar a legislação de 1946 sobre este assunto — apresentou recentemente um anteprojeto de lei ao ministro da Justiça onde uma das novidades é a inclusão da televisão na legislação de censura. (A TV apareceu depois da lei de censura de 46). Talvez as emissoras sejam obrigadas a remeter textos detalhados de sua programação, com diálogos e ambientação, a DCDP.

Outro dos problemas enfrentados pelo grupo de trabalho da CLC será a redefinição dos critérios morais, uma vez que eles mudam com o tempo! Quem sabe dessa vez conseguiremos chegar ao século XX. Fora isso, esperemos que a CLC não signifique a constitucionalização de medidas institucionais.

OS FATOS

1

A partir da última semana de 1976 a revista **Paralelo**, de Porto Alegre, que já tem dois números publicados, está submetida a censura prévia, segundo comunicado da Polícia Federal a seus editores. **Paralelo**, que se autodefine como "Imprensa do Leitor", é editada por um grupo de jornalistas e publicitários do Rio Grande do Sul. A instalação da censura prévia foi tida como "inesperada" por seus editores, mas não os desanimou, prometendo eles continuar de qualquer forma a publicação da revista. O fato gerou uma nota conjunta de protesto da parte da Associação Riograndense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, que enviaram também ofício ao Ministério da Justiça solicitando a suspensão da medida. Neste ofício os signatários lembram (e lamentam) ainda o fato de que recentemente os editores do jornal **Lampião**, também de Porto Alegre, tiveram de prestar depoimento no Departamento de Polícia Federal.

2

Um memorial dos intelectuais, contando com quase mil assinaturas, deverá ser entregue — possivelmente ainda este mês — ao ministro da Justiça, Armando Falcão, pedindo o fim da censura no Brasil, "que ameaça o próprio desenvolvimento da cultura nacional".

O documento argumenta com a proibição dos livros *Zero* (de Ignácio de Loyola Brandão), *Araceli, meu amor* (de José Louzeiro) e *Feliz Ano Novo* (de José Rubem Fonseca). O livro de Rubem Fonseca, que estava à venda há mais de um ano e com a primeira edição esgotada, faz uma análise do mal que a censura está causando ao desenvolvimento de uma cultura nacional.



Foto: Delfim Martins

Maria, Maria de F.Brandt e M.Nascimento



Ilustração de Elifas Andreato

Gota D'Água de Paulo Pontes e Chico Buarque



Ponto de Partida, de Gianfrancesco Guarnieri

As declarações de Rogério Nunes

Fim de ano velho, começo de ano novo, época de declarações por todo o país: todas as áreas da vida política e cultural são avaliadas, previsões são lançadas, planos são feitos. Este ano, até mesmo um dos personagens silenciosos — mas nem por isso menos atuantes — da vida nacional resolveu se manifestar, em entrevistas coletiva aos jornalistas (única que concedeu durante todo o ano de 76): Rogério Nunes falou de seu trabalho como diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal.

"A Censura sempre existiu e sempre existirá em toda a sociedade organizada", afirmou Rogério Nunes, citando uma pesquisa recente em que foi constatada a existência dessa instituição em pelo menos 150 países. "Ela começa dentro de casa, no ambiente familiar". E assegurou aos jornalistas que os critérios que norteiam o trabalho da DCDP "são adequados à nossa sociedade e acompanham a moral vigente". Ou talvez seja até branda demais em relação à moral vigente, pois segundo ele mesmo, a DCDP recebe constantemente cartas de entidades profissionais, religiosas, câmaras municipais, etc, que reclamam contra o liberalismo deste órgão.

Talvez tenha sido em atendimento a este tipo de reclamações que o Departamento de Censura de Diversões Públicas lançou, a 10/12/76, uma portaria estabelecendo que a propaganda de todos os espetáculos, revistas, e diversões públicas em geral deve ser submetida à censura prévia em todo o país. Assim, filmes do estilo da pornochanchada nacional ou estrangeira (veja-se "Julia e seus homens", francês, explorando a imagem erótica de Silvia Kristel), ou revistas como Status, Homem, Pausa, Ele/Elá, e tantas outras, podem continuar sugerindo e insinuando erotismo sem abusar do apelo publicitário descarado. (Rogério Nunes disse ser comum os cinemas, por exemplo, utilizarem cenas proibidas para as fotos dos cartazes de propaganda dos filmes). Resta saber se a insinuação, a sugestão que deixam o espectador (leitor) sempre em suspense, em expectativa e propenso às mais diversas fantasias não são tão ou mais excitantes ou mesmo nocivas "moralmente" (psicologicamente) do que cenas mais diretas.

Rogério Nunes reclamou também de que a imagem da DCDP, para o público em geral, seja a de um órgão que veta, que proíbe: na verdade, o principal trabalho deste órgão estaria no "exame de espetáculos com a finalidade de classificação etária. "Vez por outra, é claro, surgem espetáculos ou leituras consideradas impróprias a qualquer idade: é o caso dos seis filmes, 29 peças teatrais, 74 livros e 1 telenovela proibidos no ano de 1976. (VEJA nº 435). Mas o número de obras vetadas em 76 foi menos que a de 1975.

Assunto como o amor livre, o ódio entre pais e filhos e a dissolução de casamento são sistematicamente vetados pela DCDP. O caso da novela "Despedida de Casado", da Globo, foi justificado justamente por este lado: os motivos da dissolução do casamento de um dos casais da novela é que foram considerados contrários a moral e aos bons costumes.

No entanto, de acordo com a sinopse da novela, de três casais em crise — crise das mais corriqueiras em qualquer casamento — apenas um chega ao desquite, enquanto os outros dois se recuperam. E os motivos da dissolução deste casal, segundo o autor da novela, Walter Durst, são basicamente a imaturidade do marido, fato muito frequente (infelizmente) nas melhores famílias brasileiras, justamente em consequência da educação preconceituosa e machista que recebem seus filhos varões — dentro das melhores tradições da nossa moral e bons costumes.

Mesmo assim, o diretor da DCDP não deixa de ter razão ao afirmar que a televisão é perigosa porque "entra na residência do cidadão sem pedir licença". Mas ao se referir apenas aos casos de programas que pregam o amor livre e seus congêneres, bastante raros aliás, Rogério Nunes omite a influência muito mais sutil, constante e alienadora dos serôs dos políticos e desenhos animados que dão um verdadeiro banho de violência, desrespeito aos direitos humanos e informações distorcidas e preconceituosas sobre "o bem e o mal" ao público infanto-juvenil.

Como novidade para 77, existe a perspectiva de uma CLC (Consolidação das Leis da Censura), que está sendo estudada por um grupo de trabalho desde 1973. Embora não deva propor alterações de base, o grupo — que deve renovar a legislação de 1946 sobre este assunto — apresentou recentemente um anteprojeto de lei ao ministro da Justiça onde uma das novidades é a inclusão da televisão na legislação de censura. (A TV apareceu depois da lei de censura de 46). Talvez as emissoras sejam obrigadas a remeter textos detalhados de sua programação, com diálogos e ambientação, a DCDP.

Outro dos problemas enfrentados pelo grupo de trabalho da CLC será a redefinição dos critérios morais, uma vez que eles mudam com o tempo! Quem sabe dessa vez conseguiremos chegar ao século XX. Fora isso, esperemos que a CLC não signifique a institucionalização de medidas institucionais.

Quanto à hostilidade dos meios intelectuais em relação ao seu departamento, Rogério Nunes tem uma frase de efeito: "Há também doentes que detestam os médicos", disse ele. Ele pode estar certo na comparação, mas aí a coisa complica. Tem muita coisa que arde, a gente não gosta, mas depois cura. Mas como é que deve reagir uma pessoa a quem queiram convencer que deve ser curada de seus melhores sintomas de saúde? (MRK)

OS FATOS

1

A partir da última semana de 1976 a revista **Paralelo**, de Porto Alegre, que já tem dois números publicados, está submetida a censura prévia, segundo comunicado da Polícia Federal a seus editores. **Paralelo**, que se autodefine como "Imprensa do Leitor", é editada por um grupo de jornalistas e publicitários do Rio Grande do Sul. A instalação da censura prévia foi tida como "inesperada" por seus editores, mas não os desanimou, prometendo eles continuar de qualquer forma a publicação da revista. O fato gerou uma nota conjunta de protesto da parte da Associação Riograndense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, que enviaram também ofício ao Ministério da Justiça solicitando a suspensão da medida. Neste ofício os signatários lembram (e lamentam) ainda o fato de que recentemente os editores do jornal **Lampião**, também de Porto Alegre, tiveram de prestar depoimento no Departamento de Polícia Federal.

2

Um memorial dos intelectuais, contando com quase mil assinaturas, deverá ser entregue possivelmente ainda este mês ao ministro da Justiça, Armando Falcão, pedindo o fim da censura no Brasil, "que ameaça o próprio desenvolvimento da cultura nacional".

O documento argumenta com a proibição dos livros *Zero* (de Ignácio de Loyola Brandão), *Araceli, meu amor* (de José Louzeiro) e *Feliz Ano Novo* (de José Rubem Fonseca). O livro de Rubem Fonseca, que estava à venda há mais de um ano e com a primeira edição esgotada, faz uma análise do mal que a censura está causando ao desenvolvimento de uma cultura nacional forte. Inicialmente, os intelectuais referiam-se com mais ênfase a *Zero*, mas a sequência de fatos fez com que o memorial fosse ampliado para uma análise global da realidade cultural brasileira.

Os organizadores esperam concluir a coleta de assinaturas ainda este mês, com aproximadamente mil nomes; só então será organizada a comissão que levará o memorial ao ministro da Justiça. (Jornal da Tarde 5/1/77).

A longa espera do sambista

"Para falar a verdade, parece um sonho ouvir num disco a voz e os sambas desse magnífico Monarco, honra e glória da Portela." (Sérgio Cabral)

Maurício Azêdo

Vinte anos depois de ter conseguido gravar um samba, *Vida de Rainha*, feito de parceria com Alvaide, um dos bambas da Portela, e incluído num disco do cantor Risadinha em 1956, o compositor Monarco da Portela chega ao seu primeiro LP (1) - no qual reuniu 11 músicas de sua autoria e um samba de Aniceto, em homenagem ao mais antigo compositor da Portela. Como o tempo indica, a chegada ao disco não se fez sem amarguras: Monarco teve de tomar muito "chá de banco", como ele define a peregrinação por gravadoras e estações de rádio, e viver algumas humilhações. Uma delas, quando um amigo o levou a um diretor artístico da RCA Victor, Carlos Guaraní, e este não dissimulou seu desdém pelo compositor. Sem a menor cerimônia, ele disse ao autor da apresentação nas barbas de Monarco: "Você vem me trazer um cara ruim desses..."

Criado nos subúrbios do Rio, onde nasceu em 1933, Monarco seguiu a máxima de que "malandro não estrija". Pacientemente, foi colocando um sambinha aqui, outro ali, vendo suas músicas em discos de Beth Carvalho e Clara Nunes, Martinho da Vila e Maria Creusa, Paulinho da Viola, e outros. E também ganhou algum dinheirinho: a inclusão de *Vai Amor* (Monarco e Walter Rosa) no LP *Clareza*, de Clara Nunes, e de *Tudo Menos Amor* (também em parceria com Walter Rosa) no LP *Origens*, de Martinho da Vila, valeu-lhe 20 mil e 15 mil cruzeiros de direitos autorais. Mais que a glória, para ele isso era fortuna: Monarco foi camelô, servente de edifício, vendedor de peixe na feira e guardador de automóveis.

Glória e fama nunca estiveram entre as ambições de Monarco, que desde os 18 anos era conhecido e respeitado na Portela. Ele já fazia uns sambinhas desde garoto ("uns boizinhos com abóbora") em Nova Iguaçu, onde ganhou o apelido que sepultou para sempre entre os amigos seu nome de batismo, Hildemar Diniz. Tinha então dez anos e ficou muito impressionado com uma palavra que seu amigo Noca lia num gibi: monarca, que ele nunca tinha ouvido nem sabia o que significava. O amigo lhe esclareceu que era rei, imperador, e por brincadeira passou a chamá-lo de monarca. Monarca, Monarco, como a garotada que ouvia esse nome não sabia o que era isso, passou a chamá-lo de Monarco, como se se tratasse de um nome como outro qualquer.

Foi como Monarco que o moço Hildemar Diniz começou a ganhar projeção na Portela. Sem maiores pretensões, ele tinha feito em 1952 um samba festejando a vitória da Portela no desfile do ano anterior. Chamava-se *Retumbante Vitória* e, com versos de um ufanismo bem portelense, fazia alusão a um samba composto um ano antes por Chico Santana, um dos bambas da escola, que a exortara à vitória com estes versos: "Avante, portelenses/Para a vitória/Não vês que o teu passado/É cheio de glórias?/ Eu tenho saudades/Desperta, ó grande mocidade". Em *Retumbante Vitória*, Monarco fez a crônica do feito da escola no desfile: "Um dia um portelense de outrora/Transbordante de alegria/Proferiu em linhas de um samba co-

movente/Que deixou muitas saudades na gente/Frases bem interessantes/Quando o ideal é conquistar/Vitória retubante".

Ao ouvir o samba no terreiro da Portela (naquele tempo não havia quadra, nem ensaios em ginásio cobertos de clubes da Zona Sul do Rio, nem tantos estranhos da diretoria das escolas), Natal quis saber de Chico Santana e de João da Gente de quem era aquele samba. Monarco saiu na Portela desde os 15 anos, como integrante da Ala do Amigo Urso, mas era um desconhecido dos grandes da escola. Natal deu força a Monarco, e fez com que que ele puxasse o samba, para que toda a escola o cantasse.

"Seu Natal foi um pai pra mim", conta Monarco, traíndo seu respeito pelo padrinho. "Quando ele me encontrava numa roda mais pesada, imediatamente me dava uma ordem: 'Vai embora pra casa, rapaz. Isso não é companhia pra criança'".

Mitos da Portela

Monarco amadureceu entre os bambas da Portela. Fascinado pela velha Guarda, as histórias que seus integrantes contavam dos tempos heróicos da escola (a mais antiga do Rio, ao lado da Mangueira), juntou-se a Chico Santana, Alvaide, Alcides, Manacéia, Mijinha, Aniceto, gente respeitada em todos os redutos do samba. E não se perturbava com os que o recriminavam, "um menino novo andando com essa gente velha". E essa gente velha o acolheu com carinho: desde então Monarco é membro da Velha Guarda, um grupo legendário da Portela onde o mais novo Chico Santana, tem 63 anos. Monarco chegou, inclusive, a compor em parceria com alguns deles.

O que seduzia Monarco na Velha Guarda era a crônica oral que se fazia de Paulo da Portela, que ele conheceu quando menino, mas de longe (Paulo da Portela morreu em 1949; Monarco tinha 15 anos). Paulo da Portela era capaz de improvisações maravilhosas, como a que lhe é atribuída em 1932, ano do primeiro desfile de samba, promovido pelo jornal *Mundo Sportivo*. A Portela, então ainda denominada Vai Como Pode, título do bloco que lhe deu origem, não tinha enredo definido até o dia do desfile, mas Paulo da Portela não se perturbou. Distribuiu um papel enrolado entre os sambistas, simulando o canudo de um diploma, e conduziu a escola na apresentação diante do júri a cantar um samba também improvisado: "Começou a aula/Perante a comissão/Muita atenção/ Eu quero ver/ Se diplomá-los posso/ Salve o fessô/ Dá nota a ele, Sinhô/ Quatorze com dois, Doze/Noves fora, tudo é nosso".

Na Velha Guarda Monarco ouviu outras histórias contadas com unção sobre Paulo da Portela, que retirou o samba dos guetos dos subúrbios e dos morros e o levou para o centro do Rio, primeiro no Campo de Santana, depois na lendária Praça Onze. Paulo foi também o aproximador das diferentes escolas, o consolidador de uma tradição cultivada a princípio pelo Estácio (berço da primeira escola, a Deixa Falar) e a Mangueira: toda terça-feira de Carnaval a gente do Estácio



visitava a Mangueira, onde uma vez foi recebida com um samba de Cartola que reconhecia a precedência do Estácio como reduto de samba: "Lá vem o Estácio/Pobre velho/Vem subindo a Mangueira/De bengala na mão". Paulo da Portela também levou sua gente à Mangueira. Depois de apresentado aos mangueirenses pelo sambista Mansur, já falecido ("Esse é o Paulo da Portela. Veio tratar da amizade entre a Portela e a Mangueira"), Paulo subiu num caixote e fez um discurso, removendo as arestas comuns naqueles tempos de desconfiança.

Esse Paulo da Portela mítico entrou naturalmente na obra de Monarco, que já o festejara em *Passado de Glória*, juntamente com Claudionor, outra figura mitológica da Portela: "Paulo e Claudionor/Quando chegavam/Na roda de samba abafavam/Todos corriam pra ver/Se não me falha a memória/No livro da nossa história/ Tem conquistas a valer/ Juro que não posso me lembrar/Se for falar da Portela/Hoje não vou terminar". E em seu LP Monarco prestou outra homenagem a Paulo da Portela, incluindo na primeira faixa o samba *Quitandeirol*, que Paulo fez em 1934 e deixou incompleto. Monarco procurou a viúva de Paulo, Dona Delila, pediu licença para fazer uma segunda parte e gravou a irreverente história de uma macarronada num terreiro de samba, mas cedendo aos herdeiros de Paulo todos os direitos da composição:

Quitandeirol/ Leva cheiro e tomate/na casa do Chocolate/ Hoje vai ter macarrão/ Prepara a barriga, macacada/ Que a boia tá enfezada/ E o pagode fica bom/ Chega só 30 litros de uva/ Para fechar a butuca/ Desses negos bebedores/ Chocolate, tu avisa a crioula/ Que carregue na cebola/ E no queijo parmezan/

E, mas não se esqueça/ De avisar à nega Estela/ Que o pessoal da Portela/ Vai cantar partido-alto/ Vai ter pagode/ Até o dia amanhecer/ E os versos de improviso Serão em homenagem a você.

Moreno, o bigode aparado com esmero, raros fios brancos nos cabelos sedosos, andar levemente gingado, Monarco se revela um tradicionalista tanto nas composições que incluiu em seu LP como nas evocações que faz da Portela que conheceu menino e da Portela que salta da imaginação e das lembranças do velho Alcides Malandro Histórico. A Portela dos anos 30 e 40, que vinha cantando um samba de terreiro até chegar ao palanque dos desfiles, ora exaltando a escola e seus feitos, ora falando de amor.

"Naquele tempo não havia esse negócio de dinheiro, havia mais amor. Hoje, em qualquer escola, os caras pegam um adereço de mão e nem precisam se amar."

(1) **Monarco**, Continental, nº 1-07-405-088, stereo. 1976. Arranjos: Menezes. Direção Ramalho Neto.

O arauto dos velhos tempos

Dulce Caldas

Abel Ferreira (Sax e clarineta) - LP Marcus Pereira, 1976

A juventude, hoje em dia, mesmo aquela parcela que se considera bem informada, provavelmente desconhece, ou conhece mal, alguns dos nomes mais importantes da música brasileira. Por vários motivos, entre eles o fato de muitos desses nomes ficarem por longo tempo escondidos no segundo, terceiro ou quarto plano das gravadoras, das rádios e da imprensa, em geral muito mais voltadas para a repercussão do produto externo no interior da nossa cultura.

Com isso, e a novidade ainda encarada como "furo" - antiquadamente, diga-se de passagem, já que no mundo atual coisas novas acontecem a cada segundo, sem que no entanto elas sejam necessariamente notícia - "notícia musical" passou a significar, durante um bom período, os acontecimentos mais recentes do chamado "som internacional".

Mera ilusão de ótica (ou de ouvido), ou falta de

plano. O mesmo aconteceu com a música enlatada amplamente tocada nas rádios, e com a subordinação das gravadoras à imposição da moda e às facilidades das edições estrangeiras. Os últimos festivais de música foram o grito desafinado no coro dos contentes...

Com o desgaste inevitável dos mitos importados e até com a velhice e morte de alguns deles, cai o castelo (medieval) de areia. E nas praças ensolaradas da Bahia que Mick Jagger (Rolling Stones) vem se inspirar, e no verão carioca que Cat Stevens vem espairecer. Nenhum deles esconde o encantamento a que estão sujeitos diante do ritmo "exótico" apreendido por essas bandas, pelo menos é o que se verifica nos seus últimos lançamentos onde a influência afro-brasileira está contida em muitas faixas. Pra surpresa geral da nossa tribo, e pra orgulho dos nossos músicos, a música popular brasileira assume internacionalmente um caráter de genialidade. Santo de casa não faz milagre.

E nessa onda que muitos músicos brasileiros

que só depois de 10 anos de seu último disco, agora se lançam um elepê de **Abel Ferreira**, saxofonista e clarinetista da mais alta competência, pela gravadora Marcus Pereira.

"Chorão" por natureza, Abel tem sido até hoje o músico ativo e sensível de sempre, há mais de quarenta anos. Profissional desde os 15 anos de idade, quando ainda morava em Coromandel (Minas Gerais) Abel já foi aplaudido até pelo público da União Soviética, numa tournée em 68. Mineiro das veredas rosianas, com passagem de alguns anos por São Paulo, e estabelecido no Rio desde a época em que tocava no Cassino da Urca, seu trabalho tem sido pouco lembrado nas variadas colunas de música, nos jornais. Indiferente a isso, é no seu sopro inspirado que se revela toda a capacidade criadora e recriadora de sua vocação, e de sua técnica. Alternando-se nos dois instrumentos que domina com destreza e imaginação, nos seus solos cada vez mais aperfeiçoados, **Abel Ferreira** demonstra ser o arauto natural de um estilo - o chorinho - e o espírito inspirado da sua época, nas três valsas que compõem o disco.

Acompanhado por músicos de mesmo porte, **Abel Ferreira**, neste seu novo disco, acaba sendo um

A longa espera do sambista

"Para falar a verdade, parece um sonho ouvir num disco a voz e os sambas desse magnífico Monarco, honra e glória da Portela." (Sérgio Cabral)

Maurício Azêdo

Vinte anos depois de ter conseguido gravar um samba, *Vida de Rainha*, feito de parceria com Alvaide, um dos bambas da Portela, e incluído num disco do cantor Risadinha em 1956, o compositor Monarco da Portela chega ao seu primeiro LP (1) - no qual reuniu 11 músicas de sua autoria e um samba de Aniceto, em homenagem ao mais antigo compositor da Portela. Como o tempo indica, a chegada ao disco não se fez sem amarguras: Monarco teve de tomar muito "chá de banco", como ele define a peregrinação por gravadoras e estações de rádio, e viver algumas humilhações. Uma delas, quando um amigo o levou a um diretor artístico da RCA Victor, Carlos Guarani, e este não dissimulou seu desdém pelo compositor. Sem a menor cerimônia, ele disse ao autor da apresentação nas barbas de Monarco: "Você vem me trazer um cara ruim, desses..."

Criado nos subúrbios do Rio, onde nasceu em 1933, Monarco seguiu a máxima de que "malandro não estrala". Pacientemente, foi colocando um sambinha aqui, outro ali, vendo suas músicas em discos de Beth Carvalho e Clara Nunes, Martinho da Vila e Maria Creusa, Paulinho da Viola, e outros. E também ganhou algum dinheiro: a inclusão de *Vai Amor* (Monarco e Walter Rosa) no LP *Claridade*, de Clara Nunes, e de *Tudo Menos Amor* (também em parceria com Walter Rosa) no LP *Origens*, de Martinho da Vila, valeu-lhe 20 mil e 15 mil cruzeiros de direitos autorais. Mais que a glória, para ele isso era fortuna: Monarco foi camelo, servente de edifício, vendedor de peixe na feira e guardador de automóveis.

Glória e fama nunca estiveram entre as ambições de Monarco, que desde os 18 anos era conhecido e respeitado na Portela. Ele já fazia uns sambinhas desde garoto ("uns boizinhos com abóbora") em Nova Iguaçu, onde ganhou o apelido que se tornou para sempre entre os amigos seu nome de batismo, Hildemar Diniz. Tinha então dez anos e ficou muito impressionado com uma palavra que seu amigo Noca lia num gibi: monarca, que ele nunca tinha ouvido nem sabia o que significava. O amigo lhe esclareceu que era rei, imperador, e por brincadeira passou a chamá-lo de monarca. Monarco, Monarco: como a garotada que ouvia esse nome não sabia o que era isso, passou a chamá-lo de Monarco, como se se tratasse de um nome como outro qualquer.

Foi como Monarco que o moço Hildemar Diniz começou a ganhar projeção na Portela. Sem maiores pretensões, ele tinha feito em 1952 um samba festejando a vitória da Portela no desfile do ano anterior. Chamava-se *Retumbante Vitória* e, com versos de um ufanismo bem portelense, fazia alusão a um samba composto um ano antes por Chico Santana, um dos bambas da escola, que a exortara à vitória com estes versos: "Avante, portelenses/Para a vitória/Não vês que o teu passado/É cheio de glórias?/ Eu tenho saudades/Desperta, ó grande mocidade". Em *Retumbante Vitória*, Monarco fez a crônica do feito da escola no desfile: "Um dia um portelense de outrora/Transbordante de alegria/Proferiu em linhas de um samba co-

movente/Que deixou muitas saudades na gente/Frases bem interessantes/Quando o ideal é conquistar/Vitória retubante".

Ao ouvir o samba no terreiro da Portela (naquele tempo não havia quadra, nem ensaios em ginásio cobertos de clubes da Zona Sul do Rio, nem tantos estranhos da diretoria das escolas), Natal quis saber de Chico Santana e de João da Gente de quem era aquele samba. Monarco sala na Portela desde os 15 anos, como integrante da Ala do Amigo Urso, mas era um desconhecido dos grandes da escola. Natal deu força a Monarco, e fez com que ele puxasse o samba, para que toda a escola o cantasse.

"Seu Natal foi um pai pra mim", conta Monarco, trairdo seu respeito pelo pai. "Quando ele me encontrava numa roda mais pesada, imediatamente me dava uma ordem: 'Vai embora pra casa, rapaz. Isso não é companhia pra criança'".

Mitos da Portela

Monarco amadureceu entre os bambas da Portela. Fascinado pela Velha Guarda, as histórias que seus integrantes contavam dos tempos heróicos da escola (a mais antiga do Rio, ao lado da Mangueira), juntou-se a Chico Santana, Alvaide, Alcides, Manacéia, Mijinha, Aniceto, gente respeitada em todos os redutos do samba. E não se perturbava com os que o recriminavam, "um menino novo andando com essa gente velha". Essa gente velha o acolheu com carinho: desde então Monarco é membro da Velha Guarda, um grupo legendário da Portela onde o mais novo - Chico Santana, tem 63 anos. Monarco chegou, inclusive, a compor em parceria com alguns deles.

O que seduzia Monarco na Velha Guarda era a crônica oral que se fazia de Paulo da Portela, que ele conheceu quando menino, mas de longe (Paulo da Portela morreu em 1949; Monarco tinha 15 anos). Paulo da Portela era rapaz de improvisações maravilhosas, como a que lhe é atribuída em 1932, ano do primeiro desfile de samba, promovido pelo jornal *Mundo Sportivo*. A Portela, então ainda denominada Vai Como Pode, título do bloco que lhe deu origem, não tinha enredo definido até o dia do desfile, mas Paulo da Portela não se perturbou. Distribuiu um papel enrolado entre os sambistas, simulando o canudo de um diploma, e conduziu a escola na apresentação diante do júri a cantar um samba também improvisado: "Começou a aula/Perante a comissão/Muita atenção/ Eu quero ver/ Se diplomá-los posso/ Salve o fessô/ Da nota a ele, Sinhô/ Quatorze com dois, Doze/Noves fora, tudo é nosso".

Na Velha Guarda Monarco ouviu outras histórias contadas com união sobre Paulo da Portela, que retirou o samba dos guetos dos subúrbios e dos morros e o levou para o centro do Rio, primeiro no Campo de Santana, depois na lendária Praça Onze. Paulo foi também o aproximador das diferentes escolas, o consolidador de uma tradição cultivada a princípio pelo Estácio (berço da primeira escola, a Deixa Falar) e a Mangueira: toda terça-feira de Carnaval a gente do Estácio

visitava a Mangueira, onde uma vez foi recebida com um samba de Cartola que reconhecia a precedência do Estácio como reduto de samba: "Lá vem o Estácio/Pobre velho/Vem subindo a Mangueira/De bengala na mão". Paulo da Portela também levou sua gente à Mangueira. Depois de apresentado aos mangueirenses pelo sambista Mansur, já falecido ("Esse é o Paulo da Portela. Veio tratar da amizade entre a Portela e a Mangueira"), Paulo subiu num caixote e fez um discurso, removendo as arestas comuns naqueles tempos de desconfiança.

Esse Paulo da Portela mítico entrou naturalmente na obra de Monarco, que já o festejara em *Passado de Glória*, juntamente com Claudionor, outra figura mítica da Portela: "Paulo e Claudionor/Quando chegavam/Na roda de samba abafavam/Todos corriam pra ver/Se não me falha a memória/No livro da nossa história/ Tem conquistas a valer/ Juro que não posso me lembrar/Se for falar da Portela/ Hoje não vou terminar". E em seu LP Monarco prestou outra homenagem a Paulo da Portela, incluindo na primeira faixa o samba *Quitandeiro*, que Paulo fez em 1934 e deixou incompleto. Monarco procurou a viúva de Paulo, Dona Delila, pediu licença para fazer uma segunda parte e gravou a irreverente história de uma macarronada num terreiro de samba, mas cedendo aos herdeiros de Paulo todos os direitos da composição:

Quitandeiro/ Leva cheiro e tomate/na casa do Chocolate/ Hoje vai ter macarrão/ Prepara a barriga, macacada/ Que a bôia tá enfezada/ E o pagode fica bom/ Chega só 30 litros de uca/ Para fechar a butuca/ Desser negos beberão/ Chocolate, tu avisa à crioula/ Que carregue na cebola/ E no queijo parmesão/

É, mas não se esqueça/ De avisar à nega Estela/ Que o pessoal da Portela/ Vai cantar partido-alto/ Vai ter pagode/ Até o dia amanhecer/ E os versos de improviso Serão em homenagem a você.

Moreno, o bigode aparado com esmero, raros fios brancos nos cabelos sedosos, andar levemente gingado, Monarco se revela um tradicionalista tanto nas composições que incluiu em seu LP como nas evocações que faz da Portela que conheceu menino e da Portela que salta da imaginação e das lembranças do velho Alcides Malandro Histórico. A Portela dos anos 30 e 40, que vinha cantando um samba de terreiro até chegar ao palanque dos desfiles, ora exaltando a escola e seus feitos, ora falando de amor.

"Naquele tempo não havia esse negócio de dinheiro, havia mais amor. Hoje, em qualquer escola, os caras pegam um adereço de mão e nem precisam sambar."

(1) *Monarco*, Continental, nº 1-07-405-088, stereo, 1976. Arranjos: Menezes. Direção: Ramalho Neto.

O arauto dos velhos tempos

Dulce Caldas

Abel Ferreira (Sax e clarineta) - LP Marcus Pereira, 1976

A juventude, hoje em dia, mesmo aquela parcela que se considera bem informada, provavelmente desconhece, ou conhece mal, alguns dos nomes mais importantes da música brasileira. Por vários motivos, entre eles o fato de muitos desses nomes ficarem por longo tempo escondidos no segundo, terceiro ou quarto plano das gravadoras, das rádios e da imprensa, em geral muito mais voltadas para a repercussão do produto externo no interior da nossa cultura.

Com isso, e a novidade ainda encarada como "furo" - antiquadamente, diga-se de passagem, já que no mundo atual coisas novas acontecem a cada segundo, sem que no entanto elas sejam necessariamente notícia - "notícia musical" passou a significar, durante um bom período, os acontecimentos mais recentes do chamado "som internacional".

Mera ilusão de ótica (ou de ouvido), ou falta de perspectiva histórica, o vazio de informação deixado nos últimos anos a respeito da música brasileira permitiu que se chegasse ao absurdo de que uma crise interna e profunda, em vários setores da música, passasse despercebida. Uma boa parte dos músicos sem emprego que lhes garantissem a simples sobrevivência, fato este que comprometia a própria continuidade do seu trabalho, permaneceu ignorado até bem pouco tem-

po. O mesmo aconteceu com a música enlatada amplamente tocada nas rádios, e com a subordinação das gravadoras à composição da moda e às facilidades das edições estranhas. Os últimos festivais de música foram o grito de afinação no coro dos contentes...

Com o desgaste inevitável dos mitos importados e até com a velhice e morte de alguns deles, cai o castelo (medieval) de areia. E nas praias ensolaradas da Bahia que Mick Jagger (Rolling Stones) vem se inspirar, e no verão carioca que Cat Stevens vem espalhar. Nenhum deles esconde o encantamento a que estão sujeitos diante do ritmo "exótico" apreendido por essas bandas, pelo menos é o que se verifica nos seus últimos lançamentos onde a influência afro-brasileira está contida em muitas faixas. Pra surpresa geral da nossa tribo, e pra orgulho dos nossos músicos, a música popular brasileira assume internacionalmente um caráter de genialidade. Santo de casa não faz milagre.

É nessa onda que muitos embarcam. Sinal dos tempos. Revigoração do samba, do baião e do choro. Ninguém mais se envergonha de nossas raízes. A música que virou modelo de repente se volta pra suas origens, coisa que nunca deixou de ser praticada, aliás, por uma minoria (Chico Buarque, Paulinho da Viola e todos os antigos), mas que ficou adormecida em muitos barracos de chão de estrelas por falta de uma veiculação à altura. Não é de estranhar, portanto,

que só depois de 10 anos de seu último disco, agora seja lançado um elepê de Abel Ferreira, saxofonista e clarinetista de mais alta competência, pela gravadora Marcus Pereira.

"Chorão" por natureza, Abel tem sido até hoje o músico ativo e sensível de sempre, há mais de quarenta anos. Profissional desde os 15 anos de idade, quando ainda morava em Coromandel (Minas Gerais) Abel já foi aplaudido até pelo público da União Soviética, numa tournée em 68. Mineiro das veredas rosianas, com passagem de alguns anos por São Paulo, e estabelecido no Rio desde a época em que tocava no Cassino da Urca, seu trabalho tem sido pouco lembrado nas variadas colunas de música, nos jornais. Indiferente a isso, é no seu sopro inspirado que se revela toda a capacidade criadora e recriadora de sua vocação, e de sua técnica. Alternando-se nos dois instrumentos que domina com destreza e imaginação, nos seus solos cada vez mais aperfeiçoados, Abel Ferreira demonstra ser o arauto natural de um estilo - o chorinho - e o espírito inspirado da sua época, nas três valsas que compõem o disco.

Acompanhado por músicos de mesmo porte, Abel Ferreira, neste seu novo disco, acaba sendo um raro testemunho musical e um universo sonoro que devemos preservar, com a certeza de ser o patrimônio de muitas gerações cuja musicalidade só pode ser mesmo elogiada insistentemente. O ideal seria que, além disso, sua obra fosse também assimilada, e usada amplamente por essa juventude estridente, como no caso de Sérgio Sampaio, que nos seu último disco se integra na assessoria musical dos mais velhos, e com ótimos resultados.

A saúde autoritária

Para muitos espíritos confusos, o problema racial brasileiro se resolveria se os negros soubessem onde é seu galho

Renato Janine Ribeiro

Clima e saúde, de Afrânio Peixoto. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasília, Instituto Nacional do Livro. Coleção Brasileira, 1976 (1ª edição: 1938).

Clima e Saúde, de Afrânio Peixoto, foi primeiro publicado em 1938, na Coleção Brasileira. A data aponta para o integralismo e os vínculos do Estado Novo com o fascismo italiano; seria, porém, tolo esquecermos que a maioria das idéias de Afrânio, ele já as desenvolvia na Faculdade de Medicina do Rio desde o começo do século.

De começo, Afrânio aparece como nacionalista: investe contra o rótulo das "doenças tropicais", negando que se possa atribuir ao clima a causa de quaisquer doenças. Já Montesquieu, ao tratar do *Espírito das Leis* da diferença dos costumes conforme os climas, jogara todos os vícios, todas as doenças que o bom legislador deve impedir, do lado do clima quente. O clima frio é bom, limpo, asséptico: clima da razão, do equilíbrio, de uma certa frieza mas também da democracia.

Contra essa linha de pensamento que Peixoto rejeita. Falar em "doença tropical" é reservar à Europa, ou ao hemisfério Norte, a capacidade de progresso sanitário: é justificar, na natureza, o nosso atraso e pobreza, cujas causas verdadeiras são históricas. Mostra que a maioria das doenças "tropicais" foram importadas, muitas vezes da Europa mesmo, e que para eliminá-las basta higiene, a profilaxia. Foi assim (diz) que os americanos conseguiram erradicar no Panamá a malária, que forçara os franceses a desistirem de construir o Canal.

Embora o livro merecesse ser depurado do tom ginasiano, vale, como desmentido a uma das ideologias imperialistas mais insistentes do começo do século. Basta lembrar o que se dizia do Rio, antes de erradicada a malária. — Mas vejamos no que Peixoto fundamenta o seu "nacionalismo":

"Assim pois, há, crescente, a albumina branca (imigração europeia), para refinar o mascavo nacional. No Brasil, a grande raça, — que assimilou, e se depurará das outras duas que são indesejáveis apenas por incultura e fealdade, — é a raça branca. Em duzentos anos, seremos todos brancos. E, então, sem as veemências "patrióticas", e outras taras psicológicas, que nos coloram, de pardo, os sentimentos e as ideias...

"Hoje em dia muitos dos brancos do Brasil, de pele e cabelo, por certos índices, não escapariam ao íabeu colorido... Um índice, por exemplo, "nático", ou relativo às volumosas nádegas, denunciaria o san-

gue negro ainda concentrado de muita branca ou morena bonita do Brasil. Índice nático, isto é, o circuito maior das nádegas, o perímetro nático, multiplicado por 100, dividido pela altura: $\text{índice nático} = n \times 100 : a$; os números seriam maiores, à medida da concentração de sangue negro... Mas nem falemos nisto: são brancos os que não se revelam escuros na alma. O "mestiçamento psicológico" é que é odioso." (págs. 64-67).

A que vêm essas frases colhidas a esmo? O nacionalismo nático de Peixoto tem os olhos postos na branquidão europeia. Afirmar a inexistência de doenças "tropicais" é dizer que o Brasil tem clima tão são como a Europa. Insiste para que se aumente a vinda de portugueses, de brancos a todo custo, para mostrar nosso país capaz de igual ou maior civilização que os países do hemisfério norte. Mas, para ele, só é modelo de civilização o que os países desenvolvidos já consumaram. É o antigo esquema do "parvenu", que mesmo atacando os velhos-ricos, apenas deseja ser aceito por eles: daí a sua alegria de ver que os negros, maioria na população brasileira até o império, vão diminuindo em proporção graças à imigração europeia.

Nisso tudo, a situação do brasileiro branco é complicada. Não é nativo da terra. Mas, já que os índios "dos últimos povos da Terra, sem cultura, sem governo, sem religião"... mas, apesar de tudo, "menos feios do que os negros") morreram, o branco pode considerar-se o brasileiro por excelência, definindo a nacionalidade à qual o negro só pode aspirar depurando-se da cor e da índole. E o descendente de europeu pode, legitimamente, fazer seu o *ufanismo* de Afonso Celso: a natureza do Brasil pertence ao branco filho do conquistador.

Querela de família com Hitler

Vivendo quando o fascismo regia a Europa e parecia deter o rumo da história, Afrânio Peixoto elogia a obra sanitária de Mussolini: "A Itália fascista empreendeu obra colossal de redenção das mareas pontinas" (pág. 77). Também exalta a colonização salazarista da Guiné Portuguesa. Não há dúvida que, face à perseguição sangüinária de eslavos, poloneses e judeus pelos nazistas, Peixoto aparece como moderado: "apenas" postula a inferioridade racial do negro, mas, longe de propor o seu extermínio, sugere a sua absorção na comunidade nacional. Parece mais humano do que a "solução final" hitlerista. Mas esta assimilação implica a destruição da cultura negra, ainda que os corpos sejam poupados; e será o etnocídio menos

violento, nos traumas que produz, do que o genocídio nazista?

É verdade que ataca Hitler. Mas é querela de família: só quer mostrar que somos iguais aos arianos, quer dizer, que os latinos são tão capazes como os germânicos. É evidente, para ele, que os povos da Ásia e África não podem igualar os europeus. Desde que sejamos aceitos no clube seleto, barramos a sua porta aos vizinhos e parentes pobres. Em nenhum momento recusa a validade do nacionalismo racista; "está certo", diz ele, que cada povo repita: "direito ou torto, bom ou mau, é meu país" (pág. 13). As relações entre os povos, entre as raças, são tratadas de força: é legítimo o preconceito, a chacina (mesmo ao arripio da ciência ou da justiça) porque se fundam no interesse superior de uma nacionalidade.

O paladino da branquidão abre caminho para também escravizar a nossa gente alva. Os nossos brancos não são puros: por isso é necessário que a depuração lhes seja imposta, por uma racionalidade e um poder exterior a eles. Quer dizer, o racismo não culmina na dominação dos "inferiores" pelo conjunto da raça branca. Também dentro desta fazem-se separações e hierarquias, às vezes mais importantes do que as separando brancos e não-brancos. (O próprio Hitler não acreditava na homogeneidade racial alemã: só lhe pareciam dignos cerca de 20 por cento dos nascidos, os que aprimorariam a raça).

Tudo isto vinha a calhar no Estado Novo. Até as deficiências mais gritantes da argumentação de Peixoto (para refutar Gobineau, atribui o seu ódio ao Brasil, "país de negros", a uma surra que levou o Visconde de Sabóia) tratam de impedir uma discussão efetivamente científica, e não racista, dos problemas sanitários brasileiros, que tornaria mais difícil o apelo ao Estado forte, dono da solução. Porque "falta ainda muito; falta educação higiênica do povo, falta competência administrativa e técnica aos governos" (pág. 141). Só o autoritarismo poderá impor higiene e competência. Educação vem de cima, como ordem; é processo que nega a autonomia do ser humano (mesmo pertencente a "raça superior") como pessoa moral, capaz de ser co-autor da melhoria dos governos e das condições de higiene.

O racismo de Peixoto merece crítica seria. Mas ele não foi mera consequência de posições fascistas. Prende-se também a uma concepção da saúde, física ou mental, que é comum ainda hoje a vários profissionais da ginástica, do esporte, da medicina: rie um lado, buscar o adestramento do corpo como máquina, sem falhas, uniforme em seu desempenho, copiando o já-feito e sem inovar; de outro, separar radicalmente o cientista e o pedagogo sanitários da coletividade ou do doente que é objeto do seu saber, mas é reputado ignorante e sem direito a palpite. Talvez valha a pena investigar esta concepção, para ver como de "uma certa ideia da saúde", até positiva em alguns aspectos (a refusão da "doença tropical"), pode surgir o monstro da eugenia, da perfeição racial, com seus corolários: o fabrico de uma "humanidade brasileira superior", à revelia dos brasileiros, brancos ou negros.

Psicologia

Mentiras da hereditariedade

As pesquisas do Dr. Cyrill Burt, consagradas como prova de que a inteligência é um dom herdado geneticamente, foram afinal invalidadas

Desde que se inventou a psicologia e, mais especificamente, desde que a psicologia inventou as famosas técnicas de se "medir" as pessoas — testes de inteligência, de personalidade, de vocação profissional e de capacidades e aptidões em geral, — que praticamente todas as sociedades de classes que compartilham da chamada cultura ocidental tem tentado arranjar um jeito de provar que estes misteriosos atributos humanos são hereditários sofrendo em seu desenvolvimento pouca ou nenhuma influência do meio ambiente. O que conduz à conclusão de que as camadas mais pobres se encontram nesta situação por "incapacidade inata".

Um dos mais famosos defensores da hereditabilidade genética da inteligência — foi finalmente desmentido na Inglaterra, no ano passado. O Dr. Cyrill Burt, psicólogo britânico cujas pesquisas foram aceitas por muito tempo como evidência de que as diferenças de inteligência são genéticas, têm sido agora considerado como fraudulento em seus trabalhos, e acusado de distorção intencional de seus dados de pesquisa.

As pesquisas do Dr. Burt — utilizadas em muitos países como prova de que os negros, por exemplo, possuíam cérebros inferiores aos brancos — comeca-

As teorias de Cyrill Burt foram usadas, na Inglaterra, para a constituição do rígido sistema escolar deste país, baseado em três estágios sucessivos, mas no qual as crianças aos 11 anos (ultrapassando o estágio básico) eram separadas, de acordo com os resultados de seus testes de inteligência, e destinadas para escolas técnicas (profissionalizantes) ou para escola que corresponderia ao nosso 2º ciclo, com possibilidades de chegarem às universidades. Este sistema de separação quase criminoso está baseado na suposição de que a inteligência de uma criança pouco ou nada se altera com a formação escolar, as oportunidades de ensino, etc, e que se uma criança até os 11 anos apresenta uma inteligência mediana ela terá poucas chances de progredir. É claro que as mais prejudicadas aí seriam as crianças de lares pobres que têm pouca ajuda dos pais em casa e vivem — pelo menos até os 11 anos mais ou menos — em ambientes pouco estimulantes ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Resultados forjados?

Um dos fatores em que se baseava a "confiabilidade" das pesquisas do Dr. Burt foi o fato de ter ele

correlação entre os resultados dos testes de QI em 21 pares de gêmeos criados em famílias diferentes foi de 0,771 um número altíssimo em termos de estatísticas, que significa um alto índice de coincidência entre os resultados dos testes de QI de cada par de gêmeos separados. Mas o mais surpreendente é que em dois outros experimentos realizados com uma diferença de 3 e 10 anos em relação ao primeiro, o dado da correlação entre os QIs foi exatamente o mesmo: 0,771. É praticamente impossível, numa análise estatística, se obter uma coincidência tão exata de resultados. E — o que dá mais o que se pensar — coincidências esta favorável à hipótese inicial do pesquisador. E o que é mais inacreditável: a correlação entre os resultados dos testes dos gêmeos não separados foi de 0,94, quase 100%.

Só em 1972, pesquisadores mais sérios começaram a contestar a validade do trabalho de Cyrill Burt. Dr. Kamim, também psicólogo inglês, declarou haver suspeitado de fraude nos estudos de Burt nos primeiros 10 minutos de leitura. Ele cita erros metodológicos, omissões de informações básicas (por exemplo: a idade dos testados), e o fato das referências teóricas desses trabalhos serem, na grande maioria, outros publicados, de confirmação impossível.

Em 1974 outro psicólogo, Dr. Jensen, embora adepto da teoria hereditária, enumerou vinte casos de coincidências estatísticas implausíveis nos trabalhos do Dr. Burt, considerando-os cientificamente inúteis.

Mas o escândalo da fraude nas pesquisas de Cyrill Burt explodiu mesmo foi quando o Sunday Times of London publicou o resultado de uma exaustiva investigação realizada por seus repórteres: as duas assistentes de Burt, citadas em todos os seus trabalhos, simplesmente não existem.

A saúde autoritária

Para muitos espíritos confusos, o problema racial brasileiro se resolveria se os negros soubessem onde é seu galho

Renato Janine Ribeiro

Clima e saúde, de Afrânio Peixoto. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasília, Instituto Nacional do Livro. Coleção Brasileira, 1976 (1ª edição: 1938).

Clima e Saúde, de Afrânio Peixoto, foi primeiro publicado em 1938, na Coleção Brasileira. A data aponta para o integralismo e os vínculos do Estado Novo com o fascismo italiano; seria, porém, tolo esquecermos que a maioria das idéias de Afrânio, ele já as desenvolvia na Faculdade de Medicina do Rio desde o começo do século.

De começo, Afrânio aparece como nacionalista: investe contra o rótulo das "doenças tropicais", negando que se possa atribuir ao clima a causa de quaisquer doenças. Já Montesquieu, ao tratar do *Espírito das Leis* da diferença dos costumes conforme os climas, jogara todos os vícios, todas as doenças que o bom legislador deve impedir, do lado do clima quente. O clima frio é bom, limpo, asséptico: clima da razão, do equilíbrio, de uma certa frieza mas também da democracia.

É contra essa linha de pensamento que Peixoto arremete. Falar em "doença tropical" é reservar à Europa, ou ao hemisfério Norte, a capacidade de progresso sanitário: é justificar, na natureza, o nosso atraso e pobreza, cujas causas verdadeiras são históricas. Mostra que a maioria das doenças "tropicais" foram importadas, muitas vezes da Europa mesmo, e que para eliminá-las basta higiene, a profilaxia. Foi assim (diz) que os americanos conseguiram erradicar no Panamá a malária, que forçara os franceses a desistirem de construir o Canal.

Embora o livro merecesse ser depurado do tom ginásiano, vale, como desmentido a uma das ideologias imperialistas mais insistentes do começo do século. Basta lembrar o que se dizia do Rio, antes de erradicada a malária. — Mas vejamos no que Peixoto fundamenta o seu "nacionalismo":

"Assim pois, há, crescente, a albumina branca (imigração europeia), para refinar o mascavo nacional. No Brasil, a grande raça, — que assimilou, e se depurará das outras duas que são indesejáveis apenas por incultura e fealdade, — é a raça branca. Em duzentos anos, seremos todos brancos. E, então, sem as veemências "patrióticas", e outras taras psicológicas, que nos coloram, de pardo, os sentimentos e as idéias...

"Hoje em dia muitos dos brancos do Brasil, de pele e cabelo, por certos índices, não escapariam ao labéu colorido... Um índice, por exemplo, "nático", ou relativo às volumosas nádegas, denunciaria o san-

gu: negro ainda concentrado de muita branca ou morena bonita do Brasil. Índice nático, isto é, o circuito maior das nádegas, o perímetro nático, multiplicado por 100, dividido pela altura: $\text{índice nático} = n \times 100 : a$; os números seriam maiores, à medida da concentração de sangue negro... Mas nem falemos nisto: são brancos os que não se revelam escuros na alma. O "mestiçamento psicológico" é que é odioso." (págs. 64-67).

A que vêm essas frases colhidas a esmo? O nacionalismo nático de Peixoto tem os olhos postos na branquidão europeia. Afirmar a inexistência de doenças "tropicais" é dizer que o Brasil tem clima tão bom como a Europa. Insiste para que se aumente a vinda de portugueses, de brancos a todo custo, para mostrar nosso país capaz de igual ou maior civilização que os países do hemisfério norte. Mas, para ele, só é modelo de civilização o que os países desenvolvidos já consumaram. É o antigo esquema do "parvenu", que mesmo atacando os velhos-ricos, apenas deseja ser aceito por eles: daí a sua alegria de ver que os negros, maioria na população brasileira até o império, vão diminuindo em proporção graças à imigração europeia.

Nisso tudo, a situação do brasileiro branco é complicada. Não é nativo da terra. Mas, já que os índios ("dos últimos povos da Terra, sem cultura, sem governo, sem religião"... mas, apesar de tudo, "menos feios do que os negros") morreram, o branco pode considerar-se o brasileiro por excelência, definindo a nacionalidade à qual o negro só pode aspirar depurando-se da cor e da índole. E o descendente de europeu pode, legitimamente, fazer seu o *ufanismo* de Afonso Celso: a natureza do Brasil pertence ao branco filho do conquistador.

Querela de família com Hitler

Vivendo quando o fascismo regia a Europa e parecia deter o rumo da história, Afrânio Peixoto elogia a obra sanitária de Mussolini: "A Itália fascista empreendeu obra colossai de redenção das maremas pontinas" (pág. 77). Também exalta a colonização salazarista da Guiné Portuguesa. Não há dúvida que, face à perseguição sangüinária de escravos, poloneses e judeus pelos nazistas, Peixoto aparece como moderado: "apenas" postula a inferioridade racial do negro, mas, longe de propor o seu extermínio, sugere a sua absorção na comunidade nacional. Parece mais humano do que a "solução final" hitlerista. Mas esta assimilação implica a destruição da cultura negra, ainda que os corpos sejam poupados; e será o etnocídio menos

violento, nos traumas que produz, do que o genocídio nazista?

É verdade que ataca Hitler. Mas é querela de família: só quer mostrar que somos iguais aos arianos, quer dizer, que os latinos são tão capazes como os germânicos. É evidente, para ele, que os povos da Ásia e África não podem igualar os europeus. Desde que sejamos aceitos no clube seleto, barramos a sua porta aos vizinhos e parentes pobres. Em nenhum momento recusa a validade do nacionalismo racista: "está certo", diz ele, que cada povo repita: "direito ou torto, bom ou mau, é meu país" (pág. 13). As relações entre os povos, entre as raças, são tratos de força: é legítimo o preconceito, a chacinha (mesmo ao arripio da ciência ou da justiça) porque se fundam no interesse superior de uma nacionalidade.

O paladino da branquidão abre caminho para também escravizar a nossa gente alva. Os nossos brancos não são puros: por isso é necessário que a depuração lhes seja imposta, por uma racionalidade e um poder exterior a eles. Quer dizer, o racismo não culmina na dominação dos "inferiores" pelo conjunto da raça branca. Também dentro desta fazem-se separações e hierarquias, às vezes mais importantes do que as separando brancos e não-brancos. (O próprio Hitler não acreditava na homogeneidade racial alemã: só lhe pareciam dignos cerca de 20 por cento dos nascidos, os que aprimorariam a raça).

Tudo isto vinha a calhar no Estado Novo. Até as deficiências mais gritantes da argumentação de Peixoto (para refutar Gobineau, atribui o seu ódio ao Brasil, "país de negros", a uma surra que levou o Visconde de Sabóia) tratam de impedir uma discussão efetivamente científica, e não racista, dos problemas sanitários brasileiros, que tornaria mais difícil o apelo ao Estado forte, dono da solução. Porque "falta ainda muito; falta educação higiênica do povo, falta competência administrativa e técnica aos governos" (pág. 141). Só o autoritarismo poderá impor higiene e competência. Educação vem de cima, como ordem; é processo que nega a autonomia do ser humano (mesmo pertencente a "raça superior") como pessoa moral, capaz de ser co-autor da melhoria dos governos e das condições de higiene.

O racismo de Peixoto merece crítica séria. Mas ele não foi mera consequência de posições fascistas. Prende-se também a uma concepção da saúde, física ou mental, que é comum ainda hoje a vários profissionais da ginástica, do esporte, da medicina: de um lado, buscar o adestramento do corpo como máquina, sem falhas, uniforme em seu desempenho, copiando o já-feito e sem inovar; de outro, separar radicalmente o cientista e o pedagogo sanitários da coletividade ou do doente que é objeto do seu saber, mas é reputado ignorante e sem direito a palpite. Talvez valha a pena investigar esta concepção, para ver como de "uma certa ideia da saúde", até positiva em alguns aspectos (a refusão da "doença tropical"), pode surgir o monstro da eugenia, da perfeição racial, com seus corolários: o fabrico de uma "humanidade brasileira superior", à revelia dos brasileiros, brancos ou negros.

Psicologia

Mentiras da hereditariedade

As pesquisas do Dr. Cyrill Burt, consagradas como prova de que a inteligência é um dom herdado geneticamente, foram afinal invalidadas

Desde que se inventou a psicologia e, mais especificamente, desde que a psicologia inventou as famosas técnicas de se "medir" as pessoas — testes de inteligência, de personalidade, de vocação profissional e de capacidades e aptidões em geral, — que praticamente todas as sociedades de classes que compartilham da chamada cultura ocidental tem tentado arranjar um jeito de provar que estes misteriosos atributos humanos são hereditários sofrendo em seu desenvolvimento pouca ou nenhuma influência do meio ambiente. O que conduz à conclusão de que as camadas mais pobres se encontram nesta situação por "incapacidade inata".

Um dos mais famosos defensores da hereditabilidade genética da inteligência — foi finalmente desmentido na Inglaterra, no ano passado. O Dr. Cyrill Burt, psicólogo britânico cujas pesquisas foram aceitas por muito tempo como evidência de que as diferenças de inteligência são genéticas, têm sido agora considerado como fraudulento em seus trabalhos, e acusado de distorção intencional de seus dados de pesquisa.

As pesquisas do Dr. Burt — utilizadas em muitos países como prova de que os negros, por exemplo, possuíam cérebros inferiores aos brancos — começaram a ser refutadas em 1972, um ano depois de sua morte. Mas antes que isso acontecesse, o Dr. Burt foi diversas vezes consagrado como psicólogo: considerado "o pai da psicologia educacional" na Inglaterra e Estados Unidos, foi também o primeiro psicólogo a ser armado cavaleiro da Rainha.

As teorias de Cyrill Burt foram usadas, na Inglaterra, para a constituição do rígido sistema escolar deste país, baseado em três estágios sucessivos, mas no qual as crianças aos 11 anos (ultrapassando o estágio básico) eram separadas, de acordo com os resultados de seus testes de inteligência, e destinadas para escolas técnicas (profissionalizantes) ou para escola que corresponderia ao nosso 2º ciclo, com possibilidades de chegarem às universidades. Este sistema de separação quase criminoso está baseado na suposição de que a inteligência de uma criança pouco ou nada se altera com a formação escolar, as oportunidades de ensino, etc, e que se uma criança até os 11 anos apresenta uma inteligência mediana ela terá poucas chances de progredir. É claro que as mais prejudicadas aí seriam as crianças de lares pobres que têm pouca ajuda dos pais em casa e vivem — pelo menos até os 11 anos mais ou menos — em ambientes pouco estimulantes ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Resultados forjados?

Um dos fatos em que se baseava a "confiabilidade" das pesquisas do Dr. Burt foi o fato de ter ele usado o sistema de gêmeos idênticos para comparar os dados do ambiente com a influência genética. Esse sistema consiste em criar gêmeos univitelinos em ambientes do ponto de vista sócio-econômico depois avaliar as diferenças e semelhanças entre eles.

No caso dos testes do Dr. Burt, os resultados foram simplesmente fantásticos. Na primeira pesquisa, a

correlação entre os resultados dos testes de QI em 21 pares de gêmeos criados em famílias diferentes foi de 0,771 um número altíssimo em termos de estatísticas, que significa um alto índice de coincidência entre os resultados dos testes de QI de cada par de gêmeos separados. Mas o mais surpreendente é que em dois outros experimentos realizados com uma diferença de 3 e 10 anos em relação ao primeiro, o dado da correlação entre os QIs foi exatamente o mesmo: 0,771. É praticamente impossível, numa análise estatística, se obter uma coincidência tão exata de resultados. E — o que dá mais o que se pensar — coincidências esta favorável à hipótese inicial do pesquisador. E o que é mais inacreditável: a correlação entre os resultados dos testes dos gêmeos não separados foi de 0,94, quase 100%.

Só em 1972, pesquisadores mais sérios começaram a contestar a validade do trabalho de Cyrill Burt. Dr. Kamim, também psicólogo inglês, declarou haver suspeitado de fraude nos estudos de Burt nos primeiros 10 minutos de leitura. Ele cita erros metodológicos, omissões de informações básicas (por exemplo: a idade dos testados), e o fato das referências teóricas desses trabalhos serem, na grande maioria, outros publicados, de confirmação impossível.

Em 1974 outro psicólogo, Dr. Jensen, embora adepto da teoria hereditária, enumerou vinte casos de coincidências estatísticas implausíveis nos trabalhos do Dr. Burt, considerando-os cientificamente inúteis.

Mas o escândalo da fraude nas pesquisas de Cyrill Burt explodiu mesmo foi quando o Sunday Times of London publicou o resultado de uma exaustiva investigação realizada por seus repórteres: as duas assistentes de Burt, citadas em todos os seus trabalhos, simplesmente não existem.

Diante das evidências, os meios científicos de Londres desculparam elegantemente o colega "condenado", alegando suas qualidades e seu brilho como professor. Tal elegância, porém, não deve ser esperada partindo dos milhares de cidadãos ingleses pelo sistema escolar tendencioso e injusto que ele ajudou a criar. (MRK).



Toda poesia de Augusto dos Anjos, prefácio de Ferreira Gullar. Rio, Paz e Terra, 1976.

Augusto dos Anjos escreveu certa vez: "Ambiciono, que o idioma em que te eu falo/ Possam todas as línguas decliná-lo/ Possam todos os homens compreendê-lo!"

No ano de 1976, seus versos foram publicados pela trigésima segunda vez, edição enriquecida pelo ensaio do poeta maranhense, hoje internacional, Ferreira Gullar, "Augusto dos Anjos ou Morte e Vida

Nordestina". É boa a ocasião para refletir sobre nossa compreensão de A. dos Anjos.

Algumas informações preliminares: Augusto viveu trinta anos, entre 1884 e 1914. Respondendo a Lício Santos (*A loucura dos intelectuais* 1914), afirmou que começou a produzir aos nove. Pude documentar, em pesquisa patrocinada pela FAPESP, 15 anos de sua produção pública - de 1900 a 1914. Em 1912, selecionou 56 poemas, que enfeixou sob o título de *Eu*. Outras poesias foi como chamou Orris Soares aos textos que incorporou em 1920. Esta presente edição (32ª) está acrescida dos poemas que, desde 1962, Antônio Horta e Francisco de Assis Barbosa fixaram em livro, graças à paciente coleta de De Castro e Silva. Mas não é, ainda, como o título sugere, "toda a poesia de A. dos Anjos". Em curso de publicação, pela editora Ática, *Augusto dos Anjos: poesia e prosa*, aumentará consideravelmente aquele acervo.

Este amontoado de datas, que faz parte da história do texto, sugere uma indagação sobre a possibilidade de sua leitura hoje. Uma indagação sobre a contemporaneidade ou, usando o termo em voga, sobre a "modernidade" do Poeta.

Uma vista sobre o que se escreveu a respeito do livro é instrutiva. Em 1912, por exemplo, há pareceres curiosos. Osório Duque-Estrada, no *Correio da Manhã*, escreve, parnasianamente: "São inúmeros os versos duros, ou sem ritmos, creio que propositalmente empregados, para que as extravagâncias da forma corram parelhas com as teratologias da expressão". Mário Pedreira, na *Fon-Fon*, revista elegante, escreve, revelando simpatias simbolistas: "É um livro estranho, cheio de altos e baixos, com um certo abuso exagerado (!) na exibição de conhecimentos científicos, no uso dispensável de termos de ciência. A par disto tudo, entretanto, tem belezas intensas (...)". E Augusto registra, em carta: "Meu livro tem produzido um verdadeiro escândalo nesta terra. Discutiram-no até na Câmara dos Deputados, conforme acabo de ler em um dos números d'A *Tribuna*. A própria Academia Nacional de Medicina incluiu-o em a sua biblioteca, por tratar do haeckelianismo e do evolucionismo spencereano".

VANDALISMO

Meu coração tem catedrais imensas,
Templos de priscas e longínquas datas,
Onde um nume de amor, em serenatas,
Canta a aleluia virginal das crenças.

Na ogiva fúlgida e nas colunatas
Vertem lustrais irradiações intensas,
Cintilações de lâmpadas suspensas,
E as ametistas e os florões e as pratas.

Como os velhos Templários medievais,
Entre um dia nessas catedrais
E nesses templos claros e risonhos...

E erguendo os gládios e brandindo as
hastas,

No desespero dos iconoclastas

Quebrei a Imagem dos meus próprios
sonhos!

Não faltaram as condenações baseadas no critério do "bom gosto". Tasso da Silva, em 1922, anota: "Dir-se-ia que ele procurou, de propósito, os elementos mais impróprios às verdadeiras realizações artísticas, que requerem, quando do menos, uma atmosfera superior de beleza e espiritualidade". Mas, não será hora de problematizar este "bom gosto", de submetê-lo a uma revisão? Acho que Ferreira Gullar pode nos ajudar muito neste sentido.

Deixo suspensa a questão, para pensar no sucesso editorial do livro, a partir de 1928. Antes da consagra-

Augusto dos Anjos, poeta do Nordeste

Criticado por conter "termos difíceis", "apoéticos" e "poesia de mau gosto", o livro *Eu*, de Augusto dos Anjos, alcançava, em 1946, a cifra astronômica de quase trinta mil exemplares. Como explicar essa defasagem entre crítica e sucesso de público?

Zenir Campos Reis (*)

O MARTÍRIO DO ARTISTA

Arte ingrata! E conquanto, em desalento,
A órbita elipsoidal dos olhos lhe arda,
Busca exteriorizar o pensamento
Que em suas frônetais células guarda!
Tarda-lhe a Idéia! A Inspiração lhe tar-

da!
E ei-lo a tremer, rasga o papel, violento,
Como o soldado que rasgou a farda
No desespero do último momento!
Tenta chorar, e os olhos sente enxutos!...
É como o paralítico que, à mingua
Da própria voz e, na, que ardente o lavra,
Febre de, em vão, falar, com os dedos
brutos

Para falar, puxa e repuxa a língua,
E não lhe vem à boca uma palavra!

ção do poeta pela revisão crítica de Manuel Bandeira, em 1946, o livro já estava na 14ª edição, totalizando quase trinta mil exemplares, cifra altíssima para as condições brasileiras. Como explicar esta defasagem entre a crítica e o sucesso público? Será que não puderam "todos os homens compreendê-lo"? Mais uma questão por resolver.

Fausto Cunha tem um depoimento, ao mesmo tempo desconcertante e esclarecedor. Informa: "Ouvir falar de A. dos Anjos pela primeira vez quando trabalhava numa fábrica de tecidos no interior de Pernambuco. Um fiscal chamado Elias conhecia o *Eu* quase de cor e declamava poemas inteiros. Todos ouviamos impressionadíssimos. (...) A. dos Anjos era um poeta popular. Apesar de todos os seus vocábulos ininteligíveis, sua poesia trazia até nós o sopro de uma nebulosa tragédia. O ser humano é uma válvula extremamente sensível e, naquele ambiente de trabalho e miséria medievais, onde os cavalos de corrida da coudelaria dos Lundgren eram mais importantes do que os operários, essa tragédia era profundamente a nossa".

O público de um poeta, nota-se, pode ser maior que o número de seus leitores. A poesia circula, talvez, mais na memória do que na letra dos livros.

Leia-se, por exemplo, o soneto que é, quem sabe, o mais conhecido de A. dos Anjos, "Versos íntimos". Mesmo um crítico tão compreensivo como Álvaro Lins, em seu trabalho pioneiro, de 1947, declara-o um "dos seus piores sonetos, embora dos mais recitados e populares". Ora, este poema ecoa um ditado: "o dia do benefício é a véspera da ingratidão". O ditado, de dois membros bem marcados pelo ritmo das sete sílabas - a redonda lha maior - compendia um saber amargo: o dos que nada esperam da justiça humana.

Não seria este um dos segredos da popularidade de A. dos Anjos, o ter dado forma a esta e a outras experiências, e o ter dado voz a quem estava carente dela?

Se tivermos de considerar a gênese desta poesia, é melhor ouvir José Otília. Propõe que se leve em conta os fatores "de ordem material", "a penúria": "Conheci Augusto numa fase horrível para nós ambos. Eu, muito mais forte, mais batalhador, mais esperançado de vencer, com a falta de recursos multiplicava-me. Augusto se moía, concentrava a sua pena, embora, uma vez por outra, me revelasse as suas condições. O que mais o amargurava era a injustiça social, em premiar os ruins, dourar as falcaturas, entronar os endinheirados, iludir os honestos, os sonhadores, os retos de entendimento e coração".

No caso específico de A. dos Anjos, retomo, os versos têm seu curso sobretudo entre os setores mais desassistidos da população. Uma das questões já pode ser reproposta, para o que tomo de empréstimo palavras de Ferreira Gullar: "Quem sabe esse tamanho horror ao mau gosto não encobre de fato um horror à realidade?"

A aparente "incompreensão" mostra-se em sua verdadeira face: uma compreensão profunda, mas di-

De fato, a experiência que a poesia de A. dos Anjos veicula é a do oprimido e, é outra conquista do ensaio de F. Gullar ter distinguido camadas de significado no poeta, levantando a esfera vocabular ligada ao empírico, a uma experiência histórica complexa da vida nordestina.

É hora de lembrar que esta experiência nordestina, a partir exatamente de 1928, data da 3ª edição do *Eu*, começa a refletir-se na ficção narrativa. É o ano do lançamento do livro de outro paraibano, José Américo de Almeida, *A Bagaceira*. Dai em diante, outros nomes nordestinos vão-se projetar na literatura brasileira: Raquel de Queiroz, José Lins do Rego - da mesma várzea paraibana -, Amando Fontes, Jorge Amado e, o maior deles, Graciliano Ramos. Não se deve omitir o nome do sociólogo Gilberto Freyre e o do poeta maior Jorge de Lima. Augusto, do início do século, se junta, e não por acaso, a seus irmãos nordestinos da década de 30. O nexo histórico que os liga se funda nas intermitências das crises econômicas e sociais que pontilharam a história da região. A história da cultura fica mais clara, se iluminada pela História.

Na mesma linha de reflexão, seria interessantíssimo desdobrar as considerações sobre o problema da cultura de um país dependente, outra importante conquista do ensaio de Ferreira Gullar, lembrando as dependências internas - de um lado, por exemplo, a de certas regiões em relação às outras; de outro, a de certas classes sociais em relação às outras. Nesta linha, como poderemos pensar em cultura autônoma. em

critérios estéticos autônomos da perspectiva do país, da região ou da classe dependente? Não era preciso perguntar - "bom gosto" para quem?

Lembro um poema de Brecht: "Entre os da alta/ É tido como baixo falar de comida./ Isto provém de eles terem/ Já comido. (...) Se os de baixo não pensarem/ No que é baixo/ Não chegam ao alto."

APOCALIPSE

Minha divinatória Arte ultrapassa
Os séculos efêmeros e nota

Diminuição dinâmica, derrota

Na atual força, integérrima, da Massa.

É a subversão universal que ameaça

A Natureza, e, em noite aziaga e ignota,

Destrói a ebulição que a água alvorota

E põe todos os astros na desgraça!

São despedaçamentos, derrubadas,

Federações sidéricas quebradas...

E eu só, o último ser, pelo orbe adiante,

Espião da cataclísmica surpresa,

A única luz tragicamente acesa

Na universalidade agonizante!

Kesta-me falar da realização editorial do livro: infelizmente tenho de falar mal. Um enxame de erros tipográficos, que nem penso em recensar. Reclamo, sim, veementemente, contra a alteração de formas linguísticas escolhidas por Augusto. Exemplo, "tactil" e "tactis" (oxítonos), alterados para "táctil" e "tácteis", mudando o ritmo do verso. A mudança do gênero de "laringe", masculino para A. dos Anjos. Modernização do latinismo "nux-vomica"...

De qualquer modo, a reedição do livro deve ser saudada como uma conquista, graças às contribuições de Ferreira Gullar, que, deste modo, concorre para que nos aproximemos da intenção expressa por Augusto dos Anjos e que é também a nossa:

"Ambiciono, que o idioma em que te eu falo/ Possam todas as línguas





Toda poesia de Augusto dos Anjos, prefácio de Ferreira Gullar. Rio, Paz e Terra, 1976.

Augusto dos Anjos escreveu certa vez: "Ambiciono, que o idioma em que te eu falo/ Possam todas as línguas decliná-lo/ Possam todos os homens compreendê-lo!"

No ano de 1976, seus versos foram publicados pela trigésima segunda vez, edição enriquecida pelo ensaio do poeta maranhense, hoje internacional, Ferreira Gullar, "Augusto dos Anjos ou Morte e Vida

Nordestina". É boa a ocasião para refletir sobre nossa compreensão de A. dos Anjos.

Algumas informações preliminares: Augusto viveu trinta anos, entre 1884 e 1914. Respondendo a Lício Santos (*A loucura dos intelectuais* 1914), afirmou que começou a produzir aos nove. Pude documentar, em pesquisa patrocinada pela FAPESP, 15 anos de sua produção pública - de 1900 a 1914. Em 1912, selecionou 56 poemas, que enfeixou sob o título de *Eu*. Outras poesias foi como chamou Orris Soares aos textos que incorporou em 1920. Esta presente edição (32ª) está acrescida dos poemas que, desde 1962, Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa fixaram em livro, graças à paciente coleta de De Castro e Silva. Mas não é, ainda, como o título sugere, "toda a poesia de A. dos Anjos". Em curso de publicação, pela editora Ática, *Augusto dos Anjos: poesia e prosa*, aumentará consideravelmente aquele acervo.

Este amontoado de datas, que faz parte da história do texto, sugere uma indagação sobre a possibilidade de sua leitura hoje. Uma indagação sobre a contemporaneidade ou, usando o termo em voga, sobre a "modernidade" do Poeta.

Uma vista sobre o que se escreveu a respeito do livro é instrutiva. Em 1912, por exemplo, há pareceres curiosos. Osório Duque-Estrada, no *Correio da Manhã*, escreve, parnasianamente: "São inúmeros os versos duros, ou sem ritmos, creio que propositalmente empregados, para que as extravagâncias da forma corram parafusos com as teratologias da expressão". Mário Pederneiras, na *Fon-Fon*, revista elegante, escreve, revelando simpatias simbolistas: "É um livro estranho, cheio de altos e baixos, com um certo abuso exagerado (!) na exibição de conhecimentos científicos, no uso dispensável de termos de ciência. A par disto tudo, entretanto, tem belezas intensas (...)" E Augusto registra, em carta: "Meu livro tem produzido um verdadeiro escândalo nesta terra. Discutiram-no até na Câmara dos Deputados, conforme acabo de ler em um dos números d'A *Tribuna*. A própria Academia Nacional de Medicina incluiu-o em sua biblioteca, por tratar do haeckelianismo e do evolucionismo spencereano".

VANDALISMO

Meu coração tem catedrais imensas,
Templos de priscas e longínquas datas,
Onde um nune de amor, em serenatas,
Canta a aleluia virginal das crenças.

Na ogiva fúlgida e nas colunatas
Vertem lustrais irradiações intensas,
Cintilações de lâmpadas suspensas,
E as ametistas e os florões e as pratas.

Como os velhos Templários medievais,
Entre um dia nessas catedrais
E nesses templos claros e risonhos...

E erguendo os gládios e brandindo as
hastas,

No desespero dos iconoclastas

Quebrei a Imagem dos meus próprios
sonhos!

Não faltaram as condenações baseadas no critério do "bom gosto". Tasso da Silveira, em 1922, anota: "Dir-se-ia que ele procurou, de propósito, os elementos mais impróprios às verdadeiras realizações artísticas, que requerem, quando menos, uma atmosfera superior de beleza e espiritualidade". Mas, não será hora de problematizar este "bom gosto", de submetê-lo a uma revisão? Acho que Ferreira Gullar pode nos ajudar muito neste sentido.

Deixo suspensa a questão, para pensar no sucesso editorial do livro, a partir de 1920. Antes da consagra-

(*) Professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, autor de uma tese de mestrado sobre a obra de Augusto dos Anjos, poesia e prosa

Augusto dos Anjos, poeta do Nordeste

Criticado por conter "termos difíceis", "apoéticos" e "poesia de mau gosto", o livro *Eu*, de Augusto dos Anjos, alcançava, em 1946, a cifra astronômica de quase trinta mil exemplares. Como explicar essa defasagem entre crítica e sucesso de público?

Zenir Campos Reis (*)

O MARTÍRIO DO ARTISTA

Arte ingrata! E conquanto, em desalento,
A órbita elipsoidal dos olhos lhe arda,
Busca exteriorizar o pensamento
Que em suas frônetais células guarda!
Tarda-lhe a Idéia! A Inspiração lhe tarda!

E ei-lo a tremer, rasga o papel, violento,
Como o soldado que rasgou a farda
No desespero do último momento!
Tenta chorar, e os olhos sente enxutos!...
É como o paralítico que, à mingua
Da própria voz e, na, que ardente o lavra,
Febre os, em vão, falar, com os dedos
brutos

Para falar, puxa e repuxa a língua,
E não lhe vem à boca uma palavra!

ção do poeta pela revisão crítica de Manuel Bandeira, em 1946, o livro já estava na 14ª edição, totalizando quase trinta mil exemplares, cifra altíssima para as condições brasileiras. Como explicar esta defasagem entre a crítica e o sucesso público? Será que não puderam "todos os homens compreendê-lo"? Mais uma questão por resolver.

Fausto Cunha tem um depoimento, ao mesmo tempo desconcertante e esclarecedor. Informa: "Ouvir falar de A. dos Anjos pela primeira vez quando trabalhava numa fábrica de tecidos no interior de Pernambuco. Um fiscal chamado Elias conhecia o *Eu* quase de cor e declamava poemas inteiros. Todos ouviamos impressionadíssimos. (...) A. dos Anjos era um poeta popular. Apesar de todos os seus vocábulos ininteligíveis, sua poesia trazia até nós o sopro de uma nebulosa tragédia. O ser humano é uma válvula extremamente sensível e, naquele ambiente de trabalho e miséria medievais, onde os cavalos de corrida da coudelaria dos Lundgren eram mais importantes do que os operários, essa tragédia era profundamente a nossa".

O público de um poeta, nota-se, pode ser maior que o número de seus leitores. A poesia circula, talvez, mais na memória do que na letra dos livros.

Leia-se, por exemplo, o soneto que é, quem sabe, o mais conhecido de A. dos Anjos, "Versos íntimos". Mesmo um crítico tão compreensivo como Álvaro Lins, em seu trabalho pioneiro, de 1947, declara-o um "dos seus piores sonetos, embora dos mais recitados e populares". Ora, este poema ecoa um ditado: "o dia do benefício é a véspera da ingratidão". O ditado, de dois membros bem marcados pelo ritmo das sete sílabas - a redondilha maior - compendia um saber amargo: o dos que nada esperam da justiça humana.

Não seria este um dos segredos da popularidade de A. dos Anjos, o ter dado forma a esta e a outras experiências, e o ter dado voz a quem estava carente dela?

Se tivermos de considerar a gênese desta poesia, é melhor ouvir José Oiticica. Propõe que se leve em conta os fatores "de ordem material", "a penúria": "Conheci Augusto numa fase horrível para nós ambos. Eu, muito mais forte, mais batalhador, mais esperançado de vencer, com a falta de recursos multiplicava-me. Augusto se moía, concentrava a sua pena, embora, uma vez por outra, me revelasse as suas condições. O que mais o amargurava era a injustiça social, em premiar os ruins, dourar as falcas, entronar os endinheirados, iludir os honestos, os sonhadores, os retos de entendimento e coração".

No caso específico de A. dos Anjos, retomo, os versos têm seu curso sobretudo entre os setores mais desassistidos da população. Uma das questões já pode ser reproposta, para o que tomo de empréstimo palavras de Ferreira Gullar: "Quem sabe esse tamanho horror ao mau gosto não encobre de fato um horror à realidade?"

A aparente "incompreensão" mostra-se em sua verdadeira face: uma compreensão profunda, mas divergente, contraditória, como são contraditórios os interesses de onde elas emanaram, e de que foram porta-vozes, mais ou menos conscientes, seus leitores.

De fato, a experiência que a poesia de A. dos Anjos veicula é a do oprimido e, é outra conquista do ensaio de F. Gullar ter distinguido camadas de significado no poeta, levantando a esfera vocabular ligada ao empírico, a uma experiência histórica complexa da vida nordestina.

É hora de lembrar que esta experiência nordestina, a partir exatamente de 1928, data da 3ª edição do *Eu*, começa a refletir-se na ficção narrativa. É o ano do lançamento do livro de outro paraibano, José Américo de Almeida, *A Bagaceira*. Dai em diante, outros nomes nordestinos vão-se projetar na literatura brasileira: Rachel de Queiroz, José Lins do Rego - da mesma várzea paraibana -, Amando Fontes, Jorge Amado e, o maior deles, Graciliano Ramos. Não se deve omitir o nome do sociólogo Gilberto Freyre e o do poeta maior Jorge de Lima. Augusto, do início do século, se junta, e não por acaso, a seus irmãos nordestinos da década de 30. O nexo histórico que os liga se funda nas intermitências das crises econômicas e sociais que pontilharam a história da região. A história da cultura fica mais clara, se iluminada pela História.

Na mesma linha de reflexão, seria interessantíssimo desdobrar as considerações sobre o problema da cultura de um país dependente, outra importante conquista do ensaio de Ferreira Gullar, lembrando as dependências internas - de um lado, por exemplo, a de certas regiões em relação às outras; de outro, a de certas classes sociais em relação às outras. Nesta linha, como poderemos pensar em cultura autônoma, em critérios estéticos autônomos da perspectiva do país, da região ou da classe dependente? Não era preciso perguntar - "bom gosto" para quem?

Lembro um poema de Brecht: "Entre os da alta/ É tido como baixo falar de comida./ Isto provém de eles terem/ Já comido. (...) Se os de baixo não pensarem/ No que é baixo/ Não chegam ao alto."

APOCALIPSE

Minha divinatória Arte ultrapassa

Os séculos efêmeros e nota

Diminuição dinâmica, derrota

Na atual força, integerrima, da Massa.

É a subversão universal que ameaça

A Natureza, e, em noite aziaga e ignota,

Destrói a ebulição que a água alvora

E põe todos os astros na desgraça!

São despedaçamentos, derrubadas,

Federações sidéricas quebradas...

E eu só, o último ser, pelo orbe adiante,

Espião da cataclísmica surpresa,

A única luz tragicamente acesa

Na universalidade agonizante!

Resta-me falar da realização editorial do livro: infelizmente tenho de falar mal. Um enxame de erros tipográficos, que nem penso em recensar. Reclamo, sim, veementemente, contra a alteração de formas linguísticas escolhidas por Augusto. Exemplo, "tactil" e "tactis" (oxítonos), alterados para "táctil" e "tácteis", mudando o ritmo do verso. A mudança do gênero de "laringe", masculino para A. dos Anjos. Modernização do latinismo "nux-vomica"...

De qualquer modo, a reedição do livro deve ser saudada como uma conquista, graças às contribuições de Ferreira Gullar, que, deste modo, concorre para que nos aproximemos da intenção expressa por Augusto dos Anjos e que é também a nossa:

"Ambiciono, que o idioma em que te eu falo/ Possam todas as línguas decliná-lo/ Possam todos os homens compreendê-lo!"



Pelo fim dos Estudos Sociais

Os sociólogos e professores gaúchos escrevem ao ministro da Educação propondo a extinção dos Estudos Sociais

Desde a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus de 1971, vem o Ministério de Educação e Cultura insistindo na reformulação das licenciaturas que a Universidade Brasileira oferece. Esta reformulação consiste na substituição das licenciaturas de 4 anos em Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Letras, etc. por licenciaturas polivalentes em Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Até agora, professores e estudantes em todo o país vem se manifestando contra estas medidas do MEC, argumentando que teriam como consequência a queda da qualidade do ensino secundário e a não formação de cientistas no país. Em outubro de 1976, o MEC homologou uma portaria que regulamenta os registros de professores naquele ministério, portaria esta que não deixaria à Universidade Brasileira outra alternativa do que implantar as licenciaturas polivalentes. Manifestações de professores e estudantes de São Paulo e Rio de Janeiro levaram o MEC a revogar temporariamente tal portaria. Para discutir tal problema, o Núcleo Regional da ANPUH e a Associação Gaúcha dos Sociólogos convocaram uma Assembleia Geral de professores de Ciências Humanas das escolas secundárias e dos estabelecimentos de ensino superior do Estado, na qual foi aprovado o documento anexo. Tal documento foi enviado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura e aos membros do Conselho Federal de Educação.

Vimos, por meio desta, solicitar seu apoio neste movimento em defesa da cultura nacional. Gostaríamos de esclarecer que os licenciados até o momento em cursos polivalentes teriam seus direitos assegurados.

Por outro lado, foi também proposta, na reunião realizada dia 21 de dezembro de 1976, uma reunião a se realizar em março de 1977, na qual os pro-

fessores e estudantes do Estado do Rio Grande do Sul posicionaram-se, através das entidades representativas dos estudantes, de professores e de profissionais liberais, frente ao problema de todas as licenciaturas polivalentes, e não apenas em relação a de Estudos Sociais. Solicitamos, portanto, aos senhores que atentem para a convocação pela imprensa desta reunião a se realizar no início do próximo período letivo.

Certos de sua justa apreciação do problema contamos com sua colaboração na divulgação deste documento bem como com sua participação nesta luta em prol da educação e cultura nacionais.

Prof. Elmar Jonas Manique da Silva
Presidente do Núcleo Regional da ANPUH

(cópia do documento enviado ao ministro da Educação)

Em reunião convocada pela Associação Gaúcha dos Sociólogos e pelo Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH -, onde compareceram professores e profissionais de Ciências Sociais do Rio Grande do Sul, foi aprovado o seguinte documento:

CONSIDERANDO:

1º) a implantação de Estudos Sociais como disciplina (na medida em que ocorre fusão de conteúdos ministrada por um professor polivalente) no ensino de 1º e 2º Graus, e não como área de estudos (professores especialistas trabalhando em conjunto) conforme recomendava a Lei de Reforma de Ensino e as Resoluções e Portarias do CFE;

2º) que uma real melhoria na qualidade do ensino de 1º e 2º Graus seria proporcionada pelo trabalho conjunto de professores especialistas numa área de es-

tudos, e não pelo trabalho de um único professor polivalente numa disciplina;

3º) o reconhecimento pelo próprio CFE, em reunião de 3/6/76, que a licenciatura em Estudos Sociais resultou em rebaixamento do nível de ensino;

4º) a não formação de cientistas sociais no país na medida em que as determinações do CFE conduzem à substituição dos atuais cursos de Ciências Humanas por uma licenciatura em Estudos Sociais;

5º) a inexistência de Estudos Sociais como área de conhecimento científico;

6º) que a necessidade de trabalho conjunto dos cientistas sociais, ao nível da pesquisa, não deve implicar na descon-sideração das metodologias específicas de cada uma dessas ciências;

PROPOMOS:

1º) que seja extinta a disciplina de Estudos Sociais, ministrada por professor polivalente, no ensino de 1º e 2º Graus;

2º) que sejam extintas as licenciaturas - curta ou plena - em Estudos Sociais em todo território nacional;

3º) a consulta e a participação de instituições universitárias e organizações científicas correlatas no processo de reformulação acima proposto.

Certos de sua consideração, subscrevemo-nos atentamente,

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS SOCIOLOGOS
NÚCLEO REGIONAL DA ANPUH
Associação dos Profs. Licenciados do RGS
DCE - UFRGS
DAIU - UFRS

Porto Alegre, 21 de dezembro de 1976

Elis Regina, uma surpresa

"Lúcida, corajosa, esclarecida"

Gostei da entrevista de Elis Regina, no nº 75, de **Movimento** (06-12-76). A Elis me surpreendeu, com os pontos de vista e a coragem, a lucidez da posição, as colocações audaciosas, que a transformaram em figura de proa, a meu ver, dos cantores esclarecidos e conscientes da MPB da atualidade.

Não sabia que a Elis tivesse uma cuca tão lúcida, um raciocínio tão brilhante. Louvo e aplaudo **Movimento** por ter brindado os leitores com uma matéria atual e oportuna.

Prof. João Adamor Neves
Belo Horizonte - MG

ERRATA

No número 79, da semana passada, saíram por motivos variados algumas informações erradas, que corrigimos nesta errata:

1. Na nota "Vietnã II: uma longa história", página 13, o personagem citado como o "soviético Dimitritov" é na verdade o búlgaro Georgi Mihailov Dimitrov. De fato, ele chegou a ter cidadania soviética, depois de abandonar a Bulgária para fugir à prisão, mas posteriormente recuperou a cidadania búlgara ao ser eleito primeiro-ministro da República Popular implantada naquele país nos anos 40. Dimitrov foi também secretário-geral do Comintern (3ª Internacional).

2. Na última página deixou de ser publicada a legenda da foto do ator Paulo Pontes: "O povo precisa da razão como uma lâmina", destacada na capa.

3. Na nota "Land, good land", da seção "Assuntos", faltou a frase de abertura: "Terras: 250 mil acres de terras virgens no Estado de Mato Grosso, Brasil, por 15 libras o acre", que é tradução do folheto publicado ao lado. Também saiu errada a informação sobre a quantidade de terras em mãos de estrangeiros na Amazônia constatada pela CPI de 1968: em vez de 240 milhões, a CPI constatou que 40 milhões de hectares pertenciam legal ou ilegalmente a estrangeiros.

4. A foto usada na matéria "A Favela Ordem e Progresso", nas páginas 4 e 5, é de Alice Hattori.

**AGORA, NO COMEÇO DO ANO,
DÊ UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO
DE PRESENTE A SEUS AMIGOS**

envie uma assinatura de **MOVIMENTO** em meu nome para:

Nome _____	Nome _____
Endereço _____	Endereço _____
CEP _____	CEP _____
Profissão _____ Idade _____	Profissão _____ Idade _____
Cidade _____ Estado _____	Cidade _____ Estado _____
Anual <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/>	Anual <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/>
Queira enviar gratuitamente os números atrasados de Movimento abaixo relacionados. Números atrasados _____	Queira enviar gratuitamente os números atrasados de Movimento abaixo relacionados. Números atrasados _____

Nesse sentido, estou enviando o cheque nº _____ a favor de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas - Rua Virgílio de Carvalho Pinto, nº 625. CEP. 05415, Pinheiros, São Paulo, tel: 210-6622.

**Re
na**

- Planejamento Educacional
- Assessoria
- Pesquisas
- Cursos
- Orientação Vocacional e Profissional
- Grupos de Estudos
- Publicações.

Renov. Rua Prudente de Moraes, 1306. Tel: 240-2280 - Campo Belo. CEP. 04607 São Paulo - SP.



editora brasiliense



**PONTO
DE
PARTIDA**

de

Pelo fim dos Estudos Sociais

Os sociólogos e professores gaúchos escrevem ao ministro da Educação propondo a extinção dos Estudos Sociais

Desde a Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus de 1971, vem o Ministério de Educação e Cultura insistindo na reformulação das licenciaturas que a Universidade Brasileira oferece. Esta reformulação consiste na substituição das licenciaturas de 4 anos em Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Letras, etc. por licenciaturas polivalentes em Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Até agora, professores e estudantes em todo o país vem se manifestando contra estas medidas do MEC, argumentando que teriam como consequência a queda da qualidade do ensino secundário e a não formação de cientistas no país. Em outubro de 1976, o MEC homologou uma portaria que regulamenta os registros de professores naquele ministério, portaria esta que não deixaria à Universidade Brasileira outra alternativa do que implantar as licenciaturas polivalentes. Manifestações de professores e estudantes de São Paulo e Rio de Janeiro levaram o MEC a revogar temporariamente tal portaria. Para discutir tal problema, o Núcleo Regional da ANPUH e a Associação Gaúcha dos Sociólogos convocaram uma Assembléia Geral de professores de Ciências Humanas das escolas secundárias e dos estabelecimentos de ensino superior do Estado, na qual foi aprovado o documento anexo. Tal documento foi enviado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura e aos membros do Conselho Federal de Educação.

Vimos, por meio desta, solicitar seu apoio neste movimento em defesa da cultura nacional. Gostaríamos de esclarecer que os licenciados até o momento em cursos polivalentes teriam seus direitos assegurados.

Por outro lado, foi também proposta, na reunião realizada dia 21 de dezembro de 1976, uma reunião a se realizar em março de 1977, na qual os pro-

fessores e estudantes do Estado do Rio Grande do Sul posicionaram-se-lam, através das entidades representativas dos estudantes, de professores e de profissionais liberais, frente ao problema de todas as licenciaturas polivalentes, e não apenas em relação a Estudos Sociais. Solicitamos, portanto, aos senhores que atentem para a convocação pela imprensa desta reunião a se realizar no início do próximo período letivo.

Certos de sua justa apreciação do problema contamos com sua colaboração na divulgação deste documento bem como com sua participação nesta luta em prol da educação e cultura nacionais.

Prof. Elmar Jonas Manique da Silva
Presidente do Núcleo Regional da ANPUH

(cópia do documento enviado ao ministro da Educação)

Em reunião convocada pela Associação Gaúcha dos Sociólogos e pelo Núcleo Regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH -, onde compareceram professores e profissionais de Ciências Sociais do Rio Grande do Sul, foi aprovado o seguinte documento:

CONSIDERANDO:

1º) a implantação de Estudos Sociais como disciplina (na medida em que ocorre fusão de conteúdos ministrada por um professor polivalente) no ensino de 1º e 2º Graus, e não como área de estudos (professores especialistas trabalhando em conjunto) conforme recomendava a Lei de Reforma de Ensino e as Resoluções e Portarias do C. E;

2º) que uma real melhoria na qualidade do ensino de 1º e 2º Graus seria proporcionada pelo trabalho conjunto de professores especialistas numa área de es-

tudos, e não pelo trabalho de um único professor polivalente numa disciplina;

3º) o reconhecimento pelo próprio CFE, em reunião de 3/6/76, que a licenciatura em Estudos Sociais resultou em rebaixamento do nível de ensino;

4º) a não formação de cientistas sociais no país na medida em que as determinações do CFE conduzem à substituição dos atuais cursos de Ciências Humanas por uma licenciatura em Estudos Sociais;

5º) a inexistência de Estudos Sociais como área de conhecimento científico;

6º) que a necessidade de trabalho conjunto dos cientistas sociais, ao nível da pesquisa, não deve implicar na desconsideração das metodologias específicas de cada uma dessas ciências;

PROPOMOS:

1º) que seja extinta a disciplina de Estudos Sociais, ministrada por professor polivalente, no ensino de 1º e 2º Graus;

2º) que sejam extintas as licenciaturas - curta ou plena - em Estudos Sociais em todo território nacional;

3º) a consulta e a participação de instituições universitárias e organizações científicas correlatas no processo de reformulação acima proposto.

Certos de sua consideração, subscrevemo-nos atentamente,

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS SOCIOLOGOS
NÚCLEO REGIONAL DA ANPUH
Associação dos Profs. Licenciados do RGS
DCE - UFRGS
DAIU - UFRS

Porto Alegre, 21 de dezembro de 1976

Elis Regina, uma surpresa

"Lúcida, corajosa, esclarecida"

Gostei da entrevista de Elis Regina, no nº 75, de **Movimento** (06-12-76). A Elis me surpreendeu, com os pontos de vista e a coragem, a lucidez da posição, as colocações audaciosas, que a transformaram em figura de proa, a meu ver, dos cantores esclarecidos e conscientes da MPB da atualidade.

Não sabia que a Elis tivesse uma cuca tão lúcida, um raciocínio tão brilhante.

Louvo e aplaudo **Movimento** por ter brindado os leitores com uma matéria atual e oportuna.

Prof. João Adamor Neves
Belo Horizonte - MC.

ERRATA

No número 79, da semana passada, saíram por motivos variados algumas informações erradas, que corrigimos nesta errata:

1. Na nota "Vietnã II: uma longa história", página 13, o personagem citado como o "soviético Dimitrov" é na verdade o búlgaro Georgi Mihailov Dimitrov. De fato, ele chegou a ter cidadania soviética, depois de abandonar a Bulgária para fugir à prisão, mas posteriormente recuperou a cidadania búlgara, ao ser eleito primeiro-ministro da República Popular implantada naquele país nos anos 40. Dimitrov foi também secretário-geral do Comintern (3ª Internacional).

2. Na última página deixou de ser publicada a legenda da foto do ator Paulo Pontes. "O povo precisa da razão como uma lâmina", destacada na capa.

3. Na nota "Land, good land", da seção "Assuntos", faltou a frase de abertura: "Terras; 250 mil acres de terras virgens no Estado de Mato Grosso, Brasil, por 15 libras o acre", que é tradução do folheto publicado ao lado. Também saiu errada a informação sobre a quantidade de terras em mãos de estrangeiros na Amazônia constatada pela CPI de 1968: em vez de 240 milhões, a CPI constatou que 40 milhões de hectares pertenciam legal ou ilegalmente a estrangeiros.

4. A foto usada na matéria "A Favela Ordem e Progresso", nas páginas 4 e 5, é de Alice Hattori.

AGORA, NO COMEÇO DO ANO, DÊ UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO DE PRESENTE A SEUS AMIGOS

envie uma assinatura de MOVIMENTO em meu nome para:

Nome _____	Nome _____
Endereço _____	Endereço _____
CEP _____	CEP _____
Profissão _____ Idade _____	Profissão _____ Idade _____
Cidade _____ Estado _____	Cidade _____ Estado _____
Anual <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/>	Anual <input type="checkbox"/> Semestral <input type="checkbox"/>
Queira enviar gratuitamente os números atrasados de Movimento abaixo relacionados.	Queira enviar gratuitamente os números atrasados de Movimento abaixo relacionados.
Números atrasados _____	Números atrasados _____

Nesse sentido, estou enviando o cheque nº _____ a favor de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas - Rua Virgílio de Carvalho Pinto, nº 625. CEP. 05415, Pinheiros, São Paulo, tel: 210-6622.

Nome _____ Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____

• Anual/Cr\$ 350,00
• Semestral/ Cr\$ 175,00

• Anual/ ext./ US/ 70,00
• Semestral/ ext./ US/ 35,00

Cada assinatura anual de Movimento dá direito, gratuitamente, a dez exemplares atrasados do Jornal e cada semestral a cinco exemplares

Renov

- Planejamento Educacional
- Assessoria
- Pesquisas
- Cursos
- Orientação Vocacional e Profissional
- Grupos de Estudos
- Publicações.

Renov, Rua Prudente de Moraes, 1306. Tel. 240-2280 - Campo Belo. CEP. 04607 São Paulo - SP.



editora brasileira



PONTO DE PARTIDA

de Gianfrancesco Guarnieri

Cr\$ 40,00

Pedidos pelo Reembolso Postal: Livraria Brasileira, Rua Barão de Itapetininga, 93. São Paulo-SP. Caixa Postal 30.664.

Poemas de Augusto dos Anjos

Os doentes (IV)

Começara a chover. Pelas algentes
Ruas, a água, em cachoeiras desobstruídas,
Encharcava os buracos das feridas,
Alagava a medula dos Doentes!

Do fundo do meu trágico destino,
Onde a Resignação os braços cruza,
Saía, com o vexame de uma fusa,
A mágoa gaguejada de um cretino.

Aquele ruído obscuro de gagueira
Que à noite, em sonhos mórbidos, me acorda,
Vinha da vibração bruta da corda
Mais recondita da alma brasileira!

Aturdi-me a tétrica miragem
De que, naquele instante, no Amazonas,
Fedia, entregue a vísceras gluttonas,
A carcaça esquecida de um selvagem.

A civilização entrou na taba
Em que ele estava. O gênio de Colombo
Manchou de opróbios a alma do mazombo,
Cuspiu na cova do morubixaba!

E o índio, por fim, adstrito à étnica escória,
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,
Este achincalhamento do progresso
Que o anulava na crítica da História!

Como quem analisa um apóstema,
De repente, acordando na desgraça,
Viu toda a podridão de sua raça
Na tumba de Iracema!

Ah! Tudo, como um lúgubre ciclone,
Exercia sobre ele ação funesta
Desde o desbravamento da floresta
À ultrajante invenção do telefone.

E sentia-se pior que um vagabundo
Microcéfalo vil que a espécie encerra
Desterrado na sua própria terra,
Diminuído na crônica do mundo!

A hereditariedade dessa pecha
Seguiria seus filhos. Dora em diante
Seu povo tombaria agonizante
Na luta da espingarda contra a flecha!

Veio-lhe então como à fêmea vêm antojos,
Uma desesperada ânsia impropícia
De estrangular aquela gente iníqua
Que progredia sobre os seus despojos!

Mas, diante a xantocróide raça loura,
Jazem, caladas, todas as inúbias,
E agora, sem difíceis nuances dúbias,
Com uma clarividência aterradora,

Em vez da prisca tribo e indiana tropa
A gente deste século, espantada,
Vê somente a caveira abandonada
De uma raça esmagada pela Europa!

Versos íntimos

Vês?! Ninguém assistiu ao formidável



Ilustração de Sabat, do livro Tolda a minhã de Augusto dos Anjos

"O poeta paraibano Augusto dos Anjos viveu trinta anos, entre 1884 e 1914. Afirmava que começara a produzir aos nove. Em 1912 selecionou 56 poemas e publicou-os em livro, com o título de Eu. Hoje este livro, acrescido de outros poemas do autor, está na 32ª edição. Em 1946 o livro já estava na 14ª edição, totalizando quase trinta mil exemplares. Mas não faltavam a ele as críticas baseadas no critério do "bom gosto". Não será hora de problematizar este "bom gosto"? "(condensado do ensaio de Zenir Campos Reis, sobre a modernidade de Augusto dos Anjos, presente nesta edição de Movimento).

Enterro de tua última quimera.
Somente a Ingratidão - esta pantera -
Foi tua companheira inseparável!

Acostuma-te à lama que te espera!
O Homem, que, nesta terra miserável,
Mora, entre feras, sente inevitável
Necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo. Acende teu cigarro!
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,
A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se a alguém causa inda pena a tua chaga,
Apedreja essa mão vil que te afaga,
Escarra nessa boca que te beija!

A Noite

A nebulosidade ameaçadora
Tolda o éter, mancha a gleba, agride os rios
E urde amplas teias de carvões sombrios
No ar que álcere e radiante, há instantes, fora.

A água transubstancia-se. A onde estoura
Na negridão do oceano e entre os navios
Troa bárbara zoadá de ais bravios,
Extraordinariamente ardoadora.

A custódia do anímico registro
A planetária escuridão se anexa...
Somente, iguais a espíões que acordam cedo,

Ficam brilhando com fulgor sinistro
Dentro da treva onimoda e complexa
Os olhos fundos dos que estão com medo!

Asa de Corvo

Asa de corvos carnicheiros asa
De mau agouro que, nos doze meses,
Cobre às vezes o espaço e cobre às vezes
O telhado de nossa própria casa...

Perseguido por todos os reveses,
É meu destino viver junto a essa asa,
Como a cinza que vive junto à brasa,
Como os Goncourts, como os irmãos siameses!

É com essa asa que eu faço este soneto
E a indústria humana faz o peno preto
Que as famílias de luto martiriza...

É ainda com essa asa extraordinária
Que a Morte - a costureira funerária -
Cose para o homem a última camisa!

O Corrupião

Escaveirado corupião idiota,
Olha a atmosfera livre, o amplo éter belo,
E a alga criptógama e a úsnea e o cogumelo
Que do fundo do chão todo o ano brota!

Mas a ânsia de voar, de à antiga rota
Voar, não tens mais! E, pois, preto e amarelo,
Pões-te a assobiar, bruto, sem cerebello
A gargalhada da última derrota!

A gaiola aboliu tua vontade.
Tu nunca mais verás a liberdade!...
Ah! Tu somente ainda és igual a mim.

Continua a comer teu milho alpiste.
Foi este mundo que me fez tão triste,
Fui a gaiola que te pôs assim!

QUANTO VALE UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO?

A garantia de uma imprensa independente, democrática e combativa, da notícia desvinculada dos interesses dos grandes grupos econômicos.

Desejo receber uma assinatura de Movimento:

Nome _____

Endereço _____

CEP _____

☐ ANUAL
Cr\$ 350,00

Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados.

Poemas de Augusto dos Anjos

Os doentes (IV)

Começara a chover. Pelas algentes
Ruas, a água, em cachoeiras desobstruídas,
Encharcava os buracos das feridas,
Alagava a medula dos Doentes!

Do fundo do meu trágico destino,
Onde a Resignação os braços cruza,
Saía, com o vexame de uma fusa,
A mágoa gaguejada de um cretino.

Aquele ruído obscuro de gagueira
Que à noite, em sonhos mórbidos, me acorda,
Vinha da vibração bruta da corda
Mais recondita da alma brasileira!

Aturdia-me a tétrica miragem
De que, naquele instante, no Amazonas,
Fedia, entregue a vísceras glutonas,
A carcaça esquecida de um selvagem.

A civilização entrou na taba
Em que ele estava. O gênio de Colombo
Manchou de opróbios a alma do mazombo,
Cuspiu na cova do morubixaba!

E o índio, por fim, adstrito à étnica escória,
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,
Este achincalhamento do progresso
Que o anulava na crítica da História!

Como quem analisa um apóstema,
De repente, acordando na desgraça,
Viu toda a podridão de sua raça
Na tumba de Iracema!

Ah! Tudo, como um lúgubre ciclone,
Exercia sobre ele a do funesta
Desde o desbravamento da floresta
A ultrajante invenção do telefone.

E sentia-se pior que um vagabundo
Microcéfalo vil que a espécie encerra
Desterrado na sua própria terra,
Diminuído na crônica do mundo!

A hereditariedade dessa pecha
Seguiria seus filhos. Dora em diante
Seu povo tombaria agonizante
Na luta da espingarda contra a flecha!

Veio-lhe então como à fêmea vêm antojos,
Uma desesperada ânsia impropícia
De estrangular aquela gente iníqua
Que progredia sobre os seus despojos!

Mas, diante a xantocróide raça loura,
Jazem, caladas, todas as inúbias,
E agora, sem difíceis nuances dúbias,
Com uma clarividência aterradora,

Em vez da prisca tribo e indiana tropa
A gente deste século, espantada,
Vê somente a caveira abandonada
De uma raça esmagada pela Europa!

Versos íntimos

Vês?! Ninguém assistiu ao formidável



Ilustração de Sábato, do livro *Tudo a prova* de Augusto dos Anjos.

"O poeta paraibano Augusto dos Anjos viveu trinta anos, entre 1884 e 1914. Afirmava que começara a produzir aos nove. Em 1912 selecionou 56 poemas e publicou-os em livro, com o título de *Eu*. Hoje este livro, acrescido de outros poemas do autor, está na 32ª edição. Em 1946 o livro já estava na 14ª edição, totalizando quase trinta mil exemplares. Mas não faltavam a ele as críticas baseadas no critério do "bom gosto". Não será hora de problematizar este "bom gosto"? "(condensado do ensaio de Zenir Campos Reis, sobre a modernidade de Augusto dos Anjos, presente nesta edição de Movimento).

Enterro de tua última quimera.
Somente a Ingratidão - esta pantera -
Foi tua companheira inseparável!

Acostuma-te à lama que te espera!
O Homem, que, nesta terra miserável,
Mora, entre feras, sente inevitável
Necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo. Acende teu cigarro!
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,
A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se a alguém causa inda pena a tua chaga,
Apedreja essa mão vil que te afaga,
Escarra nessa boca que te beija!

A Noite

A nebulosidade ameaçadora
Tolda o éter, mancha a gleba, agride os rios
E urde amplas teias de carvões sombrios
No ar que álcere e radiante, há instantes, fora.

A água transubstancia-se. A onde estoura
Na negridão do oceano e entre os navios
Troa bárbara zoadá de ais bravios,
Extraordinariamente atordoadora.

A custódia do anímico registro
A planetária escuridão se anexa...
Somente, iguais a espíões que acordam cedo,

Ficam brilhando com fulgor sinistro
Dentro da treva onimoda e complexa
Os olhos fundos dos que estão com medo!

Asa de Corvo

Asa de corvos carnicieiros asa
De mau agouro que, nos doze meses,
Cobre às vezes o espaço e cobre às vezes
O telhado de nossa própria casa...

Perseguido por todos os reveses,
É meu destino viver junto a essa asa,
Como a cinza que vive junto à brasa,
Como os Goncourts, como os irmãos siameses!

É com essa asa que eu faço este soneto
E a indústria humana faz o pano preto
Que as famílias de luto martiriza...

É ainda com essa asa extraordinária
Que a Morte - a costureira funerária -
Cose para o homem a última camisa!

O Corrupião

Escaveirado corrupção idiota,
Olha a atmosfera livre, o amplo éter belo,
E a alga criptógama e a úsnea e o cogumelo
Que do fundo do chão todo o ano brota!

Mas a ânsia de voar, de a antiga rota
Voar, não tens mais! E, pois, preto e amarelo,
Pões-te a assobiar, bruto, sem cerebelo
A gargalhada da última derrota!

A gaiola aboliu tua vontade.
Tu nunca mais verás a liberdade!...
Ah! Tu somente ainda és igual a mim.

Continua a comer teu milho alpiste.
Foi este mundo que me fez tão triste,
Foi a gaiola que te pôs assim!

QUANTO VALE UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO?

A garantia de uma imprensa independente, democrática e combativa,
da notícia desvinculada dos interesses dos grandes grupos econômicos.

FAÇA AS CONTAS:

São 52 exemplares, por ano, a preço de banca de Cr\$ 9,00. Portanto, Cr\$ 468,00. Como oferta, você recebe gratuitamente 10 exemplares anteriores, a sua escolha (oferta válida apenas em território nacional). Logo, mais Cr\$ 90,00. Somando tudo, sua assinatura anual vale Cr\$ 558,00. Mas você pode fazer um bom negócio e ainda se manter bem informado, assinando Movimento por apenas Cr\$ 350,00.

VOCÊ PAGA 39 JORNAIS E RECEBE 62!

Desejo, receber uma assinatura de Movimento:

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Profissão _____ Idade _____

Cidade _____ Estado _____

Estou enviando o cheque nº _____, em nome de Edição S/A. — Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se o pedido de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 23.603.35-E/ M. Forti. — Paris France. Preço da assinatura no exterior: ANUAL US/ 70/ SEMESTRAL US/ 35.

☐ ANUAL
Cr\$ 350,00
Desejo receber gratuitamente 10 exemplares anteriores.

☐ SEMESTRAL
Cr\$ 175,00
Desejo receber gratuitamente 5 exemplares anteriores.

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

INFORMAÇÃO Nº 0031/116/ASV/77

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DEST
DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. nº 60.417, 67
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos
Sigilosos).



DATA : 01 Fev 77
ASSUNTO : - MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - MFPA
- THEREZINHA GODOY ZERBINE
ORIGEM : ACE Nº 0113/ASV/77
DIFUSÃO : AC

1. Antecedendo a palestra que seria realizada à noite do dia 14 Jan 77, no Auditório do Colégio Nossa Senhora das Mercês, nesta Capital, sob a responsabilidade do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA), a sua presidente - THEREZINHA GODOY ZERBINE promoveu uma reunião, às 16:00 hs do mesmo dia, nas dependências do Instituto dos Arquitetos do BRASIL - Departamento da BAHIA, com estudantes e profissionais liberais, com uma assistência de 23 pessoas. A nominada se fez acompanhar à mesa pelo Presidente do referido Instituto, Sr. EDMILSON CARVALHO ALMEIDA, e por um casal de jovens não identificados.

A conferencista, ao iniciar os trabalhos, falou da sua aproximação com a BAHIA e salientou que a sua presença tinha como finalidade a formação de um grupo composto por pessoas conscientizadas e dispostas a trabalhar pelo MFPA, uma vez que "ANISTIA não caía do céu, era uma guerra política". Prosseguindo, disse que gostaria de retornar a SÃO PAULO convicta de que, na BAHIA, havia deixado um grupo formado por pessoas de várias classes sociais, tais como: um estudante, um representante da classe operária, um religioso e uma esposa de preso político, disposto a desenvolver o movimento na conquista de adeptos.

Salientou, ainda, que o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA não é um movimento clandestino, pois foi oficializado pelo Mi-

CONFIDENCIAL

Continua

Continuação da Infão nº 0031/116/ASV, de 01 Fev 77

fl 02

nistro da Justiça e recebeu o apoio do MDB, através do Senador FRANCO MONTORO; da CNBB e da ABI, em 1975; da Frente Nacional do Trabalho; da OAB/SP e de outros órgãos oficiais. Conclamou os presentes à "luta pela ANISTIA, com muita estratégia, por tratar-se de um exército desarmado contra um armado e desleal"; frisou que o "MPPA é como fermento, ou, como uma bola de neve - tende sempre a crescer, porém não se pode fazer tudo de uma só vez".

Ao encerrar a reunião, dirigiu-se aos presentes pedindo que fosse formado ali, logo, o grupo que iria trabalhar na BAHIA, pois "queria estar em contato constante, não só para orientá-los, como também para obter informações", e que deviam se "conscientizar de que já chega de tanta injustiça, que já se passaram 12 anos de sofrimentos e que deviam lutar para que os exilados voltem ao seu país e também os seus filhos - nossos irmãos - voltem a ter sua cidadania, a fim de conseguirem estudar e obtenham documentos, deixando a situação de apatriados".

Observou-se interesse dos participantes pelo assunto e algumas perguntas foram formuladas, as quais eram respondidas, prontamente, por D. THEREZINHA ZERBINE.

2. A seguir, no mesmo local, THEREZINHA GODOY ZERBINE concedeu entrevista coletiva à imprensa, onde abordou os mesmos pontos citados na reunião anterior e fez apelo aos jornalistas para que conscientizassem o povo sobre o MPPA, afirmando que através da imprensa o Movimento era divulgado e ganhava novos adeptos.

3. Às 20:40 hs do dia 14, conforme programado, teve início a reunião no Auditório do Colégio Nossa Senhora das Mercês, com a exibição do filme "SOCIEDADE DE BAIRRO" que aborda, exclusivamente, a condição de vida dos moradores dos ALAGADOS e das invasões da BOCA DO RIO, CAXUNDÉ, MAROTINHO, etc, tendo, como um dos responsáveis pela direção, o Sr. SÉRGIO HAGE FIALHO. Após a exibição, a nominada foi apresentada à platéia, composta de aproximadamente 800 pessoas, que a recebeu de pé e com fervorosa salva de palmas.

A seguir, foi anunciado o grupo recém-formado para trabalhar pelo MPPA/BA, composto por: DOM TIMÓTEO AMOROSO ANASTÁCIO - Abade do Mosteiro de São Bento; ELQUISSON SOARES - Deputado Estadual pelo MDB/BA, integrante da "Ala Autêntica"; MANOEL JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO - proprietário do automóvel Volkswagen placa AK-7912/BA, que conduziu a nominada até o local da reunião e, mais uma senhora de cor branca, não identificada. Além das pessoas componentes do grupo, faziam parte da mesa o Sr. ANTONIO CARLOS REIS LARANJEIRAS, Presidente do Clube dos Engenheiros da BAHIA e o Sr. EDMILSON CARVALHO ALMEIDA, Presidente do Instituto dos Arquitetos do BRASIL, Departamento da BAHIA.

THEREZINHA GODOY ZERBINE dirigiu-se aos presentes, dizendo-se satisfeita e surpresa pelo número de pessoas presentes e, salientou, "ser advogada, com condição financeira muito boa, esposa de um General do Exército Brasileiro - cassado, para felicidade sua e de seus filhos"; sobre o Presidente da República, disse que "o Presidente GEISEL, talvez por falta de tempo, foi falar sobre "ANISTIA" no JAPÃO, quando de sua visita. Ao ser interrogado sobre "ANISTIA" no BRASIL, deu uma resposta de soldado: não é hora de se falar em "ANISTIA" no BRASIL". Vale salientar que a conferencista quando referia-se ao Presidente GEISEL ou ao regime, o fazia, sempre, em tom de deboche.

Várias perguntas foram formuladas pela assistência, às quais, a nominada, como da reunião anterior, sempre tinha uma resposta preparada, defendendo o MPPA e os objetivos que o motivaram.

Usou da palavra o Deputado Estadual ELQUISSON SOARES, que disse estar ali como homem público e representante do povo baiano na Assembléia Legislativa, a fim de trazer a sua solidariedade e o seu apoio ao Movimento, dizendo "não ser mais possível esta situação".

Prosseguindo, falou o Presidente do Clube dos Engenheiros da BAHIA, Dr. ANTONIO CARLOS REIS LARANJEIRAS, que demonstrou neutralidade em seu pronunciamento, quanto ao MPPA.

Encerrando-se os trabalhos, foi encenada uma peça tea-

CONFIDENCIAL

37

Continuação da Infão nº 0031/116/ASV, de 01 Fev 77 fl 04
tral cujo conteúdo versava sobre o desrespeito aos Direitos Humanos
na BAHIA.

Convém ressaltar que entre os participantes do Encontro, na sua maioria aparentando pouca idade, provavelmente elementos oriundos do meio estudantil, notava-se uma revolta geral contra o nosso regime, constatada, principalmente, pelos aplausos e nos comentários durante o transcorrer da reunião.

* * * * *

* * *

*

· VIDE VERSO

CONFIDENCIAL

à Fl	onde se lê	O nome completo é
	ELQUISSON SOARES	<u>ELQUISSON DIAS SOARES</u>

CONFIDENCIAL



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES



INFORMAÇÃO N.º 287 /SI/SSP/BA

DATA : 15 Fev 77
ASSUNTO : LEVANTAMENTO DE PLACAS DE VEÍCULOS
ORIGEM : ACE Nº 0113/77 - PGE Nº 3167
CLASSIFICAÇÃO :
REFERÊNCIA : PEDIDO DE BUSCA Nº 002300/ASV/77, 19 Jan 77
DIFUSÃO : A S V / S N I
ANEXO :

1 - MAR 1977

1. Em atendimento ao quanto foi solicitado no documento/ de referência, este OI em consulta ao DETRAN/BA levantou os seguintes dados:

- a) AC-7348 - Volks - amarelo - Prop JOSE PIRES CALDAS / End - Rua São Paulo - 28 Aptº 203 Pituba.
- b) AE-4406 - Volks - azul diamante - Prop Vanda M.M. de/ Miranda End - Manoel Barreto - 44 - Graça.
- c) AG-0826 - Volks - branco lotus - Prop Everaldo Luiz / Rodrigues - End - Rua 11 de Novembro - 164 - Nordeste.
- d) AG-2114 - Chevette branca - Prop - Rubens P. Paiva / End - Rua dos Marchantes - 10 Stº Antônio.
- e) AG-2624 - Volks - azul caçara - Prop - Melpe - Imó - veis Construtora LTDA. - End - Arquimedes Gonçalves / 26 - Jardim Baiano.
- f) AG-4363 - Sedan 1.300 bege - Prop - Olavo Bezerra Le- mos End - Praça Mal. Aguiar - 03 R. Vermelho.
- g) AG-6317 - Volks bege - Prop - Gilka G. Santana - End/ R. Cônego José Loreto 03 Canela.
- i) AG-8762 - Chevette vermelho - Prop - Ofélia Rodrigues/ Brochado - End Cipriano Barato - 34 - Bl E Aptº/804 / S. Pedro. - Continua -

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO Nº 287/77-SI/SSP/BA



CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 287/77-SI/SSP/BA

- j) AI-7657 - Volks - bege alabastro - Prop - Alvaro Bustam - End - Rua Jose Duarte - 41 Aptº/301 - Tororó.
- l) AJ-0073 - Sedan 1.300 azul - Prop - Francisco Jose Duarte de Santana - End - Coj. Res. D. Walter - Bl E - Aptº/103/ Pituba.
- m) AJ-0430 - Chevette - preto Jornal - Prop Arlinda R. Pereira Maranhão - End - Rua Juracy Magalhães 228 - Pituba.
- n) AJ-6234 - Passat - LS - vermelho malaga - Prop Hebe de Luca Pretto - End - Rua Mal. Floriano - 33 - Aptº/1102 - Canela.
- o) AJ-9305 - Volks - marron savana - Prop - Heleno Ubirajara L. Coelho - End - Rua Amazonas - 1155 - Pituba.
- p) AK-3022 - Corcel Std - dourado - Prop - Vitor Hugo Soares - End - Rua do Genipapeiro - 42 - Saúde.
- q) AK-8108 - A. Romeo - 2300 - azul - Prop - Pedro Ventura / Esteves Neto - End - Praça João Pondé - 118 - Aptº/202 - Barra.
- r) AI-3007 - Volks - 1300 - branco - Prop - Carmelita Santos da Silva - End - Professor Veigas - 72 - Stº Antônio.
- s) FG-0121 - Rural 72 azul e branca - Prop - Vivaldo Brito / Leite - End - Rua 8 de Setembro/CONDE/BA.
- t) OI-1244 - Volks - amarelo - 72 Prop - Jaci Moura Marinho/ End - Frederico Costa, 5 Jequié/Ba.
- u) OI-3534 - Brasília 75 - branca - Prop - Vicente Antonio / de Oliveira - End - Rua da Itália/Jequié/Ba.
2. KO-0328 - Nada consta no Detran quanto a este último.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO
DESTE DOCUMENTO, (Art. 62-Dap.
N.º 60.417/87 Regulamento para Salva-
guarda de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

F I M